



CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRUNO PONTES MOTTA

AS MUTAÇÕES DO CELESTE IMPÉRIO: a China e o povo chinês nos discursos de observadores ocidentais no ocaso da última dinastia (1901-1912)

Recife
2020



CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRUNO PONTES MOTTA

AS MUTAÇÕES DO CELESTE IMPÉRIO: a China e o povo chinês nos discursos de observadores ocidentais no ocaso da última dinastia (1901-1912)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Christine Paulette Yves Rufino Dabat.

Recife
2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M921m Motta, Bruno Pontes.

As mutações do celeste império : a China e o povo chinês nos discursos de observadores ocidentais no ocaso da última dinastia (1901-1912) / Bruno Pontes Motta. – 2020.

253 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.

Inclui referências.

1. China - História. 2. China – Relações exteriores. 3. China – Civilização. 4. Oriente e Ocidente. 5. Análise do discurso. I. Dabat, Christine Paulette Yves Rufino (Orientadora). II. Título.

951 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-247)

BRUNO PONTES MOTTA

AS MUTAÇÕES DO CELESTE IMPÉRIO: a China e o povo chinês nos discursos de observadores ocidentais no ocaso da última dinastia (1901-1912)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 03/03/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. António Eduardo Hawthorne Barrento
Membro Titular Externo (Universidade de Lisboa)

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco)

Dedico esse trabalho à minha família e aos meus professores, pelo apoio e suporte ao longo da vida e do processo de aprendizado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo suporte incondicional. Seus conselhos para o curso e para a vida foram insubstituíveis e me ajudaram muito nesse processo. À Universidade Federal de Pernambuco, seus professores e, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em História e sua secretária, Sandra Regina, pela atenção aos alunos. Ao Instituto de Estudos da Ásia e seu coordenador, professor Marcos Costa Lima, pelo incentivo no desenvolvimento de pesquisas sobre a China. Ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa desde o começo. Aos meus antigos professores de chinês Duan Shiguang e Feng Ya, do Instituto Confúcio, e Chen Xiaofen, por ampliarem meu entendimento sobre a cultura chinesa. Aos funcionários da Biblioteca do Congresso, em Washington, D.C., com agradecimento especial a Song Yuwu da Divisão Asiática, pelos conselhos, conversas e sugestões que muito ajudaram na concretização deste trabalho. Agradeço aos colegas e amigos do Grupo de Estudos Sobre História da Ásia, especialmente Andréa Longobardi, Débora Lopes e Victor Hugo, cuja experiência como mestres e doutores estudiosos da China muito ajudou nos momentos de dúvida. Ao professor António Barrento, da Universidade de Lisboa, meus agradecimentos por ter aceito o contato de um estudante desconhecido de um país distante e pelas sugestões ao longo desse processo. À professora Christine Dabat, querida orientadora, meu eterno agradecimento pelo exemplo, dedicação, paciência, pelos investimentos no futuro dos orientandos e por ter me apresentado à fascinante civilização chinesa!

*Ainda está vivo ou
virou peça de arquivo?*

*Sua vida é papel
a fingir de jornal?*

*Dele faz-se bom uso
seu texto é confuso?*

*Numa velha gaveta
o esquecem, a caneta?*

*Após tantos escapes
arredonda-se em lápis?*

*Essa indelével tinta
é para que não minta*

*mais do que o necessário
a uma sigla no armário?*

*Recobre-se de letras
ou são apenas tretas?*

*Entrará em catálogo
à custa de monólogo?*

*Terá número, barra
e borra de carimbo?*

*Afinal, ele é gente
ou registro pungente?*

(ANDRADE, 2015 [1980], p. 478)

RESUMO

Essa dissertação trata do problema de alteridade entre o que Simon Leys chamou de “os dois lados da experiência humana”. A história das relações sino-ocidentais é longa e possui diversos momentos característicos diferentes. Um desses foi o ocaso da última dinastia, entre 1901 e 1912, que assistiu a políticas reformistas do governo imperial e sua abdicação a favor do republicanismo. Do ponto de vista discursivo, o período geralmente aparece ofuscado na historiografia entre o último decênio do século XIX, com a Guerra Sino-Japonesa de 1895 e o Movimento Boxer de 1900, e a Guerra Civil dos anos 1920 em diante. Essa dissertação buscou, portanto, responder a essa necessidade de entender observadores ocidentais de diferentes países, pois do ponto de vista chinês eles agiam como bloco devido aos seus benefícios políticos mútuos, e seus discursos sobre uma China em mutação: como a política e os eventos históricos do período se refletiram nas descrições das localidades e do povo chinês? Como foi narrado o processo revolucionário republicano de 1911-12? Como a instalação de uma República foi concebida? Essas são algumas das questões que este trabalho busca responder.

Palavras-chave: Relações Sino-Occidentais. Discurso Occidental. Análise de Discurso. China Republicana. Período Qing Tardio. Problema de Alteridade.

ABSTRACT

This Dissertation is about the problem of alterity between what Simon Leys called “the two sides of human existence.” The history of Sino-western relations is long and has different characteristic moments. One of these moments was the twilight of the last dynasty, between 1901 and 1912, which saw the rise of reformist policies by the imperial government and its abdication in favor of republicanism. From the discursive point of view, the mentioned period appears to be overshadowed in the historiography by the last decade of the nineteenth century, with the Sino-Japanese War of 1895 and the Boxer Movement of 1900, and the Chinese Civil War of the 1920’s. Therefore, this Dissertation sought to answer this need to understand Western observers from different countries, since, from the Chinese perspective, they acted as a group to assert their mutual political benefits, and their discourses about a China in mutation: how politics and historical events shaped the description of Chinese localities and its people? How the 1911-12 republican revolutionary process was narrated? How was the instalment of a Republic conceived by these observers? These are some of the questions that this dissertation seeks to answer.

Keywords: Sino-Western Relations. Western Discourse. Discourse Analysis. Republican China. Late Qing Period. Alterity Problem.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	República da China e suas macrorregiões em 1912	37
Mapa 2 –	Províncias da República da China em 1912	38
Mapa 3 –	Governos-Gerais do Grande Qing por volta de 1911	39
Quadro 1 –	Pensamento difusionista ocidental do século XIX segundo James Blaut	41
Gráfico 1 –	Porcentagem do Comércio Estrangeiro com a República da China (1912)	58
Quadro 2 –	Dados sobre as missões cristãs na China	60
Mapa 4 –	Atuação das principais ordens católicas por província no séc. XIX	61
Mapa 5 –	Jornada de Élie Delpal em 1897	69
Figura 1 –	“China – Seria isso o Cristianismo?” (1901)	80
Mapa 6 –	Locais visitados por Mary Gaunt em 1913	87
Mapa 7 –	“Beijing e seus Arredores” (1912)	92
Figura 2 –	Carroça de Pequim tombada (1913)	97
Figura 3 –	“Beidaihe, Colina Oriental” (1903)	99
Mapa 8 –	“Do Rio Branco a Beijing: Vista Aérea da Área Perturbada [pelos Boxers] na China” (1900)	100
Quadro 3 –	Termos ou expressões associados ao povo chinês	111
Mapa 9 –	Linhas de Ataque Japonesas na Guerra Sino-Japonesa (1894-1895)	130
Figura 4 –	“O Triunfo da Civilização!” (1894)	132
Gráfico 2 –	Comércio de mercadorias entre EUA e China nos anos 1890	135
Documento 1 –	Primeira Página da Carta de Lou H. Hoover a Evelyn Wight (1900)	140
Figura 5 –	“Deuses Mortos em Zunhua” (1913)	149
Mapa 10 –	Investigação do cultivo de papoula por Sir. Alexander Hosie, 1910-11	163

Figura 6 –	Príncipe Chun sentado, seu filho Pujie no colo e o imperador Puyi ao lado (1909)	167
Figura 7 –	“O mandarinato, absorvente e perverso” (04/03/1912)	170
Figura 8 –	Presidente Provisório Sun Zhongshan nas tumbas dos imperadores Ming	175
Mapa 11 –	Expansão do Movimento Revolucionário (outubro e novembro de 1911)	179
Figura 9 –	“Bravo!” (24 de fevereiro de 1912)	181
Figura 10 –	Pronunciamento de Yuan Shikai para oficiais do exército (c. 1912)	189
Mapa 12 –	Rebelião contra o governo de Yuan Shikai (julho de 1913)	190
Figura 11 –	“O Exército das Mulheres em Ataque à Cidade de Nanjing” (1911)	194
Figura 12 –	“A História pega sua caneta” (2 de novembro de 1912)	196
Documento 2 –	“Assinatura para a Campanha da China” (1913)	197
Figura 13 –	“Wu Tingfang, ministro chinês” (1900)	203
Figura 14 –	Retrato de Gu Hongming (c. 1914)	216

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES SINO-OCIDENTAIS NO SÉCULO XIX	40
2.1	Sinofilia e Sinofobia: antecedentes do contato direto	40
2.2	O observador na China: plano de fundo	53
2.3	“Eu havia chegado à China”: contato direto	63
2.4	Civilização e Progresso	73
3	“ESTA BABILÔNIA MODERNA”: O IMPÉRIO DAS CONTRADIÇÕES	86
3.1	O espelho da China: Beijing, Tianjin e outras localidades	86
3.2	Nova China e Velha China	101
3.3	Chinês dócil, chinês demoníaco	119
4	AS MUTAÇÕES DO CELESTE IMPÉRIO: OS PROCESSOS QUE LEVARAM À QUEDA DO IMPÉRIO SEGUNDO OS OBSERVADORES OCIDENTAIS	127
4.1	Antecedentes importantes no imaginário ocidental	128
4.2	O ‘despertar’ da China	138
4.3	As reformas imperiais	145
4.4	A queda do império	165
5	“O CÉU NÃO TEM FAVORITOS”: A PALAVRA DOS CELESTES	202
5.1	Sobre a República da China	204
5.1.1	Wu Tingfang e o apreço pela liberdade	204
5.1.2	Gu Hongming e a importância da lealdade	210
5.2	Sobre incompreensão	216
5.2.1	Gu Hongming e os supostos ‘especialistas da China’	216
5.2.2	Wu Tingfang: julgamento e arrogância	221
5.3	Sobre civilização	226

5.3.1	Gu Hongming e o chinês civilizador	226
5.3.2	Wu Tingfang: “civilização americana x civilização chinesa”	231
5.4	Conclusão do capítulo	236
6	CONCLUSÃO	239
	REFERÊNCIAS	244

1 INTRODUÇÃO

“Uma experiência única é sempre impotente para discriminar seus próprios fatores: por conseguinte, para fornecer sua própria interpretação.” – Marc Bloch.

“O observador é fonte de erros, contra ele a crítica deve permanecer vigilante.” – Fernand Braudel.

“Uma coisa parece certa, entre nós Ocidentais e os Chineses, há um grande golfo. Nós olhamos através [dele] e às vezes pensamos sobre, às vezes sentimos pena e às vezes os admiramos, mas não conseguimos entendê-los.” – Mary E. Gaunt.

Essa dissertação é uma pesquisa de mestrado acerca de um tema que não deixa de ser atual: o problema de alteridade presente nas relações sino-ocidentais. Não se tem pretensão, aqui, de abarcar esse assunto em sua totalidade. A história das imagens que o ocidente formulou sobre a China é antiga e possui momentos diferentes que, não obstante, assistiram a produções de ideias contrastantes sobre o país. Dentro dessa imensidão temporal, entre as viagens medievais que precederam Marco Polo e os passeios constantes dos turistas de hoje, diversos foram os momentos-chaves que marcaram esse longo relacionamento. Esta dissertação se propõe, então, a historicizar uma imagem que se perpetua, em parte, no pensamento dominante do Ocidente em relação à China, contribuindo assim não apenas com o resgate da experiência estrangeira lá, em seu devido lugar histórico, mas à literatura que existe sobre a questão da alteridade que surge no contato com “o outro”.

Ao elencar as fontes ocidentais, cuja natureza será melhor explicada mais adiante, percebeu-se um grande volume de obras que foram publicadas entre os anos de 1880 e 1920. Diferentes momentos dentro desse recorte podem ser analisados separadamente para a realização de trabalhos mais aprofundados. O período aqui selecionado remete aos anos 1901 e 1912, marcado entre o fim do Movimento Boxer, rebelião de sociedades secretas contra estrangeiros, e a abdicação do último imperador. Dentre outras palavras, trata-se do ocaso da última dinastia. O movimento de 1900 foi muito discutido tanto na época como na sinologia, porém boa parte das obras que tratam dos discursos estrangeiros sobre a China passam rapidamente pelos anos finais do império e o começo da república, período que, anacronicamente falando, parece ofuscado entre os conflitos do último decênio do século XIX e a Guerra Civil dos anos 1920 em diante.

Como tal, a China sempre esteve presente em nosso imaginário sem que, talvez, nós necessariamente nos déssemos conta do escopo dessa presença. Do cinema à culinária, as sociedades ocidentais frequentemente interagem com a cultura chinesa, mesmo naqueles casos em que se encontra adaptada ao público ocidental. Apesar dessa aparente e, no entanto, sutil presença, a China e os chineses continuam incompreensíveis. É como um lugar distante de nós tanto física quanto mentalmente, o outro lado do mundo na brincadeira de criança que diz: “Sabia que se você cavar bem fundo pode chegar à China?” São muitas as barreiras que dificultam o mundo ocidental de enxergar o crescimento da China em seus processos históricos autóctones em diálogo com a escala global. Essa dificuldade, no entanto, também tem a sua história.

De fato, há muita coisa impregnada em nossa percepção sobre ela: as camadas de séculos de categorizações e narrativas que permeiam o nosso imaginário. Tais discursos podem parecer antagônicos se observarmos esses momentos separadamente, mas eles formam, na verdade, uma grande junção de camadas onde aspectos de visões elaboradas sobre o país em uma época aparecem ressignificadas em outra, adaptadas ao tempo presente do observador. Foi assim, por exemplo, que a ideia de Perigo Amarelo de finais do século XIX se tornou Perigo Vermelho na guerra fria, uma com viés racial e outra com ideológico. Como tudo de origem humana, nada simplesmente surge em existência, pois há, por traz de cada uma dessas elaborações, um processo histórico maior.

Visões de mundo podem parecer curiosas e inofensivas, mas permeiam nosso cotidiano e o impactam em áreas como a diplomacia, as trocas comerciais e mesmo a imigração, para nomear alguns exemplos. A sinologia certamente percebeu isso. E como não poderia? É inevitável que a ascensão da China faça com que um número cada vez maior de pessoas se interesse por sua história, cultura e futuro. De fato, como os historiadores sabem muito bem, nossos questionamentos partem das preocupações do tempo presente e essa dissertação não escapou disso. Foi com a crescente importância da China e sua inquestionável, porém geralmente negligenciada, contribuição à humanidade que muitos sinólogos se dedicaram a estudar os vários momentos da imagem ocidental sobre o país e seus porquês.

Se retornarmos um século, a uma China ainda mais incerta, vilipendiada pelo ocidente e desestruturada por suas inúmeras crises internas, já havia estudiosos preocupados com essa falta de alteridade e ausência de estudos. Um desses foi Herbert Henry Gowen (1864-1960),

missionário inglês e professor universitário nos Estados Unidos. Podemos ler, na introdução de seu livro *Um Esboço Sobre a História da China* (1913), o seguinte:¹

“Não é estranho que aquela longa estrada ininterrupta da vida humana que se estende sem fissura do nosso tempo às Eras de fábula e mito, o conto contínuo - com o qual os antigos anais de Grécia e Roma parecem modernos por contraste, a história que tem as suas surpresas, como ser testemunha da vitalidade da juventude no presente, deveria ser, em grande medida, um caminho inexplorado pelo estudante ordinário em nossas escolas e universidades?”²

Assim foi que, em 1967, o sinólogo britânico Raymond Dawson (1923-2002) publicou *O Camaleão Chinês: Análise das Concepções Europeias sobre a China*, onde alertou que: “Ao ir encolhendo o mundo e crescendo a China, nossa ignorância resultará mais perigosa.”³ Hoje, parece-nos óbvio dizer isso, mas vale ressaltar que, no ano de sua publicação, a República Popular da China dava início à sua Grande Revolução Cultural Proletária (1966-1976), entendida pela mídia como uma espécie de suicídio nacional, “[...] louco para tantos ocidentais a ponto de sugerir uma explicação psicodélica ou psiquiátrica.”⁴ E, no entanto, observando para além do superficial, Raymond Dawson alertou sobre a importância negligenciada da China – uma importância geopolítica, não obstante.

Seu livro buscou atingir um público mais amplo do que o meio acadêmico, possível razão pela qual não discutiu a metodologia empregada na seleção das fontes ou do conteúdo. De qualquer forma, o trabalho precedeu – ainda que quase tenha sido contemporâneo – a virada linguística dos anos 1970, com trabalhos sobre análise de discurso de filósofos e linguistas como Michel Foucault (1926-1984) e Michel Pêcheux (1938-1983). Também precedeu o livro *Orientalismo*, de Edward Said (1935-2003), publicado em 1978, que, embora se restringisse ao Oriente Médio, foi, não obstante, uma obra muito influente aos estudiosos da alteridade. As referências de Raymond Dawson não foram por isso menos importantes e, dentre elas, figurou trabalhos como *Ciência e Civilização na China*, iniciado nos anos 1950 pelo biólogo inglês

¹ GOWEN, Herbert Henry. **An Outline History of China**. 2 Volumes. Boston: Sherman, French & Company, 1913. Sem tradução ao português.

² GOWEN, Herbert Henry. **An Outline History of China**, Part I: From the Earliest Times to the Manchu Conquest A. D. 1644. Boston: Sherman, French & Company, 1913, p. 2.

³ DAWSON, Raymond. **El Camaleón Chino: Análisis de los conceptos europeos de la civilización china**. Madri: Alianza Editorial, 1970, p. 20.

⁴ THE NEW YORK TIMES. “Assessing a Year of China's Cultural Revolution.” Matéria de 15 de maio de 1967, escrita por Harry Schwartz. Pode ser acessado em: <https://nyti.ms/2ZwQuMu>

Joseph Needham (1900-1995), que já criticavam o espaço tradicionalmente atribuído à China pela intelectualidade ocidental e suas instituições.

Um dos pontos essenciais de sua crítica esteve na então recente profissionalização dos sinólogos ocidentais. Até depois da Segunda Guerra Mundial, os professores universitários que se dedicavam à língua e à literatura chinesas advinham ora de grupos como missionários, ora de estudiosos de outras áreas, como a antiguidade Greco-Romana, que despertaram curiosidade pelos chineses.⁵ Seu livro então divide-se em oito capítulos que tratam de quase mil anos de contato sino-ocidental. Com tanta informação para distribuir em poucos capítulos, não é de se esperar outra coisa senão que muito tenha sido deixado de fora pela seleção de informações. Nesse sentido, a queda da última dinastia passou quase despercebida na sua narrativa.

A obra de Raymond Dawson dialoga bem com outra, publicada trinta anos depois pelo sinólogo anglo-americano Jonathan Spence, em 1998, chamada *O Grande Continente dos Chan: A China nas Mentres Ocidentais*.⁶ Principalmente porque a estrutura de capítulos das obras é parecida, ainda que seus objetivos e métodos diverjam. Fora isso, as palavras iniciais do autor servem como adágio introdutório também para essa dissertação, e tomá-las-ei aqui, quando disse: “Um aspecto da grandeza de um país é certamente a sua capacidade de atrair e reter a atenção dos outros.”⁷ Nesse sentido, a grandeza da China é inquestionável, o que ambos os livros apresentam e o que será mostrado aqui, indiretamente. Jonathan Spence, por sua vez, ainda que tenha explicado a estrutura de seus capítulos em torno das fontes que selecionou, pouco disse sobre o método de seleção, ou as razões de ter escolhido essas e não aquelas.

Cada capítulo de Raymond Dawson condiz com um momento diferente da imagem ocidental sobre a China. Às vezes, vários capítulos tratam de um mesmo período, na medida em que analisam aspectos, ou grupos sociais, diferentes. Um esforço similar ocorreu em *O Grande Continente dos Chan*, de Jonathan Spence, dividido em doze capítulos que começam com Marco Polo e terminam nos anos 1930-40. Ambos trazem a mesma estrutura temporal de análise: imagem exótica (medieval), auge da imagem positiva (jesuítas; renascimento), imagem ambígua (iluminismo), auge da imagem negativa (século XIX), e atualidade (conclusão), nessa ordem.

⁵ DAWSON, Raymond. *El Camaleón Chino*. Op. cit., pp. 16-18.

⁶ SPENCE, Jonathan D. *The Chan's Great Continent: China in Western Minds*. Nova York: W.W. Norton & Company, 1998. Sem tradução ao português.

⁷ Idem., p. xi.

No espaço de tempo entre Raymond Dawson e Jonathan Spence, uma série de livros foram publicados abordando também o lado chinês dessas relações e da produção imagética sobre o outro. Em 1986, por exemplo, o sinólogo francês André Levy, nascido na concessão francesa em Tianjin, publicou o seu *Novas cartas edificantes e curiosas do Extremo Ocidente por viajantes chineses na Belle Époque, 1866-1906*.⁸ O trabalho foi possível visto que, uma vez finda a Revolução Cultural Proletária em 1976, uma série de documentos outrora desconhecidos pela sinologia tornaram-se acessíveis a pesquisadores ocidentais. Dentre esses documentos, estavam cartas, diários e outros registros de embaixadores chineses que escreveram suas observações pessoais acerca da Europa e dos costumes ocidentais. Leo Ou-fan Lee e R. David Arkush fizeram algo similar com viajantes chineses aos Estados Unidos em seu livro *Terra Sem Fantasmas: Impressão dos Estados Unidos por Chineses de Meados do Século XIX ao Presente*, publicado em 1989.⁹ Obras como essas contribuíram para enriquecer os estudos sobre as relações sino-ocidentais no período tão conturbado dos séculos XIX e XX, ainda que, no entanto, tenham dado pouca – ou nenhuma – atenção à instalação da República e os anos que a precederam. Resta, portanto, as perguntas: como os chineses conceberam a República? como defenderam-na, ou atacaram-na, frente às publicações ocidentais?

Em 2002, o sinólogo John Gregory publicou *O Ocidente e a China Desde 1500*, onde fez um esforço mais amplo ao incluir a virada ao século XXI. Seu trabalho foi dividido em quatro sessões: uma primeira introdutória, onde abordou questões teóricas, e outras três separadas por blocos temporais, respectivamente os períodos entre 1500-1800, 1800-1900 e 1900-2000.¹⁰ No prefácio, explicou que não se tratava de uma história da China, apenas um “panorama da abordagem ocidental naquele país”.¹¹ Sua percepção sobre o século XX chinês caiu na dicotomia entre o “passado tradicional” e o “futuro modernizante”, fortemente presente na historiografia e amplamente criticada por sinólogos como Paul Cohen desde os anos 1980. Ainda que tenha abordado essa longa trajetória de contatos sino-ocidentais, John Gregory pouco disse sobre o ocaso da última dinastia. Ao descrever o impacto do Movimento Boxer, por exemplo, o autor afirmou que: “Depois disso, a questão se tornou não mais se, mas de que forma, quão rápida e

⁸ LÉVY, André. **Novas cartas edificantes e curiosas do Extremo Ocidente por viajantes chineses na Belle Époque, 1866-1906**. São Paulo: Círculo do Livro, [1986] s.d.

⁹ ARKUSH, R. David & LEE, Leo O. (Eds.) **Land Without Ghosts: Chinese Impressions of America from the Mid-Nineteenth Century to the Present**. Los Angeles: University of California Press, 1989. Sem tradução ao português.

¹⁰ GREGORY, John S. **The West and China Since 1500**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2002. Sem tradução ao português.

¹¹ Idem., p. viii.

[quão] bem-sucedida a China se reconfiguraria como um Estado-nação modernizado.”¹² Ele não aprofundou mais a questão, deixando-a em aberto: por que a mudança de percepção? de que forma ela ocorreu? houve contradições? De fato, quando chegou, em seu livro, no momento de falar sobre isso, ele preferiu “sumarizar os principais desenvolvimentos políticos que ocorreram na China entre 1901 e 1928” em um parágrafo.¹³

Em 2009, saiu a terceira edição do livro *O Grande Encontro da China e do Ocidente, 1500-1800*, publicado inicialmente em 1999 pelo sinólogo americano David Mungello.¹⁴ Seu primeiro capítulo foi dedicado a fazer uma revisão literária sobre o tema, onde debateu a historiografia tradicional americana e sua polarização entre “tradição” e “modernidade”.¹⁵ Paul Cohen, em seu livro *Descobrendo a História na China: Escritos Históricos Americanos Sobre o Passado Recente Chinês*, publicado em 1984, também criticou essa dicotomia como limitadora, visto que não permite outra alternativa senão pertencer a um dos polos. Esse é um perigo comum no pensamento universalista ocidental: o essencialismo. Dizer que tradição é tudo aquilo que não se classifica como moderno é uma extrema simplificação de questões heterogêneas, mas cuja homogeneização implícita na categorização “tradicional” nos impede de perceber as suas singularidades.¹⁶ Igualmente, a “modernidade” pode ser utilizada para realçar aspectos considerados “não modernos” da sociedade, como, por exemplo, o uso do rádio para divulgar valores tradicionais.¹⁷

A obra de David Mungello não chega a abordar o ocaso da última dinastia, pois o autor finalizou sua análise na virada para o século XIX. Ele, não obstante, fez um importante debate teórico-metodológico e abordou com maior cautela e propriedade as informações que trouxe. De fato, esses são livros muito interessantes que buscam apresentar a síntese de uma época a partir de certos autores selecionados. No entanto, e talvez mesmo devido ao escopo dos trabalhos (de cinco a oito séculos!), muito ficou de fora, desconsiderado pela seleção daquilo que valeria à pena ser dito para se atingir o objetivo esperado. Tal seleção, seja ela qual for, pode talvez nos dar a falsa impressão de que as sociedades ocidentais discutiam em grande volume sobre a China

¹² GREGORY, John S. **The West and China Since 1500**. Op. cit., p. 131.

¹³ Idem., p. 139.

¹⁴ MUNGELLO, David E. **The Great Encounter of China and the West, 1500-1800**. 3ª Ed. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2009. Sem tradução ao português.

¹⁵ Idem., p. 2.

¹⁶ COHEN, Paul A. **Discovering History in China: American Historical Writing on the Recent Chinese Past**. Nova York: Columbia University Press, 1984, p. 94.

¹⁷ Idem., p. 93.

e os chineses, quando em determinadas épocas a China foi tema secundário, ou mesmo terciário. No entanto, os discursos elaborados em seu tempo indubitavelmente influenciaram a visão de mundo ocidental sobre o chinês. Esse impacto hoje – as camadas de elaborações passadas que persistem no tempo presente –, decerto influenciam as relações sino-ocidentais, e não apenas aquelas entre governos.

Saindo dos livros de maior escopo, concentremo-nos naqueles que tratam de períodos condensados e que, por sua vez, conseguem por isso fazer um cruzamento melhor entre as fontes utilizadas. O sinólogo americano Nicholas Clifford publicou, em 2001, o livro *“Uma Verdadeira Impressão do País”*: *Literatura de Viagem Britânica e Americana na China, 1880-1949*. Seu objetivo não foi o de propriamente fazer um balanço da imagem ocidental sobre a China, como os autores supracitados fizeram, mas o de analisar a seleção de informações e a narrativa da literatura de viagem tal como feitas por viajantes que estiveram na China.¹⁸

Ele trouxe consigo um aporte metodológico interessante: Primeiramente, preocupou-se com a heterogeneidade das experiências analisadas para não cair no essencialismo de reduzir tudo a uma espécie homogeneizadora de “orientalismo” – sua crítica a Edward Said.¹⁹ Segundamente, teve cuidado para a teoria não se sobrepor às fontes; ou seja, para não julgar ou se limitar a uma simples análise discursiva.²⁰ Terceiramente, na seleção do recorte temporal, onde 1949 fez sentido por determinar uma quebra tanto com o turismo ocidental quanto com as viagens (todavia, por que começar em 1880?)

Sua obra está repleta de fontes minuciosamente estudadas, algumas das quais também compõem o escopo de análise desta dissertação. Entretanto, para além das observações feitas acerca do povo chinês e de suas localidades, que também serão abordadas aqui, Nicholas Clifford pouco falou diretamente sobre a República, senão em três ou quatro páginas. Não foi, de fato, seu objetivo, todavia, como em John Gregory, deixa-nos perguntando de que forma “o novo espírito no ar”²¹ foi sentido por diferentes observadores, ou que outros autores escreveram sobre os últimos anos do império e de que forma se posicionaram.

Jeffrey Dupée, em *Escritores de Viagem Britânicos na China: Escrevendo para Casa a um Público Britânico, 1890-1914*, publicado em 2004, expandiu o leque ao incluir na categoria

¹⁸ CLIFFORD, Nicholas R. *“A Truthful Impression of the Country”*: British and American Travel Writing in China, 1880-1949. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2001, pp. 4-5.

¹⁹ Idem., pp. 12-13.

²⁰ Idem., p. 17.

²¹ Idem., p. 67.

de viajante-escritor e sua literatura de viagem diplomatas, jornalistas, políticos, e outros grupos.²² Seu ponto foi, assim como Nicholas Clifford, o de não naturalizar as categorias de pessoa que selecionou, escapando do perigo de limitá-las ao grupo a que pertencem.²³ Segundo ele – mais uma crítica a Edward Said –, um discurso sobre o outro não necessariamente o negativaria e, de fato, tais escritores foram capazes tanto de replicar como de criticar o discurso dominante.²⁴ Assim, ele aborda uma perspectiva que não generaliza a Europa como colonizadora, frequentemente mencionando os debates teórico-metodológicos que sucederam a historiografia pós-colonial. Em seu livro, o recorte temporal foi delimitado justificado pelo fato de que nele houve “um extraordinário número de relatos de viagem publicados [...], muito mais do que qualquer outro período precedente.”²⁵

Sua análise, em geral, abarca a periodização escolhida nessa dissertação, delimitada entre o fim do Movimento Boxer em 1901, já mencionado por John Gregory e outros como um ponto de mudança na perspectiva ocidental sobre a China, e a abdicação do último imperador em 1912. Como será abordado mais adiante, procuro demonstrar aqui como o período entre 1901 e 1912 foi concebido, *a posteriori*, como parte de um processo que levaria inexoravelmente a uma mudança drástica na China, certamente com a queda da dinastia reinante, possivelmente com uma república. Sobre esse evento da abdicação, Jeffrey Dupée escreveu que:

“Deve ser enfatizado também que a visão ocidental da China depressiva e ‘arcaica’, desgastada como estava por boa parte do século dezanove e vinte, também experimentou alterações. Ela começou a se deslocar em direção a representações mais positivas na medida em que a primeira década do novo século a empurrou em direção à Revolução de 1911, e por muitos anos continuou a evidenciar uma melhora decidida em sua confiança acerca da China e seu futuro.”²⁶

Todavia, pouco, de fato, foi dito sobre esse momento da queda do império. Alguns dos detalhes que Jeffrey Dupée e Nicholas Clifford se preocuparam em se ater também fazem parte do escopo desse trabalho, nesse caso com o acréscimo dos eventos políticos, principalmente as reformas do primeiro decênio do século XX e a formação da República em 1912. Afinal, para

²² DUPÉE, Jeffrey N. **British Travel Writers in China: Writing Home to a British Public, 1890-1914**. Lewiston: The Edwin Mellen Press, 2004. Sem tradução ao português.

²³ Idem., p. 43.

²⁴ Idem., pp. 16-18.

²⁵ Idem., p. 41.

²⁶ Idem., p. 73.

citar Bernard de Chartres, estamos todos “nos ombros de gigantes”, tentando enxergar um pouco mais adiante.

De qualquer maneira, esse esforço de questionar tais imagens começou há muito tempo, antes mesmo da sinologia se constituir em carreira acadêmica, entre os aventureiros, missionários e diplomatas que foram à China. Através da sagacidade, da excentricidade e da coragem que os levou até o outro polo do fazer e do pensar humanos, questionaram um pouco os seus pré-conceitos sobre o país. Livros como os de Jonathan Spence, Raymond Dawson, David Mungello e John Gregory acabam trazendo imagens generalizadas sobre as épocas que retratam, o que é um problema enfrentado por todos os que trabalham em sua escala temporal e um reflexo da seleção das fontes que utilizaram. Outros, como os de Nicholas Clifford e Jeffrey Dupée, são, de fato, estudos mais especializados e focados, por sua seleção de fontes e pelo recorte temporal. Essa dissertação também sofre dessas mesmas questões, um pouco da generalização de um e da especificidade de outro, o que, longe de ser um defeito, acrescenta ao grande conjunto de obras sobre como o Ocidente enxergou a China. O objetivo da maioria desses livros, particularmente os de maior escopo, foi o de evidenciar a constante mutação de imagens sobre a China e como o país que hoje é geralmente mal recebido foi, há muito tempo, tão admirado e idealizado. Formam um contraste que faz o leitor questionar aquilo que entende sobre o país, ao mesmo tempo em que, ao visualizar os processos históricos que levaram à formação daquelas imagens sobre o outro, evidenciam também o porquê de pensarmos o que pensamos sobre a China.

Dentro de cada um desses grandes períodos mencionados houve pequenos momentos que foram importantes para a manutenção ou a reformulação de determinadas imagens sobre os chineses. Os autores decerto sabiam isso, como Nicholas Clifford e Jeffrey Dupée, na medida em que dedicaram diversos capítulos a grupos sociais diferentes de uma mesma época. Até dentro de um mesmo grupo havia discordâncias, como Voltaire e Montesquieu, onde um soube retirar aspectos positivos enquanto o outro vilipendiou a China. Os principais desses momentos, alguns marcados por eventos específicos, como o Movimento Boxer de 1900, foram retratados em seus livros como pontos de mutação das imagens formuladas até então. Para nós, hoje, os séculos XIX e XX formam um desses períodos mais importantes, pois, queiramos ou não, somos discípulos herdeiros de suas elaborações científicas, de seus impérios coloniais e de sua visão de mundo.

Por isso, é preciso tomarmos cuidado para não cairmos nas armadilhas de nossa incompreensão, fruto de anos de desinteresse sobre os chineses e sua história. É preciso também

fugir do modelo eurocêntrico pré-fabricado que utilizamos para analisar a China, pois aplica, a cada novo acontecimento, uma lógica de causa e consequência baseada quase inteiramente na experiência ocidental. Esse eurocentrismo, expandido em larga medida pelos próprios autores brasileiros e norte-americanos, só existe uma vez que há suporte local também fora da Europa. Por essa razão, o termo é maior do que sua nomenclatura faz entender e é perfeitamente cabível aos países cuja classe dominante e elite intelectual se identificam com a “cultura ocidental”, como é o caso do Brasil. Por essa razão, quando utilizo o termo “Ocidente” ou “ocidental”, faço uma expansão daquele utilizado por Jean Chesneaux em *A Ásia Oriental nos Séculos XIX e XX* (1966)²⁷, onde incluo também a América Latina, que se identifica como pertencente a esse bloco, ainda que esteja integrada a ele de forma subalterna.

Se fizermos ainda outro recorte temporal, chegaremos ao período que Eric Hobsbawm chamou de Era dos Impérios (1875-1914), que, como vimos, “mais que qualquer outra, [...] exige desmistificação precisamente porque nós – inclusive os historiadores – não vivemos mais nela, *mas não sabemos o quanto dela ainda vive em nós.*”²⁸ Isto é devido, em grande medida, ao tempo de exposição ao ponto de vista eurocêntrico da história, largamente indisputável nos meios acadêmicos, nas mídias e no cotidiano das sociedades que compõem o que chamamos de Ocidente. Ademais, foi nesse momento que se lançou os principais argumentos com os quais, em grande parte, concebemos a China, que foram cientificados pelas novas metodologias de análise socioculturais.

Um fator que não pode ser desvinculado da formação imagética desse período foi o imperialismo, que reconfigurou as relações de poder no Leste Asiático e na China após o fim das Guerras do Ópio (1842 e 1860). Isso influenciou a forma como o ocidental enxergou a China, um olhar de cima para baixo, o que se refletiu nos escritos sobre o país. Tal ponto de vista foi fruto desse contexto imperial maior, dessa falta de alteridade do Ocidente que os indígenas americanos já conheciam muito bem. Esse “roubo da história”, para usar a expressão do antropólogo Jack Goody,²⁹ explica a longa duração dessa imagem criada sobre a China no século XIX, que parece

²⁷ CHESNEAUX, Jean. *L'Asie Orientale aux XIX^e et XX^e Siècles*. Paris : Presses Universitaires de France, 1966. Há uma tradução ao português: CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Pioneira, 1976.

²⁸ HOBBSAWM, Eric J. *The Age of Empire, 1875-1914*. 1ª Ed. Nova York: Vintage Books, 1985, p. 5. Itálico acrescentado por mim.

²⁹ Termo empregado pelo antropólogo Jack Goody para se referir ao domínio do Ocidente sobre a escrita da história, partindo quase sempre de seu ponto de vista e suas experiências provinciais e universalizando-as como realidades

progredir³⁰ em espiral, pois gira em torno dos mesmos pontos: que o país é atrasado, ou que seus avanços dependem da influência estrangeira, ou que, apesar dos avanços, nunca será tão perfeito ou livre ou confortável como o “primeiro mundo”.

Essa dissertação, portanto, também se insere no longo debate enfrentado pela sinologia sobre os problemas de se analisar o mundo de acordo com uma experiência histórica exclusivamente regional, do pedaço para o todo. Do ponto de vista científico, como sabemos, isso seria um grave problema metodológico, tal como denunciado pelo historiador indiano Ranahit Guha, quando disse que “nenhum discurso pode realizar uma crítica a uma cultura dominante enquanto seus parâmetros [de análise] forem os mesmos dessa cultura.”³¹ Modelos limitados à sua própria realidade são sempre problemáticos e a sinologia tem muito a contribuir para mudar isso. Afinal, falamos tanto em dialética que esquecemos que a síntese surge da interação com a antítese e, afinal, qual seria a posição da China, do ponto de vista ocidental, senão aquilo que Simon Leys chamou de “o outro lado da experiência humana”?³² Por isso mesmo, a China se apresenta como um desafio epistemológico ao Ocidente por sua forma autóctone de compreender o mundo, de entender como as coisas são ou de como elas se tornaram o que são, mesmo dentro do espaço físico e cultural do próprio Ocidente.

Pensando nisso, podemos inverter o ponto de observação e veremos como os chineses têm muitos nomes para definir os momentos que se inserem nos séculos XIX e XX, mesmo dentro do recorte reduzido da Era dos Impérios. Há diversas outras periodizações possíveis, como os Cem Anos de Humilhação Nacional, ou Século da Humilhação (百年国耻 *bǎinián guóchǐ*), cuja delimitação temporal varia a depender da instituição que o define – no caso do Partido Comunista da China, entre 1839-1949. Há também a divisão tradicional por nomes de governos, nesse caso seriam as Eras de Guangxu 光绪帝, 1875-1908, e de Xuantong 宣统帝, 1908-1912. Ou mesmo o Século dos Tratados, remetendo ao sistema que redefiniu as relações sino-ocidentais entre 1842 e 1943. Todavia, serve para dizer que os chineses têm suas próprias nomenclaturas e sua própria experiência sobre o período, não se limitando àquelas definidas pelo Ocidente.

inerentes de cada quadrante do globo. Em: GOODY, Jack. **The Theft of History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 1.

³⁰ Não uso aqui “progredir” no sentido de avanço, mas sim no de uma sucessão; ou seja, uma alteração ou mudança que contém, em seu novo estado, algumas permanências que evidenciam de onde derivou. Esse “novo estado” pode ser tanto positivo quanto negativo. A partir da noção matemática de “progressão”, no Dicionário Online de Português; disponível em: <https://www.dicio.com.br/progressao/>

³¹ GUHA, Ranahit. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Traducción castellana de Gloria Cano. Prólogo de Josep Fontana. Barcelona: Crítica, 2002, p. 13.

³² Citado em CHENG, Anne. **História do Pensamento Chinês**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 23.

A Era dos Impérios foi, não obstante, o momento da formação dos Estados-nacionais na Europa e no continente americano, então é de se esperar que os observadores estivessem com esse processo em mente ao enxergar o mundo. De fato, como sabemos, a categorização do outro foi feita a partir de si, tendo o próprio Ocidente como parâmetro de análise e escala. Ao se estabelecer “o outro” como tal, cria-se a distinção. Ainda há, no entanto, outro momento dentro desse período mais reduzido da Era dos Impérios que precisa ser destacado. De fato, do ponto de vista ocidental faz sentido distribuí-lo dessa forma, mas mesmo se nos deslocarmos um pouco não ao observador, como foi feito acima, mas aos observados e seus eventos, veremos surgir pequenos e diferentes momentos importantes.

Entre os anos 1860 e 1885, por exemplo, a China passou por um forte movimento interno de fortalecimento de suas estruturas militares para impedir futuras rebeliões, resistir à agressão estrangeira e consolidar por mais tempo a dinastia imperial no poder. Isso foi feito, muitas vezes, ao se aplicar técnicas e maquinários oriundas da Europa e, decerto, provocou uma reação nos observadores ocidentais. Todavia, caiu por terra após a derrota contra a França em 1885, ainda que a China tenha sido capaz de recuperar, com a continuidade dos programas de fortalecimento militar, parte de seu estatuto *ante bellum* no imaginário ocidental. Entre 1895 e 1898, por exemplo, teve-se outro momento, pois a China foi derrotada pelo Japão em uma guerra curta, e logo a imagem construída se alterou. Em 1898, ademais, reformas mais radicais foram tentadas pelo governo imperial, que acabaram fracassando, o que provocou uma reação também entre os ocidentais. O ano de 1900 marcou uma quebra parcial com essas observações anteriores e, não obstante, uma terceira renovação das expectativas da classe dominante ocidental com o futuro da China e seus interesses no país. Essa observação se diferenciou das demais na medida em que chegou a um fim que foi, de certa forma, o caminho esperado: a queda do império em 1912 e a formação de uma República, vista como moderna, ou em processo de modernização.

Dito isso, o momento mais importante dessa observação se deu entre 1901 e 1912. Diversos autores, quando se debruçaram sobre isso, falaram muito sobre os boxers de 1900 e seu impacto na imprensa ocidental, no reforço da ideia de Perigo Amarelo e outras categorizações sobre os chineses. O termo em si foi primeiro utilizado pelo Kaiser Friedrich Wilhelm II (1859-1941) durante a Guerra Sino-Japonesa de 1894 e empregado, desde então, para se referir a uma ameaça existencial da “raça amarela” ao Ocidente “branco”. Como vimos, menciona-se geralmente quase de passagem que a dinastia foi derrubada em 1912 e continua-se a analisar

como a imagem da China se alterou nos anos 1920, ou na Guerra Fria, e por aí em diante. Se 1900 representou as forças do conservadorismo e da reação, entendidas pelos ocidentais como negativas em sua origem “supersticiosa”, mas positivas pelo “impacto modernizador” causado pelas imposições após o seu fracasso, o ano de 1912 representou o contrário: as forças do progresso e da ação. Esse período, portanto, toca em uma parte crucial da identidade ocidental da época e de suas narrativas sobre a China: aquela da modernização. Ademais, se o entendimento sobre a China mudou durante o período, então como essa nova perspectiva se refletiu nas concepções que havia sobre a população chinesa? Foi para tentar entender como foi formulada a imagem ocidental sobre a China no ocaso da última dinastia, o que mudou ou permaneceu, e os porquês, que essa dissertação nasceu.

O momento entre 1901 e 1912 faz muito sentido do ponto de vista ocidental, mas do lado chinês poderíamos ainda retroceder esse período para 1895, fim da guerra contra o Japão e momento em que se formaram os grupos políticos que eventualmente estabeleceram a república. Ademais, se o império representava o que era de atrasado e a república o que era de moderno, a breve ascensão do presidente ao trono do dragão em 1915 demonstrou um retorno, ou melhor, um fracasso de retorno, à ordem anterior. Isso faz com que a periodização dessa dissertação seja mais elástica do que o título deixa a entender. Afinal, muitos dos observadores que escreveram durante o período escolhido estavam vivos e atuantes antes, tendo inclusive escrito sobre a China e seu povo. Por essa razão, inclusive, as cartas da família do diplomata americano Charles H. Denby (1830-1904), presentes na Biblioteca do Congresso em Washington, D.C., foram utilizadas para contrapor com as publicações posteriores do diplomata e seu filho. Serviram também para observar certos posicionamentos que dificilmente publicariam e para captar algumas nuances da vida estrangeira na China. O mesmo vale para depois, pois muitos dos livros que foram publicados sobre os eventos de 1912 saíram dois ou mais anos depois da queda do império, seja por virtude da coleta de informações, do tempo de escrita ou do processo de editoração.

Para que a pesquisa, de fato, se concretizasse, foi preciso mergulhar nas fontes da época, muitas das quais em domínio público devido ao tempo em que foram publicadas. A maioria pode ser encontrada na internet, disponibilizada por universidades como a de Michigan, Harvard e Berkeley-California, ou instituições como a Gallica, onde há um acervo digitalizado da Bibliothèque Nationale de France, e a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Para melhor tirar as conclusões sobre esses observadores, foi realizado um cruzamento entre as fontes

a partir de diferentes mídias, como livros da época, palestras publicadas, matérias jornalísticas, cartas pessoais e a iconografia. Essas fontes variam de estilo e escopo. Algumas, por exemplo, não passam de uma dúzia de páginas, como nos pequenos artigos da *The North American Review*, revista estadunidense. Certos panfletos missionários, com intuito de educar o leitor – muitas vezes recém-chegado à China –, também não passam de meia dezena de páginas e trazem ideias curtas e diretas. Os conteúdos são mais objetivos naqueles textos que foram transcritos de palestras dadas em universidades, reduzidos às ideias principais, sem o grande espaço de reflexão e demonstração de argumento que permite o livro.

O contraste de estilo pode ser facilmente observado entre obras de escritores e jornalistas, grupos acostumados a um tipo de escrita embelezada, carregada de adjetivos, e livros publicados por estadistas, mais preocupados com questões políticas e militares, com números e dados. Quanto ao conteúdo, obras publicadas em 1912 e 1913 voltaram-se, em geral, para discutir questões político-sociais – afinal, a República havia acabado de ser inaugurada e esse era o assunto do momento. Por essa razão, observações de viagens e costumes locais foram por vezes comparadas ao contexto político maior. Quando nos voltamos para aquelas publicações mais próximas do ano de 1900, os livros trataram, em sua maioria, do Movimento Boxer e suas consequências. De forma geral, no entanto, os observadores não deixaram de comentar sobre o povo chinês e seu país, isto é, tanto o fator humano como o espaço físico. Igualmente, os assuntos se inter-relacionaram: onde se fala de comércio também se fala de cristianismo, por exemplo.

Por essa razão, o cruzamento das fontes se fez necessário, pois o detalhe que um missionário deu foi certamente diferente daquele fornecido por um jornalista, e daí em diante. Ademais, havia aqueles observadores que tinham mais de uma ocupação, como o próprio Herbert H. Gowen, que foi missionário e professor acadêmico. Dentre essas fontes, foram também levadas em consideração origens nacionais e ocupações profissionais. Isso tem um porquê e traz consigo ressalvas. Ainda que os países europeus e americanos rivalizassem entre si por mercados, territórios e outros interesses nacionais, constantemente formando alianças contra rivais comuns, dificultando o comércio de nações vizinhas e expandindo suas colônias para isolar os demais, do ponto de vista chinês todos estavam agindo como um bloco mais ou menos coeso. O que os unia contra a China era a manutenção dos benefícios adquiridos através das várias guerras declaradas e a sua justificativa em comum de expansão comercial e zelo religioso, ambos interrelacionados a fins políticos. Ademais, as comunidades estrangeiras na China eram muito reduzidas e suas

dificuldades foram mais ou menos as mesmas, de forma que todos acabavam interagindo entre si em espaços internacionalizados.

Por isso é importante também o cruzamento entre perspectivas de origens e ocupações diversas. Afinal, uma mesma temática pode se articular a partir de discursos, conceitos, percepções e tipos de análise diferentes. Essa foi a quarta hipótese lançada por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber* (1969) para se analisar as formações discursivas.³³ Os discursos não são únicos, ainda que possam tratar de um mesmo tema. Os conceitos também não são fixos em seu significado, podendo variar a depender do discurso, do sujeito ou da época. Novos conceitos podem também surgir, alguns derivados, outros inter-relacionados e outros incompreensíveis entre si. O mesmo pode ser dito dos termos utilizados para adjetivar os chineses e por isso, para entendermos o porquê de pensarmos o que pensamos sobre a China, é preciso retornarmos a um passado constitutivo das principais bases de nossa ideia sobre o país.

Acima de tudo, a intenção de Foucault foi a de compreender como e quando se operou essa diferenciação nos discursos em que estudou. Um conceito chave para isso é o de enunciado. Como explicou Régine Robin em *História e Linguística* (1973), a enunciação é uma intervenção do sujeito no discurso; uma intervenção que é feita, por sua vez, através da escolha dos adjetivos, dos advérbios, dos pronomes, etc.³⁴ Ou seja, é a marca do autor no texto, ainda que, todavia, seja também a marca de um tempo, de um grupo, de uma ideologia e de um estilo. Para Régine Robin, portanto, esses conceitos da linguística têm uma utilidade histórica na medida em que “sejam constantemente ligadas às condições de produção dos discursos, ao quadro institucional no qual o discurso é produzido, às relações de força que presidem ao ato ilocucionário, às formas ideológicas que governam este ou aquele tipo de retórica.”³⁵ É este tipo de análise que proponho fazer para dar força ao argumento: entender que termos foram usados para se referir aos chineses, seu país e suas instituições; de que forma esses termos mudaram; por quê, etc.

O inglês é a língua principal das informações dessa dissertação, complementado pelo francês e pelo português, visto que boa parte das obras publicadas no período foram de autores de países anglófonos. No caso das fontes, à exceção de alguns jornais brasileiros, todos os

³³ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Beata Neves. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2002, p. 40. A formação discursiva é uma unidade abstrata construída em cima de diversas análises feitas sobre a ‘condições de possibilidade’ (ou o que ele chama de ‘unidade discursiva’) de um determinado discurso, o que convém dizer compreender as suas delimitações conceituais e suas justaposições com práticas que não são discursivas.

³⁴ ROBIN, Régine. **História e Linguística**. Tradução de Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977, pp. 89-90.

³⁵ *Ibidem*.

observadores utilizados foram cidadãos britânicos, estadunidenses ou franceses. O chinês foi utilizado em pequenos pôsteres e pequenos trechos, com auxílio de dicionários. Sobre as línguas, é preciso esclarecer ainda outro ponto. Como se trata da China e de uma época em que não havia um padrão internacional para a transcrição fonética do chinês, houve a elaboração de uma gama de modelos de escrita da pronúncia do mandarim.³⁶ Diversos autores que fizeram um esforço similar ao se utilizar de escritos desse período optaram por manter a forma empregada por suas fontes, para evitar confusões entre o sistema do texto e o das citações. No entanto, isso não será feito aqui, especialmente por se tratar de fontes que utilizaram modelos diferentes. O Brasil nunca criou um sistema próprio e isso, na verdade, facilita a sinologia brasileira emergente, pois não nos sentimos presos a nenhuma tradição. Se há um padrão, ele deve ser utilizado. Por isso, aqui prevalece o modelo oficial da República Popular da China, o 汉语拼音 *hànyǔ pinyin* (literalmente: fonética da língua han), de 1950. É este modelo que é ensinado nas escolas de língua chinesa e que a sinologia vem aplicando mesmo nos países mais apegados a suas velhas transcrições.³⁷

Para sintetizar, é com as lentes do eurocentrismo, que associou modernidade a cultura europeia e se utilizou de conceitos universalizados a partir de sua própria experiência histórica para categorizar o mundo, que viajantes, diplomatas, soldados e missionários observaram a China. As contradições, como foi dito, não foram por vezes percebidas em sua época. Todavia, é através

³⁶ O modelo mais famoso para fontes inglesas é o Wade-Giles, elaborado por Thomas Wade (1818-1895) e aperfeiçoado por Herbert Giles (1845-1935), dois britânicos. O modelo francês é o da École Française d'Extrême Orient, ou EFEO, para encurtar. Assim, os mesmos nomes podem aparecer escritos com variados graus de diferença, a depender da nacionalidade do observador e da época em que escreveu. Assim, o estadista Yuan Shikai 袁世凱 aparece como Yuan Chi Kai no modelo EFEO e como Yuan Shih-kai no Wade-Giles, por exemplo. Todavia, quando vamos aos jornais brasileiros, a situação fica ainda mais complexa, e seu nome aparece como (mesmo em matérias de um dia para o outro): Juanorrikay, Iuanchikai, Juanalikai, Juanchikai, Yuanshikoi e, o mais próximo, Yuanshikai.

³⁷ O pinyin com base no mandarim também será mantido em casos onde geralmente se optou por transcrições mais conhecidas do cantonês ou de outros modelos (à exceção de Hong Kong). Em casos como esse, o nome mais comumente associado estará entre parênteses na primeira vez que aparecer, junto à escrita do nome em chinês. Por exemplo: “Sun Zhongshan 孙中山 (mais conhecido como Sun Yatsen)”. Além disso, as transcrições originais das citações serão mantidas, mas seguidas do modelo pinyin entre colchetes. Em casos onde há dúvidas sobre a transcrição, haverá uma interrogação logo em seguida ao pinyin, e restará apenas a interrogação nos casos onde não houver sugestões de transcrição. A título de exemplo, trecho da matéria de 30/10/1911 do Diário de Pernambuco: “O general Iuanchikai [Yuan Shikai] segue para Tinyangchou [Yangzhou?], afim de assumir o comando das forças encarregadas de combaterem a revolução.” Em casos como o de transcrições que foram traduzidas e comumente empregadas em português é feita a tradução adaptada do modelo usado no texto. Ou seja, onde aparecer Pékin ou Nanking, será traduzido Pequim ou Nanquim, respectivamente. Essas são transcrições conhecidas, mas mesmo nesses casos o pinyin não deixará de aparecer entre colchetes. Exemplo: “[...] podem ser encontradas em cidades nativas como Tientsin [Tianjin] e em Nanquim [Nanjing], Tsinan-fu [Jinan], Tsing-chou-fu [Qingzhou] e muitas outras cidades.” Talvez isso torne a leitura um pouco cansativa em algumas passagens, mas é uma forma de manter a tradução mais próxima a como aparece nas fontes. Também ajuda a evidenciar a pluralidade de nomes, algo que não foi menos confuso na época, e a importância de padronizações como o pinyin.

delas que tento identificar e separar a “realidade” chinesa, isto é, aquilo visto diretamente e que contradizia seus pré-conceitos, daquilo que filtrou automaticamente essa “realidade” para fazer sentido dentro de um modelo eurocêntrico pré-concebido. Como disse Eni Orlandi ao tratar da relação entre discurso e ideologia: “As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória.”³⁸

Certamente, muito foi escrito sobre a China no período destacado e, logo, há muitas obras que ficaram de fora da seleção realizada para essa dissertação. Por essa razão, não ousou fazer aqui uma descrição do discurso ocidental sobre a China como se ele fosse único e homogêneo. São discursos, no plural; visões de indivíduos inseridos em grupos, com seus próprios contextos – e interesses e limitações – pessoais, profissionais e nacionais. Podemos concordar que diferentes grupos sociais possuem características e interesses distintos e, logo, produzem observações diferentes. Um missionário enxergaria no chinês um possível convertido cuja alma vale à pena salvar; um comerciante enxergaria nesse mesmo chinês um mercado consumidor para seus produtos; um soldado estrangeiro veria nele um possível rebelde; e daí por diante. Isso implica que, na escolha dos observadores, diferentes grupos são necessários para cruzar os resultados obtidos pela análise de suas diferentes perspectivas.

Todavia, uma divisão das fontes por profissão chegaria a um impasse. Tomemos Charles H. Denby (1830-1904) como exemplo. Durante a Guerra Civil Americana (1861-1865), ele serviu como voluntário do Regimento de Infantaria do estado de Indiana, lutando pela União contra os Confederados e recebendo a patente de Coronel. Seu interesse na área, na verdade, foi inclusive anterior à guerra, pois havia se formado pelo Instituto Militar de Virgínia anos antes da deflagração do conflito civil. Encaixa-se, portanto, na categoria de militar. Entretanto, Charles Denby também atuou na área de Direito e, antes da guerra, participou diretamente da política do estado de Indiana. Institucionalmente, integrou-se ao Partido Democrata, onde conheceu e se casou com Martha Fitch (1835-1906), filha de um senador local. Sua área de interesse, como advogado, eram as ferrovias, em alta na época. Assim, ele se encaixava na categoria política e até, em determinados momentos, como lobista de interesses de empresas ferroviárias americanas. Isto especialmente em concomitância com o terceiro aspecto: Charles Denby foi o diplomata

³⁸ ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. 12ª Ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 41.

americano que serviu por mais tempo na China, estando lá de 1885 até 1898, fazendo parte depois da Primeira Comissão Filipina (1899), organizada para averiguar a ocupação americana no arquipélago. Logo, ele também se encaixa no grupo dos diplomatas, com importantes conexões políticas internacionais.

Ademais, além da área de atuação, outra categoria surge em grande importância, que permeia as demais: a dimensão de gênero. Uma observadora enxerga sutilezas diferentes daquelas percebidas por um observador, especialmente a condição da mulher na sociedade chinesa. Isso se refere, no entanto, à distribuição e organização das informações colhidas e da forma como foram interrelacionadas por cada pessoa. A escolha de um observador em detrimento a outro caiu, em grande parte, pela sua importância social, pelo acesso ao documento e pelas características da obra. Neste caso, por exemplo, o missionário inglês Arthur Evans Moule (1836–1918) se preocupou com o impacto duradouro da Rebelião Taiping (1850-1864), que ele presenciou, mesmo décadas após sua repressão, enquanto outros observadores chegados posteriormente à China não se deram conta da magnitude da rebelião e sequer a mencionaram. Nesse aspecto, como em outros que serão explicados ao longo do trabalho, suas observações escaparam um pouco do padrão discursivo da época. Por essa razão, sua obra enriquece a dissertação.

Sabendo-se do plano de fundo do observador e de suas múltiplas perspectivas, podemos melhor entendê-lo e, ao ampliarmos comparativamente a escala, pode-se lançar luz sobre os outros observadores que foram tão complexos quanto, como pessoas. Nesse sentido, é sempre bom realçar que há uma dimensão de classe bastante evidente, pois esses observadores pertenceram à classe dominante, de uma forma geral. Isso perpassa mesmo as dimensões de gênero. Apesar do machismo das sociedades do Ocidente e da China, temos, ainda assim, no caso de observadoras como a australiana Mary Eliza Gaunt (1861-1942), claramente uma distinção de classe entre ela, como ocidental, e seus serventes chineses, onde são estes que se encontram em posição de subalternidade, e não o contrário.

Charles Denby, já mencionado, e seu filho Charles Denby Jr. (1861-1938) não requerem explicação. Outros observadores, como Jean Rodès (1867-1947), foram selecionados por sua posição. Correspondente do jornal *Le Temps*, extremamente influente na França, ele publicou diversos livros e realizou muitas palestras sobre o país, de forma que podemos cruzar as informações de sua obra não apenas com a de outros observadores, mas também entre si. É

importante também por sua nacionalidade francesa, como contraposição ao que observadores americanos, por exemplo, estavam mais antenados a perceber na China. Mary E. Gaunt (1861-1942) foi selecionada por diversas razões: primeiro, por sua posição como uma mulher na China; segundo, por ter nascido e se formado na Austrália – uma das primeiras mulheres a cursar ensino superior lá; terceiro, por sua profissão como escritora-viajante. Ela oferece, ademais, a perspectiva de uma leiga, visto que, em contraste, Jean Rodès e Charles Denby precisaram se especializar na cultura chinesa como requisitado por suas profissões.

Outros livros foram selecionados de forma contrastante. Arthur E. Moule (1836-1918), missionário anglicano inglês, junto a Griffith John (1831-1912), de outra instituição missionária e galês, formam um belo contraste com Arthur Judson Brown (1856-1963), missionário presbiteriano americano. Documentos menores, como revistas publicadas por departamentos de missões estrangeiras, foram também utilizados como suplementares. Outras fontes, por sua vez, foram selecionadas de forma diferente. Por exemplo, *A República Florida*, de Frederick McCormick (1870-1951), foi recomendada pelo *The New York Times* aos seus leitores em matéria de 15/06/1913. No jornal, havia sessões de notícias sob o título “Autores que valem à pena”, “Livros e autores”, ou “Livros, Novidades e Anotações” e nelas poderiam indicar aos leitores aquilo que estava em alta no mundo editorial. Se estava em alta na época, e, melhor ainda, se foi indicado por um jornal importante e de alta tiragem, logo, trata-se de uma obra relevante cuja perspectiva do autor merece atenção.

Além desses materiais, outro objetivo surgiu ao se verificar os jornais: não apenas o de evidenciar as contradições e os termos a partir da análise do discurso e da comparação entre as fontes, mas também o de entender de que forma foi narrada a queda do império e o estabelecimento de uma república. No caso, quais temas mais apareciam nos jornais? De onde vinham as notícias? Qual a relevância da matéria? Quais temas foram recorrentes na explicação da revolução republicana? São apenas algumas das questões que surgiram das leituras. Os jornais, como vimos, também trouxeram referências bibliográficas, indicações de leituras e evidenciaram o que estava em voga na moda, na política, etc. No caso brasileiro, em jornais como o *Diário de Pernambuco* identifica-se uma reprodução de matérias estrangeiras e uma confusão incompreensiva entre nomes de pessoas e localidades. Tais matérias servem, no entanto, para mostrar o que estava em evidência (no Ocidente) ao leitor brasileiro e como leitor e jornal puderam produzir suas próprias percepções da situação a partir de um agrupamento traduzido de

matérias de origens jornalísticas diferentes. Ademais, havia diversas matérias estrangeiras para escolher, então por trás do ato de reprodução havia uma ação mais concreta de seleção e, ainda mais autóctone, de interpretação. Nesse sentido, é importante destacar que fontes brasileiras raramente são encontradas em trabalhos de sinologia, de forma que seu estudo pode apontar para novos detalhes outrora despercebidos por estudiosos do hemisfério norte.

No entanto, ao tratar-se não exatamente da China, mas de visões sobre ela, corre-se o risco de repetir as mesmas conclusões eurocêntricas que incentivaram a elaboração desse estudo. Esse é o perigo das fontes, pois o método utilizado para extrair as informações não necessariamente garante o seu nível de veracidade. É justamente por isso que estudá-las é apenas metade do caminho. A sinologia, portanto, foi imprescindível para equipar com ferramentas analíticas a cautela de não enxergar a China através das lentes dos observadores ocidentais. Afinal, os chineses não foram meramente receptores, de forma que essa dissertação não procura fazer uma dicotomia entre ação e reação, que acaba sendo uma simplificação da História da China a partir do impacto ocidental. Aqui, busca-se distinguir, nas observações apontadas, o que de fato só poderia ser entendido como um movimento autóctone chinês e o que não foi inteiramente compreendido por não fazer parte da realidade ocidental, ou mesmo por desconhecimento do observador. Diversos livros secundários foram utilizados para entender o contexto da época, as nuances da cultura chinesa que o observador muitas vezes não captou, possíveis erros e referências incompletas, e as contradições entre as análises que foram feitas.

A dissertação se insere na produção historiográfica como um fragmento dentre os muitos esforços de pesquisadores brasileiros que investem em estudos chineses. Em todos os principais veículos de notícias vemos surgir manchetes que discutem sobre a China com cada vez mais frequência. Sua importância está em todos os níveis da sociedade, do consumo de bens ao conhecimento acadêmico e ao cinema, de forma que não mais a podemos ignorar, mesmo se quiséssemos. A relação do Brasil com ela hoje pode cair no que Joyce Helena da Silva chama de “nova dependência”, ou seja, um estatuto subalterno brasileiro se perpetuando mesmo quando se muda o eixo geográfico de suas principais exportações.³⁹ Para que os brasileiros e os demais latino-americanos entendam o seu lugar em um mundo onde a China é tão presente e importante, como demonstrou Marcos Costa Lima, torna-se imprescindível a elaboração de uma sinologia

³⁹ SILVA, Joyce Helena Ferreira da. **A Nova Dependência: Um Estudo das Relações Contemporâneas entre Brasil e China (2000-2012)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política na UFPE. Recife, 2013.

brasileira que parta de preocupações e questionamentos locais; ou seja, que não seja meramente uma importação de preocupações do hemisfério norte.⁴⁰ Novamente nisso, a inserção tardia do Brasil em estudos chineses pode ser um facilitador, na medida em que não estamos presos a nenhuma historiografia específica, escapando, talvez, do círculo fechado e retroalimentativo de alguns centros de sinologia mais bem estabelecidos. Podemos, assim, nos esforçarmos para dobrar diversos enfoques estrangeiros em uma visão brasileira sobre a realidade chinesa e, dessa forma, contribuir com a sinologia mundial.

No entanto, enquanto a Europa e os Estados Unidos identificam que há uma maior necessidade de conhecer a China, mesmo que por razões político-econômicas, o Brasil continua resistindo a admitir essa mesma relevância em suas políticas educacionais. Isso transparece nas pequenas coisas, como na falta de diversidade temática nas pesquisas acadêmicas, que raramente saem do eixo regional ou do hemisfério ocidental.⁴¹ Transparece nas revistas e nos eventos acadêmicos, com pouco espaço para Ásia; nas publicações, nas traduções e nas reedições, todas escassas em História da China.⁴² Isso é algo que pode ser observado em basicamente todas as obras que foram citadas aqui, pois nenhuma foi traduzida ao português, e as poucas que foram, quando não traduzidas em Portugal, não tiveram reimpressões.

Portanto, procura-se contribuir aqui para esse processo de pavimentação ao tentar absorver a sabedoria do historiador indiano Dipesh Chakrabarti, que buscou provincializar a Europa⁴³ em sua produção historiográfica, equilibrando-a ao resto do globo, mas sem, no entanto, descartar a sua contribuição e, muito menos, o papel que nós podemos ter na reformulação do pensamento ocidental. É dessa forma que a sinologia brasileira emergente pode contribuir aos estudos chineses de forma global, trazendo um ponto de vista outrora ausente às interpretações da realidade chinesa, sua história e suas relações com o mundo. Um passo importante para isso é o de historicizar o que forma a base dessa produção historiográfica: as observações dos estrangeiros

⁴⁰ COSTA LIMA, Marcos. Impacts of Chinese economy and its global geopolitics: after the slowdown. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, vol. 7, n. 2, agosto de 2019, pp. 21-41.

⁴¹ BUENO, André. Por que precisamos de China e Índia? In: BUENO, André & DURÃO, Gustavo (Eds.) **Novos Olhares para os Antigos**: Interpretações da Antiguidade no Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Sobre Ontens, 2018, pp. 229-230 e 238.

⁴² Mesmo obras muito utilizadas dentre os estudiosos da área, como *China: uma nova história*, de John K. Fairbank e Merle Goldman, e os livros de Jonathan Spence traduzidos ao português não tiveram novas tiragens. Para um panorama sobre a questão brasileira, ver: LIMA, Marcos Costa (Org.) **Sobre a China**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2018.

⁴³ CHAKRABARTI, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. 1ª Ed. Princeton: Princeton University Press, 2000, p. 16.

que escreveram sobre a China. Equilíbrio é, afinal, uma palavra importante, e seu antônimo, desequilíbrio, também o é, para o conteúdo das observações provenientes das relações de força entre China e Ocidente no período aqui analisado, entre 1901 e 1912, com suas devidas extensões.

Tal questionamento do eurocentrismo não basta por si só, pois a forma como é feito pode interferir no resultado.⁴⁴ É preciso fazer uma crítica que esteja ela própria suficientemente fora do aparato conceitual ocidental que se está a criticar. Por esse motivo, enquanto a análise de discurso e a historiografia foram utilizados para compreender o que estava sendo dito pelos observadores ocidentais, a sociologia foi utilizada para entender diretamente o que estava sendo observado, isto é, livre dos filtros do observador. Nesse sentido, a obra de Fei Xiaotong (1910-2005), intitulada 乡土中国 *Xiāngtǔ Zhōngguó*, traduzido ao inglês como *From the Soil*, publicada inicialmente em 1947, foi muito útil para clarificar aspectos particulares da organização e do funcionamento da sociedade chinesa. Outro grande sociólogo que contribuiu para esse aspecto da dissertação foi Marcel Granet (1884-1940), em especial por seu livro *O Pensamento Chinês*, publicado inicialmente em 1934. Colega de Marc Bloch e aluno de Émile Durkheim, Marcel Granet propôs enxergar as noções fundamentais do pensamento chinês, tais como, por exemplo, o *yīnyáng* 阴阳, não como conceitos propriamente ditos, mas como “emblemas” cujos significados dependem da prática cultural mais do que de uma definição estabelecida por uma lógica retórica.

A dissertação é dividida então em quatro capítulos, fora este, que foi o espaço dedicado à apresentação do tema, suas motivações e dificuldades e sua metodologia. Todavia, para entendermos o estrangeiro que se inseriu na China e sobre ela escreveu, é preciso antes de tudo entendermos que China é essa. Este é o tema do Capítulo 2, “Considerações sobre as relações sino-ocidentais no século XIX”. Ele evidencia, em sua estrutura, uma das dificuldades de apresentação da pesquisa, que é o jogo de escalas e a constante necessidade de contextualizações. Isso porque se nos ativermos somente a como os estrangeiros narraram, descreveram e conceberam o povo chinês, ou ao processo que levou ao fim do império, estaríamos então perigando aceitar suas observações como verdadeiras. Para sermos capazes de entender o que falaram e, com cuidado, sabermos filtrar as informações necessárias, é preciso antes entendermos o processo histórico por trás de suas relações e das muitas imagens formuladas sobre o país.

⁴⁴ Muitos livros são publicados com propostas de uma visão global, mas falham, no entanto, em aplicá-las na prática, pois a forma como enxergam o mundo parte de lentes provinciais, resultando na manutenção dessa visão de mundo.

Na perspectiva discursiva, a posição do observador nas relações de poder entre os impérios coloniais do Ocidente, reforçados pelo racismo “científico”, e o império Qing também influenciou a forma como foram enxergados os chineses, de cima para baixo. O lugar em que estavam inseridos no país, portanto, foi muito importante, e mesmo a forma como puderam entrar na China e escrever as suas observações deve ser levada em consideração, suas intenções lá e principais referências. Por isso, esse capítulo trata das motivações políticas que levaram às guerras entre ocidentais e chineses e o sistema de relações estrangeiras para o Leste Asiático que foi elaborado entre as duas guerras do ópio (1842-1860), além de como o observador se inseriu na China nesse contexto.

Portanto, o país que chamamos de China se autodenominava, na época, de Império da Grande Pureza (大清帝国 *dàqīng dìguó*), ou simplesmente Grande Qing. No começo do século XIX, era certamente o mais rico e populoso país no mundo. A dinastia reinante era originária do povo Jurchen da Manchúria e seu chefe de Estado era o Filho do Céu – ou imperador – das dinastias chinesas, o Khan das estepes da Manchúria, da Mongólia e do Xinjiang, e um Lama para os tibetanos e os demais seguidores de sua vertente do budismo. As diversas regiões do império eram também administradas de formas específicas e houve todo um cuidado cultural e ritualístico para manter a identidade do soberano como representante máximo de todos os grupos. Logo, o império englobou a China, não se resumindo a ela. Aos observadores ocidentais, essas distinções regionais foram percebidas e isso apareceu em seus escritos (e mapas), como veremos.

O Capítulo 3, “‘Esta Babilônia Moderna’: O império das contradições” entra mais no tema do discurso do que o anterior. Se debruçarmos-nos apenas sobre como os estrangeiros narraram e conceberam a queda do império, seria um trabalho incompleto. Isso porque o lugar e o povo estão intimamente relacionados, principalmente se levarmos em consideração que esse foi um período marcado por teorias raciais, climáticas, biológicas e de evolucionismo cultural. Muitos dos estrangeiros que lá estiveram estavam inseridos em um contexto maior de invasões coloniais em África e em Ásia que, não obstante, desequilibraram as relações pessoais e as hierarquias sociais nesses lugares. Nunca podemos remover do contexto analítico, por exemplo, a então recente escravidão nas américas, que certamente contribuiu para a visão que a classe dominante das potências ocidentais teve sobre o povo chinês. Um país é, afinal, aquilo que seu povo faz dele. Nesse caso, para os observadores da classe dominante ocidental da época, era também aquilo que o Ocidente fazia daqueles povos.

Portanto, este é um capítulo preocupado com como foram descritos o povo chinês, os diferentes grupos sociais, as mulheres chinesas – tema de muitos capítulos de livros –, as cidades que visitaram, e como essas impressões foram mantidas, ou não, no período analisado. Afinal, ainda que vários observadores tenham produzido suas análises antes de 1900, muitos dos livros utilizados aqui foram de períodos posteriores, algumas de 1912 e outros tantos de 1914, tratando-se, portanto, de observações inseridas no contexto maior da queda do império.

O Capítulo 4, “As Mutações do Celeste Império: os processos que levaram à queda do império segundo os observadores ocidentais”, entra diretamente no tema. Com a base dos capítulos anteriores, este aborda as questões político-sociais que os observadores ocidentais descreveram como fazendo parte do processo de modernização da China – isto é, como entenderam a queda do império e a subsequente ascensão da república. Aqui entra também os principais eventos que influenciaram a ideia de começo de um processo, como a Guerra Sino-Japonesa de 1894 e o Movimento Boxer de 1900, sob outra ótica abordada no Capítulo 2.

O Capítulo 5, “A palavra dos Celestes”, trata do outro lado da questão; isto é, do ponto de vista chinês. O principal livro utilizado é *O Espírito do Povo Chinês*, publicado em 1915 por Gu Hongming 辜鸿铭 (1857-1928). O título em chinês, no entanto, é um diminutivo de 春秋名分大以 *chūnqiū míngfèn dàiyǐ*, ou *O Grande Princípio dos Anais das Primaveras e Outonos*, uma referência à principal obra atribuída a Confúcio que é comumente reduzida a *Os Analectos*. Seu objetivo foi o de demonstrar que a Europa teria muito a aprender com a China, levando-o a criticar o discurso ocidental sobre o país. Por fim, o livro *América: Através das Lentes de um Diplomata Oriental*, publicado em 1914 por Wu Tingfang 伍廷芳 (1842-1922), diplomata do império Qing nos Estados Unidos e ministro da república.⁴⁵

Na conclusão, procura-se recapitular as observações aqui colocadas em sua relevância para a atualidade. Ademais, por mais que algumas das visões que aqui apareçam possam instigar, por contraste, a empatia provocada pela experiência colonial, busca-se sempre lembrar que foram humanos, pessoas de seu tempo.

⁴⁵ WU TINGFANG. *America: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat*. Traduzido por Alan R. Light. The Project Gutenberg E-Book, [1914] 1996. Sem tradução ao português.

Mapa 1. República da China e suas macrorregiões em 1912*



As “macrorregiões” são: de vermelho, a China Própria; de amarelo, a Manchúria; de azul, a Mongólia Interior e Exterior; de branco, o Xinjiang (conhecido também como “Turquestão Chinês”); e de preto, o Xizang, ou Tibete, e Qinghai. Esta, às vezes transcrita como “Koko Nor”, deve ser pormenorizada: apesar de grande proximidade com Gansu, especialmente no que concerne à influência da família Ma (centrada na cidade de Xining) e dos grupos étnicos que a habitam (o que a aproxima também do Xinjiang), figura, em muitos mapas, como uma extensão do Tibete. Ver mapa de John George Bartholomew. China - political. The Edinburgh Geographical Institute, John Bartholomew & Son, Ltd. “*The Times*” Atlas. Londres: The Times, 1922.

* Esse mapa e outros ao longo da dissertação foram feitos a partir do *Blank map of Qing Dynasty as of 1911*, de Stevenliuyi. A modificação padrão é a inclusão da cidade de Xining no território de Gansu. O mapa original pode ser acessado em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Qing_Dynasty_blank_map_1911.svg

Mapa 2. Províncias e Territórios da República da China em 1912



Ver o mapa publicado em 1913 por J. G. Bartholomew e Gilbert H. Grosvenor na *The National Geographic Magazine*. Optou-se, aqui, por manter a transcrição do nome das províncias sem os tons, de forma que Shǎnxī 陝西 foi alterada para Shaanxi, como tem sido praxe na sinologia, para não confundir com a província vizinha de Shānxī 山西. O Xinjiang e as três províncias manchus de Heilongjiang, Jilin e Fengtian mantiveram o caráter de província tal como receberam em finais do período Qing. A Mongólia Interior e Exterior, o Tibete e o Qinghai continuaram sendo identificados como territórios, não províncias. Ver o 3º Artigo do 1º Capítulo da Constituição Provisória da República da China (11/03/1912) para mais detalhes.

Mapa 3. Principais Governos-Gerais do Grande Qing em 1911



É importante ressaltar que a jurisdição de muitos desses Governadores-Gerais ultrapassava as fronteiras de suas províncias. Por exemplo, o Governador-Geral de Zhili era por muitas vezes também Alto Comissário dos Portos do Norte (北洋大臣 *běiyáng dàchén*), o que estendia sua jurisdição em questões marítimas (militares e comerciais) também à província de Shandong e a Fengtian, na Manchúria. Igualmente, a jurisdição de tais governos não foi fixa. Por exemplo, durante as guerras civis do século XIX, as Regiões Ocidentais (西域 *xīyù*) foram reincorporadas ao império sob o formato de Província do Xinjiang, atrelada ao Governo-Geral de Shaan-Gan. Anteriormente à Guerra Sino-Japonesa de 1894, a ilha de Taiwan era administrada pelo governo provincial de Fujian e, conseqüentemente, estava atrelada a Min-Zhe. Aos Governadores-Gerais (*zōngdū* 总督) era conferido poder e prestígio, na medida em que controlavam, a partir da metade do século XIX, aspectos administrativos, militares e comerciais de uma, ou mais de uma, província. Apesar de acumularem cargos, não era uma posição vitalícia, mas, em geral, figuravam entre os oficiais mais influentes do império e respondiam apenas ao governo central em Beijing. Para mais sobre o cargo, ver: HUCKER, Charles O. *A Dictionary of Official Titles in Imperial China*. Ed. de Taiwan. Taipei: Southern Materials Center, 1985, p. 88. Ver também: HSÜ, Immanuel C. Y. *The Rise of Modern China*. 6ª Ed. Oxford: Oxford University Press, [1970], 2000, p. 55 e pp. 269-270.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES SINO-OCIDENTAIS NO SÉCULO XIX

“O Homem Nobre só quer saber de Dever. O Homem Pequeno só quer saber de Vantagem.” – Confúcio

“A história do trato das nações ocidentais na Ásia inclui alguns dos incidentes mais vergonhosos da história.” – Arthur J. Brown

“Há uma ideia no mundo que a China envelheceu e que sua civilização está em decadência, enquanto, sob o sistema desenvolvido por ela no passado, a China alcançou o pináculo da glória terrena, [isto é,] até onde ela a conheceu.” – Frederick McCormick

2.1 Sinofilia e Sinofobia: antecedentes do contato direto

Quando se trata de discurso, há a implicação de que não é apenas o contato direto que marca a impressão sobre o outro. O contato é crucial, é físico, tátil, mexe com os sentidos. No entanto, o viajante – pois todos, para que chegassem à China, tornavam-se antes de tudo isso – movia-se a um lugar que pertencia também ao imaginário, pois havia ideias preconcebidas sobre aquele povo e seu país. Quiçá, a China permanece ainda hoje, em muitos aspectos, como um ambiente que beira o imaginário do fantástico, uma terra de artes marciais, sábios de cabelos brancos, comidas exóticas, grandes montanhas e jardins. Desde antes de Marco Polo, diversas imagens sobre o dito Extremo Oriente foram elaboradas, algumas positivas, outras nem tanto. As sociedades ocidentais alimentaram essas fantasias através do romance policial, da poesia, da propaganda filantrópica cristã, dos noticiários de imprensa e da educação.

Para entendermos como operaram os discursos de observadores ocidentais sobre a China precisamos, antes de mais nada, compreendermos seu plano de fundo cultural, suas motivações e de que forma se deu as relações de poder entre chineses e estrangeiros. Uma série de valores, crenças e todo um sistema educacional contribuíram para a formação de pré-conceitos pelos observadores que lá estiveram e registraram suas impressões sobre a China. Como Paul Cohen e Nicholas Clifford ambos notaram, uma grande parte das preocupações de chineses e ocidentais partiu de suas questões internas, mais do que externas. No caso de nossos observadores, a realidade – isto é, aquilo que foi de fato observado por eles – foi filtrada, antes de tudo, por sua

visão de mundo. Muitas das respostas encontradas já eram esperadas, condicionadas por perguntas pré-estabelecidas. Outras, no entanto, surpreenderam.

Antes de encontrar os chineses dos transportes e dos portos, ou ouvir falar sobre eles em clubes e livros, os observadores ocidentais compartilharam entre si os seus anos de formação escolar. Assim, a partir do estudo que fez de manuais escolares do século XIX em *O Modelo de Mundo do Colonizador* (1993)⁴⁶, James Morris Blaut descreveu que era ensinado que tudo de relevante na história da humanidade teria ocorrido no território que chamou de Terras Bíblicas, isto é, a Europa, o Egito e a Mesopotâmia.⁴⁷ Geograficamente determinados, apenas a Europa, por difusão da Mesopotâmia em tempos remotos, teria, de fato, uma civilização ativa, uma história em construção, uma cultura pulsante e a verdadeira liberdade que fazia tudo isso ser capaz de existir e se multiplicar.

Como o eurocentrismo se baseia na difusão do progresso, da civilização e da cultura, então um afastamento geográfico implicaria também um distanciamento temporal. É o que vemos, por exemplo, no filósofo Georg W. F. Hegel (1770-1831), que narrou em seu livro *Fenomenologia do Espírito* (1807) a ‘viagem’ do espírito (de liberdade) pelo mundo, com destino final na Europa Ocidental, de forma que apenas lá haveria história e uma verdadeira liberdade.⁴⁸ Ao analisar esse tipo de discurso, James Blaut dividiu dois grupos identificados no pensamento eurocêntrico: o “núcleo”, ou seja, a Europa Ocidental e a América do Norte, e a “periferia”, que seriam as colônias ou ex-colônias.

Quadro 1. Pensamento difusionista ocidental do século XIX segundo James Blaut⁴⁹

Característica do Núcleo	Característica da Periferia
Inventividade	Imitação
Racionalidade, intelecto	Irracionalidade, emoção, instinto
Pensamento abstrato	Pensamento concreto
Raciocínio teórico	Empírico, raciocínio prático
Mente	Corpo, matéria
Disciplina	Espontaneidade
Idade adulta	Infância

⁴⁶ BLAUT, James. **The Colonizer’s Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History.** Nova York: The Guilford Press, 1993. Sem tradução ao português.

⁴⁷ Idem., p. 3.

⁴⁸ Hegel citado em MESKILL, John. MESKILL, John (Ed.) **The Pattern of Chinese History: Cycles, Development, or Stagnation?** Boston: D.C. Heath and Company, 1965, pp. 12-14.

⁴⁹ Tabela em: BLAUT, James. **The Colonizer’s Model of the World.** Op. cit., p. 17.

Sanidade	Insanidade
Ciência	Feitiçaria
Progresso	Estagnação

Esse esquema serve como guia, pois nem todas as regiões ditas periféricas eram iguais. A China, cujo brilho cultural foi por vezes retratado na literatura europeia e nas cartas de missionários, foi um desafio a esse modelo. Principalmente no período imperial, encontram-se descrições de estagnação tanto quanto de disciplina e inventividade. Quando se aproxima das reformas do primeiro decênio do século XX e logo nos primeiros anos da República, muitas foram as descrições sobre progresso e racionalidade. As contradições, no entanto, nunca deixaram de existir e os chineses disciplinados poderiam ser descritos como emotivos e irracionais em épocas de rebelião. Isso será abordado mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Concomitantemente, a ideia de progresso começou a tomar a forma de uma poderosa ideologia na Europa, com força cada vez mais crescente no século XIX. Peter J. Bowler estudou esse processo na Grã-Bretanha em seu livro *A Invenção do Progresso* (1989).⁵⁰ O que ele observou aponta a uma virada racial no século XIX para justificar ‘cientificamente’ o colonialismo. Um exemplo interessante disso é que os progressistas acreditavam, de início, na máxima iluminista de que todos os humanos tinham igual capacidade cognitiva, cultural, de desenvolvimento, etc., estando apenas limitados por questões climáticas ou geográficas. Teria sido a introdução do evolucionismo biológico que ajudou a alterar esse pensamento para uma linearidade mais rígida do desenvolvimento histórico, justificando na natureza – ou seja, na essência – de cada sociedade o seu estatuto de tratamento, sua posição na história e tudo o mais. Nesse caso, passou-se a pensar não mais na “unidade da humanidade”, mas em diferenças intrínsecas e inalteráveis que formariam diferentes raças de gente, algumas mais humanas do que outras (ou, segundo os poligenistas, até de espécies diferentes!)⁵¹

Todavia, o século XIX foi marcado também por novas descobertas e teorias do conhecimento que, querendo ou não, desafiaram a visão de mundo ocidental da época, em

⁵⁰ BOWLER, Peter J. **The Invention of Progress: The Victorians and the Past.** Oxford: Basil Blackwell, 1989. Sem tradução ao português.

⁵¹ Idem., pp. 38-39. Questão poligenista na p. 108. A divisão entre “raças” não foi exatamente uma novidade. Segundo David E. Mungello, o primeiro a fazê-la foi François Bernier (1620-1688) em seu livro *Nova Divisão da Terra pelas Diferentes Espécies ou Raças que a Habitam*, publicado em 1684. Ver: MUNGELLO, David E. **The Great Encounter of China and the West, 1500-1800.** Op. cit., p. 132. Todavia, deve-se destacar que a cientificação das teorias das raças foi uma invenção do século XIX.

especial a cosmológica. Se há algo que nunca devemos perder de vista, é que o eurocentrismo, como todo mito, é construído sobre bases teológicas: que há um povo escolhido, destinado e especial por um motivo quase sobre-humano, mas disfarçado de ciência. Esse disfarce faz com que o eurocentrismo não seja exatamente uma ‘atitude’, como o racismo e a misoginia, segundo James Blaut, mas um *corpus* de trabalhos que tentam fundamentar a sua existência de forma lógica e empírica.⁵² Ele é nada mais do que modelo de mundo do colonizador, título de seu livro.

Dentre as principais ideias de progresso do desenvolvimento histórico, havia a linear, que Peter Bowler associou ao liberalismo Whig da Grã-Bretanha, e a cíclica, inicialmente vinculada à religião, que procurava um sentido mais profundo no desenvolvimento histórico. Podemos encaixar a ideia das etapas do espírito da história de Georg Hegel nesta última categoria, por exemplo. A linear, ou liberal, estava baseada, por sua vez, na “sobrevivência do mais forte”, um olhar economicista e material sobre o evolucionismo social, feito por intelectuais como Herbert Spencer (1830-1903). Foi essa perspectiva que teve mais força ao longo do século XIX como justificativa direta do sucesso industrial britânico e do imperialismo, e mesmo ideias contrárias, como a própria teoria da seleção natural de Charles Darwin (1809-1882), foram interpretadas por muitos intelectuais da época sob essa ótica liberal.

Os observadores ocidentais que escreveram sobre a China no ocaso da última dinastia estavam inseridos, portanto, nesse contexto educacional que ressaltou a inferioridade cultural dos outros povos, comparativamente. No entanto, os anos entre 1901 e 1912 foram também marcados por uma crise do modelo linear, com a ideia de decadência do Ocidente e, com o aumento de tensões intereuropeias, a Guerra Boer e o Movimento Boxer, o medo de uma possível erradicação da raça branca. Isso pode ser associado à chamada “ansiedade imperial” (isto é, o medo da retribuição da violência).⁵³ Ademais, foram anos marcados também por questionamentos internos: nos Estados Unidos, com a formação da Liga Americana Anti-Imperialista em Boston, criada no contexto da Guerra Hispano-Americana de 1898, e na Inglaterra com uma renovação de discursos anti-imperialistas no contexto da Guerra Boer.⁵⁴

⁵² BLAUT, James. **The Colonizer’s Model of the World**. Op. cit., pp. 8-9. Ou, segundo Jack Goody, um etnocentrismo de agressividade perversa. GOODY, Jack. **O roubo da história**. Op. cit., p.16.

⁵³ De certa forma, é um medo que paira ainda hoje, com matérias sobre a relação entre China e África, por exemplo, que parece ser menos por empatia ao continente africano do que com o sentimento de “seremos os próximos?”

⁵⁴ DUPÉE, Jeffrey. **British Travel Writers in China**. Op. cit., pp. 58-60. Segundo Dupée, ademais, a Guerra Boer teve um efeito na Grã-Bretanha similar ao da Guerra do Vietnã nos EUA (Idem., p. 59). No caso americano, o dilema entre “imperialismo” e “idealismo” foi explorado por ANDERSON, David. **Imperialism and Idealism: American Diplomats in China, 1861-1898**. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

Apesar de todo esse plano de fundo mental dos observadores com relação ao mundo ocidental e extra europeu, é preciso nos voltarmos às referências que diretamente trataram da China. O século XVIII, época conhecida por suas “chinesices”, ou *chinoiseries*, isto é, a estética chinesa em voga no Ocidente como sinal de status e refinamento, foi marcado por um dilema entre “sinofilia” e “sinofobia”. Essa divisão é comumente mencionada para distinguir aqueles que tiveram ou têm uma aproximação positiva em relação à China e aqueles que a hostilizam. Jeffrey Dupée (2004) fez essa observação, baseando-se em um artigo de David E. Mungello publicado em 1991.⁵⁵ Este, por sua vez, dedicou parte de uma obra mais recente, *O Grande Encontro da China e do Ocidente, 1500-1800*, para tratar do assunto.⁵⁶ Além desses, René Étiemble também escreveu, nos dois volumes de *A Europa Chinesa* (1989), sobre os “sinófilos” e “sinófbos” do século XVIII, cuja importância reside no fato de que trataram-se de intelectuais importantes como Voltaire e Montesquieu, que formaram algumas das bases do modelo político-jurídico burguês adotado no século XIX.⁵⁷

Principalmente por influência da literatura medieval e das Cartas Edificantes dos jesuítas que foram à China nos séculos XVII e XVIII, período de transição dinástica, a imagem que se formou inicialmente sobre o país foi positiva. Raymond Dawson identificou esses dois momentos, no Ocidente, como condizentes ao contexto interno europeu: antes era ressaltado questões externas da China, como riqueza, e depois passou-se a se preocupar com fatores internos, como a política. Nesse caso, a iluministas como Voltaire, que propunham como modelo político o “despotismo esclarecido” em contraparte ao absolutismo de uma nobreza sem virtudes, a China se mostrava um país habilmente governado por intelectuais concursados e um déspota benevolente.⁵⁸

Ademais, a presença de uma forte moralidade chinesa implicava, acreditava Voltaire, que a moral não era exclusivamente cristã, conclusão que serviu para argumentar pela separação da

⁵⁵ Idem., p. 67.

⁵⁶ MUNGELLO, David E. *The Great Encounter of China and the West, 1500-1800*. Op. cit., pp. 128-130. A primeira edição saiu em 1999.

⁵⁷ ÉTIEMBLE, René. *L'Europe Chinoise*. Volume II : De la sinophilie à la sinophobie. Paris: Gallimard, 1989. Sem tradução ao português.

⁵⁸ DAWSON, Raymond. *El camaleón chino*. Op. cit., p. 57. A passagem 4.14 dos *Analectos* consta o seguinte: “O Mestre disse: ‘Não devemos nos preocupar com o fato de não termos um cargo público, devemos nos preocupar, sim, com a forma como o obtemos. Não devemos nos preocupar com o fato de não haver quem nos reconheça, mas devemos buscar, sim, [merecer] tal reconhecimento.’” CONFÚCIO. *Os Analectos*. Op. cit., p. 123. Era a esse tipo de texto que intelectuais como Voltaire, que também faziam parte da nobreza, comparavam aos seus colegas que adquiriam importantes cargos públicos por nada mais, nada menos do que um sobrenome ou título.

Igreja e do Estado.⁵⁹ O lógico e matemático Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) foi outro que elogiou os clássicos chineses, após ficar fascinado pela linguística e pela numerologia do *Livro das Mutações* (易经 *yìjīng*). Ao comparar os hexagramas chineses e o sistema binário de aritmética que estava desenvolvendo, Leibniz acreditava ter descoberto parte do princípio (matemático) que Deus teria utilizado para criar o universo.⁶⁰ Preocupado com essa relação binária e inspirado no que interpretou como sendo a dualidade daoísta, ele identificou a China e a Europa Ocidental como dois polos opostos que equilibravam o mundo com suas qualidades particulares. No caso chinês, as virtudes viriam da tolerância religiosa, do refinamento cultural, da disciplina e da moral, e seriam tantas que ele escreveu que “nós precisamos de missionários dos chineses.”⁶¹

“Certamente, é difícil descrever quão maravilhosamente a lei dos chineses está direcionada, em contraste com a de outros povos, à realização da tranquilidade pública e do estabelecimento da ordem social, de forma que as relações dos homens sejam minimamente interrompidas.”⁶²

Como vimos brevemente (e será mais detalhado nos capítulos seguintes), diversos argumentos utilizados para rebaixar o chinês a uma categoria cultural ou civilizacional inferior não condiziam com pensamentos mais antigos do século XVIII, associados à sinofilia elencada por René Étiemble e outros. Mesmo uma questão que poderia parecer tão particularmente europeia, como a religião cristã e sua associação à Verdade, não serviria como argumento negativo no século XVIII. Para o jesuíta francês Louis-Daniel Lecomte (1655-1728), por exemplo, “O povo da China conservou durante dois mil anos o conhecimento do Deus Verdadeiro, e Vos honrou de maneira que pode servir de exemplo e modelo incluso aos cristãos.”⁶³

John Pomfret explica que, do outro lado do Atlântico, os ‘pais fundadores’ americanos viram na China um exemplo de sociedade ordenada, com seus ministros concursados, seus

⁵⁹ SPENCE, Jonathan D. *The Chan’s Great Continent*. Op. cit., p. 95. DAWSON, Raymond. *El camaleón chino*. Op. cit., pp. 83-84.

⁶⁰ MUNGELLO, David E. *The Great Encounter of China and the West, 1500-1800*. Op. cit., pp. 103-104. Esse seria o princípio que regeria as mônadas, tal como acreditava Leibniz, que seriam como átomos orgânicos que comporiam as coisas vivas; uma possível influência da visão orgânica da filosofia de Zhu Xi, o intelectual confuciano da dinastia Song (Idem., p. 106).

⁶¹ SPENCE, Jonathan D. *The Chan’s Great Continent*. Op. cit., p. 85. MUNGELLO, David E. *The Great Encounter of China and the West, 1500-1800*. Op. cit., p. 98.

⁶² SPENCE, Jonathan D. *The Chan’s Great Continent*. Op. cit., p. 85.

⁶³ DAWSON, Raymond. *El camaleón chino*. Op. cit., p. 82.

camponeses trabalhadores e uma indústria saudável. Segundo ele, Benjamin Franklin (1706-1790) “venerou o sistema prisional da China e buscou informações sobre seu censo [populacional], sua indústria de seda, e como o povo aquecia suas casas.”⁶⁴ Ademais, a China tinha um ar romântico aos Estados Unidos, pois após sua independência em 1783, com o país arruinado pelas guerras e virtualmente isolado do império britânico e de uma Europa em revolução, o mercado chinês foi visado como uma saída importante para se conseguir chá, porcelana e outros artigos, além de revitalizar a economia americana.

No entanto, deve-se guardar em mente que esses intelectuais buscaram, na China, argumentos para defender seus pontos de vista políticos particulares ao contexto interno da Europa ou dos Estados Unidos. Os próprios jesuítas tinham um projeto próprio de conversão dos chineses que incluía, em casa, convencer lideranças religiosas a manter seus investimentos nas missões, e no estrangeiro a adoção de costumes locais, especialmente os confucianos – o que não era bem-visto na Europa (particularmente entre os franciscanos).⁶⁵ Por essa razão, Raymond Dawson escreveu que: “A China não era uma realidade, senão um modelo ou uma utopia.”⁶⁶

Ainda assim, discursos mais positivos sobre os chineses e seu país não faltavam no repertório dos observadores que lá estiveram em finais do século XIX. De fato, é possível observar certas influências de imagens positivas anteriores, particularmente no exotismo; afinal, diferentemente de povos cuja organização social era suficientemente distinta da europeia, como, digamos, os indígenas da Amazônia, dificilmente se poderia negar um certo brilho cultural à civilização chinesa, com sua Grande Muralha, seus palácios erguidos havia séculos e sua tradição milenar. Todavia, mesmo onde apareceu descrições de características associadas por James Blaut à categoria de ‘núcleo da civilização’ (ver Quadro 1), o argumento muitas vezes entrava em contradição com outra observação de cunho oposto.

No século XIX, o eurocentrismo, reforçado pelo evolucionismo cultural e o imperialismo, fez a sinofobia vencer, ainda que traços de sinofilia tenham permanecido presentes de alguma forma. A mudança de imagem pode ter se dado também pelo fato de que as notícias e impressões

⁶⁴ POMFRET, John. **The Beautiful Country and the Middle Kingdom**. Op. cit., p. 15.

⁶⁵ Essa querela não se restringiu à China, ocorrendo também no Japão e nos territórios coloniais ibéricos. Na Capela Dourada da cidade do Recife, por exemplo, há uma pintura conhecida como *Os Vinte e Seis Mártires do Japão* que retrata os cristãos crucificados em Nagasaki no século XVI. Nela, houve um apagamento dos mártires jesuítas para constar apenas os franciscanos, exemplo de até que ponto chegaram os conflitos e interesses internos dos missionários europeus. Para ver como os jesuítas permaneceram na China após a abolição da ordem, consultar: RÊGO, Débora Lopes do. **Ocidentais a serviço do Imperador: Requisitando Missionários para a Corte em Beijing, 1781-1785**. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

⁶⁶ DAWSON, Raymond. **El camaleón chino**. Op. cit., p. 85.

sobre a China não eram mais advindas de intelectuais, como o caso dos missionários jesuítas, cujo conhecimento foi respeitado pela burocracia imperial chinesa, mas sim de comerciantes ávidos pelo lucro. Estes não estavam preocupados com a organização política chinesa, ou a moral e a ética da tradição confuciana, ou o bem-estar da população local; sua preocupação maior, ou melhor, sua irritação advinha principalmente da dificuldade de obter os lucros desejados pelo Sistema Comercial de Cantão [Guangzhou]. Essa mudança de perspectiva aparece, por exemplo, em Montesquieu, que escreveu: “Demais, nossos comerciantes estão longe de nos dar a ideia desta virtude de que nos falam os missionários: podemos consulta-los a respeito das pilhagens dos mandarins.”⁶⁷

Ele, aliás, constou como um dos intelectuais do século XVIII que mais se posicionaram negativamente em relação à China. Seu *Do Espírito das Leis* (1748), base da organização política ocidental através da divisão dos três poderes, faz de sua perspectiva sobre a China algo muito relevante e influente. Como os demais intelectuais de sua época, as suas principais fontes foram textos de missionários que chegavam à Europa. No entanto, sua principal referência foi Jean-François Fouquet (c. 1665-1741), um jesuíta francês com quem interagiu pessoalmente. Segundo René Étiemble, as críticas de Fouquet à sua ordem e seu posicionamento excepcionalmente negativo quanto à China serviram de elemento para que Montesquieu construísse o seu argumento.⁶⁸

Em *Do Espírito das Leis*, Montesquieu construiu a ideia de três poderes ao estudar a organização dos diferentes tipos de governos, separados em três categorias: a república (ou democracia), caracterizada pela virtude; a monarquia, pela honra; e o despotismo (ou tirania), pelo medo. Neste caso, a China seria um despotismo de tipo ainda mais cruel do que o normalmente atribuído a esse governo.⁶⁹ Ademais, para que funcionasse: “Cumpra que a educação, nesses Estados [despóticos], seja servil [...]. A extrema obediência supõe ignorância em quem obedece; supõe-na mesmo em quem comanda; este nada tem a deliberar, a duvidar, nem a raciocinar; basta querer.”⁷⁰

⁶⁷ MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural, [1748] 1973, p. 130. Com leve correção ortográfica.

⁶⁸ ÉTIEMBLE, René. *L'Europe Chinoise*. Volume II : De la sinophilie à la sinophobie. Paris: Gallimard, 1989, pp, 52-54. Étiemble identificou, inclusive, o impacto do contato através das contradições presentes na obra de Montesquieu.

⁶⁹ MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. Op. cit., p. 131.

⁷⁰ Idem., p. 61.

A educação seria, portanto, quase inexistente e não poderia inculcar nenhum tipo de amor pelo Estado, por receio de rebelião popular. Eram, assim, escravos, ambos súditos e governantes, e Montesquieu citou Aristóteles para ressaltar que não haveria, nesse tipo de governo, nenhuma virtude. O que é curioso, aliás, é que Montesquieu percebeu uma grande estabilidade na China, ao que interpretou como sendo proveniente da geografia. O clima faria as mulheres férteis, o cultivo permitiria uma grande densidade demográfica, mas épocas de fome levariam a rebeliões, se o governo não atuasse no resgate. Logo, ele conseguiu manter o seu modelo intacto mesmo frente às contradições: para ser despótico é preciso haver medo, mesmo que o medo seja, em determinado momento, da parte do governante.⁷¹

O medo inerente ao despotismo teria feito do sistema penal chinês algo a ser condenado. Por sua vez, a educação retrógrada da tradição confuciana e da língua chinesa (outrora admirada por Leibniz) teria feito um povo incapaz de produzir conhecimento. O filósofo Johann Gottfried von Herder (1744-1803) foi ainda mais adiante. Segundo ele, a China seria “uma múmia embalsamada, enrolada em seda e pintada de hieróglifos”.⁷² Estavam assim lançados os fundamentos do discurso ocidental da China como um país sem patriotismo, sem criatividade e onde a história havia parado: o império estático, imutável e fossilizado no tempo que alimentou o discurso ocidental pelos séculos seguintes. Esses intelectuais do século XVIII, todavia, precederam a virada racial do século XIX, de forma que os argumentos presentes em obras como a de Montesquieu se basearam mais no clima, na geografia e no tamanho dos Estados do que propriamente em uma natureza intrínseca.

Os novos relatórios que chegavam, não mais de missionários cultos, mas sim de comerciantes gananciosos, corroboravam à sinofobia de alguns intelectuais que, por sua vez, reforçavam o seu ponto de vista. Esses comerciantes tiveram que lidar com o Sistema de Cantão, transcrição da época para a cidade de Guangzhou. Em chinês, era conhecido como “[Sistema de] Relações Comerciais de um [Único] Porto” (一口通商 *yīkǒu tōngshāng*). Isso é extremamente importante, uma vez que adentrou no discurso ocidental como exemplo do mito do isolacionismo de uma “China fechada” que teria se tornado, em parte por essa razão, um país estagnado.

⁷¹ Idem., p. 131. É curioso como, de um lado, vemos a boa gestão pública provocada pelo medo sendo vista como negativa na China, enquanto nos Estados Unidos um processo similar, com a ideia da população ter o direito de se armar para defender seus direitos contra o abuso estatal, era visto como positivo.

⁷² Herder, citado em: SPENCE, Jonathan D. **The Chan’s Great Continent**. Op. cit., p. 99.

Canalizar o comércio em uma região para atingir um objetivo político de desenvolvimento não foi uma novidade das Zonas Econômicas Especiais do governo de Deng Xiaoping 邓小平 (1904-1997). Durante o Grande Ming (1368-1644), dinastia precedente aos Qing, um acordo foi firmado com os portugueses para que alugassem uma pequena península chinesa como entreposto comercial, de onde surgiu a cidade de Macau 澳门. A historiografia portuguesa posteriormente construiu a narrativa de “cinco séculos de posse” de Macau, como se fosse uma conquista colonial, quando na verdade sua posse só foi firmada pelo Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português de 1887.⁷³ Diga-se de passagem, os japoneses adotaram um modelo semelhante com a cidade portuária de Nagasaki. Seja como for, a presença comercial portuguesa como entreposto entre os mercadores europeus e a China foi benéfico aos interesses da região e, por isso, prosperou, recebendo auspício imperial.

Tendo isso em mente, o Sistema de Cantão foi uma ampliação desse modelo. Após a Rebelião dos Três Feudatários (三藩之乱 *sānfān zhīluàn*) ter devastado as províncias a sul do Rio Yangzi, em finais do século XVII, o governo Kangxi 康熙 estabeleceu uma série de portos e alfândegas para revitalizar a região.⁷⁴ Posteriormente, o “[Sistema de] Relações Comerciais de um [Único] Porto” foi criado para canalizar o comércio europeu à região de Guangzhou, para melhor administrá-lo. Por sua vez, essas políticas fizeram com que houvesse uma menor importância ao que a historiografia chama de Sistema Tributário. Nesse sistema, o Ministério dos Ritos (礼部 *lǐbù*) administrava as relações entre o Império do Meio e os reinos circunvizinhos que, ao reconhecerem a supremacia do imperador, enviavam-lhe delegações para oferecer tributos e realizar a reverência ritualística (叩头 *kòutóu*, conhecido pela transcrição inglesa *kowtow*; literalmente: “encostar a cabeça [no chão]”). A partir desse momento, recebiam grande legitimidade em seus governos, que poderia inclusive se desdobrar em apoio militar chinês, e eram permitidos a conduzir uma série de missões mercantis na China. Mais do que qualquer outra

⁷³ Para ver mais sobre a situação política portuguesa em Macau, ver: RÊGO, Débora Lopes do. **Ocidentais a serviço do Imperador: Requiritando Missionários para a Corte em Beijing, 1781-1785.** Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

⁷⁴ A tradução “feudatário” foi mantida como aparece nos livros de sinologia. Todavia, é bom ressaltar que o termo 藩 *fān*, traduzido como “feudatário”, é mais complexo. Seu significado literal é “cerca” ou “fronteira”. Etimologicamente, o caractere é formado pelos radicais de “planta” (艹 *cǎo*) acima e “água” (氵 *shuǐ*) à esquerda, que juntos a “campo” (田 *tián*) levam ao significado de “território”. “Campo”, no entanto, está abaixo de “distinto” (采 *biàn*), o que implica que se trata de um território designado a alguém. Uma outra tradução seria preferível a “feudatário”, que remete à ideia europeia de feudo, associado ao latifúndio, à servidão e ao clero cristão, três dimensões completamente alheias à realidade chinesa.

coisa, os portos do sul e o Sistema de Cantão foram mecanismos que investiram justamente no comércio, relegando ao Sistema Tributário com uma responsabilidade mais ritualística.⁷⁵

O modelo foi expandido pelos imperadores que sucederam Kangxi. No governo Qianlong 乾隆 foi estabelecido em Guangzhou a Guilda Mercantil (公行 *gōngháng*), conhecida no Ocidente como Cohong (a partir do cantonês). A guilda basicamente monopolizava o intermédio comercial entre os estrangeiros ocidentais e os chineses naquela cidade. No entanto, os mercadores estrangeiros que lá estiveram em finais do século XVIII e começo do XIX não desejavam se submeter ao controle estatal chinês, ou sequer seguir suas regras. Sobre os comerciantes americanos, Michael H. Hunt escreveu que:

“Eles consideravam o sistema legal chinês como bárbaro não tanto porque falharam em compreender suas sutilezas, mas porque seus valores morais e sociais fundamentais e sua provisão especial para disciplinar os estrangeiros atingiu suas ideias fundamentais e seus interesses.”⁷⁶

Contra os interesses dos comerciantes e do liberalismo econômico que se pregava na Europa e no continente Americano como símbolo de progresso, a existência dos tributos e o Sistema de Cantão foram rechaçados como exemplos de uma China ignorante e fechada. Nesse caso, tratou-se de um conflito de interesses e de valores.

De um lado, a estrutura social tradicional da China é chamada de Quatro Classes, que em chinês é 士农工商 *shì nóng gōng shāng*, ou, literalmente: “letrado-camponês-artesão-mercador”.⁷⁷ A disposição dos nomes se encontra em sua ordem de importância: primeiro os letrados, que detém o Estudo (学 *xué*) e se tornam oficiais que administram o império; depois, o camponês, quase sinônimo de “povo”; o artesão em seguida (lembrando que o camponês muitas vezes exercia essa atividade, principalmente as mulheres com a fiação); e por último o mercador. Uma mudança na estrutura significaria que a ordem sob o Céu está abalada: quando o comerciante está acima, é a ganância que reina o império, não a moral.⁷⁸ Afinal, é o Estudo do

⁷⁵ SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna**. Op. cit., pp. 131-132.

⁷⁶ HUNT, Michael H. **The Making of a Special Relationship: The United States and China to 1914**. Nova York: Columbia University Press, 1983, p. 2.

⁷⁷ Nota-se como não figura, nesse modelo, nenhuma categoria para “soldado”. Isso, como veremos, foi muito comentado no sentido de dizer que o chinês era um povo pacífico e/ou submisso.

⁷⁸ Claro, a realidade não era tão rígida assim. Especialmente a partir de finais do período Ming, muitas famílias letradas diversificaram suas atividades para atuar na administração pública, no comércio, no arrendamento de terras e na manufatura. É bom lembrar também que esse cuidado com os interesses de grupos privados fez parte da antiga tradição grega. Aristóteles, por exemplo, escreveu que: “Há, pois, duas maneiras de obter riqueza: uma pelo governo doméstico; outra, pelo comércio. A primeira é indispensável e merece elogios; enquanto a segunda merece censura, pois não é conforme a natureza e é um modo pelo qual um homem lucra sobre o outro.” ARISTÓTELES. **Política**.

letrado que o moraliza; o camponês, por sua vez, seria moralizado pelos ritos (禮 *lǐ*), observados pelo Estado e exemplificados pelos letrados da localidade.

Na virada do século XX, por exemplo, muitos intelectuais clamaram por “Enriquecer o Estado e fortalecer os poderes militares” (富国强兵 *fùguó qiángbīng*), uma alternativa legista de fortalecer, ao invés da resposta confuciana de restaurar, o Estado. Como Paul Cohen mostrou, muitos foram os intelectuais chineses que viram com receio esse slogan, pois temeram que o desenvolvimento de “poder e riqueza” subordinasse para si todos os valores sociais, ameaçando a “civilização confuciana”.⁷⁹ O filósofo Jean François Billeter, em seu livro *China Três Vezes Muda* (2000)⁸⁰, lançou o conceito de “razão econômica” (ou “mercantil”), através do qual tentou compreender o Ocidente e a China contemporâneos. Dividindo esse fenômeno em uma dúzia de momentos históricos importantes que, juntos, formaram o que chamou de “reação em cadeia”, ele escreveu o seguinte sobre o começo do século XIX (3º momento): “Até lá, em todas as sociedades, as práticas econômicas permaneceram integradas a um [universo] mais largo de práticas sociais, religiosas, políticas. O econômico estava subordinado ao social. Doravante, o econômico submete o social e lhe dita sua lei.”⁸¹ Portanto, aconteceu nada mais, nada menos do que o que alguns intelectuais confucianos temeram: a subordinação de tudo ao econômico.

Logo, para os ocidentais daquela época (refiro-me à classe dominante de forma generalizada), o comércio era sacrossanto e seu agente divino era o imperialismo. Essa dimensão econômica nunca deve sair de mente quando lemos textos sobre a China, pois progresso material se tornou, assim, sinônimo de civilização.⁸² Afinal, como explicou Jean François Billeter, o grande problema da “razão econômica” é que ela é sutil: ninguém, de fato, percebe sua influência ou questiona sua existência. Dito isso, mesmo aos maiores defensores da China, ou até a religiosos menos materialistas, a dimensão econômica existe, com menor ou maior grau, como parâmetro de comparação.

Assim, se René Étiemble identificou, no século XVIII, “A Europa Chinesa”, o diplomata francês Alain Peyrefitte identificou, nos anos entre 1794 e 1816, “A Europa Desachinesada”

São Paulo: Martin Claret, [séc. IV a.C.] 2001, Livro I, Capítulo V. No caso, a diferença seria que o lado chinês não necessariamente o censura, mas tenta impedi-lo de sair do controle dos interesses do Estado.

⁷⁹ COHEN, Paul. **Discovering History in China**. Op. cit., p. 31.

⁸⁰ BILLETER, Jean François. **Chine Trois Fois Muette**. 2ª Ed. Paris: Éditions Allia, 2007. Sem tradução ao português.

⁸¹ BILLETER, Jean François. **Chine Trois Fois Muette**. 2ª Ed. Paris: Éditions Allia, 2007, pp. 19-20.

⁸² Ver Capítulo 5.

(“*L’Europe déchinoisée*”).⁸³ Este publicou, em 1989, o livro *O Império Imóvel ou O Choque dos Mundos*, onde construiu uma história da experiência da embaixada do antigo Governador-Geral da Índia, na época em que era administrada pela Companhia das Índias Orientais, o Conde George Macartney (1737-1806). A embaixada plenipotenciária foi enviada à China pelo rei George III da Grã-Bretanha em 1792, chegando ao país em 1793 e retornando apenas no ano seguinte.⁸⁴ Sua perspectiva foi, de certo modo, a do comerciante, por suas relações com a Companhia das Índias Orientais e o objetivo comercial de suas propostas. Além de ter feito observações sobre uma China inerte, o lorde se recusou a fazer a reverência ritualística (叩头 *kòutóu*) das missões tributárias e também fracassou em conseguir concessões territoriais para a Inglaterra e a abolição do Sistema de Cantão.⁸⁵

Sua missão foi bastante popular entre os ocidentais interessados na China, leigos ou acadêmicos. A escritora e viajante australiana Mary Eliza Gaunt, por exemplo, quando esteve no Palácio de Caça de Rehe, em 1913, fez questão de observar que “[...] foi aqui que, a 9 de setembro, 1793, o Imperador Ch’ien Lung [Qianlong] recebeu Lorde Macartney, o primeiro embaixador britânico à China.”⁸⁶ De fato, em 1914, o missionário inglês Arthur Evans Moule escreveu que “a narrativa de sua embaixada e missão é quase um clássico das viagens modernas.”⁸⁷ Dentre as fontes consultadas, ele foi uma das que se posicionaram mais favoravelmente ao lado dos chineses, e, no entanto, a “razão econômica” pairou em seu argumento. Novamente, sobre a embaixada e seu resultado, ele escreveu: “Porém, a China não iria ainda ser afastada da ideia de que isso foi o mais esplêndido testemunho de respeito jamais pago por uma nação tributária à sua corte, nem poderia ela ainda ser desviada de sua política vexatória e incerta quanto aos tratados de comércio.”⁸⁸

Assim, antes mesmo de entrarem em contato com os chineses dos portos ou das comunidades de imigrantes nos seus países, os observadores ocidentais já carregavam consigo a bagagem cultural do eurocentrismo, a valorização ao econômico e material, e um *corpus* de obras escritas sobre a China que os direcionavam a interpretá-la de uma determinada maneira. Tais

⁸³ Título do capítulo 81 da sexta parte em PEYREFITTE, Alain. *L’Empire Immobile ou Le Choc des Mondes*. 1ª Ed. Paris: Fayard, 1989.

⁸⁴ Como pode-se observar, a embaixada foi enviada em plena Revolução Francesa (1789-1799). Isso serve para atestar ainda mais sua importância à corte britânica.

⁸⁵ Percebe-se a ironia, onde um representante de um monopólio mercantil buscou acabar com outro monopólio mercantil sob a justificativa de expansão e liberdade de comércio.

⁸⁶ GAUNT, Mary. *A Woman in China*. Op. cit., p. 287.

⁸⁷ MOULE, Arthur Evans. *The Chinese People: A Handbook on China*. p. 384.

⁸⁸ *Ibidem*.

referências poderiam ser traçadas havia muito tempo, como a literatura medieval, ou mesmo a épocas menos remotas, como os jesuítas e os iluministas. Todavia, como diria Marc Bloch, cada povo é filho de seu tempo e, no caso do século XIX, foi a visão dos comerciantes que tomou mais destaque.

2.2 O observador na China: plano de fundo

Uma vez na China, o observador ocidental se inseria inevitavelmente em um contexto de relações de poder mais amplo do que sua pessoa individual. Não obstante a China nunca ter sido formalmente colonizada, os tratados assinados ao longo do século XIX criaram condições para que ela recebesse um tratamento de estatuto colonial. Um evento fundamental para isso acontecer se deu com o fim da Primeira Guerra do Ópio, em 1842, e o Tratado de Nanjing. Em seu Artigo III, consta o seguinte: “Com relação à punição de criminosos ingleses, o governo inglês promulgará as leis necessárias para atingir esse objetivo, e o cônsul terá poderes para colocá-los em vigor [...]”⁸⁹ Ele recebeu o nome de “cláusula da extraterritorialidade” e foi fundamental para estabelecer a distinção entre chineses e estrangeiros ocidentais – e, posteriormente, russos e japoneses –, na medida em que a jurisdição sobre eles ficava a cargo não das autoridades chinesas, mas sim dos cônsules.

No Tratado Suplementar de Humen, assinado no ano seguinte, em 1843, o Artigo VIII foi também extremamente importante, onde constava que:

“[...] é acordado ainda que, se o Imperador daqui em diante, por qualquer motivo, tiver o prazer de conceder privilégios ou imunidades adicionais a qualquer um dos súditos ou cidadãos de tais países estrangeiros, os mesmos privilégios e imunidades serão estendidos e apreciados por súditos britânicos; mas é para ser entendido que demandas ou solicitações não devem ser, com base neste fundamento, desnecessariamente apresentadas [aos súditos britânicos].”⁹⁰

Isso ficou conhecido como “cláusula da nação mais favorecida” e foi ela, mais do que qualquer outra, que permitiu que se criasse um verdadeiro Sistema de Tratados. Assim, em 1844, os Estados Unidos logo em seguida assinaram o Tratado de Wangxia, onde a mesma cláusula

⁸⁹ THE MARITIME CUSTOMS. China. III - Miscellaneous Series: N° 30. **Treaties, Conventions, Etc., Between China and Foreign States.** Volume 1. Russia, International Protocol, Great Britain, United States of America, France, Import Tariff Agreement. 2nd Ed. Shanghai: Statistical Department of the Inspectorate General of Customs, 1917, p. 388.

⁹⁰ Idem., p. 393.

apareceu no Artigo II.⁹¹ Outros países fizeram o mesmo, como França, Rússia, Alemanha e Japão. Mesmo o Brasil tentou participar do grupo das potências dos tratados, enviando embaixadas em 1879 e 1894, mas sem grande sucesso. Assim, os ganhos de uma nação deveriam ser repassados às outras, mas não os ônus, e de forma alguma o tratado poderia ser modificado unilateralmente, ainda que devesse ser revisto a cada dez anos.⁹² A formação desse sistema que regeu as relações entre China e Ocidente mais do que as leis internacionais permitiu uma certa cooperação entre as potências dos tratados. Isso porque, apesar de suas rivalidades, as perdas de uma nação, ainda que intransferíveis, poderiam abrir pretextos para que a China negociasse tratados mais favoráveis com as demais nações. Por esse motivo, são conhecidos pelos chineses como “tratados desiguais” (不平等条约 *bùpíng děng tiáoyuē*).

Mas não apenas eram os países que agiam em conjunto, ao menos até determinado limite. Nos tratados havia cláusulas que fizeram com que cidades chinesas específicas “abrissem” seus portos ao comércio estrangeiro, ao estabelecimento de missões cristãs e, em alguns casos, a bases militares. Em grande parte, ficavam na costa ou próximas a grandes rios e eram nas concessões estrangeiras onde habitava boa parte dos ocidentais. Portanto, pessoas dos mais variados países acabavam se confluindo nos mesmos pequeninos espaços, muitas vezes frequentando os mesmos clubes, bares, prostíbulos, teatros, hotéis, resorts e igrejas que os demais. De fato, o *The New York Times*, em matéria de 10/12/1911, ao comentar sobre a visita recente de um professor à China, transcreveu parte da descrição como o seguinte:

“Há 30.000 homens brancos na Ásia Oriental, e através da vida no clube e de muitas idas e vindas, eles estão todos ligados entre si como anéis em uma cota de malha. O conjunto forma uma vasta galeria de sussurros, e se hoje um homem flerta com a esposa de outro em Moukden [Fengtian], dentro de uma quinzena estarão falando sobre isso em Singapura e Manila.”⁹³

⁹¹ Artigo II do Tratado de Wangxia: “Se o governo chinês desejar modificar em qualquer aspecto a referida tarifa, essas modificações serão feitas apenas em consulta com os cônsules ou outros funcionários devidamente autorizados em nome dos Estados Unidos e com o seu consentimento. E se vantagens ou privilégios adicionais de qualquer descrição forem concedidos posteriormente pela China a qualquer outra nação, os Estados Unidos e seus cidadãos terão direito a uma participação completa, igual e imparcial nos mesmos.” *Idem.*, p. 678.

⁹² Isso não impediu as potências dos tratados, como veremos, de fazer modificações unilateralmente. Os Estados Unidos fizeram isso quando não conseguiram, por tratado, nos anos 1890, impedir trabalhadores chineses de emigrar ao seu país. No entanto, como tratou-se, de fato, de um tipo de relacionamento desigual, dificilmente seria aceito uma decisão unilateral por parte da China, de outra forma havendo a possibilidade de retaliações econômicas ou intervenção militar.

⁹³ *New York Times* (1857-1922); Dec 10, 1911; ProQuest Historical Newspapers: The New York Times pg. BR813. Nota: Moukden vem do manchú; em chinês, na época, chamava-se Fengtian, atual cidade de Shenyang.

Também por essa razão, faz sentido reunir discursos de vários países para analisá-los em conjunto, ainda que tenham, cada qual, as suas particularidades. No entanto, essas concessões também poderiam ter uma dimensão de projeção de poder, mais até do que comercial. Afinal, como escreveu Robert Bickers: “O que era um porto do tratado: uma orla, uma zona demarcada para a residência estrangeira, uma alfândega, um clube, os escritórios de um punhado de *hongs* [行 *háng*; mercador chinês licenciado].”⁹⁴ Em geral, acontecia também de cidadãos de um país morarem nas concessões de outro, ou até mesmo, como aconteceu em Tianjin, dos estrangeiros preferirem morar no coração da cidade, onde estavam os chineses.

Nesses casos, muitas vezes a concessão acabava com poucos habitantes, geralmente a família do cônsul e de outros funcionários públicos. Havia, portanto, mais territórios cedidos por tratado do que estrangeiros para neles habitar. Eram, sob essas condições, mecanismos da penetração econômica, ou, por vezes, uma demonstração de poder: se os ingleses adquirissem uma concessão, então por tratado os franceses também mereceriam uma, e assim por diante. É importante ressaltar também que havia ocidentais pobres na China que recebiam, muitas vezes, o mesmo tratamento que seus conterrâneos da classe dominante davam aos chineses. Não eram, nem de perto, homogêneos. Todavia, aqueles que deixaram boa parte dos registros foram, em geral, pessoas pertencentes à classe dominante, ou missionários que, na China, operavam com prerrogativas similares às dos letrados, a classe dominante chinesa. Portanto, é a esses últimos que me refiro quando digo “Ocidente” e “ocidentais”.

Apesar da penetração econômica, Paul Cohen, citando Rhoads Murphey, mostrou que a competição interna da China era por si só grande o suficiente para resistir a dominação total dos ocidentais em seu país.⁹⁵ Como veremos aparecer muito do discurso ocidental sobre os chineses, é bom termos isso em mente, e por isso a ênfase de que a China não foi formalmente colonizada. Isso, de fato, foi percebido na época, ainda que não aparecesse tanto nas publicações. Segundo Robert Bickers, por volta dos anos 1880, estrangeiros em Shanghai já tinham percebido que não poderiam se basear apenas na força e que, se quisessem permanecer lá, teriam que negociar seus interesses com os chineses e integrá-los um pouco.⁹⁶ Igualmente, como explicaram Jean Chesneaux, Marianne Bastid e Marie-Claire Bergère, as concessões tinham muito a ganhar

⁹⁴ BICKERS, Robert. **The Scramble for China**. Op. cit., p. 358.

⁹⁵ COHEN, Paul. **Discovering History in China**. Op. cit., p. 133.

⁹⁶ BICKERS, Robert. **The Scramble for China**. Op. cit., p. 304.

cobrando taxas dos habitantes chineses que, além de muito mais numerosos, não tinham direitos e “estavam em uma posição de subordinação a um estado colonial.”⁹⁷

Todavia, a China não deixou de estar em uma posição de desvantagem em suas relações com as potências dos tratados, que a todo momento demonstraram desejar colocá-la em uma posição de subalternidade, como ocorreu com a América Latina e a África. A competição interna não a impediu de continuar sendo retratada como inerte e estática e a penetração comercial estrangeira, defendida sob moldes liberais, seria um dos mecanismos que permiti-la-iam adquirir o dinamismo ocidental. Dito isso, além da bagagem cultural e educacional, as relações de poder entre estrangeiros das potências dos tratados e chineses foram pautadas também sob a dinâmica dos tratados.

Uma das categorias de pessoa mais diretamente associadas a eles foram justamente os diplomatas, ao qual podemos estender para incluir também o grupo que Jeffrey Dupée chamou de “politicamente instruídos” (*policy savant*). O Coronel Charles H. Denby (1830-1904), advogado de ferrovias nos Estados Unidos, foi um caso exemplar como diplomata, tendo estado no ofício por treze anos entre 1885 e 1898. Na China, deveria defender os interesses de seus conterrâneos mesmo nas situações em que claramente estivessem errados, bem como adquirir mais benefícios comerciais dos chineses. O liberalismo econômico se tornou apenas um artifício discursivo; afinal, dos anos 1870 aos anos 1890, o Ocidente foi atingido por diversas crises econômicas, em especial devido à deflação, de forma que cada império buscou garantir suas exportações ao dificultar ao máximo a entrada de produtos estrangeiros em suas colônias, concessões ou zonas de influência. Ainda que o comércio intereuropeu e euro-americano fosse muito superior ao sino-ocidental, a China era um mercado a ser garantido para o futuro (ver Gráfico 1), especialmente por ter um grande potencial consumidor e não ter sido formalmente colonizada. Seu filho, Charles Denby Jr. (1861-1938), que também fez parte da legação americana em Beijing, escreveu, em 1898, que “Nada é tão extremamente necessário [agora] como métodos americanos agressivos de comércio.”⁹⁸

Quando escreveu isso, Charles Denby Jr. não estava atuando mais no corpo diplomático, mas trabalhava de forma autônoma para firmas de transporte americanas instaladas na China.

⁹⁷ CHESNEAUX, Jean; BASTID, Marianne; BERGÈRE, Marie-Claire. **China from the Opium Wars to the 1911 Revolution**. Nova York: Pantheon Books, 1976, p. 251.

⁹⁸ DENBY JR., Charles. America's Opportunity in Asia. **The North American Review**, Vol. 166, No 494, 1898, p. 39.

Como os EUA, por regra geral, não adquiriam concessões territoriais nos tratados, com algumas exceções como em Shanghai, o foco de seus interesses comerciais foram concessões ferroviárias, algo que a família Denby conhecia muito bem. Dito isso, não podemos diferenciar os interesses diplomáticos dos comerciais: afinal, eram os mercadores que, ao se instalarem, traziam consigo a presença colonial sob os moldes de alfândegas, consulados, missões cristãs, etc.

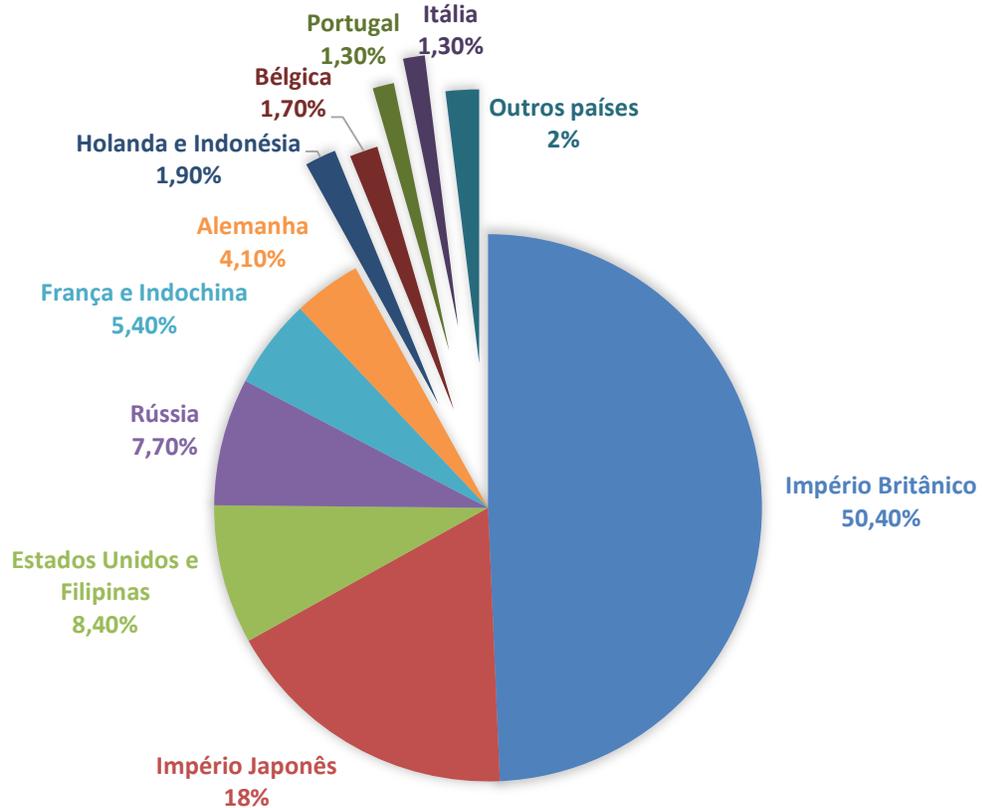
O comércio britânico e japonês foi o mais influente na China, mas isso não impediu as demais potências de tentar garantir para si uma fatia do mercado (ver Gráfico 1), seja como palco simbólico de demonstração de poder, seja para expandir interesses geopolíticos, ou simplesmente para defender interesses de lobistas e industriais. Sobre os anos 1897-8, por exemplo, época extremamente instável na China, com perdas territoriais por meio de ameaças e tratados, Charles Denby afirmou que: “A ganância por territórios e por concessões de carvão, ferro e privilégios ferroviários transformaram os membros do corpo diplomático [estrangeiro] em agentes de comércio.”⁹⁹

Esse interesse pela China pode ter tido diversos fatores. Por um lado, a visão positiva dos intelectuais americanos do século XVIII deu lugar, no século XIX, a uma ideia de que a China era a antítese dos Estados Unidos, ou seja, era o que havia de mais autocrático e estático em comparação com o que havia de mais livre e moderno. Como explicou David L. Anderson em um estudo sobre as políticas diplomáticas americanas em Beijing, havia uma grande perspectiva de progresso social e econômico na China e era do interesse das empresas americanas tomar parte nisso.¹⁰⁰ Pode-se dizer que o discurso liberal, menos do que uma contradição em épocas de protecionismo, serviu antes de tudo para firmar esses interesses. Não coincidentemente, foi o mesmo discurso utilizado na América Latina.¹⁰¹

⁹⁹ DENBY, Charles H. **China and Her People**: Being the Observations, Reminiscences, and Conclusions of an American Diplomat. Volume 2. Boston: L. C. Page & Company, 1905, p. 237.

¹⁰⁰ ANDERSON, David L. **Imperialism and Idealism**: American Diplomats in China, 1861-1898. Bloomington: Indiana University Press, 1985, pp. 2-3.

¹⁰¹ Até hoje, quando o hemisfério norte entra em crise, o discurso liberal renova suas forças na América Latina. Instituições como a OCDE e o FMI pregam pela interferência mínima do Estado na economia, ainda que países ditos ‘em desenvolvimento’ necessitem de formas mais direcionadas para desenvolver suas indústrias, sob o risco de se tornarem economicamente dependentes do mercado externo e seus investidores. O economista coreano Ha-Joon Chang publicou um livro sobre esse fenômeno em 2002, intitulado *Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*, onde defende que os países ditos desenvolvidos mantêm um discurso de desenvolvimento que contraria os próprios métodos que utilizaram para chegar onde estão.

Gráfico 1. Porcentagem do Comércio Estrangeiro com a República da China (1912)¹⁰²

Isso deu ao comércio das potências dos tratados com a China características análogas ao comércio colonial, onde produtos manufaturados viriam preferencialmente de fora para abastecer o mercado chinês, enquanto este forneceria a matéria prima e os consumidores.¹⁰³ Isso também se encaixa no conceito de “Estado Desejado” lançado por Marcos Kaplan, historiador da América Latina. Nesse modelo, a desindustrialização da “periferia” seria preferível: “Todo intervencionismo estatal, e tudo que seja semelhante a um projeto de desenvolvimento econômico autônomo, é visto como ameaça à livre empresa e aos interesses estrangeiros.”¹⁰⁴ Isso ficou explícito no artigo que o jornalista japonês Kawakami Kiyoshi (1873-1949) publicou em 1906:

¹⁰² Gráfico feito com base na tabela presente em: WOODHEAD, Henry George Wandesforde & BELL, Henry Thurburn Montague. **The China Year Book**. Londres: George Routledge & Sons, 1914, p. 146.

¹⁰³ CHESNEAUX, Jean; BASTID, Marianne; BERGÈRE, Marie-Claire. **China from the Opium Wars to the 1911 Revolution**. Op. cit., p. 256.

¹⁰⁴ KAPLAN, Marcos. **Formação do Estado Nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, pp. 123, 124, 129, 130. Inicialmente sobre as estratégias e alianças inglesas no século XIX. O conceito de Estado Desejado de Kaplan significa que há uma manutenção de uma rede de dependência comercial entre a América Latina e países industrializados. Um Estado Desejado possui uma classe dominante imediatista que tem o mesmo interesse dos países industrializados de manter o *statu quo* comercial para exportar os produtos de seus latifúndios, pastos ou outros recursos naturais. Tais economias dependentes são vulneráveis às flutuações do comércio internacional,

“Com sua população de quatrocentos milhões completamente modernizada, e com seus tremendos recursos naturais completamente desenvolvidos, a China sem dúvidas proverá um mercado maravilhoso, onde o Japão poderá adquirir sua matéria prima e encontrará uma saída para os seus produtos excedentes.”¹⁰⁵

Para concretizar esse objetivo, poder-se-ia utilizar o *dumping* e outras técnicas moralmente ambíguas de participação do Estado na economia, em mais uma contradição ao liberalismo utilizado para justificar a penetração econômica estrangeira. Portanto, pegando emprestado a expressão do brasilianista Peter Eisenberg, o projeto estrangeiro para a China foi similar ao de uma “modernização sem mudança”. Isso, obviamente, passou longe do projeto chinês para consigo mesmo.

Outra categoria de pessoa que se destacou, além dos diplomatas, foi a dos missionários. Como vimos, sua presença no império teve longa data. Não há de se questionar que muitos missionários foram à China com o verdadeiro desejo de “salvar a alma” dos chineses. Não foram poucos que dedicaram suas vidas a esse propósito, habitando por dez, vinte, até cinquenta anos no Império do Meio, dedicando-se à filantropia, à educação (secular e religiosa) e à pregação. No entanto, apesar de seus próprios projetos pessoais, eles tiveram também um papel político e econômico. Parte disso coube ao “Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação entre Sua Majestade O Imperador dos Franceses e Sua Majestade O Imperador da China”, conhecido como Tratado de Tianjin, assinado em 1858 e ratificado em 1860 no contexto da Segunda Guerra do Ópio. De importância aos missionários, o Artigo VIII constou o seguinte:

“[...] os membros das comunhões cristãs gozarão de uma completa segurança de seu pessoal, suas propriedades e o livre exercício de suas práticas religiosas, e uma proteção eficaz será dada aos missionários que forem pacificamente ao interior do país, munidos de passaportes regulares [...]. Tudo o que foi previamente escrito, proclamado ou publicado na China por ordem do governo contra o culto Cristão está completamente revogado e permanece sem valor em todas as províncias do Império.”¹⁰⁶

Tendo em vista a cláusula da nação mais favorecida, os protestantes também se beneficiaram do tratado francês. Ademais, a França se tornou o intermédio entre os católicos na China e o Vaticano, o que apontou ainda mais para os interesses nacionais franceses em meio ao

principalmente de investimentos de capital externo e demandas por seus produtos primários. Os interesses dessa classe dominante e do capital externo influenciam diretamente a manutenção do Estado Desejado como um país desindustrializado.

¹⁰⁵ KAWAKAMI, Kiyoshi. The Awakening of China. *The North American Review*, Vol. 183, 1906, p. 652.

¹⁰⁶ THE MARITIME CUSTOMS. *Treaties, Conventions, Etc., Between China and Foreign States*. Volume 1. Op. cit., p. 821.

fervor religioso dos missionários. Afinal, eles eram os mais integrados na cultura e conheciam de perto a vida dos chineses (foram, inclusive, os intérpretes de muitos tratados, especialmente no começo, quando a língua era proibida de ser ensinada aos estrangeiros).

“O missionário é, também, o porta-estandarte do comércio. Inspirado pelo zelo sagrado, ele vai ao interior, onde os pés do homem branco nunca caminharam. Ele constrói uma pequena capela, um dispensário, uma escola, uma oficina. Ele efetua uma instalação no coração do país. O agente de negócios segue [logo] atrás e o comércio estrangeiro se inicia. Da residência do missionário se irradia a luz da civilização moderna.”¹⁰⁷

Por esse motivo e outros, que serão abordados mais adiante, o missionário serviu como agente da agressão estrangeira. Isso é muito importante do ponto de vista das relações de poder, que certamente tem sua parcela de influência na produção discursiva. Paul Cohen e Daniel Bays forneceram alguns dados sobre o número dessas operações (ver Quadro 2).

Quadro 2. Dados sobre as missões cristãs na China¹⁰⁸

Missões católicas na China			Missões protestantes na China		
Ano	Padres	Total de Batizados	Ano	Ministros	Total de Batizados
1840	-	200.000	1815	20	1
1865	250	300.000	1860	189	-
1885	488		1875	436	-
1900	850 padres + 36 bispos 450 chineses	700.000	1905	3.445 300 chineses	100.000 10.000 eram funcionários das missões

¹⁰⁷ DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 1. Op. cit., p. 220. O missionário presbiteriano Arthur Judson Brown escreveu também sobre essa questão, elucidando o ponto de Denby: “Quando um cavalheiro chinês viu o relógio do missionário, ele quis um, e as fábricas de relógio do mundo responderam. As mulheres viram a esposa do missionário fazer sua roupa com uma máquina de costura e instantaneamente elas [sentiram que] deveriam ter máquinas. [...] Os chineses viram a casa do missionário acesa com óleo de querosene, e rapidamente recusaram-se a ficar contentes com o trapo em chamas em uma travessa de óleo vegetal que dava a luz fraca e fumacenta dos velhos tempos. Hoje, lamparinas podem ser encontradas em todas as casas da melhor classe e nas miríades de habitações humildes [...]. Alguns anos atrás, uma firma em Portland, Oregon, enviou um agente a Hong Kong para introduzir sua farinha. O povo comedor-de-arroz das províncias do sul não a quis; porém o agente permaneceu, e deu-lhes amostras, explicou seu uso e empurrou seus artigos tão persistentemente que depois de anos de esforços e dezenas de milhares de dólares gastos, um mercado foi criado.” BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Nova York: Student Volunteer Movement for Foreign Missions, 1912, p. 38.

¹⁰⁸ COHEN, Paul A. “Christian Missions and Their Impact to 1900.” In: FAIRBANK, John K. & TWITCHETT, Denis (Orgs.) **The Cambridge History of China**. Volume 10: Late Ch'ing, 1800-1911, Part 1. Nova York: Cambridge University Press, 1978, pp. 554-555. BAYS, Daniel H. **A New History of Christianity in China**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

Claro, o número de batizados não implicou necessariamente no número de praticantes. No caso católico, o número mais elevado no começo se refere aos remanescentes de missões de séculos passados (a proibição da prática ocorreu em 1724 por édito do governo Yongzheng 雍正), não ao número efetivamente batizado naquele ano. No entanto, regra geral, boa parte dos ocidentais acreditou que o cristianismo era positivo para a China: como veremos, era inclusive necessário para que ela se modernizasse, ou, já nas reformas que precederam a República, que a modernização fosse moralizada pela Palavra de Deus.

Mapa 4. Atuação das principais ordens católicas por província no séc. XIX¹⁰⁹



Essa relação entre missionários e imperialismo, ainda que muitas vezes indesejada por parte dos próprios, e o conflito de interesses com governantes chineses, tornaram-nos alvos de

¹⁰⁹ Mapa feito com base em BAYS, Daniel H. **A New History of Christianity in China**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

ataques. Por exemplo, apenas em 1891 acredita-se que houve entre 100 e 800 mil impressões do livro “[Morte] à Religião Maldita” (鬼教该死 *guǐjiào gāisǐ*).¹¹⁰ Isso foi particularmente dificultado a partir dos anos 1850, devido ao Reino Celestial da Grande Paz (太平天国 *tàipíng tiānguó*), ou simplesmente Rebelião Taiping, cuja liderança se dizia cristã.¹¹¹ Portanto, ao observarmos o discurso missionário, devemos ter em mente esse contexto mais amplo da associação do cristianismo com a penetração política estrangeira e sua relação com a subversão da ordem imperial.

Por último, a terceira categoria foi a dos viajantes. Estes tiveram uma contribuição particular, na medida em que não buscaram seguir carreira ou dedicar suas vidas a salvar a alma de chineses. Logo, sua percepção da cultura e seus estudos sobre a língua e os costumes locais foram extremamente superficiais, condicionando-os a tirar as próprias conclusões baseadas em leituras anteriores, conversas com outros estrangeiros e observação direta.

Esse grupo foi particularmente estudado por Nicholas R. Clifford em “*A Truthful Impression of the Country*”, publicado inicialmente em 2004. A primeira diferenciação que fez, ainda em sua introdução, é que houve uma distinção entre a China do turista e aquela do viajante. Neste estava imbuída a ideia de conhecer o *verdadeiro* país, isto é, longe dos centros urbanos, onde a presença ocidental era constante, para ir ao campo, às pousadas fora do padrão europeu, aos monumentos antigos, às paisagens exóticas e, em especial, à aventura, muitas vezes associada ao desconforto e ao perigo de uma realidade não-europeia.¹¹² De fato, ele notou que em muitos casos a presença humana foi vista como um empecilho e o mais interessante nas vilas e nas cidades, como também veremos, eram as muralhas. Jeffrey Dupée, por sua vez, escreveu que isso não necessariamente impedia o viajante de ocasionalmente ser “turista” ou “explorador”.¹¹³

¹¹⁰ COHEN, Paul A. “Christian Missions and Their Impact to 1900.” In: FAIRBANK, John K. & TWITCHETT, Denis (Orgs.) **The Cambridge History of China**. Volume 10: Late Ch'ing, 1800-1911, Part 1. Nova York: Cambridge University Press, 1978, pp. 569-570. JOHN, Griffith. **The Cause of the Riots in the Yangtse Valley: A “Complete Picture Gallery”**. Hankou, 1891, p. 7. Disponibilizado pelo MIT Visualizing Cultures em: http://vcarchive.com/mitvc/cause_of_the_riots/

¹¹¹ O missionário galês Griffith John, por exemplo, visitou a capital dos Taiping ao menos duas vezes nos anos 1860, antes de se desiludir com o cristianismo pregado pelos rebeldes. STOCKMENT, Martha. Griffith John. **Biographical Dictionary of Chinese Christianity**. Pode ser encontrado em: <http://bdconline.net/en/stories/john-griffith/> Acesso em agosto de 2018. Igualmente, o missionário inglês Arthur Evans Moule, na época em Ningbo (próximo a Shanghai), também se interessou pelos taipings, até que ficou horrorizado após ver a destruição que causaram próximo à cidade em que estava.

¹¹² CLIFFORD, Nicholas. “**A Truthful Impression of the Country**”. Op. cit., p. 20. Segundo Jeffrey Dupée, aliás, os viajantes britânicos se colocaram propositalmente como tal (*travelers*), como distinção. A questão da aventura e do perigo também foi mencionada por ele. DUPÉE, Jeffrey N. **British Travel Writers in China**. Op. cit., pp. 8-10.

¹¹³ DUPÉE, Jeffrey N. **British Travel Writers in China**. Op. cit., pp. 9-10.

Porém, ao analisar as justificativas das viagens como meramente o espírito de exploração e a aventura, Nicholas Clifford percebeu uma contradição. Nesse aspecto, a literatura de viagem – e o viajante como seu escritor – também teve uma margem de contribuição à expansão imperialista na China.¹¹⁴ Seus conhecimentos dos trajetos de rios, da localização de vilas, da vegetação, enfim, da geografia local foram úteis aos comerciantes, aos diplomatas e aos militares. De fato, muitas vezes os livros foram escritos após tais viagens com objetivos políticos ou econômicos, seja com interesses editoriais ou na construção de ferrovias, expansão de zonas de influência, criação de empresas de transporte, etc.

Por esses motivos, o comerciante não figurou entre uma das categorias: seus interesses, de certa forma, já eram abarcados pelas demais. Ele poderia também trabalhar na embaixada, assim como um político poderia ter investimentos comerciais no país. Afinal, mesmo o Lorde Macartney, uma grande referência à “China inerte”, como vimos, pertenceu à Companhia das Índias Orientais, uma empresa militarizada. Seja como for, essas categorias devem servir como guias, e não como limitadores essencialistas. Cada obra e cada autor tem, dentro de suas semelhanças, também as suas particularidades e, dentro de um determinado recorte temporal, as suas próprias mutações. Como escreveu Jeffrey Dupée acerca dos viajantes, ao qual podemos estender aos demais observadores: “essencializar os escritores de acordo com sua classe, gênero, ou função seria cegar-se às singularidades de suas variadas personalidades.”¹¹⁵

2.3 “Eu havia chegado à China”: contato direto

O transporte é a uma das primeiras questões que devemos levar em consideração quando tratamos de um tema como esse. Cada parte da experiência conta na percepção que uma pessoa forma sobre o outro, mesmo aquela que menos parece relevante, como o trajeto que leva àquele outro e, portanto, precede o contato direto. Isso nos é particularmente importante porque o objeto de análise aqui é o discurso: os ditos de estrangeiros que lá estiveram ou que sobre lá falaram. Afinal, mesmo aos que não estiveram fisicamente presentes, suas palavras basearam-se nas impressões de gente que lá esteve – ou estava.

Assim, o contato pode ser um grande produtor de imagens sobre o outro, mas não é o único. Por isso mesmo, a imagem produzida através do contato não é meramente reprodutora de

¹¹⁴ CLIFFORD, Nicholas. “A Truthful Impression of the Country”. Op. cit., p. 36. Também as mulheres, tanto quanto os homens, contribuíam para o imperialismo (Idem., p. 30).

¹¹⁵ DUPÉE, Jeffrey N. *British Travel Writers in China*. Op. cit., p. 43.

experiências (táteis, visuais, etc.), mas antes o resultado de uma dialética entre aquelas ideias preconcebidas e as experiências pessoais adquiridas no presente. Tendo isso em mente, é preciso enfatizar que todo ocidental presente na China, e que sobre ela escreveu, não foi apenas homem ou mulher, mas homem ou mulher coloniais.¹¹⁶ Poderiam ser médicos, missionários, diplomatas, militares, viajantes ou comerciantes; poderiam ser as pessoas mais doces e de intenções mais puras do mundo: o que importa, na perspectiva discursiva, é que sua presença ali foi forçada. Como tal, a mera existência do ocidental na China poderia se configurar como um ato de agressão e de humilhação. A imagem que ocidentais formaram de chineses – e vice-versa – foi filtrada, antes, pela posição colonialista do observador estrangeiro, uma posição que, querendo ou não, conscientemente ou não, foi de cima para baixo.

O imaginário formulou ideias não apenas sobre o espaço e seus habitantes, mas também sobre objetos inanimados, principalmente os que foram associados à utilidade pragmática e rebuscada de uma sociedade em efervescência tecnológica. A partir de um padrão eurocêntrico tal como conferido pela visão de mundo da época, um determinado objeto poderia simbolizar progresso enquanto outro representaria atraso, com categorias positivas e negativas respectivamente associadas a eles. Nessa época de avanço técnico europeu, as inovações de transporte, armamento e comunicação tornaram-se ferramentas da colonização e, porventura, símbolos da superioridade de sua sociedade. Douglas Burgess, Jr., ao abordar a recepção do primeiro navio a vapor britânico por um senador norte-americano, escreveu que a ideia era a de que: “Da mesma forma que o motor a vapor fechou as lacunas entre nações de pensamento semelhante, ele iria esticar sua alçada e tornar acessível novos mundos ainda desconhecidos.”¹¹⁷ Por isso é imprescindível falar sobre as tecnologias que facilitaram a presença estrangeira na China.

Arthur Judson Brown (1856-1963), missionário presbiteriano americano, escreveu em 1912 sobre o advento dos transportes à vapor e da ferrovia no contexto chinês, onde disse que:

“Sobre esta vasta massa de pessoas isoladas, as forças do mundo moderno começaram a operar. O vapor estabeleceu novos contatos com outras nações.

¹¹⁶ Refiro-me especificamente aos ocidentais por ser o objetivo analítico deste trabalho. A presença russa e japonesa também esteve associada ao imperialismo que carregou consigo essa carga negativa. O mesmo para grupos subalternos, como os Sikhs que compunham o exército colonial britânico e protegeram as concessões estrangeiras. Neste triste aspecto, vítimas do colonialismo também poderiam gerar um impacto colonial negativo a outras vítimas do mesmo mal que ganância e império produziram.

¹¹⁷ BURGESS JR., Douglas R. **Engines of Empire: Steamships and the Victorian Imagination**. Stanford: Stanford University Press, 2016, p. 9.

Cinquenta anos atrás [ou seja, c. 1860], a China estava tão distante no tempo que não havia efeito apreciável sobre a vida americana. Notícias viajavam lentamente.”¹¹⁸

As ferroviárias e os barcos a vapor permitiram uma certa regularidade nos transportes e uma reorganização temporal: a do relógio e do tempo de trabalho regulamentado. De fato, as duas tecnologias estavam interligadas, pois a modernização dos portos requeria uma conexão via estradas de ferro com outras cidades e zonas produtivas, seja para o transporte de gente e tropas ou para escoamento da produção. Não muito posteriormente a elas veio se somar o telégrafo, que agilizou a comunicação dentro de impérios coloniais de dimensões globais com suas linhas subaquáticas.

Tais invenções podem ter ocorrido de maneira um tanto independentes, porém sua correlação no âmbito do imaginário e a forma como funcionaram em conjunto conferiram-nas, na prática, uma interdependência. Eram tecnologias que conferiam status (de modernidade) e influência geopolítica, na medida em que uma nação que não tivesse linha própria dependeria de usar os cabos de outra – geralmente da Inglaterra. Velocidade de resposta poderia significar também a manutenção ou perda de territórios coloniais, principalmente nas regiões mais distantes do centro de decisões, como Délhi para Londres.

Por isso, como enfatizou Douglas Burgess, Jr., para esses “novos mundos desconhecidos” era justamente essa lacuna, reduzida pelos novos meios de transporte e de comunicação, que servia de obstáculo contra as pretensões imperiais europeias e americanas. Isso operou também dentro das próprias nações ocidentais, como no caso do Brasil e dos EUA, onde “a Era do descobrimento” se repetiu toda vez que um indígena teve suas terras invadidas, ou toda vez que um trabalhador – muitas vezes chinês – morreu no sistema de plantação e na construção de ferrovias e estradas. O que se destaca é que, nos séculos XIX e começo do XX, a ideologia do progresso mais do que incentivou essa expansão, enquanto essas tecnologias de transporte e comunicação proporcionaram os meios de efetivá-la mais eficientemente.

Além disso, tal status de modernidade conferia-lhe uma condição de positividade: a colonização nesses moldes seria um ato de violência, de fato, porém seria também um meio de compartilhamento civilizacional e expansão da sociedade a uma direção positiva para a nação.

¹¹⁸ BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., p. 36. Como vimos, o ano de 1860 foi muito importante, principalmente para os missionários, pois foi quando ocorreu a assinatura da convenção que levou ao fim a Segunda Guerra do Ópio, ao ser ratificado o Tratado de Tianjin, assinado com a França em 1858, que permitiu que missionários se instalassem no interior do país e se locomovessem livremente mediante passaporte.

Não à toa, no contexto da revolução que levou à queda da dinastia última dinastia em 1912, Arthur Judson Brown escreveu, com tom de positividade, que: “Essa facilidade de intercomunicação também trouxe a Europa e a América para a China e resultou em um influxo de influências ocidentais que tem exercido um enorme poder revolucionário.”¹¹⁹

À China humilhada dos séculos XIX e XX, essas tecnologias representaram um paradoxo, pois ainda que fossem ferramentas úteis para o escoamento da produção e a conexão das mais distantes regiões do império, eram justamente os meios utilizados pelos invasores para penetrar mais a fundo no país: a ferrovia que movia tropas, o telégrafo que requisitava a canhoneira, o carvão que abastecia o navio de guerra. Durante o Movimento Boxer (1900), por exemplo, linhas telegráficas e estradas de ferro foram destruídas, pois aos boxers tudo que vinha do estrangeiro era negativo – inclusive o cristianismo. No entanto, não foram por isso menos utilizadas por grandes oficiais chineses na defesa do império, que souberam manusear essas tecnologias com maestria. É a isso que se refere, portanto, quando se diz que contato, percepção e imaginário são vias de mão dupla capazes de, no entanto, criar experiências diferentes – ou ao menos paradoxais – sobre um mesmo objeto.

Para os ocidentais, as ferrovias e os portos representavam ainda uma modificação da paisagem de arcaica ou natural para moderna e ordenada. Os trens e navios traziam consigo novas e curiosas experiências. Confinados em um ambiente fechado por muito tempo, de horas até semanas, a depender do trajeto, esses eram espaços onde uma comunidade pequena poderia se formar, onde ideias poderiam ser trocadas, colegas reencontrados e novas amizades feitas. Isso ocorria mais frequentemente em locais com poucas linhas a vapor, ou que fossem mais procurados para uma destinação específica, como eram os portos da costa leste americana para China, Japão, Alasca, Havaí e Filipinas – alguns desses inclusive como pontos de abastecimento para se chegar aos demais. Charles Denby Jr., da embaixada americana em Beijing, deixou isso claro em uma carta à sua mãe, durante uma viagem em 1898: “Dr. Malcom & esposa da Western China e o Sr. E. B. Lees de Tientsin [Tianjin] navegam conosco. Nós conhecíamos bem os Malcoms, tendo eles vindo conosco no outono passado, no mesmo navio que pegamos hoje. Lees

¹¹⁹ Idem., p. 37. Essa citação será melhor problematizada mais adiante.

e eu viemos por Shanghai a Marselha juntos em '95.”¹²⁰ Relatos de encontros como esse não eram incomuns.

O incentivo para a formação dessas pequenas e muitas vezes temporárias comunidades em navios e trens veio também do isolamento. Como na China, onde boa parte dos estrangeiros habitava a bolha das concessões em grandes cidades e estava, portanto, próxima de seus semelhantes, mas rodeada de incontáveis chineses, os navios tinham também características internacionais. Claro que diferia por tipo de navio, como de navio militar a civil, ou um barco que tinha função outra, mas que começara a ser usado para transporte de gente. Porém, tomemos a título de exemplo a experiência que narrou em suas cartas o jovem missionário Élie Delpal (ver Mapa 5), que partira em 1897 de Marselha à China (caminho inverso ao citado acima por Charles Denby Jr.). Carregando cerca de 80 pessoas mais a tripulação, com capacidade para o dobro, o antigo navio postal *Yarra* tinha três categorias de funcionários: “os oficiais, que são todos franceses e muito poucos, uma quinzena. Em geral, eles nos são muito bons. Os homens da dor, da labuta, são os chineses: eles se ocupam da cozinha, do serviço de mesas e o cuidado com a limpeza do interior da embarcação. São bem uns trinta ou menos.”¹²¹ A terceira era formada por 45 “negros e árabes” que faziam funcionar o motor – talvez o trabalho mais árduo.¹²²

No caso de Élie Delpal, o grosso da tripulação do navio era formado por estrangeiros. Franceses compunham os oficiais e os postos de comando, mas representavam apenas cerca de 16% da tripulação. Ele não nos deu informações mais detalhadas sobre os passageiros, mas tinha ao menos 20 missionários como ele. Sabemos que havia diferenças entre os países, suas colônias e, portanto, a composição da tripulação – no caso americano, a população negra segregada oficialmente; os franceses, as colônias do Norte da África; e os ingleses, a Índia. Essa questão pode ser elucidada por um estudo interessante feito por Justine Cousin acerca das linhas de navio a vapor britânicas, que dominavam os mares em questão numérica. Analisando sua composição, a historiadora concluiu que os estrangeiros (incluindo europeus do continente) compuseram, entre 1900 e 1914, cerca de 30% da tripulação (metade da qual formada por indianos do Raj).¹²³ O

¹²⁰ LIBRARY OF CONGRESS, Madison Memorial Building, Manuscript Division. **Denby Family Papers**. Número de chamada: 0519D, Caixa 7, Pasta 3. Carta de Charles Denby Jr. para sua mãe, Martha F. Denby. Escrito com o papel do Hotel Vancouver. 20 de junho de 1898.

¹²¹ CALMELS, Norbert (Org.) **Journal D'Élie Delpal**: Missionnaire en Chine. Avignon: Maison Aubanel Père, 1965, p. 47.

¹²² Idem., p. 48.

¹²³ COUSIN, Justine. Les marins extra-européens, un personnel indispensable pour les compagnies maritimes impériales britanniques (1849-1950). **Chronique D'Histoire Maritime**. N° 82, junho de 2017, s/p. Seria interessante

contato em moldes coloniais dava-se, portanto, desde a partida no ocidente. A posição desses homens e mulheres das colônias – com o qual eu incluo os chineses – era a do motor, do calor do carvão, da limpeza, do serviço; enfim, posições de subalternidade e de baixa remuneração: os famosos *coolies*, termo que veio do chinês 苦力 *kǔlì*, ou “trabalho sofrido”.

Muitos europeus e americanos foram com suas famílias, ou as compuseram (com outros estrangeiros ou com chineses), no destino asiático. Outros foram sozinhos e deixaram seus entes queridos longe, longe demais para uma carta suprir todas as necessidades que requer o afeto. No entanto, nesses casos, foi a distância que nos proporcionou documentos úteis de análise histórica, como cartas e telegramas. Nos textos mais pessoais, aqueles motivados não pela obrigação do serviço, mas pela dor da distância, vemos diversas informações que talvez não apareceriam em outros meios, como segredos que confiaram apenas entre remetente e destinatário, ou termos que talvez não ousariam utilizar. O século as fez se revelarem ao historiador.

Para os americanos, o caminho à China era necessariamente o navio à vapor. Se morasse na costa oeste, o que não seria incomum, principalmente aos embaixadores e cônsules vindos de Washington, D.C., havia o intermédio entre a ferrovia que ligava os dois extremos do país. Como vimos, porto e ferrovia funcionavam como uma rede conectada e isso ocorreu igualmente no caso europeu: Élie Delpal, por exemplo, partiu de Paris em um trem até a costa mediterrânea, de onde embarcou inicialmente para Marselha. O que diferenciou a experiência de viagem entre os continentes foi, antes de tudo, a distância para o destino final. Charles H. Denby chegou ao porto de Yokohama, perto de Tóquio, na costa leste do arquipélago japonês, após vinte e dois dias de viagem (partiu em 1885).¹²⁴ De lá, mudou-se para o navio *Trenton* e zarpu para Tianjin. Dez anos depois, o grande estadista Li Hongzhang 李鴻章 levou apenas três dias para realizar o caminho inverso, de Tianjin para Shimonoseki.¹²⁵ A viagem de Élie Delpal foi mais longa, mas por conta da distância, e durou cerca de quarenta dias. Ele parou em diversas localidades: Grécia,

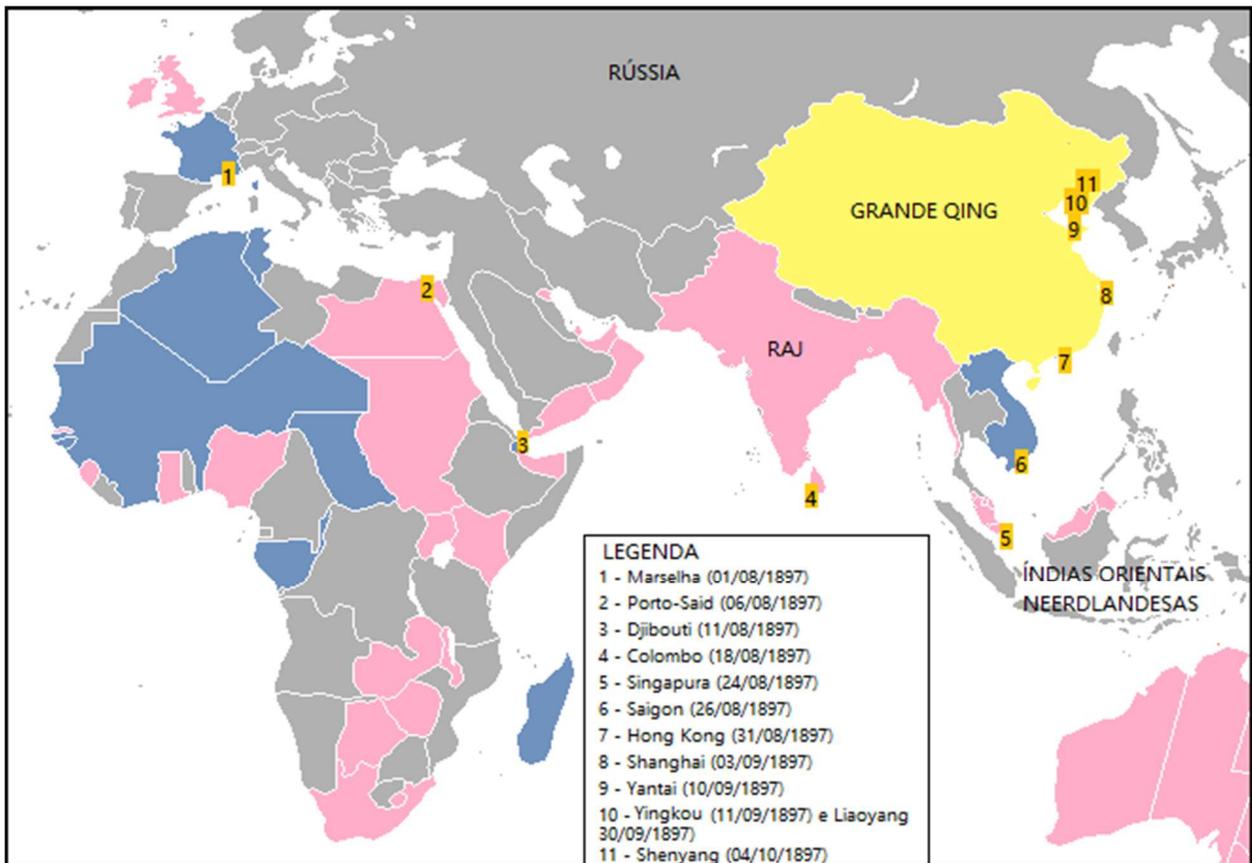
um estudo sobre como os Sikhs foram vistos e tratados pelos ocidentais na China. Eram eles que patrulhavam as principais concessões inglesas e internacionais. Infelizmente eu não encontrei, nas fontes que li, quase nenhum relato. A maioria se restringia a mencionar que os Sikhs foram os primeiros a chegar a Beijing para quebrar o cerco às Legações Estrangeiras durante o Movimento Boxer.

¹²⁴ Um decênio depois, seu filho Charles Denby Jr. fez a mesma viagem em doze dias. DENBY JR., Charles. *America's Opportunity in Asia*. **The North American Review**, Vol. 166, No. 494 (Jan., 1898), p. 33.

¹²⁵ Telegrama de Charles H. Denby para Walter Q. Gresham enviado a 15 de março de 1895. Documento 105. U.S. DEPARTMENT OF STATE. Office of the Historian. Bureau of Public Affairs. **Foreign Relations of the United States, 1894. Appendix 1**. Chinese-Japanese War, Enforcement of Regulation Respective to Fur Seals, Mosquito Territory, Affairs at Bluefields, Claim of Antonio Maximo Mora, Import Duties on Certain Products of Colombia, Haiti, and Venezuela, Affairs in the Samoan Islands. Washington, United States Government Printing Office, 1893-1895, com última alteração em 2018.

Egito, Djibouti, Sri Lanka, Sumatra, Singapura, Vietnã, Hong Kong e Shanghai, onde deixou seu navio *Yarra* e mudou-se para o barco *Wuhu*, de onde seguiu para Yantai e depois para a costa manchu, não muito longe do destino do diplomata americano. A diferença é que Charles Denby atravessou o Pacífico e Delpal teve que atravessar o Mediterrâneo, o Índico e parte do Pacífico, o que por si só já foi um feito incrível, visto que o vapor permitia navegar por correntes oceânicas e de ar adversas com regularidade.

Mapa 5. Jornada de Élie Delpal em 1897¹²⁶



Todavia, a partir de 1903 havia ainda uma outra opção de transporte para quem partisse da Europa, por intermédio do Império Russo: a Transiberiana, que ligou uma ponta da latitude da Ásia até a outra. Foi assim que a escritora australiana Mary Eliza Gaunt decidiu, de sua casa na Inglaterra, realizar o sonho de se aventurar na China, onde ficaria na residência do Dr. George Ernest Morrison (1862-1920), cunhado de seu irmão, correspondente do jornal britânico *Times* e

¹²⁶ Com base nas localidades que mencionou em suas cartas. CALMELS, Norbert (Org.) **Journal D'Élie Delpal**. Op. cit. Mapa modificado a partir do original na Wikimedia Commons, Blank Map of the World, 1898, que pode ser acessado em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:BlankMap-World-1898.png>

conselheiro do Presidente da República da China. Ela partiu a 31 de janeiro de 1913, aos 52 anos de idade, dois anos depois de Élie Delpal morrer na Manchúria aos 39 anos e um ano depois da abdicação do imperador Xuantong 宣统 (Puyi). Sua viagem contrariou todas as recomendações que se faz a um viajante: foi sozinha para um país desconhecido e cuja língua não dominava, sem garantia de que haveria alguém para a recepcionar e ainda mais inverno siberiano que poderia chegar a 30 graus negativos! Era possível partir de Moscou até a China, trocando por uma linha ferroviária da Manchúria: “os doze dias de jornada por ferrovia que nos leva das mais modernas civilizações até a mais anciã [...]”¹²⁷

Em 1897, aos 25 anos de idade, o jovem Élie Delpal terminou seus estudos canônicos pela Sociedade das Missões Estrangeiras de Paris, onde vinha se preparando por quatro anos para o árduo trabalho missionário. Seu destino poderia ser qualquer colônia ou país não-cristão – isto é, dos poucos que ainda detinham alguma autonomia política. Dentre as tantas possibilidades disponíveis, a China foi a escolhida. Assim, em finais de julho de 1897, o jovem missionário partiu de sua cidade para o mundo: “Dificilmente montado, o cocheiro se senta em seu assento. A grade do Seminário se fecha atrás de nós e lança-nos a um desconhecido que não terminaria ainda! Mas é por Deus!”¹²⁸ A saída do porto de Marselha para o Mediterrâneo teria sido melancólica se não houvesse a animação do propósito de sua viagem. Foi a certeza de que ela, que acabara de começar, não teria retorno: “Adeus Paris, pois eu jamais te verei!”¹²⁹ Por mais que não pudesse prever o futuro, sua impressão estava correta e quatorze anos depois ele morreu na Manchúria, vítima de uma epidemia respiratória.¹³⁰

Élie Delpal foi um dentre muitos estrangeiros europeus e americanos que se deslocaram à China. Os três casos citados foram de viajantes de três regiões muito distintas: França, EUA e Austrália. O que eles tinham de semelhante, em suas visões, era a identidade de pertencerem a um mundo ocidental que era inquestionavelmente moderno – mesmo para uma colônia do Império Britânico como a Austrália. Todos tinham objetivos com a China: o francês a filantropia, o americano a carreira e a australiana a aventura. Sua percepção da situação chinesa passou antes

¹²⁷ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Londres: T. Werner Laurie Ltd., s./d. [c. 1914], p. 5. Arthur Judson Brown escreveu ainda que Berlim estava a 13 dias de viagem de Beijing por meio da Transiberiana. BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., p. 36.

¹²⁸ CALMELS, Norbert (Org.) **Journal D'Élie Delpal: Missionnaire en Chine**. Avignon: Maison Aubanel Père, 1965, p. 35.

¹²⁹ Idem., p. 35.

¹³⁰ Mais informações sobre a epidemia que atingiu a Manchúria no período, ver: MEIKLEJOHN, Iain. Manchurian plague, 1910-11. In: **DisasterHistory**. Acesso em: <https://disasterhistory.org/the-manchurian-plague-1910-11>

pelas lentes da cultura ocidental da qual compartilhavam e na qual acreditavam ser intrinsecamente superior. Esse foi um dos pontos em comum que relacionam suas diferentes profissões e interesses.

Como vimos, outro meio de transporte importante foi a locomotiva. Élie Delpal, por exemplo, chegou ao sul da França através do trem que pegou em Paris. No caso francês, Marselha, localizada no sudeste da França e na costa mediterrânea, foi um importante ponto de saída que, através do Canal de Suez, conectava-se ao Oceano Índico e ao Leste Asiático. No caso americano, o porto de Seattle, na costa oeste, quase fronteira com o Canadá, foi um importante lugar de onde partiam navios para o Japão ou para as Filipinas e desses lugares para a China. Também partiam de Seattle os transportes que seguiam para o Alasca, mais acessível por mar do que por terra, onde novos empreendimentos surgiram na virada do século para explorar as riquezas naturais da terra, como o petróleo.

Outro importante porto de chegada e saída era o de San Francisco, na Califórnia, de onde partiu para a China o diplomata americano Charles H. Denby em 1885. Foram treze anos de serviço na capital imperial; a missão diplomática mais longa de um norte-americano na China. Seu filho, Charles Denby Jr. ficou meio decênio a mais. Curiosamente, o nome do navio que o levou se chamava *Rio de Janeiro* e o diplomata que o sucedeu em 1898, Edwin H. Conger, viera de sua embaixada no Brasil.¹³¹ Em 1885, quando partiu, havia apenas duas linhas de vapor que transitavam da costa oeste para a China, mas em 1904, quando escreveu seu livro, havia já treze linhas! Presumivelmente, a aquisição das Filipinas pelos EUA em 1898 e outras ilhas do Pacífico, como o Havaí, influenciou a expansão comercial americana naquela região. É outra evidência da importância do mercado chinês, crescente mesmo em tempos turbulentos.

A jornada à China não era fácil, porém, antes de tudo, o estrangeiro precisava necessariamente efetuar-la. Quaisquer ideias que tivessem sobre o país poderiam ser reconfiguradas pelas impressões diretas que sua observação do povo poderia proporcionar. Que havia ideias preconcebidas isto é fato e sobre elas falaremos mais adiante. Élie Delpal narrou algumas dessas dificuldades, que não foram tantas, mas nem por isso menos válidas. Primeiro, o navio *Yarra* deu defeito logo na partida, então a saída foi atrasada algumas horas. Um homem do continente, do norte da França, logo sentiu as intempéries do mar: “Vós podeis ver como aqui

¹³¹ DENBY, Charles. **China and Her People**: Being the Observations, Reminiscences, and Conclusions of an American Diplomat. Volume 1. Boston: L. C. Page & Company, 1905, p. 15.

vivo: infelizmente não se tem sempre apetite, seja à causa do calor excessivo, seja pelo enjojo [*mal du mer*], seja por outro motivo.”¹³² O enjojo era o pior, aliás, pois afetava a todos.

Entretanto, à relativa calma do Mediterrâneo e do Mar Vermelho, o barco de Élie Delpal iria ainda atravessar o Oceano Índico na época das monções. Isso seria quase impossível de se fazer sem grandes acidentes, se não fosse pelo advento do motor à vapor. Ele as descreveu em carta: “A monção [...] é como uma imensa corrente de ar que varre tudo por sua passagem e, na ausência de areia ou poeira para levantar, é a água que voa em turbilhões.”¹³³ Tão fortes eram as ondas e os ventos que à noite ele chegou a ser atirado de sua cama pela oscilação do barco.

Charles Denby não descreveu muito suas viagens, mas falou um pouco da primeira, onde teve uma experiência mais assustadora do que os desconfortos do jovem missionário francês. Escreveu o seguinte sobre ela: “Nossa viagem foi notável apenas pela prevalência, por três dias, de um tufão, o que assustou a todos nós completamente e fez-se necessário ao navio contornar e navegar por doze horas na direção oposta ao seu curso verdadeiro.”¹³⁴ As ondas do tufão foram assustadoramente altas, chegando a mais de quinze metros de altura e inundando o navio com um volume de quase um metro d’água, segundo o diplomata. Naquela situação, pensamentos profundos e contemplativos surgiram e Denby e os demais tripulantes perceberam que não haveria ninguém para os salvar caso o navio afundasse.

Também não havia ninguém mais quando Élie Delpal chegou em seu destino final: os colegas missionários que saíram juntos do porto de Marselha desceram do navio ao longo do percurso e seguiram para suas respectivas missões, por todo mundo colonial. A chegada à Manchúria foi solitária, mas ao menos foi um sucesso. Tudo deu certo também com Charles Denby, que chegou em seu destino final. O barco que pegou para o trajeto Yokohama-Tianjin, no entanto, viria a afundar alguns anos depois devido ao mal tempo no oceano, perto da ilha de Samoa.¹³⁵

A viagem de Mary Gaunt também não foi isenta de estresse e ela passou por camadas e camadas de inspeções pela Alfândega Chinesa: “A sala de bagagem estava uma confusão, pior confundida, e ninguém parecia saber o que estava sendo procurado, [se] ópio, armas ou

¹³² CALMELS, Norbert (Org.) **Journal D’Élie Delpal**. Op. cit., p. 54.

¹³³ Idem., p. 77.

¹³⁴ DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 1. Op. cit., pp. 16-17.

¹³⁵ Idem., p. 19. Dentre as várias ilhas, havia a Samoa Americana, incorporada pelos Estados Unidos em finais do século XIX.

ambos.”¹³⁶ Na primeira estação da Manchúria, encontravam-se famílias chinesas, franceses, russos, alemães, ingleses e outros asiáticos: “era uma babel das línguas”.¹³⁷ Passado o desconforto de duas semanas de viagem e dias de inspeções alfandegárias numa terra desconhecida e militarizada, sem sequer um banho, Mary Gaunt chegara, enfim, ao seu destino tão almejado: Beijing, a capital da Celeste República.

2.4 Civilização e Progresso

A leitura ocidental do mundo entendia que os desenvolvimentos tecnológicos eram sinais de progresso. O transporte foi percebido dessa forma, sendo trem ou navio a vapor, e logo veremos como o contraste foi feito em relação aos transportes chineses. A civilização representou a vitória da ordem, através de meios técnicos, sobre o natural, o selvagem, o incivilizado, como um trator que passa a limpo o mato desgovernado e exótico e o transforma em campo ordenado e civilizado, ou “centuriado”.

“Antes de nós estava uma longa, longa trilha. Nós, no trem apressado, *representamos a marcha adiante de uma grandiosa civilização*, mas ao nosso redor, na brilhante luz do sol do inverno, estavam os planos ilimitados da Sibéria, e a floresta de vidoeiros, e a neve, e a geada, e a beleza que não é feita por mãos, que desafia a civilização, que foi antes da civilização, e fomos movidos a levantar os nossos olhos com o salmista e clamar alto: ‘Quão incríveis são vossas obras, Ó Senhor!’”¹³⁸

Assim Mary Gaunt descreveu o passeio pelas belas paisagens siberianas cobertas de neve em seu caminho à China. Observa-se o contraste entre “o trem apressado” da civilização e “a floresta de vidoeiros” que a desafia. Da mesma forma que Deus teria criado os animais e as bestas, também criou a paisagem natural: apenas o homem seria capaz de modifica-la e, ao fazê-lo, criar um ambiente novo, humano e ordenado. A paisagem representa a antítese da civilização; ela a precede no tempo tanto no sentido de que a civilização lhe é um fenômeno posterior, como no sentido de que duas estruturas de tempos diferentes coabitam e competem pelo mesmo espaço. O progresso representado pelo trem, no entanto, era *necessariamente* culturalmente vinculado ao Ocidente, sendo fruto do gênio da sociedade europeia e da fé cristã, intrinsecamente relacionadas. Sabendo-se disso, pouco nos espanta que Élie Delpal tenha escrito que “Lá, onde o cristão não

¹³⁶ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 14.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Idem., p. 13. Grifo meu. “Salmista” vem de Salmo, da Bíblia.

está, o animal se faz sentir.”¹³⁹ É importante fazer uma pausa para evidenciar a força desses termos, pois um animal é selvagem e, como tal, também pertence à paisagem que as ferrovias e a civilização europeia buscavam alterar, ordenar e fazer ter sentido. É com esse olhar de paisagem, de massa amorfa, de selvageria, que os chineses foram muitas vezes observados.

Uma relação curiosa é formada então entre lugar, costume e cultura. A isso se mesclam as teorias evolucionistas que estavam em voga no final do século XIX e começo do XX. Sobre a questão, Élie Delpal foi além e ainda nos proporcionou uma outra imagem sobre o progresso. A associação entre tecnologia e forma de vida (urbana, burguesa, parisiense, etc.) mostrou-se tão seletiva, no quesito evolutivo, quanto a região do globo em que se vive e os costumes que se segue, de forma que poderia haver também na Europa cristã focos de incivilizados. Foi assim que, ao passar de barco por Camarga, no sul da França, em seu caminho a Marselha, ele narrou o lugar e seus habitantes:

“A planície da Camarga nos oferece o aspecto de um deserto: nós não percebemos, contudo, seus cavalos tão renomados; mas como eles ainda estão em estado selvagem, não desejam ter conhecimento sobre os caminhos de ferro, produto da civilização moderna; à sua maneira, eles desejam protestar! Pela forma que passamos rapidamente, logo esse país selvagem estava longe, atrás de nós.”¹⁴⁰

Portanto, e isso merece mais atenção acadêmica, a civilização não apenas era geográfica e culturalmente delimitada, mas ela tinha raça, classe e cor específicas. Por ora, é importante levarmos em consideração o poder discursivo que cabe na palavra “civilização”. Evitei deliberadamente utilizar o termo “conceito” para me referir a ela, pois trata-se de uma das palavras mais difíceis de se classificar – e um conceito, por definição, deve ser um termo bem explicado, ou ao menos suficientemente entendido, que por isso se torna uma ferramenta útil de análise histórica. Como se utilizar de algo para analisar o mundo se esse próprio algo é um enigma epistemológico? Ainda hoje sofremos para definir “civilização”, sem expectativa de sucesso, e sempre que nós usamos essa palavra somos por isso levados a ter que explicar qual o seu sentido específico na situação em que se encontra. No período de Élie Delpal, Charles Denby e Mary Gaunt, no entanto, a confusão entre as muitas aplicações da palavra civilização não parecia importar muito e por isso a vemos repetidamente utilizada em situações que parecem, para nós, paradoxais.

¹³⁹ CALMELS, Norbert (Org.) *Journal D'Élie Delpal*. Op. cit., p. 48.

¹⁴⁰ Idem., p. 37.

Na verdade, sequer perceberam a existência dessa contradição e isso certamente não foi uma coincidência, mas fruto de um processo histórico mais amplo. Por isso a aplicação do termo não parecia anômala no texto. Mesmo hoje, há dificuldade em se conceber uma modernidade diferente daquela construída pelo Ocidente, quiçá em uma época onde avanço imperial, miséria colonial e teorias evolucionistas (biológicas e socioculturais) corroboraram para construir e manter uma visão de mundo excludente, de apagamento do outro e centrada em uma noção eurocêntrica de mundo.

Diversos termos giram em torno da ideia de civilização – daquela civilização do progresso –, tais como modernidade, ordem, indústria, cultura e progresso, e muitos outros termos que funcionam em contraste a ela, como natureza e selvageria. Indubitavelmente, um faz referência ao outro: a civilização é marcada por um progresso técnico que ordena a natureza através do refinamento cultural e da indústria: ferrovias, navios a vapor, fábricas, pontes, etc. Curiosamente, todos são termos cuja explicação não tem um consenso definitivo e essa ambiguidade alimenta o discurso de dominação em sua busca pela hegemonia.

Hoje, a “origem” da modernidade continua bastante contestada. Ela é geralmente descrita como uma construção global feita a partir de interações internacionais que ultrapassam limites de fronteiras e peculiaridades meramente internas de uma nação.¹⁴¹ Todavia, para o período que analisamos aqui, a modernidade era indiscutivelmente europeia e baseava-se em costumes e práticas bastante específicos do Ocidente, como a adoção do cristianismo, por exemplo. Autores norte-americanos, em especial, colocavam-se como herdeiros e ampliadores dessa modernidade,

¹⁴¹ Em geral, muitos ainda limitam a análise internacional ao continente europeu, de forma que a modernidade seria um evento “global”, mas algo entre França e Inglaterra, como a “dupla revolução” de Eric Hobsbawm. Outros, no entanto, partiram de uma perspectiva diferente. Por exemplo, Sidney Mintz não refutou a importância da dupla revolução, mas sim a origem da modernidade. Antropólogo que estuda os trabalhadores do açúcar e sua produção no Caribe, Mintz deslocou o eixo de análise e trouxe à tona a importância negligenciada do continente americano. Para ele, o conceito de modernidade gira em torno do caráter multiétnico de uma sociedade baseada em uma produção integrada com divisão de trabalho, especializações técnicas para manuseio de maquinário, dentre outros fatores que, não obstante, têm relações com industrialização, mas que ele identifica como tendo surgido dentro do contexto da produção colonial açucareira no Caribe. A modernidade seria, portanto, antes caribenha e americana do que europeia e o sistema mundo capitalista teria sido criado não pela Europa e expandido à América, mas sim através das relações socioeconômicas entre América e Europa: uma relação dialética nova que teria condicionado novas repercussões globais. MINTZ, Sidney. *Aturando Substâncias Duradouras, Testando Teorias Desafiadoras: a Região do Caribe como Oikoumenê*. In: MINTZ, Sidney. **O Poder Amargo do Açúcar**: Produtores escravizados, consumidores proletarizados. 2ª Ed. Traduzido e organizado por Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010, pp. 81-85. Tal perspectiva vem sendo trabalhada também por sinólogos que se utilizam da História Global, como fez Kenneth Pomeranz em seu livro *A Grande Divergência: A China, a Europa e a Formação da Economia Mundial Moderna* (2000).

sendo os Estados Unidos, como país livre, republicano e democrático, o principal expoente da cultura moderna.¹⁴²

Métodos de História Comparada e suas ramificações, como se têm hoje, eram realizados de forma completamente diferente. Como explicou José D’Assunção Barros, o uso do comparativo na ciência histórica foi inicialmente feito de forma a alimentar o discurso que acompanhava a colonização. Foi, portanto, uma ferramenta do eurocentrismo, pois serviu para evidenciar o superior (ocidental) do inferior (outros) a partir de uma comparação feita através da ótica da história particular da Europa e da América do Norte. Universalizada como modelo, essa comparação desequilibrada levou à formação de etapas evolutivas dos vários povos dentro de um esquema de progressão linear que teria necessariamente o homem branco cristão ao fim.¹⁴³

Dentro de nosso entendimento de modernidade, o termo “civilização” e seus associados estão relacionados à grande narrativa da formação de impérios em Estados-nação, algo que ainda é debatível.¹⁴⁴ Por isso, é preciso entender a relação que existe entre civilização e cultura – e cultura e nação –, cujos vários significados por vezes se entrelaçam devido a nossa falta de consenso teórico em delimitar as fronteiras de tais termos. É bom termos isso em mente, pois os séculos XIX e XX foram muito marcados pelo fenômeno supracitado da formação dos Estados-nação e esse contexto – e o vocabulário associado a ele – esteve presente no cotidiano, especialmente entre estadistas e intelectuais, mas em geral através da imprensa.

Mesmo em chinês o termo parece ambíguo, ou ao menos intrinsecamente relacionado: 文 *wén* pode significar língua, cultura e costumes quando associado a palavras específicas. Junto a 明 *míng*, ou “brilho”, por exemplo, gera a palavra 文明 *wénmíng*, que significa civilização ou, literalmente, “o brilho da cultura”. As leituras chinesas do caso, no entanto, são mais complexas, pois muitas vezes as traduções de termos ocidentais ao chinês passaram antes por lentes japonesas. Esse intermédio, digamos assim, do Japão também ocorreu em casos de palavras locais que assumiram novos significados a partir de expressões estrangeiras.¹⁴⁵ Sobre isso,

¹⁴² ANDERSON, David L. **Imperialism and Idealism: American Diplomats in China, 1861-1898**. Bloomington: Indiana University Press, 1985, p. 2.

¹⁴³ BARROS, José D’Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 29.

¹⁴⁴ BURBANK, Jane & COOPER, Frederick. Um mundo de impérios. In: BOUCHERON, Patrick & DELALANDE, Nicolas. **Por uma História-Mundo**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 29. Crítica que fazem, inclusive, a Benedict Anderson. Os autores defendem que a ideia de que impérios deixaram de existir para se tornarem nações é falha e que muitas nações, como o caso da URSS ou mesmo a China – e, quem sabe, também o Brasil – operam sob uma lógica que permeia tanto a nossa ideia de nação quanto a nossa concepção da administração imperial (vastos territórios, população multiétnica, etc.)

¹⁴⁵ Foi o caso da palavra “revolução”, como veremos adiante.

Fukuzawa Yukichi 福澤諭吉 (1835-1901) foi um importante teórico sobre o conceito, tendo seu livro *Um Esboço de uma Teoria da Civilização*, publicado em 1875, sido amplamente lido na época. Escrito como uma crítica aos japoneses conservadores e, ao mesmo tempo, como um esboço teórico sobre como o Japão poderia se desenvolver, Fukuzawa Yukichi descreveu três estágios da sociedade: o primitivo, o semicivilizado e o civilizado. Entretanto, ele não os naturalizou, ou sequer os limitou à geografia e ao clima, mas relativizou esse processo.

“Assim, por exemplo, a China do tempo presente tem que ser chamada de semidesenvolvida em comparação com os países ocidentais. Porém, se compararmos a China a países da África do Sul [...], então ambos a China e o Japão podem ser chamados de civilizados. Ademais, apesar de chamarmos as nações do Ocidente de civilizadas, elas apenas podem ser corretamente honradas por essa designação na história moderna. E muitos deles, se for para sermos mais precisos, cairiam muito longe dessa designação.”¹⁴⁶

Ele demonstrou acreditar, no entanto, na “sobrevivência do mais forte” levantada por evolucionistas sociais.¹⁴⁷ Seria preciso aos países semicivilizados, como Japão e China, focarem suas energias na “política nacional”, ou nacionalismo, para criar um verdadeiro espírito de identificação e mobilização na população que, em uníssono, fizesse desenvolver o país para além dos interesses daqueles que compõem o Estado.¹⁴⁸ Portanto, era algo que só teria resultado se fosse primeiro alcançado no psicológico, para então ser possível de se concretizar na prática. Dito isso, para ele “a essência da civilização” (título de seu terceiro capítulo) era:

“No sentido estreito, ‘civilização’ meramente significa o aumento do que o homem consome e das armadilhas superficiais somadas às necessidades diárias. Em seu sentido amplo, ‘civilização’ significa não apenas conforto nas necessidades diárias, mas também o refinamento do conhecimento e o cultivo da virtude, com fins de elevar a vida humana a um plano maior.”¹⁴⁹

Para os chineses, com uma visão holística ou espiralada da história, ao invés da linear, tal perspectiva parecia mais crédula. Enquanto, por exemplo, europeus e americanos enviavam missionários para ensinar a civilização ocidental através de uma religião heterodoxa (como o cristianismo foi na China, de fato, do banimento em 1724 até o tratado de 1860), Fukuzawa

¹⁴⁶ FUKUZAWA YUKICHI. **An Outline of a Theory of Civilization**. Traduzido por David A. Dilworth e G. Cameron Hurst III, com introdução de Inoki Takenoki. Nova York: Columbia University Press, [1875] 2008, p. 19.

¹⁴⁷ Idem., p. 25.

¹⁴⁸ Isso, no entanto, não implica dizer que Fukuzawa Yukichi foi um defensor da democracia e um crítico da monarquia. Para ele, nenhum sistema era perfeito e o critério para dizer se um governo estava sendo bom ou ruim seria o quanto ele contribuía para o progresso da civilização (Idem., p. 57). Guerras, por exemplo, eram negativas a esse efeito; daí uma de suas críticas ao Ocidente belicoso. (Idem., p. 19).

¹⁴⁹ Idem., p. 45.

Yukichi definia as religiões como artificios de tempos menos civilizados que, no mundo moderno, se mostravam mais como impedimentos do que como propulsores do desenvolvimento.¹⁵⁰

Para o Ocidente, no entanto, só haveria desenvolvimento real com a adoção – ou melhor, réplica – da cultura ocidental. Por essa e outras, parece-me, foi possível que se fizesse, pelas fontes aqui estudadas, uma relação automática entre a cultura europeia – vide: razão, cristianismo, ciências, costumes, vestimentas, estilo de vida, etc. – e a civilização no sentido de progresso. E isso seria evidente através da forma como o mundo estava sendo remodelado pelas potências ocidentais, tal como a civilização que modifica a paisagem. Para usar as palavras da época, cito o missionário presbiteriano Arthur Judson Brown (1856-1963), que escreveu, no prefácio de seu livro *Novas Forças na Velha China* (1904), que “as três forças transformativas do mundo moderno [são]: o comércio ocidental, a política ocidental e a religião ocidental.”¹⁵¹ Já sobre a questão da relação entre nação e cultura, Terry Eagleton abordou o tema em seu livro *A Ideia de Cultura* (2000), onde disse:

“O hífen na expressão ‘Estado-nação’ significa que há uma ligação entre política e cultura, entre o engendrado e o étnico. A nação é matéria amorfa que precisa ser moldada pelo Estado até constituir uma unidade; seus elementos indisciplinados serão assim reconciliados sob uma única soberania. E já que essa soberania é uma emanação da própria Razão, o local, assim, é elevado ao universal.”¹⁵²

Duas questões válidas aparecem na citação. A primeira é a relação entre “o engendrado e o étnico”. Associações entre etnicidade (cultura específica) e Estado, e entre estes e nação, fazem parte de nossa concepção dos Estados ditos modernos. O mesmo raciocínio era válido cento e cinquenta anos atrás, quando essas teorias ganharam grande vulto. Por isso, a questão de que grupo dominava o Estado chinês teve relação central com o estatuto da China como nação – e como a República de 1912 marcou a queda de uma dinastia manchú e a instalação de um presidente chinês, não é um ponto que pode ser ignorado.

A segunda questão reside na palavra “Razão”, que não aparece ali por acaso. Se a cultura ocidental é associada à modernidade, então a inversão implica que toda cultura não-ocidental não é. Isso é muito marcante quando levamos em consideração a realidade das relações sino-

¹⁵⁰ FUKUZAWA YUKICHI. *An Outline of a Theory of Civilization*. Op. cit., pp. 103-104. Para ele, no entanto, elas serviam de importância por transmitir códigos morais e virtudes universais, se utilizadas da forma correta.

¹⁵¹ BROWN, Judson Arthur. *New Forces in Old China: Unwelcome but Inevitable Awakening*. Nova York: Fleming H. Revell Company, 1904. Sem tradução ao português.

¹⁵² EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. 2ª Ed. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 88.

ocidentais nos séculos XIX até meados do XX (ou, quem sabe, até hoje), pois estamos lidando com impérios coloniais que, apesar de se colocarem de forma diferente e superior, estavam, no entanto, fisicamente presentes em suas colônias. Não obstante, hierarquia, status e segregação fizeram parte desse processo e a Razão – com ‘r’ maiúsculo – foi tida como uma característica de distinção entre a cultura europeia e as demais. Assim, não foi à toa que havia no Hotel Astor, símbolo colonial e moderno fundado em Tianjin em 1863, uma placa com transcrições de caracteres chineses que representavam “o poder da razão”.¹⁵³

Se razão, progresso técnico e cultura ocidental qualificam um Estado-nação, ou simplesmente uma nação moderna, como foi vista então a China? Como explicou Robert Bickers, “A China não era uma nação, mas uma ‘expressão geográfica’”.¹⁵⁴ Ou seja, países ocidentais se relacionavam não com um igual, mas com uma estrutura político-social de outra época, anterior às nações modernas, e que de alguma forma ainda estava em funcionamento. Por exemplo, Charles Denby, ao tratar sobre o patriotismo chinês, entendia que “A China, de fato, não pode ser considerada como uma nação do mesmo sentido que são as nações do Ocidente.”¹⁵⁵ Por esse motivo, como explicou Robert Bickers, o conflito do Movimento Boxer – a Guerra das Oito Nações Unidas – não foi tratado pelos ocidentais como uma guerra entre pares, mas como uma expedição punitiva violenta do tipo que se fazia contra rebeliões coloniais, onde as regras das convenções internacionais assinadas com intuito de humanizar o conflito entre nações não foram aplicadas (afinal, por que uma “colônia” mereceria tal estatuto de tratamento?).¹⁵⁶

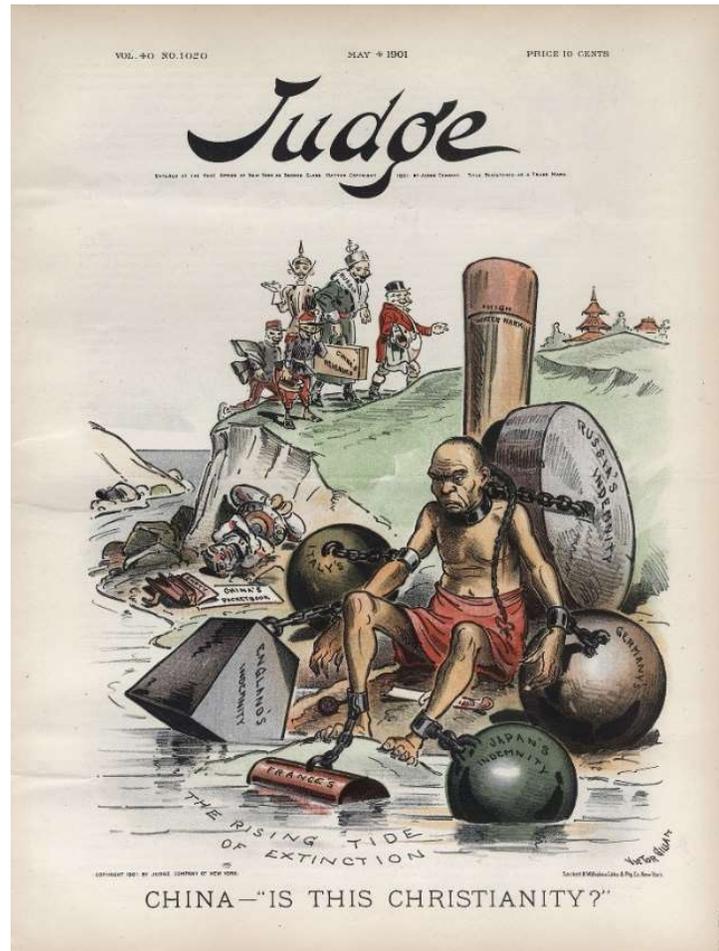
¹⁵³ SINGARAVÉLOU, Pierre. **Tianjin Cosmopolis: Une autre histoire de la mondialisation**. Paris: Éditions du Seuil, 2017, p. 22.

¹⁵⁴ BICKERS, Robert. **The Scramble for China: Foreign Devils in the Qing Empire, 1832-1914**. Londres: Penguin Books, 2012, p. 345.

¹⁵⁵ DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 2. Op. cit., p. 17. A ideia de uma China como algo menor que uma nação pode ser ainda melhor exemplificada, pois Denby não foi uma exceção. Em 1905, o *Relatório do Comitê Apontado pela Comissão Filipina para Investigar o Uso de Ópio...*, do Departamento de Guerra dos Estados Unidos, concluiu o seguinte: “Parece não haver na China nem uma opinião pública que controle, nem uma vida nacional que solde e consolide, um povo. Não há nação chinesa, há apenas raça chinesa.” citado em: LODWICK, Kathleen L. **Crusaders Against Opium**. Op. cit., p. 113. Quase quarenta anos depois, o sexto filme da série “Why We Fight” (Por que lutamos), de 1944, lançado pelo mesmo departamento americano no esforço da guerra contra o Japão, informou que “Em termos modernos, a China era um país, mas ainda não era uma nação.” O trecho, que poderíamos contextualizá-lo na fragmentação política dos Senhores de Guerra, combina com outro mais adiante, quando o narrador informa: “Em seu último golpe sangrento [isto é, o massacre de Nanjing], os japoneses conseguiram o que quatro mil anos falharam em tornar realidade: uma China unida.” Assim, no zelo patriótico contra a agressão do Japão teriam os chineses se unido para finalmente formar uma nação, depois de quatro mil anos, ou, simplesmente, *toda a sua história*. Department of Defense. Department of the Army. Office of the Chief Signal Officer. Orientation Film, nº6, 1944. Disponibilizado pelo US National Archives em: https://www.youtube.com/watch?v=iww_Psy4QHo

¹⁵⁶ O lorde e missionário anglicano Rupert Ernest William Gascoyne-Cecil (1863-1936) comentou sobre a perspectiva chinesa quando disse: “[...] os chineses esclarecidos sabiam muito bem que nenhuma cidade civilizada é saqueada no tempo presente, e que eles estavam sendo tratados como nenhuma outra raça é hoje tratada.”

Figura 1. “China – ‘Seria isso o Cristianismo?’” (1901) ¹⁵⁷



Na imagem, um coolie chinês está amarrado a um poste que marca o nível d’água acima de sua cabeça, preso por bolas de chumbo que representam as indenizações às potências. Na água, está escrito “a maré crescente da extinção”. Ao lado esquerdo, uma série de objetos saqueados e livros chineses. Acima, os representantes das potências estrangeiras e uma maleta, nas mãos do Czar, escrito: “Receitas Chinesas”.

GASCOYNE-CECIL, William. **Changing China**. Nova York: D. Appleton & Company, [1910] 1912, p.10. Diga-se de passagem, não houve declaração de guerra formal pelas potências dos tratados contra a China durante o Movimento Boxer. Afinal, como nas rebeliões coloniais, não havia a necessidade de declará-la. O tratamento extremamente violento do exército internacional estrangeiro não foi uma novidade: na Guerra Sino-Japonesa de 1894, por exemplo, os japoneses massacraram milhares de civis após a tomada do Porto de Lushun. A exceção, talvez, nesse caso, é que tanto a guerra naval de 1894 como a Sociedade Japonesa da Cruz Vermelha serviram de exemplos para formulações de regras humanitárias na Primeira Conferência da Paz de Haia (1899), que foram ignoradas na repressão contra os boxers. Para mais sobre a questão, ver: PERES, Victor Hugo Luna. As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha do Japão e da China: fundação e atuação nos conflitos regionais de fins do século XIX e início do XX. **Cadernos de História UFPE**. No 12, Vol. 12: Aspectos da História da Ásia, jan-dez 2017, pp. 229-260.

¹⁵⁷ “China—‘Is this Christianity?’”. **Judge**, May 4, 1901. MIT Visualizing Cultures, Massachusetts Institute of Technology. Acesso em: https://visualizingcultures.mit.edu/boxer_uprising_02/bx2_essay03.html

Ademais, tais rebeliões iam de encontro aos interesses coloniais de “progresso” e, portanto, pode-se dizer que resistiam à civilização talvez da mesma forma que as paisagens inóspitas da Sibéria descritas por Mary Gaunt resistiam à ferrovia. Conquista-se a natureza e pune-se o bárbaro selvagem (ver Figura 1).

Nota-se a diferenciação que o termo “moderno” carrega para diferenciar impérios e reinos europeus da China. Igualmente, o uso da palavra “nação”, podendo vir acompanhada do adjetivo qualificador “moderna”, quando utilizadas para se referir à China, carrega consigo a mesma ambiguidade do uso da palavra “civilização”. Devemos levar isso em consideração porque não é sempre – na verdade, são poucas as vezes – que a palavra “moderno(a)” aparece para diferenciar os vários usos da palavra nação/civilização nas fontes, pois já se pressupunha que essa diferença estava subentendida. O que separa, digamos, ‘civilização chinesa’ de ‘civilização (do progresso)’ é que esta carrega consigo, sem que se precise dizer, a noção de modernidade, enquanto a outra carrega consigo a ideia de um povo diferenciado cultural e historicamente e que fez muitas realizações *no passado*, como a civilização egípcia, a civilização romana, a civilização mesopotâmica, a civilização asteca, etc., e, portanto, não podem ser categorizadas da mesma forma que a europeia.

Outro fator que relaciona essas civilizações da antiguidade entre si é que, no entendimento do século XIX, estavam todas mortas. O egípcio e o mesopotâmico falavam árabe e eram otomanos ou persas ou colônia (e mesmo os persas foram islamizados); suas escritas originais estavam perdidas e seus costumes não mais eram aqueles dos Faraós ou de Hamurabi. Quanto aos astecas e maias, nem se fala: extintos até mesmo fisicamente, assimilados pelos espanhóis. Com a Índia colonizada, a única das civilizações antigas que ainda se fazia presente era a China, uma “expressão geográfica” de outra época, para repetir o termo de Robert Bickers; uma civilização *ainda* antiga, mas no tempo presente, no tempo dos Estados-nação. Entre outras palavras, uma espécie de *anomalia*, mas uma cujos observadores enxergaram talvez mais exotismo do que estranhamento, ou melhor: um estranhamento exótico.

Todavia, anomalias nos são úteis – são boas para o historiador: é com elas que criticamos os conceitos universais que falham em ser universais –, pois revelam onde é que a realidade está sendo utilizada para justificar o conceito, e não o contrário, o conceito sendo usado para ajudar a analisar a realidade. Ademais, para o nosso entendimento das fontes, os conceitos universais têm um porquê que, por sua vez, não pode ser destacado do contexto em que foram escritas no século

XIX e no começo do XX. O eurocentrismo abarca as justificativas que legitimaram a dominação europeia no mundo, principalmente para os próprios europeus, mas também para os povos vítimas da colonização. Isso é realizado, em parte, porque a hegemonia não foi uma realidade, de forma que o discurso se tornou um mecanismo de dominação e de legitimação que atuou junto às armas – e talvez mais eficientemente do que elas. Joseph Fontana fez uma observação correspondente em um prólogo onde analisa a obra do historiador indiano Ranahit Guha, tendo como caso a Índia, onde afirmou que:

“A burguesia, que havia conseguido estabelecer o seu domínio hegemônico na Europa, fracassou na Ásia, onde teve que confiar mais na força do que no consenso. Para dissimular este fracasso [de obter a hegemonia], ela recorreu uma vez mais à armadilha da universalização, com a historiografia colonial contribuindo, mais que nenhuma outra disciplina, a fabricar uma hegemonia espúria.”¹⁵⁸

A partir disso, podemos tentar conceber o eurocentrismo em suas relações de poder e nas dimensões de classe que dizem respeito à produção e aos benefícios desse discurso. Afinal, às classes dominantes, o colonizado não foi o único que foi discursado como inferior, mas também o povo comum do Ocidente, de trabalhadores urbanos a camponeses. Lembremos, nesse caso, de como o missionário Élie Delpal se referiu aos habitantes de Camarga, sul da França, como: “*l'état sauvage*” (estado selvagem).¹⁵⁹ Afinal, segundo um estudo de Maria Bresciani sobre França e Inglaterra no século XIX, “os membros da classe trabalhadora [e os camponeses, por extensão,] não são considerados [na prática como] cidadãos, mas sim um conjunto de força de trabalho potencial ou real, disponível para os objetivos da nação.”¹⁶⁰ Tendo essa dinâmica de classe em mente, também o eurocentrismo encontrou-se fora da Europa, abarcando, portanto,

¹⁵⁸ FONTANA, Joseph. Ranahit Guha y los «subaltern studies» In: GUHA, Ranahit. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Tradução ao castelhano de Gloria Cano. Barcelona: Crítica, 2002, p. 13. Reforço o fato de ter tido como caso a Índia, apesar de se o aplicar à experiência chinesa, pois a “historiografia colonial” a qual Fontana se referiu pode ser duas: aquela do período colonial propriamente dito e aquela da Índia independente que herdou o aparato conceitual de sua predecessora. No caso chinês temos um movimento semelhante onde o aparato conceitual marxista-leninista se fez presente na produção historiográfica da República Popular da China por muito tempo. No entanto, talvez o fator mais importante é que a China parece ter herdado mais da dinastia Qing e de sua longa tradição do que de alguma experiência proto-colonial europeia no país, ainda que as influências ocidentais tenham sido importantíssimas no processo de ressignificação e luta pela reestruturação nacional.

¹⁵⁹ Um exemplo interessante desse modelo de pensamento vem do filósofo iluminista inglês John Locke (1632-1704). Ele defendeu que todos deveriam ter seus direitos garantidos, mas que, devido ao Pecado Original, eles só poderiam advir do trabalho. Os trabalhadores pobres, como os camponeses, por estarem presos ao trabalho manual que os retirava o tempo de obter uma educação formal ou refletir filosoficamente, seriam incapazes de agir politicamente e, portanto, poderiam ser obrigados pelo Estado a trabalhar. BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 82-89.

¹⁶⁰ Idem., p. 88.

esse universo euro-americano mais amplo. No caso brasileiro, a classe dominante de políticos, grandes empresários e latifundiários, muitos dos quais ligados a famílias tradicionais com laços europeus, encaixa-se facilmente nessa narrativa ainda nos tempos de hoje. Veremos, em outro capítulo, como isso se refletiu no discurso jornalístico sobre a China.

Diversos estudiosos que se debruçaram sobre essa “anomalia” chinesa, ainda que de passagem – e alguns inclusive mais próximos temporalmente de nós –, deram à China a categoria de “civilização fossilizada”, ou de “existência petrificada”, seja por conta do esgotamento da cultura, como em Oswald Spengler (1880-1936), ou pelo fim da história, como em Arnold Toynbee (1889-1975).¹⁶¹ Ao mesmo tempo, outros autores encaixaram a história da China na categoria de “despotismo asiático”, identificando-a como uma civilização hidráulica, em oposição a uma civilização urbana livre. Apenas este tipo de civilização – europeia *por essência* – seria capaz de permitir o desenvolvimento do capitalismo. Isso pode ser observado, por exemplo, em Karl Wittfogel (1896-1988), que escreveu que uma ordem agrária centrada em um único poder despótico como a China nunca encontraria em si as forças internas para se transformar em uma sociedade industrializada como a europeia.¹⁶² Expressão similar foi utilizada por John King Fairbank (1907-1991) em 1986, ao chamar a China de “grande império agrário-burocrático.”¹⁶³

Esse elemento que se repete na prática discursiva eurocêntrica – excepcionalidade europeia e decadência chinesa – tem reflexos muito fortes ainda hoje. A sinologia não escapa disso. Para John Fairbank, por exemplo, uma maior centralização do poder em uma autocracia a partir do período Ming (séc. XV) provocou uma intensa luta pela sobrevivência das dinastias que levou, por sua vez, a uma paralização das inovações chinesas, fator que facilitou a dominação europeia posterior.¹⁶⁴ Não parece muito diferente de Arnold Toynbee, que acreditava que a história da China teria acabado por volta do século XIV, com a ascensão da dinastia Ming, onde

¹⁶¹ MESKILL, John (Ed.) **The Pattern of Chinese History: Cycles, Development, or Stagnation?** Boston: D.C. Heath and Company, 1965, pp. 16 e 24, respectivamente.

¹⁶² WITTFOGEL, Karl A. *Chinese Society: An Historical Survey.* apud. MESKILL, John (Ed.) **The Pattern of Chinese History.** Op. cit., p. 93.

¹⁶³ FAIRBANK, John K. **The Great Chinese Revolution, 1800-1985.** Nova York: Harper & Row, 1987, p. 144. Ele usou isso em contraste com o sul da China, que considerou “marítimo-comercial”. Tal distinção fez quebrar o paradoxo de compreender como a China foi da riqueza do começo dos Song até a miséria do final dos Qing. A chave para se compreender a decadência, portanto, só poderia estar nos Ming, fator que se encaixou temporalmente na narrativa europeia do fim da idade média e começo das navegações e do sistema mundo capitalista euro-americano.

¹⁶⁴ FAIRBANK, John K. & GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história.** Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 160.

deixou de ser inventiva e estagnou, enquanto a europeia continuou se desenvolvendo e consequentemente levou à dominação posterior.¹⁶⁵

Longe de dizer que John Fairbank defendeu que houve uma estagnação cultural, visto que destacou a sofisticação artística e filosófica. No entanto, é preciso refletir que, mesmo para ele, é como se houvesse uma linha divisória indicando até onde é permitido dizer que a China estava acima do Ocidente e o parâmetro categorizador, em geral, é o progresso material. Como ela é inquestionavelmente uma grande civilização e foi por muito tempo admirada pelos europeus, superá-la teve um valor simbólico, inclusive para a narrativa histórica (o grande “outro” com o qual, através da comparação, foi possível demonstrar a excepcionalidade e evidenciar a superioridade ocidental). O grande outro que, para superá-lo no imaginário, não apenas as armas foram utilizadas, mas também a narrativa histórica, como explicitado por Ranahit Guha. Essa linha divisória parece se encontrar, na maioria dos casos, no século XV, que não à toa foi o mesmo século do fim da idade dita “das trevas” e o começo da dita “Era dos descobrimentos”, representando o momento da ascensão da Razão e da cultura europeia na concepção histórica tradicional que se consolidou no século XIX.

Por esse mesmo motivo foi tão difícil para os autores do século XIX enxergarem algo diferente, ou identificar contradições nos seus usos da palavra civilização, ora pejorativo e ora positivo, a depender do objeto adjetivado. Em muitos aspectos, mesmo que indiretamente, nós somos herdeiros dessa visão de mundo, de suas ciências, métodos e observações, e por isso creio que estudar o que foi dito sobre a China nesse período é importante para questionarmos aspectos da sinologia tradicional que ainda perduram em nosso conhecimento comum sobre o país. Inversamente, discutir o agora em relação ao século XIX também ajuda a revelar os pontos herdados dessa visão de mundo, e por isso Oswald Spengler e John Fairbank apareceram aqui.

Isso serve para demonstrar uma tradição de pensamento e de produção acadêmica – os autores posteriores leram os anteriores. Percebe-se que os termos, muitas vezes, parecem ter sido apenas trocados por outros de sentido semelhante: despótica/autocrática, feudal/agrária, estagnada/paralisada, antiga/atrasada. Em seu estudo sobre a sinologia americana, Paul Cohen percebeu que houve uma virada mais crítica contra o ocidentalismo após a Guerra do Vietnã, ainda que fosse necessário um processo longo para se chegar no que definiu como “história

¹⁶⁵ TOYNBEE, Arnold. *A Study of History*. apud., MESKILL, John (Ed.) **The Pattern of Chinese History**. Op. cit., p. 24.

chino-centrada”.¹⁶⁶ Todavia, é inevitável que muitos detalhes passem despercebidos. Ademais, não é apenas a historiografia que lida com o problema do eurocentrismo na sinologia.

Inclusive, vemos que a narrativa eurocêntrica não foi um monopólio da produção acadêmica, pois pertenceu à sociedade como um todo – inclusive, em sentido inverso, tendo partido também da sociedade e influenciado as análises acadêmicas. Por isso, termos e ideias similares aos elucidados acima em Oswald Spengler, Arnold Toynbee e John Fairbank aparecerem em trabalhos variados, de jornalistas até viajantes, gente longe do ambiente acadêmico e por vezes até longe dos livros publicados por pesquisadores, mas que ali, naquele momento, discutia sobre um mesmo tema se utilizando de um mesmo aparato conceitual. Veremos semelhanças muito fortes entre o que foi dito acerca de civilização por Spengler e Toynbee em livros como o de Mary Gaunt, por exemplo.

¹⁶⁶ COHEN, Paul. **Discovering History in China**. Op. cit., pp. 190-196.

3 “ESTA BABILÔNIA MODERNA”: O IMPÉRIO DAS CONTRADIÇÕES

“Servir-se de belas metáforas é saber distinguir as semelhanças.” – Aristóteles

“Porque o adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica. O substantivo é a realidade nua e crua, é o naturalismo do vocabulário.” – Machado de Assis

“Há para as coisas chinesas dois lados.” – Mary E. Gaunt

3.1 O espelho da China: Beijing, Tianjin e outras localidades

Com tudo o que temos visto sobre a universalização de conceitos eurocêntricos, esperar-se-ia que talvez a imagem produzida pelos observadores da época sobre o lugar fosse beirar o negativismo, senão mergulhá-lo por inteiro. Todavia, a realidade se mostrou bem diferente e os tons que surgiram das impressões ocidentais foram mais acinzentados, mais difíceis de discernir o negativo do positivo. Havia os dois aspectos presentes no discurso estrangeiro, como há de ser em toda impressão humana, de forma que suas observações condenam a ideia de que todo ocidental que foi cria do século XIX necessariamente viu apenas o negativo no outro.

Aos funcionários dos países estrangeiros que escreveram sobre sua experiência, como alguns diplomatas, cônsules e soldados, e aos comerciantes, a vida na China se restringia basicamente aos grandes centros urbanos. Como vimos, diversas cidades foram obrigadas a conceder, através de tratados forçados por guerras ou ameaças, parte de seu território para as potências ocidentais e o Japão. Nesses locais, conhecidos como “concessões estrangeiras”, as leis e instituições chinesas não imperavam: eram os cônsules que faziam os papéis de governante e juiz através da cláusula da “extraterritorialidade” ratificada pelos tratados desiguais. O principal desses ministros, aquele que detinha todos os poderes de negociação para assuntos chineses – também chamado de ministro plenipotenciário – residia na capital em Beijing, no bairro das legações estrangeiras. Os tratados que puseram fim, em 1901, ao Movimento Boxer concederam aos estrangeiros a permissão de construir verdadeiras fortalezas nessas legações, onde tropas de várias nações patrulhavam os arredores, inclusive as muralhas da cidade, onde o acesso era proibido aos próprios chineses.

Já os viajantes e aventureiros buscaram, por outro lado, conhecer uma outra China. Foram, muitas vezes, para o interior do país visitar o que consideravam ser a essência da China e ver monumentos escondidos ou abandonadas, como o Palácio de Caça de Rehe, na fronteira da Mongólia Interior, onde a corte imperial se dirigia para realizar atividades de caça (ver Mapa 6).¹⁶⁷ No entanto, os que mais se aprofundaram na China e no cotidiano dos chineses foram os missionários, sempre zelosos de encontrar mais gente para converter, aptos a aprender a língua e os costumes e mais qualquer outro fator que acreditassem ajudar no trabalho de conversão. Foram eles que estiveram presentes nos lugares mais distantes e, por vezes, desoladores, como regiões flageladas pela seca ou por enchentes.

Mapa 6. Locais visitados por Mary Gaunt em 1913¹⁶⁸



¹⁶⁷ Rehe 热河 (transcrição antiga: Jehol, baseada no manchú), ou Rio Quente, era o nome da atual cidade de Chengde e também de uma província homônima estabelecida nos primeiros anos da República na Mongólia Interior.

¹⁶⁸ Nota: Fengtian é o nome antigo da atual cidade de Shenyang, conhecida na época como Mukden. Mapa feito com base em informações fornecidas pela autora e no mapa feito por seu biógrafo em: HICKMAN, Bronwen. **Mary Gaunt - a biography**. Dissertação de Mestrado. Melbourne: Victoria University of Technology, 1998.

Para todos os estrangeiros na capital, as legações foram um ponto de encontro internacional. Foi mencionado o Grande Hotel de Tianjin, chamado Astor, símbolo colonial de modernidade, mas Beijing tinha seu próprio Grande Hotel localizado nas legações. Havia instituições bancárias de diversas nações, como o Banco Russo-Chinês, o Banco de Yokohama, o Banco Imperial da China e a Corporação Bancária de Hong Kong e Shanghai (mais conhecido como HSBC). Havia clubes e mercados e, a depender do país, dentro das legações poderiam se encontrar hospitais, estábulos, casas de estudo, jardins para passear e quadras esportivas. Entretanto, toda essa possibilidade de atividade social não escondia que a existência do bairro das legações só era permitida através da força e da intimidação.

“Morar lá é como viver em um acampamento armado. Você não pode entrar ou sair sem passar por fortes e armas, nas ruas se encontra vagões de munição, armas de pequeno porte, vagões da Cruz Vermelha, e a cada volta há soldados, soldados de todas as nações europeias que têm alguma mínima capacidade de sustento, soldados da América, soldados do Japão; eles estão fazendo serviço de sentinela nas várias Legações, estão treinando, estão marchando, [e] eles estão atirando o dia inteiro.”¹⁶⁹

As legações, ademais, ofereciam ao estrangeiro outros tipos de atividades. O bairro estava muito bem localizado em Beijing, entre a muralha da Cidade Imperial e a muralha que separa a Cidade Interna da Externa. Os chineses não eram permitidos subir na muralha, apesar da lei nem sempre ter sido aplicada ao limite, mas os estrangeiros poderiam e, inclusive, tinham o direito (garantido por tratado) de patrulhá-la em alguns pontos estratégicos. Era lá onde os ocidentais faziam seus passeios de fim da tarde, aproveitando a vista e o vento que muitas vezes eram bloqueados por essas mesmas estruturas defensivas. De lá, poderiam ver também as vilas dos chineses, que eram as casas das famílias mais abastadas, protegidas por muros como condomínios, com seus santuários de devoção filial aos antepassados.

Quanto às localidades de forma geral, ainda que palavras negativas pudessem ser dirigidas a elas, as primeiras impressões que dedicaram em seus livros foram um tanto positivas. Charles H. Denby, plenipotenciário americano na China, descreveu sua chegada da seguinte forma: “Muito antes de se chegar a Pequim [Beijing] as cenas na estrada indicam a aproximação a uma grande cidade.”¹⁷⁰ A primeira impressão que temos é a da importância da cidade e Denby descreveu minuciosamente a quantidade e variedade de veículos que se encontravam na estrada indo, ou

¹⁶⁹ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 58.

¹⁷⁰ DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 1. Op. cit., p. 23.

vindo, dos portões de Beijing, os povos mais diferentes da Ásia. Depois de uma descrição física, falou do clima, das temporadas de chuva, tão espaçadas, e dos tipos de árvores que margeavam a estrada próxima à capital.

Jean Rodès (1867-1947), correspondente do jornal francês *Le Temps* na China, retornou para lá às pressas pela transiberiana assim que ouviu falar da revolução republicana de outubro de 1911. Seu caso serve de exemplo contrário: as primeiras impressões de outras localidades, como Kunming e Guangzhou, não foram nada elogiosas, tendo o autor focado nos esgotos, nas brigas e nas ‘degradações morais’. Todavia, as que transmitiu ao pisar novamente em Beijing foram extrema – e curiosamente – positivas. Após o alívio de ver intacta a harmonia que tanto conhecera na capital, em meio ao caos nacional provocado pela revolução republicana, Jean Rodès fez a seguinte descrição da cidade:

“Em Pequim [Beijing] [...] há um desenvolvimento ao menos igual àquele de Paris, e a extrema simplicidade de suas linhas geométricas, a harmonia perfeita de sua planta grandiosa, faz dela uma capital de grande estilo; certamente, em um certo sentido, a mais nobre e a mais bela do mundo.”¹⁷¹

A comparação com Paris é interessante, já que ela era a cidade que servia de modelo de modernidade para o Ocidente como um todo. Ter ruas largas ‘como em Paris’, ou iluminação pública ‘estilo as de Paris’ foi algo procurado de Nova York a São Paulo e Buenos Aires. Ainda assim, a caracterização como “a mais bela do mundo” pareceria exagero, mas Jean Rodès não foi o único que se utilizou de tais palavras para descrever Beijing. A escritora e viajante australiana Mary Gaunt, que visitou a China Republicana cerca de um ano e meio depois de Jean Rodès, descreveu-a com as seguintes palavras: “De primeira, eu não acho que apreciei Pequim [Beijing].” No parágrafo seguinte, no entanto, escreveu:

“E então, em graus vagarosos, meus olhos foram abertos e eu enxerguei. Cega, cega, como eu pude ter sido tão cega? Isso me deixa incomodada. Teriam outras coisas boas sido oferecidas para mim na vida? E teria eu, por acaso, as rejeitado ou as perdido? A maravilha do que eu vi em Pequim [Beijing] nunca se enfadonha, ela cresce em mim diariamente.”¹⁷²

Alguns dos adjetivos mais utilizados por Mary Gaunt para se referir especificamente à cidade de Beijing foram ‘grande’ (*great*), tanto no sentido de tamanho como de grandeza, e

¹⁷¹ RODÈS, Jean. Dix Ans de Politique Chinoise. **Le Céleste Empire avant la Révolution**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1914, p. 148.

¹⁷² GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 25.

‘maravilhosa’ (*wonderful*), utilizado também para se referir a partes da cidade, como as muralhas. Estas, no entanto, merecem uma atenção especial aqui, pelo tom exótico que carregavam. Por ora, no entanto, basta que entendamos a associação feita por Mary Gaunt entre a melhor cidade e a melhor muralha: “Eu sempre voltava para as muralhas, a vista mais maravilhosa da mais maravilhosa cidade, e eu sempre encontrava algo novo para me adentrar.”¹⁷³ Charles Denby também elogiou as muralhas, mas elevou ao aspecto de “melhor do mundo” outro aspecto da cidade: “Eu acho que o clima de Pequim [Beijing], exceto apenas os ventos na primavera, é o mais delicioso no mundo.”¹⁷⁴

Para muitos que escreveram sobre a China, a descrição física das cidades que visitaram foi parte essencial do livro. Os grandes manuais de história geral ou de costumes chineses eram os mais completos nesse aspecto e geralmente havia, logo no começo do livro, uma descrição espacial bem completa que ia desde geografia e hidrografia até zonas agricultáveis e dados demográficos. Algumas dessas informações parecer-nos-ia hoje como excesso de estatística e número, como a inclusão da latitude e longitude da capital chinesa.¹⁷⁵ Todavia, era um estilo do tipo de narrativa descritiva que se fazia na época e que ao menos serviu ao propósito de situar bem o leitor. Descrições do espaço e seus detalhes estatísticos traziam ainda um caráter científico à obra, conferindo mais autoridade à escrita do autor sobre o país e dando mais firmeza ao argumento que se seguia.

Por sua vez, em uma Era de incessante expansão imperial, seja por status ou por razões comerciais, como exploração de recursos e de mercado consumidor, descrições físicas também focaram suas atenções nas riquezas naturais da China. Como vimos, Nicholas Clifford apontou um pouco desse aspecto (político) em algumas obras de literatura de viagem; todavia, a descrição física apareceu indiscriminadamente em diversos outros estilos literários e para públicos variados. Em seu livro *O Povo Chinês: Um Guia Sobre a China* (1914), o missionário inglês Arthur Evans Moule dedicou o primeiro capítulo a “Recursos Físicos e Meios de Comunicação.” Logo na primeira página trouxe: “As montanhas ainda não foram perfeitamente inspecionadas ou exploradas, mas não há dúvida de que não apenas são de extremo interesse para naturalistas,

¹⁷³ Idem., p. 43.

¹⁷⁴ DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 1. Op. cit., p. 25. A título de contexto, Arthur Evans Moule escreveu que a temperatura em Beijing variava entre a mínima de -12 °C no inverno e a máxima de 40 °C no verão (dados convertidos de Fahrenheit para Celsius). MOULE, Arthur Evans. **The Chinese People: A Handbook on China**. Londres: Society for Promoting Christian Knowledge, 1914, p. 64.

¹⁷⁵ Por sinal, Beijing fica mais ou menos na mesma latitude que Filadélfia e Lisboa.

como também são ricas em minerais.”¹⁷⁶ Charles Denby também dedicou, em seu segundo volume de *China e seu Povo* (1905), uma série de capítulos sobre duas províncias estratégicas ricas em recursos naturais: Manchúria (na verdade, uma região que abarca três províncias), em alta na época por conta da Guerra Russo-Japonesa, e Sichuan, onde falou especificamente da produção de sal e da presença de gás natural. Em outras partes do livro, no entanto, mencionou a produção de chá de Fujian, a fertilidade dos solos, a produção de alimentos, os tipos de grãos de cada localidade e as técnicas de cultivo aplicadas.

Ainda que nem todos os livros fizessem esse tipo minucioso de descrição, muito foi escrito sobre o espaço físico da cidade em si, especialmente a capital. O que mais comumente se dizia era da divisão de Beijing em quatro cidades (ou três, dependendo da época); nomeadamente, de fora para dentro: a cidade chinesa, a cidade tártara, a cidade imperial e a cidade proibida. “A cidade tártara foi projetada em grande estilo, com largas ruas e avenidas.”¹⁷⁷ Já a cidade imperial teria ruas estreitas, templos antigos, quintais tranquilos e casas delicadas; enquanto a cidade chinesa seria o subúrbio onde ocorria, no entanto, grande parte da vida comercial.¹⁷⁸ A que carrega o nome de cidade proibida, que ficava dentro da imperial, era habitada pelo imperador, a imperatriz, as concubinas e os eunucos – inclusive durante uma parte inicial do período republicano, pois só foram expulsos no decênio seguinte ao fim do império, por intermédio do senhor da guerra Feng Yuxiang 冯玉祥.

O nome ‘tártaro’, nesse caso de descrição da cidade, não foi usado necessariamente de forma pejorativa, ainda que houvesse uma associação entre manchus e tártaros que vinha, por sua vez, de uma equalização simplista feita entre manchu, mongol e huno por serem todos povos das estepes. “Tartária” aparece como a terra natal da corte imperial nesses escritos mais antigos, ou para se referir à Mongólia e às estepes do norte e nordeste da China. O termo foi muito comum em livros de viagem do século XIX, mas o nome continuou aparecendo até pelo menos meados do XX. Segundo a forma como estão escritas nesse contexto, levam-me a acreditar que o uso do termo ‘tártaro’ veio, nesse caso, do costume de se utilizar a palavra – afinal, sabemos que nomes de lugar levam muito tempo para se ajustar ao vocabulário corriqueiro. No entanto, em outras situações a palavra foi, de fato, utilizada de forma pejorativa, associada a ‘um povo

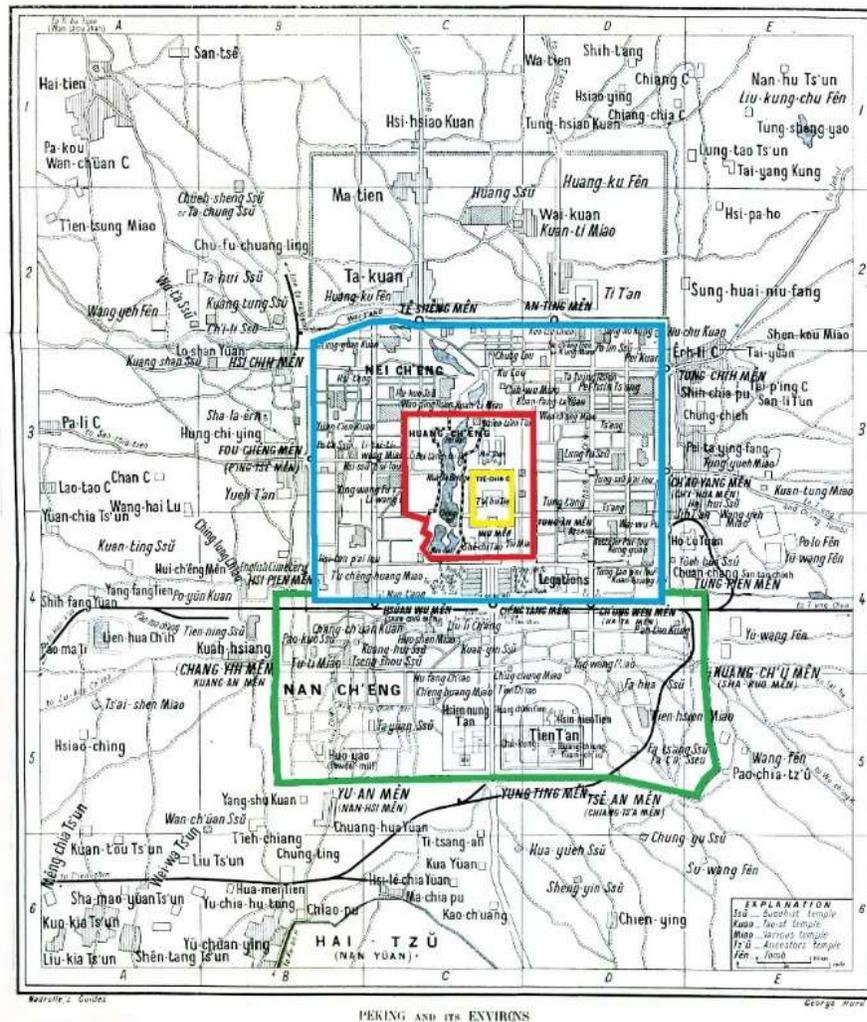
¹⁷⁶ MOULE, Arthur Evans. **The Chinese People: A Handbook on China**. Londres: Society for Promoting Christian Knowledge, 1914, pp. 15-16.

¹⁷⁷ DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 1. Op. cit., p. 36.

¹⁷⁸ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 27. DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 1. Op. cit., pp. 46-47.

semicivilizado das estepes’. Afinal, lembremos que dentro do modelo eurocêntrico de modernidade a civilização é, antes de tudo, urbana (vide todas as narrativas sobre ‘o nascimento das cidades’ pós-medieval na historiografia tradicional).

Mapa 7. “Beijing e seus Arredores” (1912)¹⁷⁹



Amarelo: Cidade Proibida; Vermelho: Cidade Imperial; Azul: Cidade Interna (ou tártara); Verde: Cidade Externa (ou chinesa)

A nomenclatura ocidental foi inteiramente criada por estrangeiros baseados em sua observação: ali onde habitavam os manchus, vulgarmente sinônimo de tártaro, e aqui onde

¹⁷⁹ Peking and its Environs, 1912. In: Madrolle's Guide Books: Northern China, The Valley of the Blue River, Korea. Hachette & Company, 1912. Disponibilizado pela Perry-Castañeda Library Map Collection, University of Texas at Austin. Cores acrescentadas por mim. Pode ser acessado em: https://legacy.lib.utexas.edu/maps/historical/history_china.html

habitavam os chineses. É claro que distinção por classe não era uma novidade para os ocidentais, mas lembremos da relação entre etnia e Estado feita por Terry Eagleton – entre cultura e povo (quase sinônimo de raça nesse período). O fato dos chineses de então serem governados por manchus foi suficiente para despertar essa visão de uma sociedade segregada, permanecendo mesmo após a abdicação. Para os próprios chineses, no entanto, cidade tártara e cidade chinesa eram chamadas de cidade interna (内城 *nèichéng*) ou cidade norte (北城 *běichéng*), e cidade externa (外城 *wàichéng*) ou cidade sul (南城 *nánchéng*). Faz mais sentido quando observamos a planta da cidade (ver Mapa 7) e poderemos também assim entender o espaço em que esses ocidentais estavam inseridos e sobre o qual narraram.

Agora, como dissemos, houve também descrições de outro tipo, menos admiradoras. Geralmente o que marcou a primeira impressão no escrito foi a grandeza da cidade, sua importância e sua descrição física. Depois, outros tons da descrição aparecem, dando aquele caráter acinzentado que nem é inteiramente perfeito nem inteiramente vil ao lugar. “Isso é porque há para todas as coisas chinesas dois lados.” Disse Mary Gaunt, que continuou: “Há a vida das ruas, suja de lama, empoeirada, efervescente de humanidade, odorífera, esfarrapada, sebeta, paciente, trabalhadora; e há uma vida escondida trancada naquela cadeia de becos estreitos.”¹⁸⁰

Um aspecto que apareceu nos livros ocidentais como um incômodo em particular foi a higiene da cidade.¹⁸¹ Para Charles Denby: “Em todos os eventos, Pequim [Beijing], sem rede de esgotos, e sem um sistema regular de limpeza de rua, e com uma população de quinhentos mil, é uma das cidades mais saudáveis no mundo – ainda que seja também uma das mais imundas.”¹⁸² O mau odor parece ter sido uma constante em muitos dos livros que descreveram a vida na China. Para Jean Rodès, que em um determinado momento comparou Beijing a Paris e elogiou a capital chinesa como a cidade mais nobre e bela do mundo, havia também um lado marcadamente oposto a todos esses belos adjetivos. Ele escreveu: “E é Pequim [Beijing], sempre idêntica a si mesma, que eu assim reencontrei, que eu reencontrei até demais, quando, à noite, o vento virando

¹⁸⁰ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 29.

¹⁸¹ Não apenas em livros. O Diário de Pernambuco, em 30/01/1911, trouxe a matéria “A hygiene na China”, onde dizia que “As cidades mais populosas, diz s. s. como Shang-Hai [Shanghai] e Cantão [Guangzhou], não possuem exgotos; as materias fecaes são lançadas nas ruas. Como os bohemios, os chins são muito pouco sensíveis ao nojo. [...] Na China a maior porção de agua consumida é de cisternas; as ruas são imundas e os vestuários dos indigenas os mais sujos possíveis.” Pode ser acessado em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/1529

¹⁸² DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 1. Op. cit., p. 26.

ao sul trouxe, da cidade chinesa até o bairro das legações, um insuportável odor de decadência.”¹⁸³

Como demonstrou Nicholas Clifford, a sujeira foi entendida como parte constitutiva da China e, similarmente, como uma espécie de sintoma de um “vício cultural” clamando pela cura.¹⁸⁴ É interessante, no entanto, percebermos que esse odor vinha da cidade chinesa (externa), ou o subúrbio, nos termos de Charles Denby, longe de onde moravam a alta classe e os estrangeiros: ou seja, eram principalmente os chineses pobres que fediam. Devemos estar sempre atentos a essa dimensão de classe presente no julgamento, pois havia a percepção no século XIX de que o grau de higiene variava com a classe social.¹⁸⁵ A projeção de tais preocupações às classes baixas pode ser verificada também na periferia do Ocidente, como nas campanhas sanitárias, muitas vezes realizadas agressivamente, nos cortiços do Rio de Janeiro.¹⁸⁶

Nesse quesito, no entanto, subentendia-se a superioridade higiênica das classes baixas europeias quando comparadas às chinesas. Surtos epidemiológicos em regiões de baixo grau sanitário como Índia e China pareciam reforçar este argumento, acrescido das observações diretas de estrangeiros que descreviam tanta sujeira e miséria. Como demonstrado por Ranahit Guha em seu estudo sobre o Raj Britânico, a medicina e a higiene também poderiam servir como mecanismos de penetração colonial.¹⁸⁷ Tal diferenciação e justificativa colonial não deixaram de figurar, portanto, nos discursos.

Igualmente, as instituições decadentes de uma dinastia quase em colapso, tendo por pouco sobrevivido a grandes desastres naturais, longas guerras civis e intervenções estrangeiras, pouco lembrava seu auge um século atrás, ou o auge da dinastia precedente com seu sistema de esgoto regulado e constantemente fiscalizado.¹⁸⁸ Sempre na mente desses observadores esteve essa distinção entre um passado grandioso e um presente decadente, e, podemos acrescentar, a associação desse passado a uma dinastia chinesa e o presente a uma dinastia estrangeira. Poucos,

¹⁸³ RODÈS, Jean. *Le Céleste Empire avant la Révolution*. Op. cit., p. 150.

¹⁸⁴ CLIFFORD, Nicholas. “*A Truthful Impression of the Country*”. Op. cit., p. 47.

¹⁸⁵ DUPÉE, Jeffrey. *British Travel Writers in China*. Op. cit., p. 248.

¹⁸⁶ Lembremos sempre da lei de vacinação obrigatória do Rio de Janeiro e sua aplicação por agentes de saúde em 1904, que foi um dos motivos da chamada Revolta da Vacina de dezembro daquele ano.

¹⁸⁷ GUHA, Ranahit. *Las voces de la historia y otros estudios subalternos*. Op. cit., pp. 20-21. Em regiões formalmente colonizadas como a Índia, os hospitais, construídos majoritariamente e simbolicamente em centros de poder britânicos, e suas medidas sanitárias, representaram duas formas de violência: uma, cultural, contra as práticas tradicionais daquele povo, e outra física, de controle do corpo. Ranahit Guha lançou também uma questão que poderíamos direcionar aos estudos chineses: até que medida a medicina tradicional serviu como forma de resistência às práticas estrangeiras?

¹⁸⁸ DUPÉE, Jeffrey. *British Travel Writers in China*. Op. cit., pp. 249-250.

no entanto, tiveram a perspectiva histórica para entender os devidos processos sem necessariamente naturalizá-los como parte intrínseca da cultura chinesa.

Outras regiões do país, como Guangzhou e Kunming, no sul da China, receberam descrições mais detalhadamente negativas quanto ao esgoto e ao mau-cheiro.¹⁸⁹ A conclusão óbvia era a de que: “Isso indica que estamos muito longe de nossa civilização e das condições da vida moderna.”¹⁹⁰ Já Mary Gaunt usou em seu livro ao menos sete vezes a expressão ‘mau-cheiro’ (*evil smell*), enquanto as demais associações a ‘cheiro’ foram expressões tais como “[o cheiro ruim que] desafia meus pobres poderes de descrição”, à exceção dos adjetivos ‘abominável’ e ‘fétido’, que aparecem juntos uma vez.¹⁹¹ No entanto, similares descrições foram utilizadas para se referir a cidades como Veneza e Roma; a diferença, no caso, sendo que na Itália o viajante estaria enxergando o passado europeu, enquanto na China não havia referências desse tipo.¹⁹²

Os viajantes e os missionários eram os que mais enfrentavam essas dificuldades, estes porque habitavam o interior, sem infraestrutura ou apoio direto de seus conterrâneos, e aqueles porque, para vivenciar a “verdadeira China”, optavam por utilizar os transportes e as pousadas dos chineses. Nicholas Clifford descreveu algumas dessas impressões, que não foram nada positivas: “Viajante após viajante relatou a imundice indescritível desses edifícios em ruínas, com suas latrinas fedorentas, seus vermes, seus porcos torcendo ao redor de pilhas de lixo e carne putrefata.”¹⁹³ O missionário inglês Arthur E. Moule, por exemplo, narrou que em uma de suas dormidas no interior ouvia-se que: “Os ratos estavam correndo e gritando no telhado e lá embaixo, ao longo da noite.”¹⁹⁴

¹⁸⁹ Com relação aos escritores britânicos, Jeffrey Dupée acredita que Guangzhou recebeu especial atenção crítica devido à sua proximidade com Hong Kong. Seria como uma demonstração do que a civilização poderia fazer para os chineses, a exemplo da ilha britânica, e dos males de sua ausência, a exemplo de Guangzhou (Idem., pp. 252-253).

¹⁹⁰ RODÈS, Jean. **Le Céleste Empire avant la Révolution**. Op. cit., pp. 42-43. Sobre Guangzhou, ele escreveu: “A impressão que se tem, depois de examiná-la, é a de caminhar por um imenso esgoto. Isso diz que se está muito longe de nossa civilização e das condições da vida moderna.” (p. 42) - Falando do esgoto, disse que havia canais escavados ao redor das casas, mas que nunca eram drenados, de forma que a água ficava parada, podre e fedida: “Um canal imundo, cheio de objetos de todos os tipos, rígido em uma barbicha enegrecida e fedorenta, serpenteia pela cidade.” (p. 43). Falou dos jarros de urina e dos coolies carregando fezes pela cidade: “A todo instante do dia, os coolies atravessam a multidão portando equilibrados no ombro, às duas extremidades de um bambu, recipientes de madeira sólida com materiais fecais.” (Idem., p. 43).

¹⁹¹ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 191.

¹⁹² CLIFFORD, Nicholas. “**A Truthful Impression of the Country**”. Op. cit., p. 47.

¹⁹³ Idem., Op. cit., p. 37.

¹⁹⁴ MOULE, Arthur Evans. **The Chinese People**. Op. cit., p. 95.

Igualmente, uma das impressões mais recorrentes de Mary Gaunt foi a abominável carroça de pequim (*peking cart*).¹⁹⁵ Ainda que tenha mencionado esse meio de transporte por todo o livro, o Capítulo IX trouxe informações a mais – seu título, nada mais do que “Uma Pousada Chinesa”. Nele, explicou:

“Tem uma vantagem, as pessoas lhe dirão, não há nada para quebrar [na carroça de pequim], mas há momentos em que seria um grande alívio se algo quebrasse, pois se a madeira se mantiver unida enquanto lhe balança de um lado a outro, você próprio é uma massa dolorida e machucada. Não, não posso recomendar uma carroça de pequim, mesmo na estrada mais tranquila.”¹⁹⁶

De fato, como ela eventualmente observou, os chineses não pareciam levar em consideração o conforto. Era óbvio, tendo em vistas as liteiras: “Uma cadeira chinesa é, de qualquer maneira, a coisa mais desconfortável, e isso exagera as falhas de seu tipo [de transporte].”¹⁹⁷ No entanto, em uma aparente contradição, muitos dos viajantes consideravam que a autenticidade, o charme e o valor de suas aventuras, na superação dos obstáculos, vinha também do uso dos transportes locais.¹⁹⁸ Não que a condição das estradas e dos transportes tenha sido um exagero em particular do ocidental. Como explicou António Barrento, também os chineses associavam viagens ao sofrimento, uma sensação presente desde poemas antigos até panfletos de finais do período Qing.¹⁹⁹ A questão é que, no caso desses observadores ocidentais, os meios de transporte ineficientes ou desconfortáveis (mesmo os fluviais), e a condição das estradas e sua insegurança foi sinônimo da “China estática”, de transportes de uma Era passada que, anacronicamente, estavam ali presentes. Como vimos, na medida em que a modernidade foi associada à ferrovia e ao vapor, ao carro motorizado e aos bondes, seu oposto, o atraso ou a estagnação, poderia ser facilmente ilustrado pelas condições de viagem no Celeste Império e seus

¹⁹⁵ Descrição de Mary Gaunt: “Aos olhos ocidentais, o tráfego é arcaico; nenhum grande motor passa apressado carregando multidões de uma vez, ele consiste de riquixás com um ou, no máximo, alguns passageiros, de carroças de pequim com inclinações azuis e um pônei robusto ou uma mula bonita nas passagens, e o motorista sentado de pernas cruzadas na frente de carroças mais longas com rodas cravejadas, como são as carroças de pequim, e carregados com madeira, cal e todos os tipos de mercadorias, e atraído às vezes por três ou quatro cavaleiros mal alimentados, mas principalmente por um cavalo ou mula nas passagens e uma mula ou um burro tão longe na frente que imagina-se se ele possa exercer alguma influência sobre a tração.” GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., pp. 50-51.

¹⁹⁶ Idem., p. 155.

¹⁹⁷ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 222.

¹⁹⁸ DUPÉE, Jeffrey. **British Travel Writers in China**. Op. cit., p. 232.

¹⁹⁹ BARRENTO, António Eduardo Hawthorne. The nationalization of the hardship of travel in China, 1895-1949: Progress, hygiene and national concern. In: BAUMLER, Alan (Ed.) **Routledge Handbook of Revolutionary China**. 1ª Ed. Abingdon: Routledge, 2020, p. 303. Essa imagem negativa, no entanto, foi sendo gradativamente mudada ao longo do século XX, a partir de um processo de nacionalização do turismo na China.

meios de transporte.²⁰⁰ A Figura 2, fotografada por Mary Gaunt, é representativa dessa relação entre o transporte ineficiente, as estradas inóspitas e o país estagnante.

Figura 2. Carroça de Pequim tombada (1913)²⁰¹



Para alguns, o aspecto abominável da vida na China parecia, no entanto, ser superior aos deleites. Antigo *chargé d'affaires* da legação americana e filho do diplomata plenipotenciário, Charles Denby Jr. comparou a negatividade da vida na China com a positividade da vida nos Estados Unidos em uma carta para sua mãe datada de 13 de março de 1898:

Eu não consigo me sentir mal sobre voltar para casa. Pequim [Beijing] é um enterro vivo, um péssimo lugar para se viver e a América é simplesmente um deleite. Essa cidade [Washington, D.C.], é claro, é charmosa, mas Evansville com toda sua pobreza e lentidão é melhor do que qualquer lugar na China. Há

²⁰⁰ Um exemplo disso pode ser encontrado em uma ilustração de 13 de janeiro de 1912, que mostra dois homens brigando no quintal de uma casa: um deles representando os manchus, o outro os chineses, no contexto da revolução republicana. Ambos brigavam para ver quem controlaria a carroça de pequim que estava ao lado, sem dono; na lateral da carroça, a palavra: CHINA. Ver: VALDAR et. al. **The History of China for 1912 in 52 Cartoons**. With Explanatory Notes in English and Chinese. Shanghai: “The National Review”, s.d. [1913], s.p., gravura de nome “A Situação (The Situation)”.

²⁰¹ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 230.

tamanha amizade e boa vontade lá e tanta liberdade da inveja internacional que infesta Pequim [Beijing].”²⁰²

Também Tianjin, grande cidade próxima a Beijing e sede do Governo-Geral da província de Zhili, foi alvo do contraste entre o vil e o agradável. “Viver em Tientsin [Tianjin] é, em muitas maneiras, melhor do que em Pequim [Beijing]. As ruas são boas para bicicletas e você pode pedalar e dirigir sem vistas desagradáveis.”²⁰³ Na época, Charles Denby Jr. já estava morando com a esposa Martha Dalzell em Beidaihe (‘Pei Tai Ho’ na documentação), uma praia perto de Tianjin reclusa o suficiente para o gosto de turistas e estrangeiros (ver Figura 3). Sua casa era grande, o clima agradável, o bairro pacífico e havia a vista privilegiada do mar e das colinas. Ademais, Beidaihe era um *resort* relativamente recente, tendo começado em 1896.²⁰⁴ Dito isso, seu imóvel foi também uma espécie de investimento, visto que os terrenos ainda estavam distribuídos por poucos donos além de si, dentre eles seu pai Charles H. Denby e a Missão Metodista, e esperava-se que pudesse ser vendido, no futuro, por uma boa quantia.²⁰⁵

Todavia, para além do clima agradável e do lazer, o parâmetro de conforto de tais refúgios foi, em muitos casos, o próprio Ocidente.²⁰⁶ Por essa razão, um outro fator positivo que Charles Denby Jr. relatou foi que lá em Beidaihe “não havia chineses.”²⁰⁷ A exceção, sempre precisamos lembrar, eram aqueles que serviam nas casas dos estrangeiros como faxineiros, cozinheiros, babás, carroceiros e faz-tudo. Afinal, e Jean Rodès que o diga, em Beijing o mau cheiro e outras questões desagradáveis vinham da cidade chinesa, não das legações estrangeiras. No caso do americano, sequer o clima e o isolamento foram capazes de convencê-lo, e Charles Denby Jr. escreveu que: “Apesar dessa descrição, no entanto, eu não consigo me reconciliar com a China.

²⁰² LIBRARY OF CONGRESS, Madison Memorial Building, Manuscript Division. **Denby Family Papers**. Número de chamada: 0519D, Caixa 7. Carta de Charles Denby Jr., a sua mãe Martha F. Denby. Washington, D.C. 13 de março de 1898.

²⁰³ Idem., Carta de Charles Denby Jr. a sua mãe Martha F. Denby. Tientsin [Tianjin], China. 11 de novembro de 1898.

²⁰⁴ BARRENTO, António Eduardo Hawthorne. *Going Modern: The tourist experience at the seaside and hill resorts in late Qing and Republican China*. **Modern Asian Studies**, Cambridge University Press, 2017, p. 2.

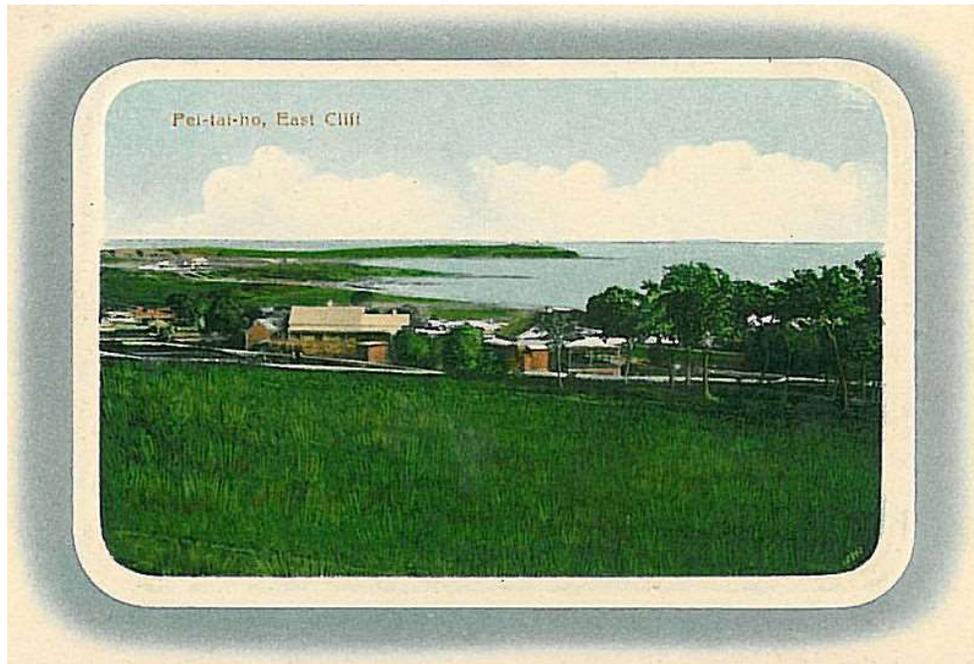
²⁰⁵ LIBRARY OF CONGRESS, Madison Memorial Building, Manuscript Division. **Denby Family Papers**. Número de chamada: 0519D, Caixa 7. Carta de Charles Denby Jr. a sua mãe Martha F. Denby. Pei Tai Ho [Beidaihe], 2 de setembro de 1898. “Essa terra do Pei Tai Ho [Beidaihe] pertence a Gamewell, Taft, meu pai, eu e a missão metodista. Esse é um bom investimento. Poderá provar ser muito bom, mas em uma escala menor. Iremos facilmente triplicar nosso dinheiro em alguns anos. Já 12 casas estão construídas nela e mais 14 são planejadas para o próximo ano.”

²⁰⁶ BARRENTO, António Eduardo Hawthorne. *Going Modern*. **Modern Asian Studies**. Op. cit., pp. 14-16.

²⁰⁷ LIBRARY OF CONGRESS, Madison Memorial Building, Manuscript Division. **Denby Family Papers**. Número de chamada: 0519D, Caixa 7. Carta de Charles Denby Jr. a sua mãe Martha F. Denby. Pei Tai Ho [Beidaihe], 2 de setembro de 1898. O texto estava sublinhado também no documento. Apenas a título de curiosidade, Beidaihe foi palco de um dos encontros entre os presidentes da China, Xi Jinping, e dos EUA, Donald Trump, nas negociações acerca da “guerra comercial” em 2019.

Tientsin [Tianjin] é atroz, as perspectivas de negócios são tão ruins e meu desejo de viver na América é tão forte que toda energia é tirada de mim.”²⁰⁸

Figura 3. “Beidaihe, Colina Oriental” (1903)²⁰⁹



Essas não foram as únicas cidades mencionadas nos livros ocidentais, mas certamente estiveram entre as que mais foram. Dependia muito do local em que o escritor visitara ou habitara. Arthur Evans Moule, por exemplo, atuou como missionário no vale do Rio Yangzi por quase cinquenta anos e as cidades que mais comentou foram Ningbo, uma das portas de entrada do Yangzi e centro comercial da rica província de Zhejiang, Hangzhou, capital desta província, e Shanghai, centro comercial da China e da Ásia Oriental.²¹⁰ Griffith John, por outro lado, foi um dos primeiros missionários ingleses a se instalar na cidade de Hankou, um importante centro político, econômico e militar do centro-sul da China; antes, no entanto, ele atuou em Shanghai.

Ainda assim, Beijing era um centro político e turístico muito grande; qualquer estrangeiro que quisesse conhecer as instituições do império ou visitar a Grande Muralha ou o Palácio de

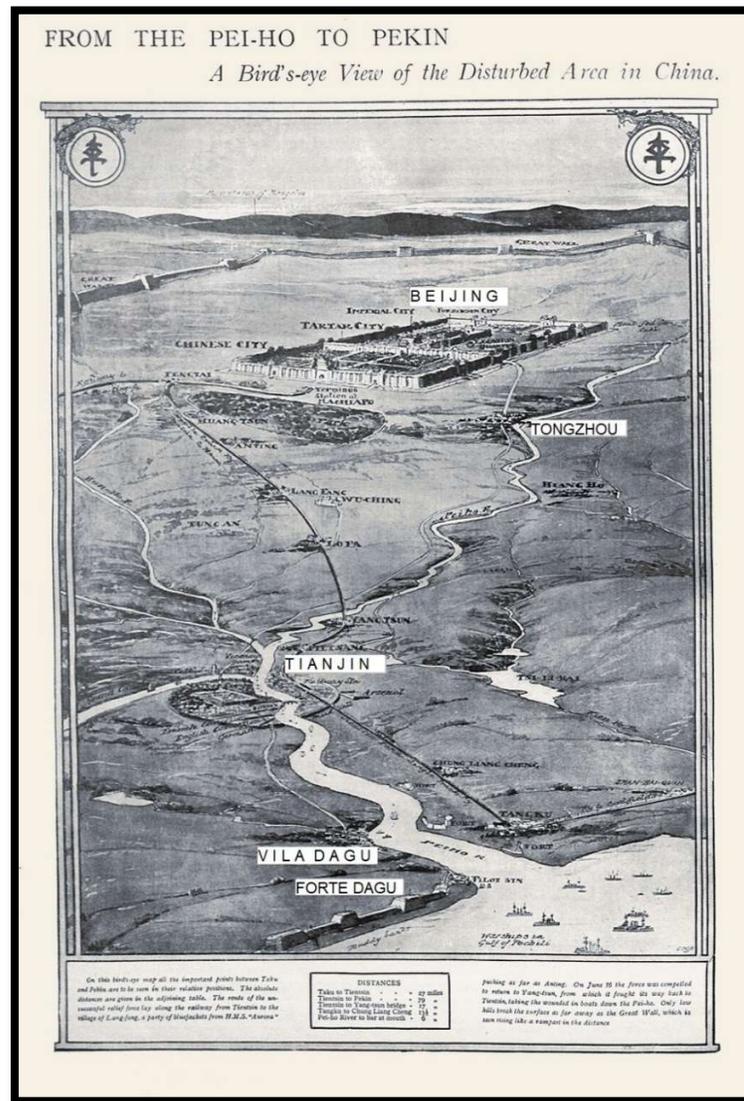
²⁰⁸ Ibidem. A 19/08/1898, ele havia escrito ainda que: “Tientsin [Tianjin], no entanto, parece estranhamente pouco atraente e miserável para mim. Nenhuma diversão a não ser beber no bar do clube, nenhuma sociedade que mereça ser especificada e, pior de tudo, nenhum negócio. A perspectiva é suficientemente dolorosa.”

²⁰⁹ Pei Tai Ho, East Cliff, 1903. Cartão Postal histórico. Domínio Público. Wikimedia Commons, upload por Immanuel Giel em junho de 2007. Acesso: https://en.m.wikipedia.org/wiki/File:Pei_tai_ho_East_Cliff_1903.jpg

²¹⁰ LEE, Leo Ou-fan. **Shanghai Modern**. Massachusetts: Harvard University Press, 1999, p. 315. No livro Leo Ou-fan Lee mostra como, até os anos 1940, Shanghai era o maior centro comercial do Leste Asiático, superando até mesmo Tóquio. Como tal, era também um centro cultural e cosmopolita muito forte.

Caça de Rehe tinha que ir a Beijing. Para se chegar lá, o meio mais comum era ir por mar até os fortes Dagu 大沽, destruídos após o Movimento Boxer, e a vila de mesmo nome, para então subir o Rio Branco (白河 *báihé*) em um barco fluvial, onde então haveria duas possibilidades de caminho: ir até Tongzhou 通州, mais próximo a Beijing, e de lá seguir de carroça ou de mula, ou ir a Tianjin pegar o trem para a capital (ver Mapa 8).

Mapa 8. “Do Rio Branco a Beijing (1900)”²¹¹



²¹¹ A linha que segue da costa até Beijing é a ferrovia. Ao fundo, vemos a Grande Muralha. “A Bird’s-eye View of the Disturbed Area in China.” *Leslie’s Weekly*, 1900 (vol. 90, p. 24). Disponibilizado pelo MIT Visualizing Cultures, Massachusetts Institute of Technology. Versão levemente alterada para incluir transcrições em *pinyin* e a moldura. Original em: https://visualizingcultures.mit.edu/boxer_uprising_02/map.htm#bird

A opção do trem foi bem mais comum no século XX, quando o sistema ferroviário já estava consideravelmente desenvolvido no norte – inclusive entre Tongzhou e Tianjin. Foi o caminho de diplomatas, aventureiros, missionários e soldados. Além de que Tianjin foi uma das cidades favoritas dos estrangeiros (como Shanghai também o era), e um importante centro comercial e geopolítico – afinal, quem a controlasse dominaria o acesso e o abastecimento à capital. Sobre Beijing, por fim, tendo havido impressões positivas ou negativas, ou ambas, uma coisa parecia certa: “Aquele que já viu aquela notável cidade oriental jamais conseguirá esquecê-la.”²¹²

3.2 Nova China e Velha China

A descrição das cidades e das localidades chinesas assumiu contradições que envolveram os melhores e os piores aspectos possíveis. Todavia, havia ainda outra questão muito comum no começo do século: a contraposição da Nova China contra a Velha China: um julgamento que, não obstante, esteve marcadamente relacionado com a ideia eurocêntrica de civilização e a posição da China frente a esse padrão. Nesse quesito, retornamos às ferrovias, aos navios à vapor e às muralhas, os primeiros como símbolos de um progresso *de origem europeia* e a última como símbolo da antiguidade *imutável* da China – uma antiguidade, no entanto, curiosamente exótica.

No caso de alguém que viajou à China com o intuito de conhecê-la, Mary Gaunt ficou maravilhada com as muralhas. Tão maravilhada, de fato, que a palavra muralha (*wall*) aparece cerca de 150 vezes no seu livro e, como temática, foi o objeto mais fotografado pela autora. Era difícil escapá-la, pois praticamente todas as cidades chinesas mencionadas pelos diferentes autores tinham muralhas: Mukden (então Fengtian, atual Shenyang), Tianjin, Ningbo, Shanghai, Beijing, Hankou, Hangzhou, Guangzhou e assim por diante, para nomear algumas. Era quase uma característica arquitetônica particular do país e, não obstante, também servia como distintivo que separava a “cidade chinesa [murada]” das concessões estrangeiras. Em Beijing, por exemplo, seria mais difícil ainda não as perceber, já que integravam parte do cotidiano estrangeiro na cidade: os passeios de fim de tarde, os soldados ocidentais em patrulha, a lembrança constante de que os portões fechariam às 20h, a memória da resistência contra os boxers.

²¹² BROWN, Arthur J. **Memoirs of a Centenarian**. Editado por William N. Wysham. Nova York: World Horizons, Inc., 1957, p. 82.

Todavia, como objeto exótico que remete ao enobrecido castelo europeu, a muralha foi associada a uma estrutura medieval cuja utilidade na China contemporânea seria, no mínimo, anacrônica. Mary Gaunt dedicou um capítulo de seu livro apenas para falar sobre isso e abriu-o com o seguinte trecho: “Seriam elas como as muralhas e portões da Babilônia, perguntei-me, essas muralhas e portões da capital da China. Eu assim pensei quando primeiro as vi e tal pensamento permanece ainda comigo.”²¹³ Por isso seria uma característica particularmente chinesa, pois enquanto na Europa a muralha era associada ao passado, na China ela fazia parte do cotidiano de *todas* as cidades. Era o romantismo das raridades, do castelo e da vida medieval em existência anacrônica e orientalizada. Isto diz respeito tanto para o período imperial, como ao republicano.

Além do fator arquitetônico, as muralhas serviam como a perfeita comparação entre o físico e o mental, como na metáfora utilizada pela Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro quando se referiu às “muralhas endurecidas da consciencia daquela gente amarella.”²¹⁴ Nesses aspectos, Tianjin se destacou das demais cidades. Como sede do Governo-Geral mais importante do império, a capital da província de Zhili foi também o epicentro do Movimento de Autofortalecimento que marcou a segunda metade do século XIX, seguida em vulto apenas pelo Governo-Geral de Huguang (que abarcava o território das províncias de Hunan e Hubei). Foi em Tianjin que foram construídos o primeiro telégrafo e a primeira ferrovia, ligando três pontos estratégicos: os Fortes Dagu na costa, Tianjin como centro de operações e a capital Beijing (ver Mapa 8). A ferrovia se estendia também até minas de carvão e arsenais bélicos recentemente construídos, triangulando logística, comunicação e fortificação para uma resposta pronta e efetiva contra ameaças estrangeiras, ou rebeliões.

Ainda que o movimento tenha sido considerado um fracasso após as derrotas da China para a França em 1885, e para o Japão dez anos depois, a cidade recebeu atenção renovada na virada do século principalmente devido ao Movimento Boxer. A presença colonial em Tianjin, com as concessões estrangeiras e o Governo Provisório pós-Boxer, conferiu-lhe uma experiência interessante. Inserido na historiografia da mundialização, Pierre Singaravélou considera que houve, nesse momento da história da cidade, uma cooperação entre chineses e estrangeiros na

²¹³ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 40.

²¹⁴ Gazeta de Notícias, matéria de 28/10/1911 de título “A republica na China”, subtítulo “Possessões Europeas na China”. O trecho refere-se à “abertura” da China pelas potências ocidentais no século XIX. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/28322

construção da modernidade urbana de Tianjin.²¹⁵ Charles Denby Jr. foi o secretário geral do Governo Provisório (militar com instâncias civis), oficialmente conhecido em francês pelo nome *Le Gouvernement Provisoire de la Cité Chinoise de Tientsin*, administrado por um conselho composto inicialmente por russos, japoneses e britânicos, posteriormente incorporando também americanos, alemães, franceses e italianos. Charles Denby Jr. relatou a sua experiência:

“De fato, passou à existência, no período de algumas semanas, uma administração completamente organizada, eficiente, honesta e ilustrada que governou sobre Tientsin [Tianjin], restaurou ordem, administrou justiça, coletou impostos justos, realizou obras públicas necessitadas havia muito tempo, e performou todas as funções de governantes ilustrados. Seus atos são além de todo elogio. De uma cena de caos físico e moral brotou em existência uma comunidade, ainda chinesa, mas desfrutando de um governo justo e honesto; sob um governo militar de ferro, é verdade, mas um governo tão temperado pela justiça e de um propósito tão elevado que aclamou-se ao elemento esclarecido da própria sociedade chinesa, bem como a todos os observadores inteligentes.”²¹⁶

É importante ressaltar que todos os adjetivos positivos vinculados a esse governo, como de que foi organizado, honesto e esclarecido, por exemplo, foram utilizados pelo contraste subentendido de que o governo autóctone era em tudo o oposto. Essa foi uma marca da percepção ocidental sobre o modo de fazer política da China e certamente a modernização, sinônimo de ocidentalização, seria uma aproximação a esse tipo de governo provisório, exemplar *porque* ocidental. O fato de que essas afirmações foram feitas implica que esse processo de modernização não havia sido concluído, ao que o Governo Provisório de Tianjin, no entanto, pôde contribuir um pouco. Aos estrangeiros na cidade, a mudança deve ter sido recebida com positividade. Charles Denby Jr., que em 1898 havia escrito à sua mãe que Tianjin era atroz, em 1905, ao mudar-se para Washington, D.C., disse sentir saudades da grande cidade chinesa onde morou por tanto tempo.²¹⁷

²¹⁵ SINGARAVÉLOU, Pierre. *Tianjin Cosmopolis*. Op. cit., p. 30.

²¹⁶ DENBY JR., Charles. Chapter XIV: The Capture and Government of Tientsin. In: DENBY, Charles. *China and Her People* Being the Observations, Reminiscences, and Conclusions of an American Diplomat. Volume 2. Boston: L. C. Page & Company, 1905, pp. 204-205.

²¹⁷ LIBRARY OF CONGRESS, Madison Memorial Building, Manuscript Division. *Denby Family Papers*. Número de chamada: 0519D, Caixa 8. Carta de Charles Denby Jr. a sua mãe Martha F. Denby. Washington, D. C., 11 de novembro de 1905, sábado à noite. Escreveu assim que chegou em Washington. O trecho referente na carta: “É cedo para dizer como nós gostaremos de Washington. Não estou inclinado a comemorar a mudança de Tientsin [Tianjin], mas espero que alguns meses de trabalho e experiência possam mudar minhas opiniões. No presente, estou saudoso tanto de Tientsin [Tianjin] como de Evansville e eu gostaria de aproveitar uma tempestade de areia ou um social na igreja.”

Uma das “obras públicas necessitadas havia muito tempo”, na época do Governo Provisório, foi nada menos do que a remoção das muralhas. O reverendo Frederick Brown, que foi capelão no Comando Britânico do Norte da China e seguiu com as tropas estrangeiras até Tianjin e Beijing durante o Movimento Boxer, foi o que melhor descreveu a consequência desse processo em seu livro *A Aurora da China Depois de Trinta Anos* (c. 1914):

“A pedido das nações e como punição pelos protestos dos boxers ela foi obrigada a derrubar as muralhas da cidade, e isso a torna provavelmente a única cidade na China sem uma muralha; porém, isso tornou possível a abertura de largas avenidas, iluminadas por eletricidade e atravessadas por linhas de bonde; policiamento moderno e sistemas hidráulicos fazem dela uma das cidades chinesas mais avançadas. Isso, então, é uma evidência do grande despertar: que Tientsin [Tianjin], que costumava ser notada por seus massacres e sua malária, é hoje a vanguarda do progresso moderno.”²¹⁸

Portanto, a modernização só seria permitida, em parte, com a destruição do impedimento físico da muralha.²¹⁹ O novo só poderia florescer com a morte do antigo. Por outro lado, o exotismo marcou uma grande presença nessa questão, como em outras, visto que ele existiu naqueles objetos ou costumes tidos como essenciais à sociedade chinesa – isto é, do ponto de vista ocidental, principalmente o turístico e o artístico. Assim, na mesma medida em que a China ganharia ao se modernizar destruindo suas muralhas para ampliar e aprimorar a infraestrutura urbana, ela perderia uma parte de sua cultura e de sua paisagem.

Elas [as muralhas] impedem a entrada de ar, ele disse, mas perguntei-me, em minha própria mente, se ele não sentia que elas prendiam o povo dentro, enjaulados e mantidos como se estivessem em um estado arcaico de civilização que melhor seria se desaparecesse. Elas pouco podem impedir a entrada de ar, e podem apenas enjaular aqueles que desejam assim estar mantidos.²²⁰

A raridade ou a ideia de que tais costumes pudessem desaparecer com o progresso dos tempos lhes reforçava ainda mais o status de exótico, associado a uma nostalgia romântica de um mundo em mutações inevitáveis. Segundo Jonathan D. Spence, surgiu uma espécie de culto ao exotismo chinês, particularmente forte na França de finais do século XIX, que durou ao menos até meados dos anos 1920. Em suma, ele explicou que, em questões de costumes chineses, os

²¹⁸ BROWN, Frederick. *China's Dayspring After Thirty Years*. Londres: Murray and Evenden, Ltd., s/d [c. 1912-1914?], p. 201.

²¹⁹ Não à toa, a Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro publicou, acerca do movimento republicano de 1911, que “Parece que desta vez as muralhas chinesas caem definitivamente.” Gazeta de Notícias (RJ), matéria de 29/10/1911. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/28333

²²⁰ GAUNT, Mary. *A Woman in China*. Op. cit., pp. 40-41.

franceses apreciavam a graça, a delicadeza, a sensibilidade e a sensualidade, enquanto admiravam o cerimonial, a arquitetura, o misticismo e o mistério que envolviam as instituições imperiais.²²¹ Mesmo aspectos considerados brutais, como as torturas do sistema prisional e a violência do Estado – constantemente criticados pelos ocidentais, diga-se de passagem –, eram tidos como aspectos de uma sociedade antiga ainda em funcionamento e, por isso mesmo, exóticos. Jonathan Spence ressaltou que para muitos, como o teatrólogo Victor Segalen (que visitou a China entre os anos 1909 e 1917), o fim do império em 1912 marcou o fim de uma Era e a quebra da magia que envolvia o país.²²² Para além dos franceses, influentes na sociedade brasileira de então, F. de Serpa Pimentel registrou esse momento na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro como um adeus à “China pittoresca e magica” e o surgimento da “China civilizada”, lamentando o fim da aventura, da fantasia e do mistério.²²³

Todavia, não é preciso ir tão longe. Para diversas pessoas que não estavam tão mergulhadas no imaginário exótico, a mudança revolucionária parecia então quase premeditada. Após o Movimento Boxer e a derrota militar chinesa, a dinastia lançou uma série de éditos imperiais que promoveram reformas institucionais baseadas em modelos japoneses e ocidentais. Algumas foram forçadas por tratado, como a transformação do Departamento para Assuntos Estrangeiros (总理衙门 *Zǒnglǐ Yámen*) no Ministério das Relações Exteriores (外务部 *wàiwùbù*). Outras, no entanto, foram iniciativas imperiais para manutenção do poder dinástico e fortalecimento das bases defensivas da China contra um possível desmembramento do país em porções coloniais ou em províncias sediciosas.

Esse é assunto do próximo capítulo; para agora, basta entendermos que as reformas promulgadas pelo governo central pareceram, aos ocidentais, como marcadamente... ocidentais! Isso porque, como vimos, não havia uma distinção clara entre modernizar-se e ocidentalizar-se, em todos os sentidos da palavra: ou seja, não meramente uma imitação, mas uma transformação. Por isso a tragédia para os exaltadores do exotismo chinês: a ascensão de um novo mundo – de uma nova China – só poderia ocorrer com o sacrifício de seu predecessor, a velha China: e poderia ser um sacrifício total, pois a transformação em moderno/ocidental era não apenas

²²¹ SPENCE, Jonathan D. **The Chan’s Great Continent**: China in Western Minds. Nova York: W. W. Northon & Company, 199, pp. 146 e 161.

²²² Idem., pp.160-163.

²²³ Gazeta de Notícias, matéria de 31/12/1911 de título “Ideias Curtas”, assinado por F. de Serpa Pimentel. Acesso: http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/28870 Matéria similar em 14/12/1911 que trata do “fim da China pittoresca”.

institucional, mas de costumes, de moral, de religião, enfim, de todos os aspectos que definiam a essência da sociedade chinesa.

Todavia, essa transformação poderia resultar em algo mais dentro da lógica evolucionista da época: extinção racial. Muitos foram influenciados pelo evolucionismo de Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829) e deturpações do darwinismo que levaram a uma interpretação evolucionista da história alinhada ao liberalismo e à ideologia de progresso, ambas bases constituintes da concepção ocidental do fazer histórico de então. Como vimos, foi uma concepção baseada na ideia de que havia uma “luta pela sobrevivência” que ocorria além do plano biológico e que tinha como palco todas as esferas de interação humana, desde fábricas (emprego) até nações (recursos). Esse fazer histórico era necessariamente violento e houve aqueles que o defenderam sob essas bases: seria, de fato, um ataque, mas justificável pela necessidade de sobrevivência própria.

Ernst Haeckel (1834-1919), por exemplo, famoso por popularizar traduções de Charles Darwin ao alemão em finais do século XIX, acreditava que as demais raças do mundo, entre elas a chinesa (raça, para ele, sendo quase sinônimo de sociedade), “vão mais cedo ou mais tarde sucumbir na luta pela existência à superioridade das raças mediterrâneas.”²²⁴ A força dessa concepção de mundo da “luta pela sobrevivência” foi tão expressiva que pode ser observada no diplomata Charles Denby, que não foi um evolucionista propriamente dito, mas que escreveu o seguinte acerca do tratamento ocidental sobre a China:

“Ela [a classe diplomática] reconhece a verdade do velho adágio de que ‘quando dois homens andam a cavalo, um deve cavalgar atrás’, e prefere que o representante de sua raça, ou raças, deva cavalgar na frente. Nesse adágio pode ser encontrado o segredo do tratamento ocidental à China. Pode parecer brutal adotar essa teoria que repousa na força, *e não em uma lei internacional*, como a regra de controle fundamental em nosso tratamento à China; todavia, sua existência repousa na suprema necessidade de autodefesa.”²²⁵

O “Perigo Amarelo” foi muito forte nessa época, potencializado ainda pelo Movimento Boxer e suas repercussões na imprensa ocidental e por essa ideia da “luta pela sobrevivência”. Por um lado, havia o pensamento de que a migração chinesa era tão massiva que, devido à enorme população do país, poderia um dia vir a substituir os ocidentais no mundo. Seria, portanto,

²²⁴ Ernst Haeckel, *The History of Creation*, Vol. 2 [1868], apud. HAWKINS, Mike. **Social Darwinism in European and American thought, 1860-1945**: Nature as model and nature as threat. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 140.

²²⁵ Itálico meu. DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 2. Op. cit., pp. 88-89.

uma transformação inversa àquela da modernização, onde ao invés da China se ocidentalizar seria o ocidente a se orientalizar. Isso seria possível, ademais, pois havia a ideia de que os chineses achinesavam todos aqueles que tentavam dominá-los e viviam, no exterior, segregados em comunidades fechadas, mantendo suas práticas e costumes: portanto, também seus vícios.

“A encosta do Pacífico seria submergida e sua civilização arruinada. O ‘perigo amarelo’ atacaria nossas instituições, nossos costumes e hábitos e os esmagaria. Se tornarmos os chineses cidadãos, seus votos controlariam as eleições, e, se nós decidirmos não os tornar cidadãos, teríamos que lidar com uma raça hilota, o que desmoralizaria toda a nossa juventude.”²²⁶

Havia também a fantasia de que a China, caso realizasse reformas de modernização que a permitissem o uso de armamento bélico de ponta e a mobilização de sua enorme população, fosse inverter o jogo e colonizar o mundo ocidental. Esse medo de uma população chinesa emigrante capaz de tomar os espaços para si apenas devido ao seu volume numérico foi comparado com as classes trabalhadores britânicas por muitos escritores que se debruçaram sobre o Movimento Boxer na Inglaterra, demonstrando novamente a dimensão de classe.²²⁷ Era imprescindível, portanto, que a China fosse sempre aquela a cavalgar atrás.

Essas teorias também tiveram grande leitura na China, principalmente a partir da obra de Yan Fu 严复 (1854-1921), intitulada *Teoria da Evolução Natural* (天演论 *tiānyǎnlùn*), publicada em 1898. Tratou-se de uma tradução do livro *Evolução e Ética* (1893) de Thomas Huxley (1825-1895). Dito isso, o principal objetivo de Huxley foi o de criticar aqueles que considerou como deturpadores do darwinismo ao elaborar uma conscientização de que a ética humana seria capaz de direcionar a sociedade à superação dos mecanismos evolutivos (isto é, as leis naturais). Segundo essa proposta, mais vale “a sobrevivência através da cooperação” do que “a sobrevivência do mais apto”.²²⁸

Ao traduzir, Yan Fu incluiu muitos dos argumentos criticados por Thomas Huxley, como a ideia de que: “O fraco torna-se invariavelmente presa do forte, o estúpido torna-se

²²⁶ Idem., pp. 110-111.

²²⁷ FORMAN, Ross G. *Peking Plots: Fictionalizing the Boxer Rebellion of 1900. Victorian Literature and Culture*. Cambridge University Press, 1999, p. 27.

²²⁸ IACHTECHEN, Fábio Luciano. Evolução ética em um processo cósmico: fundamentos biológicos da História universal. *Anais eletrônicos do 15 Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Florianópolis, Santa Catarina, 16 a 18 de novembro de 2016. Acesso em 28/11/2017. Disponível em: http://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1473991172_ARQUIVO_Textofinal-FabioIachtechen-SNHCT2016Florianopolis.pdf [p.7].

invariavelmente subserviente ao inteligente.”²²⁹ No entanto, os chineses se interessaram por outros aspectos elencados na obra. Para Huxley, o progresso seria um processo ético em combate ao processo evolutivo natural; seria, portanto, uma ação social humana de intervenção contra o individualismo animalesco da competição. Assim, ele inverteu os valores: o imperialismo não seria mais a prova da extinção inevitável dos outros, mas seria, por si só, antiprogressista.²³⁰ Sob essa interpretação, os chineses enfrentavam um “Perigo Branco” de imigrantes ocidentais indesejados que se estabeleciam em suas cidades através da violência (aliás, como em todo processo colonizador). O resultado do continente americano figurava como um bom exemplo desse perigo.

A questão da imigração foi muito importante para países como Estados Unidos e Austrália, que receberam muitos trabalhadores chineses, mas também para diversos países da América Latina. Estes buscaram, na importação de chineses, uma mão de obra barata para suprir a demanda por força de trabalho do sistema de plantações, visto que o comércio de escravizados e, subsequentemente, a própria escravidão foram pouco a pouco proibidos ao longo do século XIX. As colônias britânicas do Caribe, por exemplo, que foram umas das primeiras a não se utilizar mais de trabalho escravo de origem africana, passaram então a adquirir sua mão de obra nos “mercados de coolie” da Índia e da China. Não foi à toa que, na Convenção de Beijing de 1860, ao fim da Segunda Guerra do Ópio, o tratado inglês trouxe consigo o seguinte Artigo V:

“Assim que as Ratificações do Tratado de mil oitocentos e cinquenta e oito forem trocadas, Sua Majestade o Imperador da China comandará, por decreto, as altas autoridades de cada província a proclamarem por todas as suas jurisdições que chineses, escolhendo tomar serviço em Colônias Britânicas ou outras partes além-mar, têm a perfeita liberdade de entrar em compromissos com Súditos Britânicos por essa intenção e embarcar, eles próprios e suas famílias, a bordo de qualquer embarcação britânica em qualquer um dos portos abertos da China.”²³¹

Com a colonização da Ásia e a integração em condições subalternas de países que não foram formalmente colonizados, como a China, no sistema mundo europeu, o mercado de coolie serviu para abastecer as plantações das colônias europeias com “trabalho livre”. A esse sistema mundo, normalmente considera-se que houve a negação do trabalho escravo por motivos econômicos (o argumento de que o trabalhador livre se torna um consumidor) e humanistas

²²⁹ Yan Fu citado em: SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna**. Op. cit., p.298.

²³⁰ PUSEY, James Reeve. **Lu Xun and Evolution**. Op. cit., p.4.

²³¹ THE MARITIME CUSTOMS. China. III - Miscellaneous Series: N° 30. **Treaties, Conventions, Etc., Between China and Foreign States**. Volume 1. Op. cit., p. 432.

(“todo homem nasce livre”). No entanto, como ressaltou Sidney Mintz, o trabalho forçado nunca foi estranho ao capitalismo e categorias de “proletário” e “escravo” permeiam umas às outras e só podem ser entendidas juntas, na medida em que nunca deixaram de operar em conjunto.²³²

O Brasil foi um desses países que realizaram diversos experimentos de mão de obra chinesa sob contrato, tendo sido um dos últimos a abolir a escravidão (apenas em 1888). Cerca de três mil chineses foram levados ao então império brasileiro ao longo do século XIX. Victor Hugo Luna Peres estudou esse processo nos Anais do Senado e da Câmara, em jornais de notícias e fóruns agrícolas, onde pôde constatar que houve uma contradição entre as características atribuídas a eles:

“Os mesmos chins que vieram ao Brasil em 1856 eram representados nas falas dos congressistas ora como coolies ora como chins, recebendo de acordo com estes epítetos os qualificativos referentes: os coolies eram vistos como indolentes; degenerados; viciados; e os chins como bons agricultores; sóbrios; econômicos e dóceis.”²³³

Lembremos sempre que “há para as coisas chinesas dois lados”. Essa imagem dupla que, no Brasil, Victor Hugo Luna Peres identificou como o *coolie* e o *chin*, dois aspectos opostos do mesmo chinês, ocorreu também em outros lugares, mesmo na China, onde a presença estrangeira não deixou de colocar suas impressões sobre o povo nos livros que escreveu sobre o país. Essa aparente confusão, no entanto, não necessariamente vinha de pessoas de opiniões diferentes, pois a depender da situação um mesmo observador poderia descrevê-los com essa mesma contradição. No entanto, a caracterização coolie/chin esteve mais presente em descrições generalizadas, o que, não obstante, foi a maioria.

Como vimos, a posição do observador influencia o resultado de sua observação. Em locais onde prevaleceu o sistema de plantação, como a Austrália, o Sudeste Asiático e o Caribe, todos estes colônias ou domínios europeus, o contato entre o colonizador e o chinês coolie já subentendia as distinções presentes na relação de poder entre os dois. Tal relação foi por si só herdeira do sistema escravista colonial implantado em América e África e da prática de trabalho forçado inerente ao sistema colonial. A liberdade, seja ela de comércio, de expressão ou de circulação, quase uma espécie de categoria da modernidade, foi mais uma ferramenta para impor

²³² Ver MINTZ, Sidney. Era o Escravo de Plantação um Proletário? In: MINTZ, Sidney. **O Poder Amargo do Açúcar**. Op. cit., pp. 139-168.

²³³ PERES, Victor Hugo Luna. **Os “Chins” nas Sociedades Tropicais de Plantação**: Estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de trabalho e vida no Brasil (1814-1878). Dissertação de Mestrado em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013, p. 161

a sujeição e a dependência do “outro”. Dito isso, o chinês era observado de cima para baixo, em casa ou no exterior.

Todavia, é preciso dizer que, diferentemente do caso brasileiro citado por Victor Hugo Luna Peres e de outros indivíduos que entraram em contato com chineses apenas no Ocidente, os estrangeiros que estiveram na China puderam mais facilmente interagir com outras classes sociais, como os oficiais do governo e os comerciantes. Como esperado, a imagem que formaram dessas pessoas foi diferente daquela do trabalhador chinês. Ademais, esse contato com os grandes nomes da sociedade chinesa poderia ocorrer com “qualquer” estrangeiro, mesmo que não tivesse qualquer relação oficialmente governamental (distingo “oficialmente” porque, na prática, por trás de cada estrangeiro havia a possibilidade de um *casus belli* que fazia de sua simples presença um ato político).²³⁴

Mary Gaunt, por exemplo, conheceu o então Primeiro Ministro da República Xiong Xiling 熊希齡 (Hsiung Hsi Ling em seu livro), quando visitou o acampamento militar chinês na fronteira com a Mongólia (então independente, com apoio russo). Para os membros das legações, como os Denby, pai e filho, esse contato era cotidiano. Ambos negociaram diversas vezes com grandes estadistas chineses como Zeng Jize, Li Hongzhang e o Príncipe Qing. O mesmo aos missionários, pois estiveram constantemente em contato com o *yamen* (residência e trabalho) de mandarins, seus principais opositores. Arthur J. Brown, por exemplo, chegou a entrar em contato com Yuan Shikai quando esteve na China em 1909 e o jornalista francês Jean Rodès entrevistou Sun Zhongshan 孙中山 (mais conhecido pela transcrição cantonesa Sun Yatsen) na Indochina, antes da Revolução de 1911 que derrubou o governo Qing.

Os chineses integrantes do Movimento Boxer foram outros que também receberam atenção especial. Eram piores do que os coolies, pois apesar de estes representarem características negativas associadas ao caráter chinês, como miséria e degeneração, permanecia a ideia de que o trabalho missionário poderia fazê-los ascender. Isso seria possível através da religião e moral cristãs e do conhecimento secular ocidental: alas, a modernidade. Quanto mais os valores e as ideias ocidentais penetrassem no país, entendia-se, maiores seriam as chances da modernização acontecer e da qualidade de vida do coolie ser elevada (longe de representar

²³⁴ “Qualquer” figura entre aspas porque, obviamente, havia estrangeiros de classes menos abastadas e menos influentes nas concessões, como miseráveis, viciados em ópio, filhos de mães ou pais chineses que caíram na pobreza, ou que simplesmente falharam em seus negócios e por lá ficaram. Esses não tinham peso político para atrair ou preocupar a liderança chinesa. Todavia, uma parte muito grande daqueles que deixaram obras escritas sobre a China foram da classe dominante ou ligadas a ela.

altruísmo, pois uma melhor qualidade de vida implicava mais dinheiro excedente para ser gasto consumindo produtos estrangeiros). O boxer, todavia, representava o oposto: eram os valores antigos encarnados em gente que tentava fechar a China e eliminar aqueles que se converteram, alienando o país e fazendo-o caminhar no trajeto oposto ao do progresso.

O Movimento Boxer representou um desafio não apenas no sentido do Perigo Amarelo, mas no de uma reação ao imperialismo. Segundo Ross G. Forman, que estudou a produção de obras de ficção britânicas sobre o movimento, aquele foi um momento de uma forte “ansiedade imperial” advinda, por sua vez, da vulnerabilidade física (ocidentais eram minoria nas colônias) e do terror de sua apropriação cultural, potencializadas pela crise de autoridade que se seguiu mesmo após a vitória estrangeira.²³⁵ É preciso lembrar que o evento coincidiu com a ascensão do Japão, a queda do império espanhol, a resistência filipina ao domínio americano e a Guerra Boer na África do Sul.

Uma miríade de adjetivações e caracterizações foram utilizadas para se referir aos chineses de forma geral. É claro, diversos grupos sociais receberam atenção particular, como os governadores e os manchus, por exemplo. Capítulos foram dedicados, por sua vez, apenas para tratar das mulheres chinesas, visto que a “emancipação feminina” era vista como sinais de liberdade individual, característica das “sociedades modernas”. Uso aspas para emancipação, pois tratou-se de um Ocidente extremamente misógino. Ademais, boa parte dos observadores ocidentais que escreveram sobre o assunto nesse período foram homens. O Quadro 3, formado por três autores citados, de profissões, países e períodos diferentes, nos ajuda a visualizar melhor algumas dessas caracterizações gerais atribuídas ao povo chinês.

Quadro 3. Termos ou expressões associados ao povo chinês

Autor	Ocupação	Ano	Termo positivo ou neutro	Termo negativo
Charles H. Denby	Diplomata, político, coronel e advogado ferroviário	1905	Industrioso; bem-intencionado; honesto; solidariedade que nenhum [outro] povo adquiriu; tolerante a todas as religiões; educado (<i>polite</i>); amigáveis; consistente; direto; raça amarela; adoram o puro, casto e virtuoso.	raça hilota [imigrante não-cidadão]; perigo amarelo; prevalência de superstição; hábitos vis; [poderiam se tornar] demônios; ignorantes; teimoso [por manter seus costumes]; idólatras.
Arthur J. Brown	Missionário presbiteriano com formação	1912	[Possui] unidade de movimento; determinação de ação; um ser humano como nós; responsivo à	Subserviente; falta de espírito nacional; devagar; imoral; indiferente ao sofrimento;

²³⁵ FORMAN, Ross G. Peking Plots: Fictionalizing the Boxer Rebellion of 1900. **Victorian Literature and Culture**. Op. cit., p. 20.

	acadêmica e treinamento militar		gentileza; apreciativo à justiça; capaz de transformação moral; forte; inteligente; frugal; paciente; industrioso; respeitoso aos pais; exalta o aprendizado; colonizadores bem-sucedidos; capaz de enfrentar qualquer competição; fidelidade; senso de responsabilidade; gratidão; honra; raça mais viril da Ásia; muito cerimonioso; extremamente meticuloso; vastas hordas da humanidade; pacífico; obediente à lei; estável; viril; auto dependente.	supersticioso; espiritualmente morto; sólido (como uma pedra); ignorante; ardiloso; vaidoso; temperamento conservador; autocentrado; auto satisfeito; povo libidinoso; acostumado à vida primitiva [mas aprendendo a vida moderna]; pouco amor ao país; devoção intensa aos seus próprios costumes; naturalmente conservador.
Mary E. Gaunt	Escritora e viajante com formação acadêmica	1914	Paciente; industrioso; trabalhador (<i>hardworking</i>); cortês; pacífico; não se queixam; obediência à ordem; cavalheiro (<i>gentleman</i>); passível de disciplina; excessivamente civilizado; excessivamente refinado;	Pagão; subserviente; povo ancião; escravo em tudo menos em nome; vida entediante e sem cor; podem ser selvagens [em algumas situações]; duvidoso que sejam livres

A relação entre a modernidade e as mulheres chinesas era óbvia pela determinação de que a civilização em questão era de tipo oriental, ou simplesmente atrasada, medieval. Como, no entanto, um volume considerável de obras escritas foi feito por homens, a atenção às questões femininas muitas vezes caiu em uma contradição discursiva. Isso pode ser observado em casos onde capítulos dedicados a falar sobre as mulheres chinesas tratam muito mais sobre casamentos do que a condição da mulher em si. A atadura dos pés não deixou de aparecer na maioria dos livros, porém geralmente acompanhada do papel missionário de combate a essa prática. No caso de Charles Denby, por exemplo, ele inclusive escreveu mais sobre os homens quando tratou sobre casamento no capítulo de título “A Mulher na China”.

De fato, quem deu mais atenção às mulheres foram as escritoras, ainda que com menor intensidade do que esperado. Enquanto muitos autores, como veremos, defendiam que o futuro da China Republicana seria traçado pelo chinês industrioso, a escritora americana Sarah Pike Conger (1843-1932) dizia que ele seria traçado por “homens e mulheres de mãos dadas.”²³⁶ Igualmente, Mary Gaunt foi a que talvez mais tratou do assunto, com muitas descrições de sofrimento, vulnerabilidade e elogios aos missionários. Seja como for, Charles Denby deixou a relação clara entre a condição feminina e a condição da nação: “Se a civilização de um país fosse testada [...] pela condição de suas mulheres, uma baixa colocação na ordem de classificação seria assignada à

²³⁶ CONGER, Sarah Pike. *Old China and Young America*. Op. cit., p. 77.

China.”²³⁷ Afinal, como escreveu Mary Gaunt: “Pois uma mulher chinesa nunca deve mostrar emoção, acima de tudo ela não deve reclamar. Isso, é claro, é uma característica da nação.”²³⁸

Tendo o Quadro 3 em vista, mesmo diversos dos pontos positivos foram antagonizados pelos maiores críticos à imigração. A primeira dessas questões é a competição: o trabalhador chinês era incombátil. Nas palavras do *Diário de Pernambuco*, 03/10/1910: “O chinês é hoje o homem mais capaz de suportar a fome, a sede, o cansaço; e de afrontar as doenças.”²³⁹ Mary Gaunt escreveu acerca da questão sob o ponto de vista de seu país:

“A Austrália se armou. Por quê? Por causa dos milhões da China ao norte. A Austrália votou solidamente por uma Austrália branca, e rigidamente excluiu o homem de cor. Por quê? Não porque ela teme o Kanaka que ajudou a desenvolver suas plantações de açúcar, mas porque ela teme o homem amarelo e sua energia incansável e seu baixo padrão de vida.”²⁴⁰

O baixo padrão foi ressaltado porque um ocidental não se prezaria a trabalhar pelo mesmo valor que um chinês. Arthur J. Brown afirmou, por exemplo, que o Governador-Geral de Liangjiang (sede em Nanjing) requisitou pessoas formadas em escolas missionárias para trabalhar para ele sob um salário de \$400 dólares americanos, enquanto Mary Gaunt seis anos depois disse que com \$15 contratar-se-ia um empregado chinês por um mês todo – e ele ficaria feliz com o montante.²⁴¹ Por mais que fossem profissões diferentes, e mesmo que levemos em consideração a inflação e a desvalorização do tael de prata chinês em relação ao dólar americano lastreado em

²³⁷ DENBY, Charles H. **China and Her People**. Volume 1. Op. cit., p. 163.

²³⁸ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 169. Por extensão, como ela mesma concluiu, também os homens teriam essa característica.

²³⁹ Matéria traduzida de jornal francês sobre medicina tradicional chinesa. *Diário de Pernambuco*, Segunda-feira, 3 de outubro de 1910, Nº 252, 4ª coluna: “A China e a medicina [título]. É preciso confessar, escreve o sr. C. Petit no «Monde Illustré» que os chineses, desprezando a medicina, lucraram imensamente com isso porque a sua raça se tornou mais forte e mais resistente. O chinês é hoje o homem mais capaz de suportar a fome, a sede, o cansaço; e de afrontar as doenças. [...] Hoje os médicos chineses são verdadeiros charlatães, que nada têm de interessante senão o pittoresco do traje e do viver. Os seus clientes têm-lhes grande desconfiança e não os pagam senão quando se consideram curados. Houve um tempo, entretanto, em que a medicina chinesa era a mais florescente e a mais sábia do mundo.” Acesso em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/1031 Novamente, ressalta-se a grandeza passada.

²⁴⁰ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 4. Sobre a proibição Australiana de chineses, Wu Tingfang, ex-diplomata do Grande Qing nos EUA, criticou o tratamento que os australianos davam aos chineses ao dizer que na China os australianos esperavam ser recebidos de braços abertos, enquanto que na Austrália os chineses eram maltratados e indesejados. WU TINGFANG. **America: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat**. Traduzido por Alan R. Light. The Project Gutenberg E-Book, [1914] 1996, s.p., Chapter 12: American versus Chinese Civilization (Continued).

²⁴¹ BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., p. 85. GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 152.

ouro, a disparidade salarial era muito grande.²⁴² Com isso em mente, e levando-se em consideração que o império Qing passou por diversas crises ecológicas e guerras civis no século XIX, onde dezenas de milhões de pessoas morreram e outras tantas não receberam assistência do Estado, um dos fatores comentados pelos estrangeiros foi a miséria da China.

Nos Estados Unidos, um grande número de chineses foi à Califórnia na época do ouro, por volta dos anos 1850, onde trabalharam na construção de ferrovias e estradas, carregando nitroglicerina e cavando túneis. Desde esse período, portanto, os americanos tiveram que lidar com a imigração em massa de trabalhadores chineses – isto é, o coolie, inicialmente bem-vindo quando faltava mão de obra, posteriormente ostracizado.²⁴³ Em 1862, por exemplo, a Califórnia passou uma lei chamada *Ato para Proteger o Trabalhador Branco Livre Contra a Competição do Coolie Chinês, e para Desencorajar a Imigração em Massa de Chineses ao Estado da Califórnia*, conhecida simplesmente como Ato Anti-Coolie. No artigo primeiro, constava a cobrança de uma taxa de USD \$2,50 para “toda pessoa, homem e mulher, da raça mongol”, com algumas exceções.²⁴⁴ O montante pode parecer pouco hoje, mas Arthur J. Brown lembrou, em suas memórias, que no começo dos anos 1880 uma quantia de \$0,01 era suficiente para comprar uma

²⁴² A título de exemplo, O livro *The History of China for 1912 in 52 cartoons*, publicado em 1913 em Shanghai, poderia ser comprado por \$0,75 dólares americanos ou \$1,5 dólar mexicano, este, lastreado em prata, também muito utilizado na China. No mesmo ano, Mary Gaunt deu a perspectiva do lado britânico, quando disse que um tael chinês variava muito com as flutuações da prata (esta, em crise em finais do império) e poderia equivaler a meia coroa (cada coroa equivaleria a ¼ de libra esterlina) ou três xelins (cada xelim equivaleria a 1/5 de coroa). GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 140.

²⁴³ A distinção, no entanto, já se fazia presente. Chineses que trabalharam na Central Pacific Railway, no começo dos anos 1860, receberam em média USD 30,00 por mês, cerca de 2/3 da média de um trabalhador americano branco. As despesas mensais de ambos eram de cerca de USD 16,00 por mês. Todavia, com o decorrer do século a condição de vida e os salários de chineses foram se deteriorando. HUNT, Michael H. **The Making of a Special Relationship: The United States and China to 1914**. Nova York: Columbia University Press, 1983, p. 336, nota 51.

²⁴⁴ Anti-Coolie Act (1862). Texto disponível pelo Wikisource em: https://en.wikisource.org/wiki/Anti-Coolie_Act Grifo meu. Seria interessante ressaltar que houve resistência. Quanto à nomenclatura “mongol”, parece ter ficado menos comum na medida em que o século XIX se aproximou do fim. Depois de falar um pouco sobre o contexto das relações sino-mongóis, o grande missionário e sinólogo americano Samuel W. Williams, autor base para boa parte dos estudiosos sobre China no século XIX, escreveu, em 1879: “É, portanto, inteiramente equivocado chamar de mongol o chinês, e eu tenho certeza que muitas pessoas usam-no [o termo] por ignorância sobre os fatos acerca do caso.” WILLIAMS, Samuel W. **Chinese Immigration**. A Paper Read before the Social Science Association, at Saratoga, September 10, 1879. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1879, p. 6. Que essa palestra tenha ocorrido em 1879 é interessante por diversos fatores, dentre eles: o fato dos anos 1870 serem marcados por tratados a nível federal e pela manutenção do termo mongol como referência aos chineses. Ainda que posteriormente o termo tenha perdido espaço para a distinção chinês, japonês, tártaro, etc., o termo “raça amarela” substituiu o caráter generalizante e pejorativo carregado pelo termo “raça mongol”. A categoria “científica”, tal como acreditada na época, de “raça”, no entanto, continuou.

dúzia de ovos e \$0,15 cerca de meio quilo de carne.²⁴⁵ Dito isso, podemos ter uma ideia do impacto que taxas como essa causaram na vida de imigrantes pobres.

Havia diversos fatores para a contínua promulgação de leis desse tipo em nível federal. Primeiro, com o fim da Guerra Civil em 1865 e a migração de ex-combatentes e de pessoas libertas da escravidão no país para o oeste dos Estados Unidos em busca de emprego e terras;²⁴⁶ Segundo, com a crise econômica provocada pela deflação que atingiu o Ocidente entre meados dos anos de 1870 e 1890. Por isso, esse período de cerca de vinte anos foi marcado por uma série de leis e tratados que buscaram limitar a migração chinesa ao país, ainda que reforçado por questões raciais sob auspícios econômicos e eleitorais.

Todavia, houve outro fator que não pode ser negligenciado quanto ao tratamento dos chineses: a herança de séculos de escravidão e de políticas segregacionistas. O Ato Anti-Coolie da Califórnia, por exemplo, foi de 1862, plena Guerra Civil, quando a escravidão ainda não havia sido abolida pelo Presidente Lincoln no território da União (1863) e no país (1865). Em 1903, por exemplo, o intelectual chinês Liang Qichao 梁启超 (1873-1929) visitou Nova York e escreveu, em uma de suas observações, que: “Os americanos têm uma forma de punição não oficial conhecida como ‘linchamento’ com a qual tratam os negros. Tal fenômeno é inimaginável entre os países civilizados.”²⁴⁷ Diga-se de passagem que o estado de Nova York, sob o modelo federalista americano, foi um dos primeiros a abolir a escravidão, tendo-a feito antes da Guerra Civil. Portanto, além da dimensão de classe, e também associada a ela, havia o racismo sistematizado.

Charles Denby interpretou a recusa da China em aceitar o tratado de 1888 sobre proibição da imigração de trabalhadores chineses como uma falha diplomática do império Qing.²⁴⁸ Os americanos decidiram então resolver a situação de forma unilateral passando primeiro pelo Congresso e depois por tratado. A lei anti-imigração de 1892 foi promulgada no lugar da de 1888, mais branda, e tornada tratado em 1894. Foi escrita como revisão à Lei de Exclusão de Chineses de 1882, como comumente ocorria com os tratados, uma vez que precisavam ser revistos a cada dez anos. Ela foi enviada pelo Secretário de Estado a Charles Denby, em Beijing, e ao

²⁴⁵ BROWN, Arthur Judson. **Memoirs of a Centenarian**. Op. cit., p. 9.

²⁴⁶ POMFRET, John. **The Beautiful Country and the Middle Kingdom: America and China, 1776 to the Present**. Nova York: Henry Holt and Company, 2016, p. 73.

²⁴⁷ Liang Qichao, *The Power and Threat of America*, 1903, citado em ARKUSH, R. David & LEE, Leo O (Eds.) **Land Without Ghosts: Chinese Impressions of America from the Mid-Nineteenth Century to the Present**, pp. 90-91.

²⁴⁸ DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 2. Op. cit., pp. 99-100.

embaixador chinês em Washington, e no Artigo III do documento consta o seguinte: “As provisões desta convenção não devem afetar o direito no momento desfrutado pelos súditos chineses, sendo oficiais, professores, estudantes, mercadores ou viajantes por curiosidade ou prazer, *mas não trabalhadores*, de vir aos Estados Unidos e residir aqui.”²⁴⁹ É importante ressaltar ainda que o decênio de 1890 foi quando a Suprema Corte dos Estados Unidos aprovou a constitucionalidade da segregação “racial”, iniciando um *apartheid* oficial no país que ficou conhecido pela doutrina jurídica “*separate but equal*” (“separados, mas iguais”).²⁵⁰ Ainda que o tratado devesse ser revisto pelos dois países depois de dez anos, em 1904 a proibição de trabalhadores chineses foi estendida indefinidamente de forma unilateral, constituindo uma nova quebra à convenção de tratados com a China.²⁵¹

Quanto a isso, é preciso ter em mente que, até ao menos a Guerra Sino-Japonesa de 1895 (já que o tratado francês de 1885 não foi tão danoso em comparação), tendo em vista o Movimento de Autofortalecimento sob auspício de grandes oficiais, o governo imperial buscou ter cuidado com a armadilha da assinatura de tratados, na tentativa de impedir que a China fosse colocada em desvantagem. Dessa forma, buscava-se recusar cláusulas novas que fossem prejudiciais ao país, ao mesmo tempo em que tentavam impedir que tal recusa fosse deslegitimada, tendo em vista que os tratados anteriores continuavam sendo respeitados dentro dos preceitos das leis internacionais do Ocidente. Isso foi importante porque o descumprimento de tratados foi utilizado por diversos observadores ocidentais como exemplo de que cláusulas como a da extraterritorialidade deveriam ser mantidas, pois a China não demonstrava estar preparada para entrar no teatro das nações, visto que não honrava sua assinatura. Se, por outro lado, alguma potência estrangeira decidisse unilateralmente uma questão que outrora deveria ser negociada por tratado, isso, em tese, deslegitimaria o estrangeiro e daria mais força ao argumento chinês.²⁵² Entre outras palavras, a dinastia manteria a “face” (面子 *miànzi*), concepção que chega

²⁴⁹ U.S. DEPARTMENT OF STATE. Office of the Historian, Bureau of Public Affairs. **Papers Relating to the Foreign Relations of the United States, 1894**. Op. cit., Documento 123, Inclosure No. 925. Agosto de 1894. Grifo meu.

²⁵⁰ Segundo Nicholas Clifford, Mary Gaunt acreditava na “separação das raças” e chegou a ficar horrorizada com um casal de uma mulher branca e um homem “oriental”. CLIFFORD, Nicholas. **“A Truthful Impression of the Country”**. Op. cit., p. 71.

²⁵¹ POMFRET, John. **The Beautiful Country and the Middle Kingdom**. Op. cit., p.83.

²⁵² O mesmo foi feito com o Japão na Guerra Sino-Japonesa de 1894. A 1º de agosto de 1894 (data que foi declarada a guerra), o seguinte trecho foi publicado no boletim oficial do governo, *Gazeta da Capital* (京報 *jīngbào*): “Já que aquele Reino (Japão) desprezou os tratados e violou o direito internacional; como tem publicado suas intenções funestas; e como está buscando intencionalmente uma política astuciosa, e começou ele próprio as hostilidades, o amor à justiça de todos deve condenar a ação do Japão. Portanto, nós especialmente denunciaremos a conduta do Japão

próximo de nossa ideia de honra e status, e o estrangeiro a perderia, legitimando a dinastia para sua própria população (mais relevante do que para fora) e descredibilizando o estrangeiro. O desrespeito americano ao tratar a questão unilateralmente foi, portanto, uma desonra à convenção e conseqüentemente representou, por parte dos Estados Unidos, uma perda de face (丢面子 *diūmiànzi*). Isso legitimou diversas formas de resistência, como a realização de boicotes contra produtos americanos, cada vez mais comuns no século XX.

Arthur J. Brown, o missionário presbiteriano americano, escreveu um pouco sobre essa questão. Suas ponderações, ainda que marcadamente eurocêntricas, especialmente ao que concerne a relação do cristianismo com a modernidade, foram, no entanto, bem críticas ao tratamento dado pelas potências ocidentais à China. Aliás, praticamente todos os autores criticaram, em alguma instância, a ganância e a violência das potências estrangeiras – o missionário culpava o diplomata, diplomata culpava o capitalista, e assim por diante. Arthur J. Brown, no entanto, foi um crítico também da política de exclusão de mão de obra chinesa pelos EUA, algo geralmente ora endossado, ora ignorado.

“Mas a América está longe de ser amada, pois os chineses estão muito irritados pelo mal tratamento de seus conterrâneos nos Estados Unidos. A Lei de Exclusão tem sido imposta de uma [tal] forma que o Governo Americano não toleraria caso a China fosse adotá-la contra americanos. Danos à vida e propriedade dos chineses nos Estados Unidos são mais comuns do que danos a americanos na China, e os chineses recebem menos reparações.”²⁵³

Sabia-se, certamente, as estatísticas do número de estrangeiros mortos na China e do número de chineses mortos nos EUA, em ambos os casos com conivência do aparato estatal (por negligência à assistência, por exemplo). O caso chinês diferia na medida em que o prejuízo de um estrangeiro poderia levar a indenizações ou até provocação de guerra (e quantas ‘Chinatowns’ não foram queimadas sem reparação?). Foi assim, por exemplo, que os alemães adquiriram para si a cidade de Qingdao como concessão em 1898, como indenização pela morte de alguns missionários radicais no ano anterior. Ainda que essa disparidade nas relações de poder entre chineses e ocidentais como pessoas e como instituições fosse certamente visível, isso não

a todas as nações sob o céu, para que saibam que nossa Corte agiu, a todo momento, com base nos princípios da estrita benevolência e justiça; que nós os esgotamos; que os anões [倭人 *wōrén*, forma depreciativa de se referir aos japoneses], por sua própria vontade, quebraram a boa fé e iniciaram hostilidades; e que sua irracionalidade foi extrema, em conseqüência da qual não podemos mais exercer tolerância.” HARRIS, Lane J. **The Peking Gazette: A Reader in Nineteenth-Century Chinese History**. Leiden & Boston: Brill, 2018, p. 270.

²⁵³ BROWN, Arthur J. **The Chinese Revolution**. Op. cit., pp. 58-59.”

impediu alguém como Charles Denby de misturar a ideia de Perigo Amarelo à de migração chinesa e luta pela sobrevivência:

“Instruído pela experiência, talvez seja seguro prever que o povo americano não mais se contentará com estatutos sobre os quais se possa dizer que nenhum súdito chinês, exceto trabalhadores, estão excluídos. Eles não irão abrir bem a porta para boxers, comerciantes, mendigos – todas as classes, de fato, – que não [necessariamente] façam trabalho manual. A luta é racial, ao invés de uma guerra contra uma [única] classe. Certamente não se largará aberto este país, ou suas dependências, a todas as classes exceto a trabalhadora. Poucos homens neste país [...] acreditam que essa imigração é desejável. É geralmente concedido que ela é uma ameaça permanente a nossa civilização.”²⁵⁴

Para Charles Denby, portanto, apenas a exclusão total de chineses serviria para os Estados Unidos. Eles eram competitivos, industriais e trabalhavam duro, com aspectos negativos associados a essas três questões, como corrupção, falta de técnica moderna e o hábito com a miséria, que simplesmente tornavam o chinês uma ameaça aos trabalhadores americanos (isto é, os “brancos”).²⁵⁵ Uma contradição total, pode-se dizer, com os preceitos de uma economia liberal e de uma república livre, onde, para parafrasear o Tratado de Burlingame assinado entre China e EUA em 1863, dever-se-ia supostamente levar em consideração o direito inalienável que uma pessoa tem de se mudar de casa ou de fidelidade nacional.²⁵⁶ A Austrália, por sua vez, fez justamente o que Charles Denby desejou. Wu Tingfang, então antigo diplomata do Grande Qing, tratou sobre essa questão em 1914:

“As leis de imigração em força na Austrália são, informaram-me, ainda mais estritas e mais severas do que as dos Estados Unidos. Elas chegam à proibição quase total; pois se direcionam não apenas contra os trabalhadores chineses, mas

²⁵⁴ DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 2. Op. cit., p. 107. Percebe-se como novamente o boxer aparece como um grupo distinto, separado do coolie e, no entanto, como a representação de um coolie violento e supersticioso.

²⁵⁵ É importante ressaltar que Charles Denby inverteu essas qualidades e esses vícios quando a análise mudou dos EUA para a China. Quando falava dos boxers, ele escreveu que, na China, o trabalhador estrangeiro não era extorquido (*squeeze*) e nem trabalhava sob opressão de seus superiores, de forma que os chineses, por conviver com esses problemas, não conseguiam competir com ele. Ele ressaltou isso como uma das causas da raiva que os chineses tinham dos estrangeiros e que os levou ao Movimento Boxer. DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 2. Op. cit., p. 167.

²⁵⁶ GOWEN, Herbert Henry. **An Outline History of China**. Part II: From the Manchu Conquest to the Recognition of the Republic, A. D. 1913. Boston: Sherman, French & Company, 1913, p. 137. O período de Burlingame é comumente conhecido pelos ocidentais da época como marcado por uma “política cooperação”, geralmente usada como contraposição à “política de agressão” de finais do século XIX em diante. Na prática, ainda que a agressividade estrangeira tenha aumentado com decorrer do século, a cooperação parece ter ocorrido mais entre os estrangeiros do que com a China. No entanto, esse tratado foi assinado em uma época onde a migração chinesa não foi tão violentamente combatida nos EUA como nos anos 1870.

são operadas de tal forma que o mercador e o estudante chinês também têm sua admissão praticamente recusada.”²⁵⁷

Nesse sentido, é importante dizer que a ideia de que a China precisaria ser aberta para se tornar mais elevada não foi vista como inversamente proporcional, ou sequer contraditória, ao fechamento do Ocidente à China. Em épocas de crise econômica principalmente, houve um protecionismo industrial para dentro e uma retórica do liberalismo econômico para fora que não pode ser desassociada do processo de expansão colonial. Todavia, a China e os chineses foram ameaçadores também em outro aspecto, muito comentado, por sinal, que era o do perigo da terra, da violência, do risco de rebelião, da ansiedade com a qual viviam os estrangeiros que habitavam o País Celestial.

3.3 Chinês dócil, chinês demoníaco

No começo deste capítulo, foi evocado como a percepção sobre o outro é moldada por uma série de fatores, como imagens preconcebidas, o próprio imaginário, visões de mundo e experiências diretas ou relacionadas indiretamente a esse outro. O contato em moldes coloniais desde a partida do Ocidente em navios ou na alfândega de estações ferroviárias é um desses marcos que influenciaram a imagem formada sobre a China antes mesmo de se colocar os pés no país. Outras eventualidades poderiam influenciar, como a associação de uma experiência negativa anterior a todo o país.

Em relação à violência, houve uma contradição entre o que no Quadro 3 pode ser definido como os polos entre um povo pacífico/tolerante/gentil e um povo que poderia se tornar selvagem/como demônios. Este, ademais, foi um termo muito utilizado. Charles Denby, por exemplo, quando falava das atividades de lazer dos estrangeiros, mencionou passar o verão nos Oito Grandes Locais (八大处 *bādàchǔ*), uma série de templos em colinas próximas à capital. Quanto à população amigável da região, ele refletiu sobre o Massacre de Tianjin de 1870: “O povo era amigável. [...] É triste refletir que chegou a hora em que esse povo do campo quieto e bondoso virasse um demônio.”²⁵⁸ Nas Legações Estrangeiras, Mary Gaunt pôde escutar receios similares dos estrangeiros com quem interagiu. Um deles lhe disse que viver na China era:

²⁵⁷ WU TINGFANG. *America: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat*. Traduzido por Alan R. Light. The Project Gutenberg E-Book, [1914] 1996, s.p., Chapter 12: American versus Chinese Civilization (Continued).

²⁵⁸ DENBY, Charles. *China and Her People*. Volume 1. Op. cit., p. 44.

“Como viver em um vulcão [...]. Não, eu nunca irei esquecer o transtorno dos boxers. É o tipo de coisa que fica marcado na sua mente como ferro quente. Fazer isso de novo? É claro que eles vão. Um povo dócil, eu lhe garanto, mas são demônios quando provocados. Eles são emocionais, sabe, esses franceses do Extremo Oriente, e quando eles se deixam levar—’ Ele pausou, e eu percebi que ele os havia visto se deixarem levar e nenhuma palavra conseguiria descrever tal horror. ‘Eu deixaria minha esposa e as crianças em um dos *hu t’ungs* [胡同 *hútòng*] de Pequim [Beijing]? Deixaria? Como eles iriam escapar quando a confusão começasse?’”²⁵⁹

O livro de Mary Gaunt é repleto de descrições de violência, mutilação e humilhação contra estrangeiros ou cristãos, muitas das quais relatos de pessoas com quem conversou no espaço das legações. Seus exemplos variaram desde os boxers até grupos de bandidos, como o caso dos apuros de um grupo de estrangeiros no Shaanxi que fugiu de bandos da Sociedade dos Irmãos Mais Velhos (哥老会 *gēlǎohuì*), na época da revolução em 1911. Ela própria desistiu de retornar à Europa pelo interior do Xinjiang, na antiga Rota da Seda, pois precisaria passar pela mesma província onde havia se alastrado a Rebelião de Bai Lang 白朗.²⁶⁰ Não à toa, o medo da violência permeava esses escritos, particularmente pela quase simultaneidade entre rebeliões na China e nas colônias europeias. A possibilidade de eclodir um movimento xenófobo gerava a ansiedade ao que Jeffrey Dupée chamou de “ameaça dissimulada”.²⁶¹

Protestos contra estrangeiros poderiam ocorrer também em outros contextos, como crises ecológicas (secas e enchentes, principalmente). Anos que precederam grandes rebeliões foram geralmente anos de agricultura arruinada e canais fluviais inutilizados, como ocorreu com os boxers no Shandong. Todavia, os observadores ocidentais indicaram um fator a mais – nomeadamente, a superstição:

“Até mesmo comunidades americanas estão aptas a se tornar imprudentes em tempo de calamidade, e na China essa tendência da natureza humana foi intensificada pela superstição que levou o povo a acreditar que os deuses estavam bravos porque as tradições dos pais estavam sendo desconsideradas.”²⁶²

²⁵⁹ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 78. Um *hutong* é um beco estreito típico de Beijing.

²⁶⁰ Em livros ocidentais, Bai Lang (o líder da rebelião) foi traduzido como Lobo Branco, pois confundiram 朗 *lǎng*, claro ou brilhante, por 狼 *láng*, lobo. 白 *bái*, por sua vez, de fato significa branco. Para mais sobre o assunto, ver: HICKMAN, Bronwen. **Mary Gaunt - a biography**. Op. cit., pp. 110-111. A Sociedade dos Irmãos Mais Velhos também teve ligação com o movimento de resistência à nacionalização das ferrovias no Sichuan, que teve papel direto e indireto na Revolução de outubro de 1911.

²⁶¹ DUPÉE, Jeffrey. **British Travel Writers in China**. Op. cit., p. 274.

²⁶² BROWN, Arthur J. **The Chinese Revolution**. Op. cit., p. 128.

Para Charles Denby, não apenas os boxers, mas qualquer protesto contra estrangeiros poderia ser explicado também pela superstição.²⁶³ Guerras entre outras potências e a China poderiam repercutir em rebeliões contra estrangeiros, sem distinção de nacionalidade. Durante a Guerra Sino-Japonesa de 1895, por exemplo, os ministros da Grã-Bretanha e da Rússia deixaram a capital e todas as mulheres foram evacuadas das Legações Estrangeiras para Tianjin, pois havia o medo do confronto chegar a Beijing e o receio de que houvessem rebeliões, por parte dos chineses, contra os estrangeiros.²⁶⁴ Tais respostas violentas às frustrações provocadas pela invasão estrangeira poderiam ser explicadas também pela presença da superstição, segundo o diplomata. Já no período republicano, no entanto, Mary Gaunt descreveu a segurança que sentiu na capital, onde andou à noite e foi ao teatro: “A cada poucas jardas a polícia da Nova República [...] direciona o tráfego que é perfeitamente capaz de direcionar a si mesmo; e à noite, armados de rifles, bandos montados deles patrulham as ruas, aparentemente as ruas mais obedientes à lei no mundo.”²⁶⁵

O contraste fica claro dentro dos livros: a China poderia ser dócil e violenta, obediente e revoltada. A transformação poderia se dar de acordo com as circunstâncias, como as calamidades naturais de que mencionou Arthur J. Brown, invasões estrangeiras ou mesmo antagonismo por parte dos governantes. Para Mary Gaunt, essa contradição fazia sentido dentro de um contexto cultural maior – talvez o que o jornalista Jean Rodès chamou de “outra escala psicológica” (“*autre échelle psychologique*”).²⁶⁶

Essa questão pode ser ampliada. Arnold Toynbee, por exemplo, definiu a China como uma civilização estagnada a partir da dinastia Ming (séc. XV), onde teria havido um esgotamento da cultura ao se atingir um estado de civilização muito elevado. Isso veio nos moldes de seu mestre, Oswald Spengler, e a noção de que uma civilização no ápice não teria mais para onde evoluir e logo ficaria presa em seu próprio refinamento, fossilizada no tempo. Eis que Mary

²⁶³ DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 1. Op. cit., p. 183. É interessante notar que Denby deu exemplos de casos de superstição nos EUA para afirmar que os chineses não eram os únicos; entretanto, ele ressaltou que a diferença era que a superstição americana não afetava as questões mais importantes da vida, diferentemente do caso chinês (Idem., p.186).

²⁶⁴ LIBRARY OF CONGRESS, Madison Memorial Building, Manuscript Division. **Denby Family Papers**. Número de chamada: 0519D, Caixa 3. Cartas entre novembro e dezembro de 1894.

²⁶⁵ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 87.

²⁶⁶ RODÈS, Jean. La Transformation de La Chine. Conférence de M. Jean Rodes, rédacteur au « Temps », chargé de missions en Chine, par la Société de Géographie de Paris. (10 fev. 1909). RODÈS, Jean. et. al. **Les Questions actuelle de Politique étrangère en Asie**. Conférences organisées à la Société des anciens élèves de l'École libre des Sciences Politiques. Paris: Félix Alcan, 1910, p. 116.

Gaunt apresentou uma visão parecida, ainda que menos pormenorizada academicamente e menos trágica. Ao se questionar sobre a multidão chinesa, o andar do tráfego e as diferenças entre Beijing e Londres, a autora concluiu que os chineses eram altamente civilizados e excessivamente refinados. E como “há para as coisas chinesas dois lados”, esse refinamento que o tornava tão polido, tão submisso à ordem, quando quebrado, seria feito de forma muito violenta, como se contrapusesse ao excesso de refinamento o excesso de extravaso.

“Esse povo, mesmo as pessoas mais pobres das ruas, sofre de excesso de civilização, de um excesso de refinamento. Eles precisam do toque do primitivo selvagem [que há no europeu] para fazer o sangue vermelho correr em suas veias. Não, mas eles podem ser selvagens, tão selvagens em ocasião, a centésima ocasião onde nenhuma polícia pode pará-los, que sua crueldade é tanta que não há um homem que os conheça que não manteria um último cartucho em seu revólver para salvar a si mesmo do refinamento de sua afetuosa piedade.”²⁶⁷

Por essa razão, no Quadro 3, estes termos estavam na coluna dos neutros. Isso porque, para Mary Gaunt, ainda que a China estivesse de certa forma parada no tempo exótico que remete às épocas mais antigas da história, como a Babilônia, ela não estava fadada a permanecer estática. “A China não está morta. O espírito que concebeu e construiu essa poderosa [Grande] Muralha ainda é algo vivo.”²⁶⁸ Essa foi talvez a forma com a qual alguns estrangeiros tentaram fazer sentido do que consideravam o refinamento cultural chinês, sem, no entanto, desafiar a ideia eurocêntrica de progresso que servia como base de sua concepção do desenvolvimento histórico.

Não foram poucos os autores que identificaram, na China, uma ‘civilização como experiência histórica’. Todas as características que a definem como uma civilização na concepção ocidental estavam presentes, tais como o fenômeno urbano, a presença de uma administração burocrática e a escrita.²⁶⁹ Essa civilização foi, no entanto, como vimos, associada ao passado. Jean Rodès, por exemplo, identificou a origem da China na Caldéia antiga, por onde os chineses

²⁶⁷ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 38. É interessante como ela termina o trecho com uma ironia que remetia à tortura. A ideia do “selvagem”, nesse caso, implica que “nenhum império foi construído através de cortesia” (CLIFFORD, Nicholas. “**A Truthful Impression of the Country**.” Op. cit., p. 55.)

²⁶⁸ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 128.

²⁶⁹ O fenômeno urbano nunca deve ser esquecido, pois esteve sempre no cerne da concepção ocidental de civilizado. Já dizia Aristóteles: “Ora, o homem que não consegue viver em sociedade, ou que não necessita viver nela porque basta a si mesmo, não faz parte da Cidade; por conseguinte, deve ser uma besta ou um deus.” ARISTÓTELES. **Política**. Op. cit., Livro I, Capítulo II.

puderam ficar “[...] longe de nossas convulsões ocidentais e puderam adquirir um grau de civilização avançado bem à nossa frente.”²⁷⁰ Teorias não faltaram.

Apesar desse plano de fundo histórico, o presente era, não obstante, europeu – ou americano, a depender do observador. Assim, é possível perceber que Mary Gaunt utiliza o termo “civilização” com mais de um sentido. Há civilização como refinamento, educação e cortesia e há civilização como progresso. Na China, o primeiro caso estaria presente pela antiguidade de suas estruturas sociais e seu ‘isolamento’ até o século XIX, na visão ocidental, de forma que esse refinamento, por mais admirável, era, no entanto, associado ao passado, à antiguidade distante. Na obra de Mary Gaunt, por exemplo, os termos Babilônia, babilônico e Nínive foram utilizados como sinônimos para a China, suas cidades e seu povo.

Por esse motivo, o leitor de hoje pode se confundir ao pensar que a escritora colocou os chineses no mesmo patamar dos ocidentais, quando, na verdade, fez a distinção entre civilização moderna (europeia) e civilização antiga refinada (chinesa). Ela foi, no entanto, a que talvez mais tenha embelezado sua obra de descrições e adjetivos. Todavia, não foi a única que fez essa distinção que cabe na aplicação do termo civilização, ambígua para nós hoje, óbvia para a época. Basta voltarmos ao Quadro 3 para observarmos os termos positivos ou neutros à luz dessa questão. Nesse sentido, o refinamento seria uma armadilha, ou, se formos anacrônicos, um Super-Eu elevado ao extremo e esticado pelas Eras.²⁷¹ Seria como um sonho, um longo sono. Por essa razão, precisava a China ser aberta ao comércio e à influência ocidental para ser acordada.

A título de exemplo, o intelectual japonês Fukuzawa Yukichi, em seu *Esboço de uma Teoria da Civilização* (1875), associou a segunda etapa do desenvolvimento ao Japão da época e à China. Ele comentou sobre esse mesmo fator não como um “excesso de civilização”, como fez Mary Gaunt, mas quase o seu oposto:

“Eles sabem como cultivar o antigo, mas não como melhorá-lo. Há regras aceitas de como governar a sociedade, mas como são escravos dos costumes, não poderiam nunca formar regras no verdadeiro sentido. Isso é chamado de estágio semidesenvolvido. Ainda não é uma civilização no sentido completo.”²⁷²

²⁷⁰ RODÈS, Jean. La Transformation de La Chine. **Les Questions actuelles de Politique étrangère en Asie**. Op. cit., p. 116.

²⁷¹ O refinamento cultural, ou civilização, é o que Freud chamou de Super-Eu, um grande autocontrole regulador conformado a regras socioculturais. FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, [1930] 2011, p. 69.

²⁷² FUKUZAWA YUKICHI. **An Outline of a Theory of Civilization**. Op. cit., p. 18.

Por outro lado, sua teoria não teve um cunho mais essencialista de muitos observadores ocidentais. Afinal, se tivesse naturalizado essa característica, também estaria condenando o Japão, e esse não foi seu propósito (por mais que tenha apresentado o Japão como mais próximo de alcançar o estágio de civilização do que a China). O argumento de Mary Gaunt, por sua vez, ainda que incondizente com a realidade chinesa, serve para evidenciar uma linha similar de interpretação que foi desenvolvida no Ocidente sobre o papel da cultura em integrar e alienar o indivíduo na sociedade moderna.

Tendo isso em vista, para discernirmos como foi interpretada a realidade observada é importante ressaltar em que medida esse refinamento foi mal-entendido. O sociólogo Fei Xiaotong (1910-2005), ao concluir que a China tem uma origem marcadamente rural, caracterizou essa sociedade a partir da dicotomia entre rito (礼 *lǐ*) e lei (法律 *fǎlǜ*). Os ritos seriam a marca da sociedade rural e, por extensão, da China – especialmente na medida em que se tornaram parte intrínseca da cultura política da classe dominante, os letrados. Os ritos representam gerações de práticas culturais condensadas em uma tradição que foi ensinada como mecanismo de manutenção da ordem social. Adequar-se a essa ordem seria essencial para o bom funcionamento da sociedade: uma harmonia delicada dos componentes humanos entre si e entre o meio-ambiente – isto é, principalmente no equilíbrio necessário à produção agrícola.

Portanto, isso justificaria a prática da máxima confuciana “dominar a si próprio, revigorar os Ritos” (克己复礼 *kèjǐ fùlǐ*) e ajuda-nos a entender como ela pôde ser interpretada por alguns observadores ocidentais como excesso de refinamento, autocontrole em demasia ou submissão à ordem. Se os ritos são tão importantes para a ordem social, a quebra de seus protocolos deveria ser resolvida com seriedade e violência cujas magnitudes dependeriam do caso, para assim assegurar a continuidade do bem-estar social, ou servir de exemplo.²⁷³ Nesse sentido, não é de se surpreender que invasões estrangeiras e suas consequências desestabilizadoras em uma sociedade

²⁷³ FEI XIAOTONG. **From the Soil: The Foundations of Chinese Society.** Traduzido por Gary G. Hamilton e Wang Zheng. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, [1947] 1992, pp.74-75. A passagem 12.1 dos *Analectos* resume muito bem a importância dos ritos, onde consta: “Yan Yuan perguntou sobre a Humanidade [仁 *rén*, às vezes traduzido como benevolência]. O Mestre disse: ‘Dominar a si próprio, revigorar os Ritos: isso é Humanidade. Se um dia [as pessoas conseguirem] dominar a si próprias, [e] revigorar os Ritos, então Tudo sob o Céu [天下 *tiānxià*] retornará à Humanidade. Realizar a Humanidade cabe à própria pessoa, ou cabe aos outros?’ Yan Yuan disse: ‘Permita-me perguntar quais itens [devo seguir]’. O mestre disse: ‘Se não for como nos Ritos, não veja; se não for como nos Ritos, não ouça; se não for como nos Ritos, não fale; se não for como nos Ritos, não aja’. [...]’” CONFÚCIO. **Os Analectos.** Tradução, comentários e notas de Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 354. Fei Xiaotong também comenta sobre a relação complementar que é feita entre as noções de 仁 *rén* e 天下 *tiānxià*. FEI XIAOTONG. **From the Soil.** Op. cit., pp. 75-76.

cujas pressões internas já estouravam fossem causar movimentos de mobilização popular extremamente violentos. Por isso, “O fato de que uma sociedade é dominada por uma etiqueta estabelecida por rituais não significa que seu povo é gentil e refinado.”²⁷⁴

Poucas vezes, no entanto, encontra-se nos livros da época o termo “ritual” para se referir a essa característica chinesa, sendo preferido, muitas vezes, o termo “cerimônia” ou “etiqueta”. Seria interessante entender por quê, ou a partir de que momento o termo ritual se tornou o padrão para traduzir 礼 *lǐ*. Para o que nos interessa, James Legge (1815-1897), em sua tradução dos clássicos chineses, utilizou o termo “decoro” (*propriety*) ao invés de “ritual”, traduzindo a passagem supracitada da seguinte forma: “subjugar a si mesmo e retornar ao decoro”.²⁷⁵ De fato, o termo chinês pode ser traduzido de diversas formas, sendo, portanto, bastante complexo, pois ele tem um pouco do sentido de cada um desses termos. Isso pode confundir o estudioso, já que traduzir a palavra não é traduzir o contexto da realidade chinesa que lhe dá sentido. Palavras similares, significados nem tanto.

Ademais, talvez até por essa razão, apesar de sua erudição, o missionário escocês James Legge teve uma interpretação que perpassou antes pelas lentes do cristianismo quando escreveu, acerca dessa passagem, que “Em todas essas declarações, há um reconhecimento do fato – a condição moralmente anormal da natureza humana – subjacente à doutrina cristã do pecado original.”²⁷⁶ Aos ocidentais de língua inglesa que leram os clássicos confucianos, ou que aprenderam sobre cultura chinesa para fins profissionais com professores que os leram, a tradução mais reputada foi justamente a de James Legge. Viajantes como Mary Gaunt, por sua vez, não se debruçavam sobre tais obras, podendo ter tirado seus adjetivos tanto da interpretação pessoal como da maneira com que outros estrangeiros descreviam essa particularidade chinesa. Afinal, como vimos, a interação internacional era grande nas pequenas comunidades ocidentais na China.

Gu Hongming 辜鸿铭 (1857-1928), ao tratar de James Legge, através do qual falou sobre todos os ‘especialistas da China’, disse que ele não foi capaz de compreender os clássicos em sua totalidade. Isso porque, em parte, além de ter uma ausência do conhecimento da cultura chinesa para tornar inteligível aquilo que a língua não é capaz de identificar, o Ocidente costuma separar

²⁷⁴ FEI XIAOTONG. *From the Soil*. Op. cit., p. 96.

²⁷⁵ LEGGE, James (Org.) *The four books: Confucian analects, the great learning, the doctrine of the mean, and the works of Mencius*. China: The Commercial Press, s.d. [1ª Ed. em 1861], p. 155.

²⁷⁶ LEGGE, James (Org.) *The four books*. Op. cit., Nota de rodapé da página 156.

campos do conhecimento que a China considerava associados. Logo, sobre a questão da tradução de termos chineses essenciais, Gu Hongming escreveu que: “Agora, quando viemos a tomar essas palavras em inglês juntas ao contexto, sentimos que não são adequadas: elas não conotam todas as ideias que as palavras chinesas contêm.”²⁷⁷

Devemos ter em mente, portanto, essas dificuldades que os observadores enfrentaram ao traduzir a cultura chinesa, ampliadas pelo eurocentrismo que impede, por si só, uma aproximação com o outro. O caso de James Legge foi um pouco diferente dos tradutores posteriores, visto que nos primeiros anos em que esteve lá, antes da vitória inglesa na Guerra do Ópio, o ensino da língua chinesa a estrangeiros era proibido pelo Estado Qing sob penas severas. Entretanto, como vimos, também no campo psicológico as relações de poder definem fronteiras quase intransponíveis, muitas vezes previamente fabricadas, que atrapalham a tradução de textos, da cultura e da realidade.

Assim, foi abordado nesses primeiros capítulos como o estrangeiro ocidental entrou em contato com a China: os coolies do navio, as experiências de viagem, os relatos de seus conterrâneos, as descrições físicas das localidades e do povo chinês e as dificuldades de compreender particularidades culturais. A partir disso, é possível perceber que houve uma aparente contradição entre o preconcebido e o observado, o imaginário e o “real”; como essa contradição veio parar na obra escrita; e como ela só pode ser compreendida dentro do contexto do pensamento eurocêntrico essencialista. Tendo isso em mente, podemos nos perguntar como foi narrado, concebido e entendido o fim do império Qing e a instalação da República em 1912, já que o evento se encaixou como um ponto evolutivo (isto é, partindo de “absolutismo” para república) na progressão linear do desenvolvimento da história. Algo foi alterado, na percepção ocidental sobre a China? O que foi mantido, agora que supostamente a China teria “acordado”? Esse é o tema do próximo capítulo.

²⁷⁷ KU HUNG-MING. *The Spirit of the Chinese People*. With an Essay on “The War and the Way out”. Beijing: Peking Daily News, 1915, p. 140. A parte sobre James Legge foi escrita em 1884 (idem., pp. 134-135).

4 AS MUTAÇÕES DO CELESTE IMPÉRIO: OS PROCESSOS QUE LEVARAM À QUEDA DO IMPÉRIO SEGUNDO OS OBSERVADORES OCIDENTAIS

“Para poder julgar as manifestações políticas da China seria preciso então estudar o chinês como tal, em seu meio.” – Jean Rodès

“A divisão é logicamente suficiente de ser esperada, mas acontecimentos na China durante a última década não têm mostrado muito respeito à lógica Ocidental.” – The New York Times, 01/01/1912

“Desde os problemas de 1900, o pulso da China aumentou em vigor, sem o calor da febre, para uma ação saudável que a força a entrar em campos outrora desconhecidos.” – Sarah Pike Conger

“Uma forma surpreendente da revolução actual, é essa proclamação da Republica chinesa. [...] O tempo marchou para os chineses, ao que parece, e marchou bem depressa.” – Diário de Pernambuco, 05/02/1912

No começo do século XX, muitos dos livros que foram escritos sobre a China giraram em torno duas questões: a primeira, o Movimento Boxer e suas consequências, com grande repercussão na imprensa estrangeira, e a segunda, a revolução republicana de 1911. Dentro de uma visão teleológica da história, era esperado que algo fosse acontecer na China que derrubasse a dinastia reinante ou reduzisse drasticamente o seu poder, pois a família imperial não era de origem chinesa, o que ia de encontro ao modelo de Estado-nação moderno (etnia-cultura-estado). Outra razão é porque era vista como autocrática e, portanto, não representativa dos interesses públicos, enquanto, por sua vez, as nações modernas se apresentavam como governos representativos, independentemente do sistema político adotado. No entanto, não necessariamente se esperava o republicanismo. Afinal, senão talvez aos americanos, o republicanismo não foi necessariamente associado a uma fase final da evolução histórica, até porque, à exceção da França e da Suíça, boa parte da Europa era composta por monarquias parlamentares, sendo as repúblicas mais presentes na América Latina e esta, por sua vez, majoritariamente em posição subalterna no sistema mundo ocidental.

Parece contraditório imaginar que era esperado um certo progresso, se lembrarmos que muitos foram os autores que descreveram a China como um império antigo, babilônico ou

estagnado. Que ela estava em outra escala temporal isso parece ter sido quase unânime aos observadores – ainda que não necessariamente essa classificação tenha adquirido características totalmente negativas –, porém uma série de eventos fez com que fosse lançada a ideia de que essa China estagnada, presa em sono profundo, havia finalmente acordado. Dois desses eventos foram a Guerra Sino-Japonesa de 1894 e o Movimento Boxer de 1900, mas especialmente este segundo, onde diversas interpretações diferentes foram feitas pelos mais variados observadores, ainda que a conclusão da China acordada tenha sido a mesma. Relembrar esses eventos é importante, pois, como escreveu o missionário e orientalista inglês da Universidade de Washington, Herbert H. Gowen:

“Há algumas coisas que são tão universalmente antecipadas que quando elas de fato acontecem, pegam todos de surpresa. Foi o que aconteceu em relação à Revolução Chinesa. Cada jornal, cada missionário, cada diplomata, a predisse de tempos em tempos. Ainda assim, quando a insurreição veio em setembro, 1911, a exclamação nos lábios de todos foi: ‘Quão súbito!’”²⁷⁸

Aqui, portanto, a percepção estrangeira sobre a Revolução de 1911 ou, mais precisamente, sobre a queda do império assume uma perspectiva maior do que o movimento republicano que levou à abdicação da família imperial, pois enxerga um processo que começou em finais do século XIX e foi sendo construído até a proclamação da República em 1912. Certamente aos observadores, especialmente àqueles que escreveram após a abdicação, era nessa direção que a China vinha trilhando. E, de fato, é preciso dizer, a periodização também faz sentido se observada do ponto de vista chinês, visto que a guerra de 1894 foi a gênese do movimento republicano e de uma série de propostas reformistas que marcaram os anos aqui delimitados, entre 1901 e 1912.

4.1 Antecedentes importantes no imaginário ocidental

No começo de 1894 as tensões entre China e Japão vinham crescendo. Pode-se dizer que o problema começara desde muito antes, às incursões ocidentais na Península Coreana e à incapacidade da Coreia (dinastia Joseon) de responder à altura. O problema pode também ser traçado desde as ambições japonesas em anexar o território, algo desejado já no começo dos anos 1870 e desde então com fricções entre chineses e japoneses. A Coreia era um dos últimos suportes, senão o único, que o Grande Qing ainda tinha no Leste Asiático, cercado como estava

²⁷⁸ GOWEN, Herbert Henry. **An Outline History of China**. Part II. Op. cit., p. 183. A insurreição na verdade teve início em outubro.

pelos russos ao norte e as colônias europeias ao seu redor. A localização da península foi outro fator de importância, pois servia como um Estado-tampão que poderia auxiliar a Manchúria, berço da família imperial, contra incursões militares estrangeiras na região. Tendo isso em vista, o império Qing se considerou soberano sobre o território da Coreia, ainda que não o governasse formalmente e que esta tivesse o direito de assinar tratados.²⁷⁹

A Coreia tinha importância também para o Japão, por iguais motivos. Havia o interesse de expansão do império, de fato, mas também o de garantir que nenhuma potência usaria a posição estratégica da península coreana para ameaçar ou invadir o arquipélago japonês. Neste caso, a Rússia seria a maior ameaça, pois suas pretensões na região eram conhecidas, vide a construção da Transiberiana que precisaria desembocar em algum mar descongelado. Com o controle de pontos estratégicos da Coreia, a Rússia poderia facilmente isolar toda costa oeste japonesa e virtualmente dominar o tráfego naqueles mares. Da mesma forma, com o controle da Coreia os japoneses teriam não apenas sua costa mais protegida, mas seus interesses na China seriam mais facilmente defendidos – ou melhor, impostos – e as pretensões russas seriam melhor combatidas.

De início, não se sabia quem venceria. A China vinha passando, desde a derrota para a França em 1885, por uma renovação do processo de fortalecimento militar com construção de ferrovias, formação de tropas e oficiais do exército em moldes europeus, aquisição de equipamentos de ponta (como artilharia e munições Krupp) e criação de uma forte marinha de guerra. Estas tinham alguns focos, mas principalmente ao norte, com Li Hongzhang, e ao sul, com Zhang Zhidong, dois grandes reformadores e generais experientes. O Japão, por sua vez, passou quase intocado pela maré de guerras civis e invasões estrangeiras que assolou o século XIX chinês e teve um processo similar de fortalecimento de suas bases militares desde 1868.

É importante ressaltar isso, pois, ainda que os observadores aqui analisados tenham escrito em um período posterior, em nenhum momento mencionaram esse processo de investimento técnico chinês como exemplo de uma China que se moderniza, um claro contraste com relação ao que foi dito sobre o Japão. O conflito foi oficialmente declarado a 1º de agosto de 1894 e o resultado final foi uma catástrofe para a China (ver Mapa 9).

²⁷⁹ A assinatura de tratados por parte da Coreia, permitida pela China, deve ser vista não como meramente uma ação imposta aos dois impérios, mas como uma reação a nível do jogo diplomático que a China estava encabeçando com os grandes estadistas do Movimento de Autofortalecimento. Como foi explicado no capítulo anterior, a assinatura e o respeito aos tratados foram usados como ferramentas de negociação para impedir intervenções militares e garantir que, na revisão dos tratados, a China – ou Coreia, nesse caso – conseguisse rever cláusulas negativas e acrescentar cláusulas positivas, invertendo a balança de interesses e garantindo uma saída mais afortunada da situação.

Mapa 9. Linhas de Ataque Japonesas na Guerra de 1894-5²⁸⁰



O diplomata americano que intermediou o começo da negociação de paz entre os dois países, Charles H. Denby, também decano do corpo diplomático estrangeiro, escreveu à sua esposa sobre a situação:

“É claro que os membros do Yamen se viram para mim como último recurso. Suas maneiras e condutas são lamentáveis. Não sabem nada sobre guerra. Eles não têm generais. Muitas de suas tropas estão armadas de arco e flecha. Uma imensa corrupção persevera sobre cada pessoa e cada coisa. Suas bombas são feitas de lama. Todo oficial rouba pior do que nunca. É o desastre de zola [*La Débâcle*, obra de Émile Zola, 1892], mas pior. A dinastia está perto de seu fim e o Império está desmoronando.”²⁸¹

²⁸⁰ DOWER, John. **MIT Visualizing Culture**. Throwing Off Asia II: Woodblock Prints of the Sino-Japanese War (1894-1895). Disponível em: https://visualizingcultures.mit.edu/throwing_off_asia_02/toa_essay01.html

²⁸¹ *La Débâcle* é uma obra literária que se passa na Guerra Franco-Prussiana de 1870, que pôs fim ao Império Francês de Napoleão III. Há ambiguidade quanto à tradução da palavra inglesa “shell”, pois pode significar armadura ou couraça, mas em questões militares é muito comum se referir a bombas de artilharia como “shell”,

As razões para a derrota são muitas e complexas. Uma das principais é que a guerra foi administrada pelo império Qing, a contragosto da corte, não do ponto de vista de um conflito nacional, mas de um conflito de fronteira provincial. Apenas o exército e a frota do norte, inicialmente formados pelo Governador-Geral de Zhili, Li Hongzhang, participaram do confronto – até porque eram os governadores-gerais que comandavam as forças militares e eles muitas vezes driblavam as ordens da corte para benefício próprio. Isso, é claro, abasteceu a ideia de que os chineses não eram um povo belicoso e muito menos patrióticos, duas características relacionadas a subserviência e falta de caráter nacional, respectivamente.

Dez anos depois, o autor voltou a escrever sobre isso: “A fraqueza da defesa chinesa, no entanto, é que não é difícil separar o povo de sua fidelidade à bandeira e [nem é difícil] empregá-los em expedições contra seu próprio governo. A China, de fato, não pode ser considerada como uma nação do mesmo sentido que são as nações do Ocidente.”²⁸² A distinção estabelecia a interação entre a China e os demais países como uma relação desigual e de subalternidade. O Tratado de Shimonoseki foi acordado entre Li Hongzhang, Itō Hirobumi, e outros, em março de 1895 e foi assinado e ratificado em 17 de abril, pondo fim à guerra.²⁸³

Ainda que o império Qing tenha conseguido se utilizar da diplomacia para levar a guerra ao fim e manter a dinastia no poder, a derrota para o Japão teve consequências políticas devastadoras. Outrora visto como um país a ser respeitado por seu processo de fortalecimento bélico e desenvolvimento de sua infraestrutura, somados à grande população que poderia ser mobilizada (apesar de, no entanto, não ter sido considerado como “em modernização”), a China passou a ser vista como um país vulnerável, incapaz de se defender e à espera dos abutres. Os benefícios adquiridos pelo Japão através de tratado, como o direito de construir indústrias na

então essa foi a tradução escolhida. LIBRARY OF CONGRESS, Madison Memorial Building, Manuscript Division. **Denby Family Papers**. Número de chamada: 0519D, Caixa 6, Pasta 3. Carta de Charles H. Denby a sua esposa Martha F. Denby, Pequim, 2 de novembro de 1894.

²⁸² DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 2. Op. cit., p. 17.

²⁸³ É interessante notar que Liu Kunyi, general experiente, recomendou à corte que não aceitasse os termos japoneses e que estendesse o conflito até a exaustão do inimigo. Publicado na *Gazeta da Capital* a 26 de abril de 1895. HARRIS, Lane J. **The Peking Gazette**. Op. cit., pp. 277-278. Charles Denby descreveu uma proposta similar em uma carta à esposa: “Convenço-me, portanto, que é melhor para a China fazer a paz, ainda que grandes sacrifícios sejam demandados dela. Se eu fosse um chinês eu teria, talvez, uma visão diferente. Eu aconselharia guerra [?], uma repetição do tratamento da Rússia a Napoleão - queimar todas as cidades e arruinar todas as províncias, e uma tática de guerrilha até o fim [...]” LIBRARY OF CONGRESS, Madison Memorial Building, Manuscript Division. **Denby Family Papers**. Número de chamada: 0519D, Caixa 6, Pasta 3. Carta de Charles H. Denby a sua esposa Martha F. Denby. Beijing, 4 de dezembro de 1894. A decisão de acatar aos termos foi vista como exemplo de não-patriotismo, na medida em que foi interpretado como a dinastia manchu se colocando acima dos interesses nacionais chineses.

China, foram repassados às demais potências pela cláusula da nação mais favorecida e o cerco econômico e militar dos países estrangeiros contra o império Qing só fez aumentar.

Figura 4. “O Triunfo da Civilização!” (1894)²⁸⁴



O Japão passou também a ser visto como um modelo oriental de ocidentalização (no caso, modernização), tendo realizado o que os chineses falharam em fazer, mas servindo, não obstante,

²⁸⁴ Imagem da revista satírica britânica *Punch!* como crítica à civilização europeia fornecedora de armas para China e Japão, representados como dois dragões. A capa dessa revista tinha dois guerreiros com lança e escudo brigando, China e Japão, enquanto um europeu de terno observava escondido. Essa imagem acima faz o contraste com a capa: o espectador era um oportunista que se aproveitou para comercializar suas armas modernas. MIT Visualizing Cultures. PUNCH, August 11, 1894, p. 62. Massachusetts Institute of Technology. Acrescida de moldura. Acesso: https://visualizingcultures.mit.edu/throwing_off_asia_01/punch.html Acesso em 22/08/2019.

como referencial do que a China poderia alcançar. Isso contribuiu com a ideia de Perigo Amarelo, que se tornou popular na literatura desse período e continuaria em alta após o Movimento Boxer, retornando em outros momentos históricos como a Segunda Guerra Mundial e a vitória comunista na Guerra Civil (como Perigo Vermelho).

Charles Denby Jr., filho do diplomata supracitado, também participou das negociações durante o conflito. Em 1898, no entanto, antes da Guerra Hispano-Americana do mesmo ano, ele publicou um artigo na *The North American Review* chamado *As Oportunidades da América na Ásia*, onde refletiu sobre o conflito sino-japonês e suas consequências nas relações sino-americanas. Ele escreveu que antes da guerra o comerciante dos EUA não se interessava tanto pela China e pelo Japão, pois, para além das questões econômicas, “o próprio Oriente continuava em seu jeito monótono, desapontando toda esperança de progresso, o mesmo de ano a ano.”²⁸⁵ No entanto, na época em que escreveu, a situação já havia mudado e os produtos americanos conseguiam encontrar espaço no mercado sino-japonês. A razão foi a seguinte:

A guerra de 1894-95 entre essas duas potências foi o mais momentoso evento na história do Oriente. Ela fez mais para assustar, mais para desenvolver a China do que qualquer [outra] experiência em seu passado. Nenhuma vitória de uma potência europeia poderia ter tido tanto efeito sobre ela. Foi preciso o triunfo de um rival detestável e insignificante para trazer ao conhecimento aos estadistas chineses a fraqueza mortal de seu conservadorismo. Essa guerra fez mais para abrir esse vasto campo ao comércio e civilização ocidentais do que quinhentos anos de comércio estrangeiro e cem anos de ensinamento missionário. O efeito fora sentido instantaneamente. O país parece ter saltado para a vida. Linhas ferroviárias estão em construção, o começo de vastos sistemas contemplados. Minas estão sendo abertas, novos portos estabelecidos, novas linhas de comércio desenvolvidas. Escolas para o ensino de inglês e de ciências ocidentais estão sendo fundadas [...]. A China olha para o Ocidente para apreender a fonte de uma força que ela tem há muito forçado desprezar.²⁸⁶

Tantas são as questões nesse único parágrafo que temos que analisa-las separadamente. A primeira que podemos observar é que o desenvolvimento advinha da “abertura” da China. De fato, muito foi dito sobre a dicotomia entre China aberta e China fechada – um discurso que, não obstante, aparece ainda hoje e especialmente para tratar do governo de Mao Zedong. Foi o argumento utilizado, por exemplo, para legitimar as Guerras do Ópio dos anos 1840 e 1850 (ainda que a droga fosse tida como uma questão ambígua, a positividade do resultado das guerras

²⁸⁵ DENBY JR., Charles. America's Opportunity in Asia. *The North American Review*, Volume 166, janeiro de 1898, p. 33.

²⁸⁶ Idem., pp. 33-34.

não), e seus tratados subsequentes. Estes, por sua vez, permitiriam a criação de concessões estrangeiras abertas ao comércio ocidental em cidades portuárias onde outrora eram proibidos e a permissão de locomoção pelo interior do império mediante passaporte. O argumento foi, como em outros casos, quase um modelo pré-fabricado, no sentido de que quando se falava de violência estrangeira, seja pela expansão militar, missionária ou comercial, seja o autor favorável ou contrário à violência que descreve, a ideia de “fechamento” e/ou “abertura” da China necessariamente aparece. Isso demarca uma dificuldade em aceitar que o tripé comércio, cristianismo e expansão nacional poderia ser visto como negativo, ainda que sua presença na China fosse forçada. Porém, nos mostra que houve críticas, ainda que sutis (ver Figura 4). Não foram poucos, como o jornalista francês Jean Rodès, que perceberam que: “Nós não tivemos outro contato com essa civilização além dos contatos de comércio ou de guerra. A China nos permaneceu fechada.”²⁸⁷

Esse desenvolvimento, permitido por uma China aberta tanto física quanto psicologicamente, segundo acreditavam os observadores, era fruto da civilização ocidental advinda dos costumes ocidentais transmitidos, por sua vez, pelo comércio e pelo cristianismo. Como no caso da citação de Charles Denby Jr., ainda poderiam ser reforçados pelo aprendizado da língua inglesa.²⁸⁸ A expansão comercial vinha crescendo desde a Guerra Sino-Japonesa (ver Gráfico 2) e aumentou exponencialmente após os boxers: foi estimado que havia cerca de 552 firmas estrangeiras e 9.350 residentes estrangeiros em 1894, saltando para 1.006 firmas e 16.881 residentes em 1900.²⁸⁹ Logo, reevoca-se a consequência: “a civilização acompanha as locomotivas”²⁹⁰ ou, se invertermos, “as locomotivas acompanham a civilização”.²⁹¹

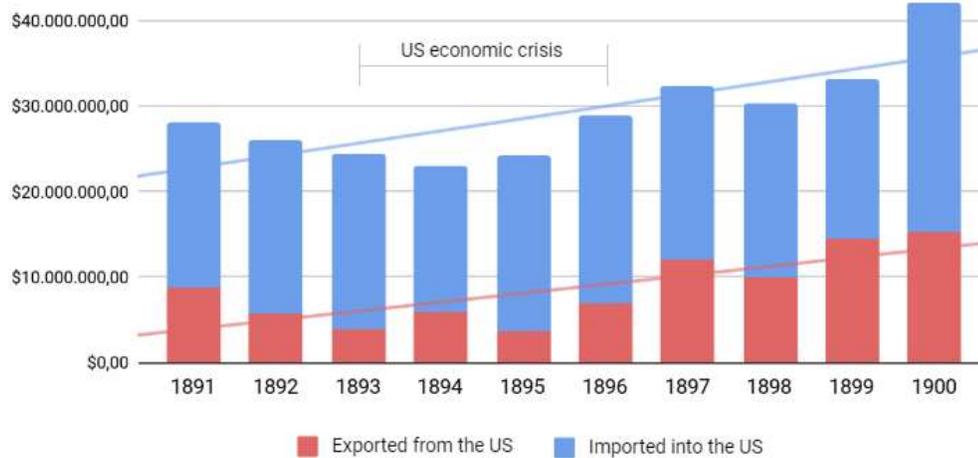
²⁸⁷ RODÈS, Jean. *La Transformation de La Chine*. RODÈS, Jean. et. al. **Les Questions actuelle de Politique étrangère en Asie**. Op. cit., p. 116.

²⁸⁸ O inglês não apenas porque o autor era americano, mas porque a presença britânica era já tão antiga e forte na China, em comparação às demais potências ocidentais, que de fato se tornou quase uma língua franca entre os estrangeiros ali presentes e nas trocas comerciais com os chineses – nesse caso, o famoso *pidgin english*, uma mistura de dialetos chineses com a pronúncia inglesa que criou, não obstante, uma série de expressões curiosas e, por vezes, faladas ainda hoje, como “*chop-chop*”. Como observou Mary Gaunt, para quem precisasse, o inglês pidgin era “a língua da China”. GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., pp. 175-176. Foi uma língua muito utilizada em Guangzhou quando o comércio ocidental era restrito àquela cidade e o ensino de chinês para estrangeiros era proibido.

²⁸⁹ Dados da alfândega chinesa em: CHESNEAUX, Jean; BASTID, Marianne; BERGÈRE, Marie-Claire. **China from the Opium Wars to the 1911 Revolution**. Nova York: Pantheon Books, 1976, p. 301.

²⁹⁰ Título de um artigo de Christine Dabat e Renata Santos. SANTOS, Renata C. Nobrega & DABAT, Christine R. “A Civilização Acompanha as Locomotivas: A implementação da rede ferroviária no Brasil e na China 1852-1912. **Leste Vermelho**: Revista de Estudos Críticos Asiáticos, Vol. 3, Nº 1, janeiro de 2017, pp. 453-509.

²⁹¹ Quase literalmente, como registrou Sarah Pike Conger: “Desde 1900, grandes mudanças tiveram lugar em Pequim [Beijing], e de muitas maneiras a cidade está se tornando estrangeirizada. Ferrovias estão indo ao interior. Uma

Gráfico 2. Comércio de mercadorias entre EUA e China nos anos 1890.²⁹²

Dessa forma, o fracasso militar dos chineses conservadores contra os japoneses modernos foi como o prelúdio do fim da “velha” China e, não obstante, talvez o sinal do surgimento de uma “nova” China. Herbert Gowen escreveu em 1913 que: “Foi nessa batalha [de Pyongyang, 15 de setembro de 1894,] que o general chinês, que subiu uma colina para direcionar a luta com seu leque, aprendeu, e o governo chinês através dele, que a velha ordem no oriente estava condenada.”²⁹³ A citação é interessante por alguns fatores que o autor talvez não tivesse tido a intenção de fazê-lo. O general e estrategista chinês famoso por se utilizar de um leque foi Zhuge Liang 诸葛亮 (181-204), do Período dos Três Reinos 三国时代, mais de um milênio e meio antes do século XIX.²⁹⁴ De certa forma, remete a um tempo passado, a uma época de uma grande

viagem à Grande Muralha da China não é mais penosa, mas suas características pitorescas se foram, nunca mais para retornar.” CONGER, Sarah Pike. **Old China and Young America**. Chicago: F.G. Browne & Co., 1913, p. 75. Também Kawakami Kiyoshi, que disse: “Em um estudo do presente movimento adiante na China, a questão das ferrovias não deve ser negligenciada, pois em todos os países a ferrovia tem sido uma das agências civilizadoras mais efetivas.” KAWAKAMI KIYOSHI. *The Awakening of China*. **The North American Review**, Vol. 183, 1906, pp. 656-657. E, como contraste às descrições de Mary Gaunt no capítulo anterior, o capelão e militar Frederick Brown: “Felizmente, os dias da velha carroça de pequim passaram, e nós agora temos um veículo modernizado com molas, o que é certamente muito melhor do que o que os pioneiros tiveram que viajar.” BROWN, Frederick. BROWN, Frederick. **China’s Dayspring After Thirty Years**. Op. cit., p. 234.

²⁹² MOTTA, Bruno. American Interests in China in Late 19th and Early 20th Centuries. **Boletim do Tempo Presente**, Recife-PE, Vol. 08, Nº 03, jul./set. 2019, p. 228.

²⁹³ GOWEN, Herbert. **An Outline History of China**. Part II. Op. cit., p. 155. Teria sido esse o general Zuo Baogui 左宝贵 (1837-1894), muçulmano Hui que faleceu na mesma batalha?

²⁹⁴ A única menção que Herbert Gowen fez ao famoso estadista foi apenas algumas linhas em seu outro volume, na Parte I, quando falou da desintegração da dinastia Han. No entanto, mencionou apenas que Zhuge Liang (Chu ko liang em sua transcrição) antecipou algumas invenções modernas ao criar cavalos mecânicos e outras engenhosidades. GOWEN, Herbert Henry. **An Outline History of China**. Part I: From the Earliest Times to the Manchu Conquest A. D. 1644. Boston: Sherman, French & Company, 1913, p. 104. Ele sabia, não obstante, da existência de Zhuge Liang e, certamente, da sua relação com o leque.

China que dominara o Oriente e que o general que lutou contra os japoneses tentou emular, mas cujo fim foi sua morte e, por conseguinte, metaforicamente, a morte da velha China e de suas práticas ultrapassadas apegadas à tradição.

É interessante vermos como os autores colocaram o ano de 1895 e 1900 como pontos de partida em direção a um fim positivo mediante a penetração do Ocidente na China. Em 1898, o imperador Guangxu 光绪, que havia assumido oficialmente o poder após sua maioridade em 1889, tentou realizar uma série de reformas institucionais através de vários éditos. Sua maior influência, o intelectual Kang Youwei 康有为 (1858-1927), havia radicalizado suas ideias reformistas depois da derrota contra o Japão em 1895, emulando-se nas reformas de Pedro, O Grande, da Rússia, e na Restauração Meiji do Japão, dois exemplos de monarquias que se adaptaram bem ao desafio europeu. A referência principal de Kang Youwei, no entanto, foi Confúcio, reimaginado como um grande reformador, e nunca podemos esquecer que o primeiro passo foi dado da China para o estrangeiro, tendo em vista os desafios internos da China, e não meramente uma absorção de ideias externas, ou sequer meramente uma reação à agressão ocidental. Alguns dos grandes nomes da política imperial também apoiaram o movimento, como foi o caso do Governador-Geral Zhang Zhidong e seu livro *Exortação ao Estudo* (劝学篇 *quàn xué piān*), publicado em meados de 1898 com respaldo do imperador.²⁹⁵ Guangxu lançou então uma série de éditos que comandaram a criação de uma Universidade Imperial (futura Universidade de Beijing), uma Imprensa Imperial, um Correio Imperial, uma reforma educacional com fim do principal exame imperial e a inclusão de ciências ocidentais no currículo, a extinção de departamentos públicos ineficientes, a expansão de ferrovias e telégrafos para conectar o império, a tradução de livros ocidentais e o investimento em tecnologias agrícolas mais eficientes.

Pouco mais de cem dias depois, em 17 de setembro de 1898, a Imperatriz-Mãe Cixi 慈禧太后 (1835-1908), quem de fato tinha o controle do governo e as principais conexões políticas

²⁹⁵ “*Exortação ao Estudo*” foi adotado aqui a partir da tradução escolhida por William T. Rowe em: ROWE, William T. **China’s Last Empire: The Great Qing**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, p. 250. A tradução da obra de Zhang Zhidong ao inglês foi publicada em 1900 sob o título: “*A Única Esperança da China*”, CHANG CHIH TUNG. **China’s Only Hope: An Appeal**. Endorsed by the Emperor. Traduzido por Samuel I. Woodbridge. Introdução de Griffith John. Nova York: Fleming H. Revell Company, [1898] 1900; e, em uma outra edição do mesmo tradutor, como “*Aprender!*”, CHANG CHIH-TUNG. “**Learn!**” Containing a Rescript by the Emperor Kuang Sü. Traduzido pelo Rev. Samuel I. Woodbridge. Introdução do Rev. Griffith John, D.D. Shanghai: Shanghai Mercury Office, s.d. Essa outra edição foi talvez escrita para um público mais familiarizado com a China, visto que contém notas de rodapé com referências em chinês, enquanto que o outro não as tem e quando há alguma palavra em chinês, não são os caracteres, mas sim as transcrições, que aparecem. Nota-se também as diferentes editoras, uma em Nova York e outra em Shanghai.

desde 1861, com auxílio do Comandante-em-Chefe do Exército do Norte, Yuan Shikai 袁世凱, e o manchu Ronglu 榮祿 (1836-1903), então Governador-Geral de Zhili e seu principal aliado, derrubou o imperador e o colocou em prisão domiciliar. Praticamente todas as suas reformas não chegaram a ser postas em prática, à exceção de algumas, como a imprensa e a universidade. Para os ocidentais, isso teve um significado claro: “A China Está Indo Para Trás”, título de uma matéria do *The New York Times* datada de 11 de outubro de 1898, cujo subtítulo foi: “A Política Retrógrada está em Pleno Vapor e os Reformadores estão Sendo Suprimidos e Punidos.”²⁹⁶

Um ponto que não devemos esquecer sobre a Reforma dos Cem Dias é que ela foi concomitante, em grande parte, a duzentos dias de partilha por concessões que se seguiram após ameaças estrangeiras. Afinal, foi nesse momento de incerteza política e de conflitos no governo que potências estrangeiras ameaçaram a China para adquirir concessões territoriais importantes (os alemães em Qingdao, os ingleses em Weihaiwei, os franceses na Baía de Guangzhou, os russos em Lüshun, etc.) Sobre essa questão, podemos nos perguntar: que tipo de modernização era válida? O que, no fim das contas, diferenciava uma medida modernizadora de uma retrógrada?

Na sinologia americana, como indicou Paul Cohen, até os anos 1970 havia trabalhos que defendiam que o subdesenvolvimento no continente advinha das sociedades tradicionais asiáticas.²⁹⁷ A estrutura analítica dos observadores sofreu de um peso ideológico significativo, inclusive na interpretação do empírico. De fato, quando Cixi reassumiu o poder, boa parte dos éditos do imperador Guangxu foi ignorada. A ordem de transformar templos e mosteiros em escolas foi revogada, os exames imperiais foram restaurados ao seu estatuto anterior, oficiais demitidos foram reabilitados, o planejamento de novas linhas ferroviárias foi cancelado, diversos oficiais rivais foram executados ou presos, a aproximação com missionários foi desencorajada, dentre outras coisas. Todavia, nem tudo foi desfeito, e a corte publicou que:

“Com referência a tais assuntos sob discussão, como o avanço do comércio, o encorajamento do trabalho e das artes, e a instrução do povo em agricultura moderna, junto com os meios de instruir as massas no conhecimento de armas de fogo e marchas militares – tudo isso é de altíssima importância ao país e todo empenho deve ser feito para torna-las um sucesso tangível, e uma Era de reformas, nesse sentido, [deve ser] iniciada assim que possível.”²⁹⁸

²⁹⁶ The New York Times Archives. 11/10/1898. “CHINA IS GOING BACKWARD.; The Retrograde Policy Is in Full Sway and Reformers Are Being Suppressed and Punished.”

²⁹⁷ COHEN, Paul A. **Discovering History in China**. Op. cit., p. 112. Sobre o embate entre a “aproximação economia mundo” e a “aproximação sociedade tradicional”.

²⁹⁸ HARRIS, Lane J. **The Peking Gazette**. Op. cit., p. 302.

Portanto, ao que parece, para ser enquadrada como moderna, a aproximação com as práticas ocidentais deveria ser total, ou quase total, mas nunca parcial. A invasão estrangeira ocorreu ora sob pretexto de ataque a missionários, ora invocando direitos de tratados; enquanto a forte expansão missionária se deu paralelamente sob proteção de canhoneira. Em suas novas concessões, as potências dos tratados avançaram projetos imobiliários, “higienizando” cemitérios locais e movendo os chineses de lugar, instalando firmas e adquirindo terras, formando verdadeiras concessões privadas, como os *resorts* de Beidaihe, Guling (Kuling) e outros. Como Robert Bickers pontuou, depois da assinatura dos tratados o Grande Qing pouco pôde fazer com relação às novas concessões, mas a população não estava presa pelas mesmas amarras jurídicas – e ela revidou.²⁹⁹ Logo, a consolidação de parte dessas concessões veio com o uso da força mais do que da caneta e mesmo quando a posição colonial já estava consolidada, focos de rebelião não deixaram de brotar, ora contra a administração imperial, ora contra os demônios estrangeiros.

A província de Shandong, onde estavam algumas das concessões como Qingdao e Weihaiwei, onde ocorreram batalhas contra o Japão e onde o povo sofria por conta de crises ecológicas, particularmente devido às secas periódicas, foi um dos principais focos dessas rebeliões xenófobas. Segundo Charles H. Denby, “Pequim [Beijing] estava em um estado deplorável de apodrecimento administrativo. Toda honestidade e integridade e todo patriotismo parecia ter deixado os conselhos do Estado.”³⁰⁰ As reformas de 1898, portanto, segundo Herbert Gowen, “Foram um belo sonho, mas o sonhador estava destinado a um abrupto e rude despertar.”³⁰¹

4.2 O ‘despertar’ da China

Tal despertar teria supostamente ocorrido entre os anos de 1899 e 1901, quando o Movimento dos Punhos Harmoniosos e da Justiça, conhecido pelos ocidentais como Movimento Boxer, assassinou dezenas de milhares de chineses convertidos ao cristianismo e outras centenas de estrangeiros, missionários ou não, especialmente nas províncias de Zhili e Shandong. Um dos panfletos publicados na época serve para ilustrar o movimento:

“Atenção: todas as pessoas nos mercados e aldeias de todas as províncias da China - agora, devido ao fato de católicos e protestantes difamarem nossos

²⁹⁹ BICKERS, Robert. *The Scramble for China*. Op. cit., pp. 330 e 336.

³⁰⁰ DENBY, Charles. *China and Her People*. Volume 2. Op. cit., pp. 164-165.”

³⁰¹ GOWEN, Herbert. *An Outline History of China*. Part II. Op. cit., p. 162.

deuses e sábios, enganarem nossos imperadores e ministros acima e oprimirem o povo chinês abaixo, ambos deuses e nosso povo estão bravos com eles, mas temos que ficar calados. Isso nos obriga a praticar o boxe mágico I-ho [义和 yìhé] para proteger nosso país, expulsar os bandidos estrangeiros e matar convertidos cristãos, a fim de salvar nosso povo de sofrimentos miseráveis.”³⁰²

O evento mais conhecido desse movimento pela imprensa estrangeira foi o cerco das legações em Beijing, onde missionários, diplomatas, viajantes e comerciantes de todas as nacionalidades, inclusive chineses convertidos (a maioria), se aglomeraram por quase dois meses em pontos específicos da capital à espera de resgate. “Eu pensei em você tantas, tantas e tantas vezes; que você deveria estar aqui – no mais interessante cerco e bombardeio da nossa era.” Escreveu Lou Henry Hoover, que veio a se tornar a primeira-dama dos Estados Unidos cerca de trinta anos depois, para sua amiga Evelyn Wight (ver Documento 1). “Simplesmente tivemos que ficar junto às nossas armas até o fim, com uma última bala deixada para trás para cada um de nós.”³⁰³

Foi a época também em que o império Qing declarou suporte ao movimento e guerra aos estrangeiros. Todavia, como no conflito sino-japonês, apenas parte dos exércitos do norte efetivamente combateram ao lado dos boxers. Os demais governadores-gerais concordaram em não interferir e formaram juntos um acordo conhecido como Proteção Mútua do Sudeste (东南互保 *dōngnán hùbǎo*), chegando inclusive a suprimir os boxers em seu território.³⁰⁴

O número de publicações sobre os boxers foi imenso. Muitos foram relatos das experiências no cerco das legações ou estudos sobre a China incentivados pela evidência que o país recebia na imprensa. Dentre alguns nomes, constavam: *Indiscreet Letters from Peking* (1904), de Bertrand Putnam Weale, *Les Derniers Jours de Pékin* (1902), de Pierre Loti, *The Situation in China* (1900), de Robert Speer, e mesmo o já mencionado livro de Arthur Judson Brown, *New Forces in Old China: An Inevitable Awakening* (1904). Esses são alguns exemplos das centenas de livros que foram publicados nos primeiros anos após os conflitos.

³⁰² TENG, Ssu-yü & FAIRBANK, John K. **China's Response to the West: A Documentary Survey, 1839-1923.** 2ª Ed. Cambridge: Harvard University Press, [1954] 1979, p. 190.

³⁰³ HOOVER, Lou Henry. Boxer Rebellion observations by future First Lady, Lou Henry Hoover, 8/8/1900. National Archives of the United States of America. **Evelyn Wight Allen Papers, 1897-1977.** ARC Identifier: 187084. NAIL Control Number: NLH-EWALL-A-10. Pode ser acessado em: <https://catalog.archives.gov/id/187084>

³⁰⁴ Na época, entre 1898 e 1900, o Governador-Geral de Zhili foi Yu Lu 裕祿 (1844-1900), general manchu da Bandeira Branca que se opôs aos estrangeiros. Ele cometeu suicídio depois da tomada da cidade de Tianjin pelos aliados, após o qual o Governo-Geral de Zhili passou novamente às mãos de Li Hongzhang. Yuan Shikai 袁世凱, que comandava parte desse exército como Governador de Shandong, participou do grupo de oficiais que não acatou as ordens da corte e optou por suprimir os boxers. Isso contribuiu para a formação de uma imagem positiva sua dentre os estrangeiros.

Documento 1. Primeira Página da Carta de Lou H. Hoover a Evelyn Wight (1900)

[T'ang Ku.—No. 2.] [August 8, 1900]

MEMORANDUM.

From Customs Station, To _____

T'ang Ku, _____ 189 _____

Tell Evelyn Wight - you missed one of the opportunities of your life by not coming to China in the summer of 1900. The very fact that the things have happened that have happened make it queer that your guardian star did not get you here in time for it. So many many many times I thought of you, and that you should have been here, - at the most interesting siege and bombardment of the age. The men from Ladysmith - and we have them with us, "Terrible's" guns and all, - say the bombardment there could not compare with ours. The loss of life was greater than either Kimberly or Mafeking. Only it was so short that we did not suffer from hunger, - but neither did we have the chance of honorable or otherwise, surrender before us in case hunger ever should come. We simply had to stand by our guns until the end, with one last bullet kept back for each one of ourselves. Our only hope was that the Chinese can't, won't, and don't charge, - and they did not - to any alarming extent. So a good many hundred civilians and a couple of thousand troops sat still and repelled faint hearted charges while 10,000 or 15,000 Chinese troops and 20,000 Boxers plunked shells of all sizes into us for exactly one week without a sound or word from the outside reaching us.

Quanto às ficções sobre os boxers, Ross F. Forman as estudou e percebeu que havia um recurso narrativo onde o sucesso do movimento poderia reverter todo progresso conquistado na abertura da China, retornando-a ao isolamento (o que, obviamente, era impedido pelos

protagonistas da história, alguns dos quais chineses que, inteligentemente, se aliaram aos estrangeiros).³⁰⁵

Esse despertar foi entendido de formas diferentes. Para alguns, a derrota teria mostrado aos chineses que não havia outro meio senão a ocidentalização e que seria um erro se ater à velha China, como fez o general que emulou Zhuge Liang. Para outros, teria sido a derrota das forças conservadoras de oficiais maquiavélicos, *coolies* manipuláveis e seus deuses mortos que ainda resistiam, por ganância ou ignorância, e que tentaram impedir uma mudança positiva que estava em andamento. Os missionários – ou simpatizantes – que escreveram sobre os boxers entenderam que foi a vitória do cristianismo e de Deus sobre o paganismo chinês e seus falsos deuses, reforçado pelo fato de que muitos chineses convertidos morreram como mártires, sinal da transição. Seria como o “batismo de sangue” do cristianismo na China, expressão muito recorrente. O termo pagão nem sempre foi utilizado explicitamente para se referir à religiosidade local, mas pode ser subentendido de acordo com a forma como foi elaborado o discurso. É a tese do sinólogo Paul A. Cohen de que o Movimento Boxer foi entendido como uma guerra religiosa pelos dois lados beligerantes.³⁰⁶

Entretanto, é preciso lembrar que, independentemente da ocupação profissional do observador, muitos foram os que conceberam o cristianismo como um requisito necessário para o processo de modernização da China. Por essa razão simbionte, talvez, o missionário e militar Frederick Brown (1860-?), que participou dos conflitos de 1900, se utilizou desses dois sentidos (religioso e moderno) quando disse que a vitória foi “da providência do Deus Todo-Poderoso”, mas que a derrota chinesa: “Foi o nascer do século vinte vitorioso contra a Idade Média, um futuro glorioso dizimando um passado inerte e sem vida. Foi a semente de uma nova China e esperança para o Extremo Oriente.”³⁰⁷

³⁰⁵ FORMAN, Ross G. Peking Plots: Fictionalizing the Boxer Rebellion of 1900. **Victorian Literature and Culture**. Op. cit., pp. 23-24.

³⁰⁶ COHEN, Paul A. Boxers, Christians, and the gods: The Boxer conflict of 1900 as a religious war. In: COHEN, Paul A. **China Unbound: Evolving perspectives on the Chinese past**. Londres: RoutledgeCurzon, 2003, p. 107. Na época, Frederick Brown escreveu: “Na China, onde os poderes da escuridão têm dominado há séculos [...]”. Nessa passagem, falou da China como uma terra de escuridão pela falta de uma longa presença histórica da igreja cristã e, por essa razão, muitas eram as histórias de possessões e outras coisas demoníacas por parte dos missionários. BROWN, Frederick. **China’s Dayspring After Thirty Years**. Op. cit., p. 240. Arthur E. Moule também escreveu sobre as religiões e ‘superstições’ chinesas, onde disse que: “Eles manifestam cegueira e surdez aos sinais e voz de Deus, levando o povo [...] a adormecer ou, meio acordado por um tempo, a voltar ao sono mortal de adorar e servir mais à criatura do que ao Criador.” MOULE, Arthur Evans. **The Chinese People**. Op. cit., p. 221.

³⁰⁷ BROWN, Frederick. **China’s Dayspring After Thirty Years**. Op. cit., p. 166.

O interessante dos relatos acima é que muitos foram escritos após a proclamação da República, como se ela conclusão de um processo iniciado como consequência dos boxers. Certamente, não foi apenas os boxers em si e sua derrota em particular que provocaram esse tipo de pensamento, mas o que aconteceu depois. Isso nos é de maior interesse, visto que há uma literatura abundante sobre o movimento em si e suas repercussões na imprensa ocidental. Em julho de 1901, depois da assinatura do Protocolo Boxer entre o império Qing, sob liderança de Li Hongzhang, que faleceu pouco depois, e a coalizção diplomática estrangeira, dois grandes estadistas chineses chamados Liu Kunyi 刘坤一 (1830-1902), Governador-Geral de Liangjiang, e Zhang Zhidong, Governador-Geral de Huguang, enviaram uma série de memorandos ao trono com sugestões de um programa de reformas político-sociais.

Tais memorandos fizeram parte de uma prática comumente lançada pelo governo central para coletar propostas, críticas e ideias de vários intelectuais – em alguns casos sem restrição hierárquica – para resolver problemas em épocas de crise. Chamava-se “caminho de palavras”, ou 言路 *yánlù*. Que o governo imperial já estava acostumado com a realização de reformas isto é fato, como vimos, pois desde os anos 1860 grandes oficiais investiram em reformas locais em seus respectivos Governos-Gerais. Essas novas reformas, no entanto, se propuseram a ser estruturais: tocavam em pontos que os antigos reformadores não ousaram tocar, à exceção dos éditos do imperador Guangxu em 1898. De fato, muitas das reformas pós-Boxer resgataram propostas do movimento abortado de Guangxu e Kang Youwei.

Portanto, a derrota dos boxers e a subsequente penalidade imposta à China pelas potências estrangeiras foi seguida não apenas de um fervoroso surto comercial e missionário, mas também de um movimento interno do governo central chinês para “ocidentalizar-se”, tal como foi percebido na época. Da mesma forma que o Celeste Império parecia estar em mutação, também as percepções ocidentais sobre o país se reconfiguraram para encaixar os novos acontecimentos – e os antigos à luz dos novos – dentro da narrativa linear da história sob moldes eurocêntricos.

Dito isso, as reformas de 1898 assumiram outra perspectiva, onde o imperador Guangxu foi identificado como um “progressivo jovem imperador”, de fato, porém “fraco e impulsivo”; seus objetivos nobres, mas anacrônicos. Já o golpe que a Imperatriz-Mãe Cixi deu contra o imperador foi revisto sob novos ângulos: por um lado, ela o teria salvo de algo que ele ainda não estava pronto para enfrentar – nas palavras de Arthur J. Brown: “[...] é desastroso tentar ‘apressar

o Oriente””.³⁰⁸ Por outro ângulo, Cixi teria sido uma conservadora que, no entanto, convenceu-se da necessidade de modernização após a derrota Qing-Boxer contra os estrangeiros. Para outros, o sucesso da Revolução de 1911 foi um sinal de que as reformas de 1898 tinham intenções de derrubar o império e, portanto, a reação contra os reformistas teria sido válida, do ponto de vista da dinastia.³⁰⁹ Semelhante ambiguidade apareceu com relação a Yuan Shikai, que teve um papel-chave em usar o exército contra o imperador Guangxu em 1898 e que, no entanto, tornou-se o Presidente Provisório da República em 1912. Em um momento, auxiliou a queda do imperador reformista; em outro, contrariou a corte e suprimiu os boxers. Por um lado, tinha posturas autoritárias como esperado de um estadista oriental; por outro, investia em ferrovias, escolas e tecnologias ocidentais. Falaremos dele mais adiante.

Da mesma forma que o Movimento Boxer provocou um surto editorial no ocidente, colocando a China em evidência nos noticiários, também as reformas lançadas pela corte imperial tiveram um efeito parecido, ainda que mais reduzido. Dos boxers até a proclamação da República, outros eventos instigaram os observadores ocidentais, como a Guerra Russo-Japonesa de 1904 e os protestos chineses contra a nacionalização de ferrovias em 1910. De certa forma, como vimos, essa China em turbulência e em movimento foi vista como se direcionando a algum lugar que, esperava-se, seria o progresso. É importante reiterar que, para os observadores euro-americanos, a ocidentalização, entendida como essencial para a modernização, não significava necessariamente ‘tornar-se um país ocidental no oriente’, mas sim emular as forças internas que fizeram o ocidente se modernizar: governo representativo, ciências, tecnologias de ferro e vapor, cristianismo, vestimentas europeias, dentre outras coisas.

Por essa visão de uma China que estava a caminhar a um propósito, no mínimo, interessante, a impressão ocidental sobre o país e seu povo não mudou abruptamente de uma visão simplista imperial-republicana, mas foi sendo maturada ao longo do primeiro decênio do século XX, com antecedentes já na guerra de 1894. Dito isso, é importante levar em consideração que a primeira mudança foi forçada. O Protocolo Boxer de 1901, assinado pelos representantes da dinastia Qing, obrigou o império a modelar sua estrutura burocrática em instituições ocidentais, ainda que a alteração tenha sido superficial em diversas instâncias. Havia um esforço por

³⁰⁸ BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., p. 127. Exatamente sobre as reformas de 1898.

³⁰⁹ MOULE, Arthur Evans. **The Chinese People: A Handbook on China**. Londres: Society for Promoting Christian Knowledge, 1914, p. 404. Diga-se de passagem, esse foi o argumento lançado por Cixi e sua corte depois do golpe de setembro de 1898.

conformar a China dentro de modelos e leis internacionais – ou melhor, internacionalizados –, universalizados a partir da experiência ocidental. O Departamento para Assuntos Estrangeiros, ou Zongli Yamen, uma instância menor na disposição hierárquica da burocracia imperial – ela própria fruta da Segunda Guerra do Ópio, como um departamento separado do Ministério dos Ritos (礼部 *libù*) –, foi transformado no Ministério das Relações Exteriores (外務部 *wàiwùbù*), no topo da hierarquia institucional. Daí em diante, os demais departamentos foram modificados para ministérios: da Indústria e Comércio; da Educação, com o fim do principal exame de qualificação ao mandarinato, o Exame em Oito Partes 八股文, e com a inclusão de ciências ocidentais no currículo; do Exército, com um recrutamento militar regular; da Marinha; do Interior, com o estabelecimento de uma força policial; dos Correios e Comunicação, com projetos para expansão e nacionalização de ferrovias e linhas telegráficas e telefônicas; da Justiça, com grande interesse ocidental, visto que a separação dos poderes aos moldes de Montesquieu, cerne da concepção de Estado euro-americana, fundamentava uma administração pública moderna no Ocidente; da Agricultura; e das Dependências do império (Manchúria, Xinjiang, Tibete, Mongólia, criando-se inclusive um Governo-Geral para gerir os assuntos das três províncias manchus).³¹⁰ Essas reformas e mais outras, como a criação do Banco do Ministério de Receitas do Grande Qing (大清戶部銀行 *dàqīng hùbù yínháng*) em 1907-8, ficaram conhecidas como Novas Políticas (新政 *xīnzhèng*).

³¹⁰ O fim do Exame em Oito Partes não foi exatamente uma novidade, tendo havido dois outros momentos em que isso aconteceu: primeiro, brevemente durante o longo reinado de Kangxi 康熙 (1654-1722), e segundo, sem aplicação efetiva, durante a Reforma dos Cem Dias do imperador Guangxu, em 1898. A novidade, de fato, foi a inclusão das ciências ocidentais em 1898 e nas Novas Políticas Qing. Todavia, mesmo em 1898 a corte imperial lançou um édito se justificando com base história, ao remeter a decisão reformista ao imperador Kangxi: “Nossa dinastia, no começo, seguiu as instituições da dinastia Ming anterior ao examinar, por graus, estudantes literários nos Analectos Confucianos; todavia, durante o reinado do falecido Imperador Kangxi, o sistema de exame em *wenchang* [wénzhāng 文章? outro nome para Exame em Oito Partes] foi abandonado e ensaios curtos o substituíram. [...] Portanto, aquele reinado foi celebrado pelo número de eruditos e estudiosos brilhantes que provaram seu valor de maneira prática. [...] Mas, para obter uma educação sólida e prática, adequada aos tempos em que vivemos, devemos abandonar todos os costumes vazios e obsoletos [...]” Publicado na *Gazeta da Capital* a 23 de junho de 1898. HARRIS, Lane J. **The Peking Gazette**. Op. cit., pp. 284-285. Diga-se de passagem, essa foi uma das propostas de Zhang Zhidong durante o movimento de 1898. CHANG CHIH TUNG. **China’s Only Hope: An Appeal**. Endorsed by the Emperor. Traduzido por Samuel I. Woodbridge. Introdução de Griffith John. Nova York: Fleming H. Revell Company, [1898] 1900, p. 102. De fato, Guangxu e seus funcionários, durante as reformas de 1898, adotaram algumas propostas de Zhang Zhidong, na época Governador-Geral de Liangguang, e Chen Baozhen 陈宝箴 (1831-1900), Governador de Hunan (uma das poucas províncias que aplicou os editor de Guangxu), para a reformulação do método de examinação. HARRIS, Lane J. **The Peking Gazette**. Op. cit., p. 288. Foi nesse contexto que Zhang Zhidong publicou *Exortação ao Estudo* (劝学篇 *quàn xué piān*). Diga-se de passagem, Chen Baozhen foi subordinado de Feng Guifen 冯桂芬 (1809-1874), talvez o principal dos reformadores na gênese desse movimento. Chen, que não era tão poderoso como Zhang Zhidong, foi afastado pela Imperatriz-Mãe Cixi depois da derrota de Guangxu.

Essas foram apenas algumas das mudanças institucionais que aposentaram os Seis Ministérios (六部 *liùbù*), uma divisão institucional administrativa utilizada havia séculos e de grande apreço histórico-social. Além dessas, a dinastia Qing também lançou uma série de outras reformas que foram bem avaliadas pelos estrangeiros. Como uma parte das obras aqui analisadas foram publicadas depois da revolução, entre 1912 e 1914, elas discutiram aspectos do primeiro decênio do século XX de forma discorrida. É dessa forma que serão aqui tratadas as várias reformas lançadas pelo governo imperial que receberam atenção dos observadores ocidentais, na medida em que foram compreendidas, posteriormente, como processos de uma China em transformação e cujo resultado máximo foi a proclamação da República.

4.3 As reformas imperiais

Quando o assunto era educação, muito foi esperado do ensino de ciências ocidentais ou, ao menos, e concomitantemente, do fim do ensino clássico chinês, baseado na seleção feita por Zhu Xi 朱熹, intelectual confuciano da dinastia Song (960-1279), dos Quatro Livros (四书 *sìshū*)³¹¹ e Cinco Clássicos (五经 *wǔjīng*).³¹² Falar da educação é também, no entanto, falar do oficialato chinês e dos letrados que realizavam os exames de qualificação disponibilizados pelo império para compor sua administração. Como tal, eles representavam a classe dominante, tanto na política e na educação como no comércio. Este é um fato curioso, pois o pensamento clássico chinês é contrário à crescente influência do comerciante na sociedade (bem como do soldado). Todavia, desde a dinastia anterior aos Qing, a classe dominante letrada chinesa se ramificou em diversas áreas de atuação, dentre elas o comércio.³¹³

Antes da corte imperial lançar os éditos que puseram fim ao Exame em Oito Partes, em 1904 e 1905, Charles H. Denby escreveu sobre o que considerou uma falta de praticidade do

³¹¹ Os Quatro Livros eram: Grande Ensino (大学 *dàxué*); Doutrina do Meio (中庸 *zhōngyōng*); Os Analetos [Diálogos de Confúcio] (论语 *Lúnyǔ*); e [Escritos do] Mestre Meng (孟子 *Mèngzǐ*).

³¹² Os Cinco Clássicos eram: Livro da Poesia (*shījīng* 诗经); Livro da História (*shūjīng* 书经); Livro dos Ritos (*lǐjì* 礼记); e o Livro das Mutações (*yìjīng* 易经).

³¹³ Jonathan Spence fez observações sobre essa ramificação da atuação da classe letrada na transição Ming-Qing em seu livro *O Retorno à Montanha do Dragão: Memórias de Zhang Dai, um dos últimos membros da dinastia Ming*. (Rio de Janeiro: Record, 2013.) É importante ressaltar também que a posse de terras, que levou a uma concentração nas mãos de famílias poderosas, deve ser entendida no contexto chinês; isto é, de um país cuja divisão primordial da terra é o minifúndio. As maiores terras chinesas continuariam minúsculas se comparadas às menores terras do sistema de plantação brasileiro. No entanto, em um espaço onde miséria, crises ecológicas e banditismo assolam a população, mesmo uma pequena concentração fundiária, ou mesmo uma terra um pouquinho maior, já faz uma diferença nas relações de poder entre os habitantes da localidade. Exploração de mão de obra não foi incomum, com arrendamento de terras, venda de filhas e humilhações.

sistema de exames chinês. Como vimos, o modelo educacional do império, que foi muito elogiado na Europa de Voltaire, passou a ser vilipendiado, junto com a China, ao longo do século XIX. Antes havia a ideia de que o sistema chinês era positivo por permitir a exaltação do estudo³¹⁴ e da moral e um grupo de funcionários públicos selecionados por mérito, não por indicação ou título nobiliárquico, para a boa gestão do governo. Depois, passou-se a entendê-la como uma prática incompleta que inculcava proteção à dinastia manchú, ao invés de ao povo chinês (ausência de patriotismo), e, por conseguinte, influenciava a corrupção (*squeeze*)³¹⁵ e a má gestão da coisa pública. Como diversos intelectuais estruturantes do que veio a se tornar o modelo governamental burguês europeu se basearam, retoricamente, no modelo chinês como crítica ao absolutismo setecentista que havia na Europa, muito foi – e é – dito sobre como o sistema de concurso público ocidental se baseou no exame mandarinal. Quanto a essa questão, Charles H. Denby pontuou as diferenças, onde melhor destacou o seu argumento sobre a classe letrada e seu sistema educacional, ao mesmo tempo em que exaltou o modelo ocidental:

“Nosso sistema tem sido atacado como sendo cópia do plano chinês. [...] As diferentes condições governamentais dos dois países demandam tratamentos diferentes. Nosso objetivo é protegê-los contra o despotismo de partidos; o [objetivo] chinês busca dar apoio ao despotismo do imperador. Nosso objetivo é o de preencher os ofícios com homens independentes que são aptos para o desempenho de suas funções. O chinês deseja perpetuar uma classe educada e não busca aptidão individual.”³¹⁶

Essa relação entre despotismo e o pensamento de Confúcio não foi feita unicamente por observadores ocidentais, pois mesmo o intelectual japonês Fukuzawa Yukichi 福澤諭吉 (1835-1901) escreveu, em *Um Esboço de uma Teoria da Civilização* (1875), que “Se você manter apenas uma única escola de pensamento, não importa quão pura e boa, ela irá, por sua própria natureza, impedir a liberdade.”³¹⁷ O espírito de liberdade, não obstante, foi visto por ele como

³¹⁴ Em chinês clássico, 学 *xué* pode significar tanto estudar como aprender. Isso significa que havia um caráter prático ligado ao ensino: não se estudava para abstrair em prol de uma reflexão metafísica individualista, mas para aplicar na sociedade aquilo que foi aprendido através do estudo.

³¹⁵ Nas leituras, o termo *squeeze* (espremer) aparece muito associado à corrupção, tanto pública como individual (pequenas extorsões). Parece-me que o que os observadores chamaram de *squeeze*, sobretudo os anglo-saxões, é o que em chinês se chama 关系 *guānxi*, que pode ser traduzido como ‘relacionamento’, e que carrega um sentido que dificilmente pode ser encaixado como ou bom ou ruim. Guanxi dialoga também com outra noção já mencionada, que é a de ‘face’, ou 面子 *miànzi*.

³¹⁶ DENBY, Charles. *China and Her People*. Volume 2. Op. cit., pp. 82-83.

³¹⁷ FUKUZAWA YUKICHI. *An Outline of a Theory of Civilization*. Op. cit., p. 27. Fukuzawa Yukichi explicou ainda que o espírito de liberdade aparecia com mais presença nos momentos de fragilidade política, quando o imperador não consegue estabelecer seu domínio máximo sobre a direção do pensamento das pessoas (Idem., p. 26).

uma parte essencial do processo que poderia levar o Japão e a China, “autocracias absolutas ou teocracias”, a sair do estágio de semicivilização.

Estabelecida a distinção entre os modelos chinês e americano, muitos estrangeiros escreveram, especialmente após 1904 (Guerra Russo-Japonesa e reformas educacionais), sobre o surgimento de escolas modernas na China em grande quantidade. Modernas porque seu currículo se modelava no das escolas ocidentais, inclusive na divisão institucional entre Ensino Primário, Fundamental, Médio e Superior, com a inclusão de ciências e línguas estrangeiras e a separação das carreiras civil e militar.³¹⁸ Moderna porque os exames imperiais tinham acabado, ainda que também estudassem os clássicos confucianos. Arthur Evans Moule, missionário inglês, deu ainda outra perspectiva sobre um dos fatores que constituíram essa ‘inovação’:

“As incontáveis novas escolas, com métodos ocidentais, seculares por inteiro, querem espaço de acomodação, e os espaçosos salões dos monastérios e templos budistas e daoistas são requisitados para esse propósito. Os ídolos são expulsos; os conventos suprimidos e as multidões de sacerdotes veem seus empregos deslizando de suas mãos, à medida que os chineses educados e pensativos agora desprezam e ridicularizam tudo menos a filosofia antiga e [a] ética desse credo estrangeiro.”³¹⁹

A citação, de 1911, nos faz relacionar esse grande aumento de escolas modernas ao fim dos boxers, no sentido de que, da mesma forma que a derrota do movimento foi a vitória de Deus, os chineses estavam agora abandonando seus deuses e suas religiões e abraçando o ensino ocidental, cuja ética, mencionada pelo autor, era indubitavelmente a ética cristã. A utilização do termo ídolo para se referir aos objetos de representação religiosa dos chineses indica a posição do autor sobre o assunto, ainda que, como missionário, talvez não devêssemos esperar que fizesse o contrário, por mais que houvesse exceções. Porém, isso não foi restrito à classe missionária. Mary Gaunt, quando esteve em Rehe, visitou diversos templos budistas no que chamou de “Vale dos Deuses Mortos”, título do capítulo XVII de seu livro. Lá, perto do Rio Quente (Jehol na

³¹⁸ Essas questões juntas foram, para Kawakami Kiyoshi, “o significativo afastamento dos currículos abortivos dos exames de serviço público anteriormente prevalentes.” Ele escreveu, ainda em outra página, que “O afastamento desse currículo abortivo e sua substituição por estudos modernos como a base de competição realizará uma revolução intelectual, com extensão e resultados os quais seria difícil prever. [...] os *literati* chineses têm um poder de paciência maravilhoso que, se voltado para o canal correto, deve fazer maravilhas para o avanço da ciência e da arte.” KAWAKAMI KIYOSHI. *The Awakening of China*. **The North American Review**, Vol. 183, 1906, p. 648 e 653, respectivamente.

³¹⁹ MOULE, Arthur Evans. **Half a Century in China**. Op. cit., pp. 6-7. A prática de transformar templos em escolas não foi uma novidade das Novas Políticas Qing, tendo ela sido idealizada também pelos reformadores de 1898, com justificativa de economizar dinheiro público. Ver publicação da *Gazeta da Capital* para o dia 11 de julho de 1898. HARRIS, Lane J. **The Peking Gazette**. Op. cit., p. 287.

documentação, Rehe 热河 em chinês), visitou o Templo Puning 普宁寺, construído a mando do grande imperador Qianlong no século XVIII (ver Mapa 6), sobre o qual escreveu o seguinte:

“Deuses mortos, certamente, pois o teto está caindo, as cortinas estão em farrapos e a poeira dos anos encontra-se espessa no chão, nas paredes, e nos próprios Budas. Havia um recipiente de areia perante uma figura dourada mais larga do que o resto e eu queimei incenso lá, curvando-me na Casa de Rimom, porque eu não acho que agora se queima incenso com [tanta] frequência perante o deus morto.”³²⁰

A Casa de Rimom é uma referência bíblica de II Reis 5:18 que narra um pedido de perdão antecipado feito por Naamã, chefe militar sírio curado de lepra ao banhar-se no Rio Jordão. Por ter que frequentar o templo de um deus local, ainda mais numa época de guerra entre o povo de Israel e o seu, Naamã teria dito: “Mas que o Senhor me perdoe por uma única coisa: quando meu senhor vai adorar no templo de Rimom, eu também tenho que me ajoelhar ali, pois ele se apoia em meu braço. Que o Senhor perdoe o teu servo por isso.” Ela reconheceu que ao povo comum, que convivia com miséria e sofrimento, os deuses estavam vivos, porém, ainda assim, finalizou dizendo que: “Atrás de tudo está o Todo Misericordioso, os deuses mortos nos templos são apenas manifestações do Grande Poder que está sobre tudo.”³²¹ Quase todas as referências feitas às divindades chinesas em seu livro foram sob o termo ‘deuses mortos’ (ver Figura 5).

Como pode ser percebido, a constituição física dos templos também foi utilizada como argumento para defender a morte dos deuses, especialmente por uma pessoa como Mary Gaunt, que esteve a visitar a China por cerca de um ano e meio em uma época que foi, não obstante, politicamente conturbada. Para ela, os chineses simplesmente não se importavam em realizar a manutenção de seus edifícios, desde templos religiosos a monumentos antigos. No caso de Mary Gaunt, ela fez observações similares (e conflitantes) quando visitou o Palácio de Caça de Rehe: ruína, poeira e decadência por todo lado.³²² A revitalização dos templos decadentes dos deuses esquecidos e sua transformação em escolas modernas parecia ilustrar bem que a China progredia.

³²⁰ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 307.

³²¹ Idem., p. 319.

³²² Vale salientar que, durante as incertezas da Revolução de Outubro de 1911, discutiu-se a possibilidade da corte imperial se realocar para o Palácio de Caça. Todavia, na época, o *The New York Times* publicou sobre o palácio de forma bastante positiva, em uma matéria de 31/12/1911 (extraída de outra matéria do dia 20, de Londres), cujo título foi “Belo Refúgio para a Corte Chinesa”. Os subtítulos da matéria o enalteciam ainda mais: “Palácio em Jehol [Rehe], Onde o Imperador Possivelmente Fugirá, uma Estrutura Maravilhosa” e, logo abaixo, “Lugar Descrito como o Reino dos Sonhos – Construído pelo Grande Imperador Chien-Lung [Qianlong], 200 Anos Atrás”. *The New York Times*, matéria de 31 de dezembro de 1911; ProQuest Historical Newspapers: *The New York Times*, pg. C3. A matéria também enalteceu os templos e as estátuas que Mary Gaunt descreveu como “deuses mortos”.

Todavia, vale ressaltar que muitas das depredações em monumentos e templos chineses foram feitas, na verdade, por estrangeiros, donde surgiu a ideia de Frederick McCormick e outros de fundar a Sociedade dos Monumentos da China, em 1908, para combater o vandalismo ocidental. Aos observadores pontuais que não tinham conhecimento disso, como Mary Gaunt, o estado físico do templo emulava o estado físico da nação e sua cultura.

Figura 5. “Deuses Mortos em Zunhua” (1913)³²³



Houve exceções na denotação dada à questão das divindades, claro, como o próprio missionário Arthur Evans Moule. Não que ele desejasse a continuidade do que considerava como idolatria – e certamente não concebeu os deuses como outra coisa senão mortos –, mas a religiosidade tinha, para ele, um componente essencial capaz de moralizar a modernidade que se construía. Por isso, sua observação foi um tanto de choque pela frieza com que o governo simplesmente substituiu esses templos e tratou seus deuses: “É notável, no entanto, quão audaciosa a natureza materialista e não espiritual do pensamento religioso chinês pode

³²³ Fotografado pela autora na localidade de “Tong Hua Chou”, que acredito ser a transcrição inglesa antiga de Zunhua 遵化, devido à descrição geográfica (ver Mapa 6). GAUNT, Mary. *A Woman in China*. Op. cit., p. 196.

subitamente se declarar sendo.”³²⁴ De fato, seriam a moral e a ética cristãs que trariam elementos religiosos de influência positiva, mas se os letrados chineses estavam dispostos a se desfazer de seus próprios deuses, o que dizer então do cristianismo? Esse foi, enfim, o cerne da questão.

Além disso, Arthur E. Moule se destacou dos demais por sua defesa – com ressalvas – ao modelo educacional chinês. Em sua visão, ambos os sistemas do Ocidente e da China complementar-se-iam em suas propostas: um por ser estreito demais, enquanto o outro seria demasiadamente amplo. Ao observar essas mudanças, ele escreveu:

Porém, o efeito geral na moral e nos costumes, na inteligência e na integridade dos chineses têm sido tão grande [...] que nós não podemos considerar a passagem dessa velha ordem e o desaparecimento de sua literatura e do sistema educacional da China sem algo mais do que arrependimento – algo próximo de uma consternação. O sistema deve, sem dúvidas, ser reajustado, seus métodos feitos mais elásticos. [...] Mas a velha estrutura e sua cortina antiga não podem, sem perdas graves, ser dispensadas como uma verdadeira força auxiliar na educação da China que virá a existir.³²⁵

Nesse caso, suas observações foram condizentes com a preocupação moral e religiosa que demonstrou ter quanto ao que seria uma modernização materialista da China. Por essa razão, além de incluir as ciências ocidentais na reformulação do antigo sistema educacional, dever-se-ia, segundo Arthur E. Moule, incluir “o grande livro-texto de todos, a Palavra de Deus, o Clássico do tempo e da eternidade, [...] para que o sistema possua uma verdadeira dinâmica espiritual e moral.”³²⁶ Essa relação entre educação e religião faz mais sentido quando observamos o papel dos principais atores de ambos os lados: a dizer, o oficial chinês da classe letrada e o missionário cristão. Era função da classe letrada, fazendo ela parte da administração governamental ou não, zelar pelo bem público da comunidade. Aqueles que possuíam cargos no governo responsabilizavam-se pelas questões jurídicas, militares, cerimoniais e educacionais. A educação foi a base de sua legitimidade, na medida em que padronizou a ortodoxia e propagou a moral confuciana, os principais valores sociais, as referências históricas e a linguagem clássica (文言

³²⁴ MOULE, Arthur Evans. **Half a Century in China**. Op. cit., p. 99.

³²⁵ MOULE, Arthur Evans. **The Chinese People**. Op. cit., p. 301. Ele foi mais enfático nas páginas 291-292: “This whole system of education and examination, and even the very literature which formed its life and food, seem, as we write, in danger of extinction—not, we believe, without grave harm and loss to the country.”

³²⁶ MOULE, Arthur Evans. **The Chinese People**. Op. cit., p. 301. Todavia, é sempre bom lembrar quão intrínseca à tradição chinesa é a moralidade, de forma que a política pode por vezes seguir uma interpretação moral da sociedade, como nos confucianos, ou imoral, como nos legistas, mas nunca amoral. A interpretação de Arthur Evans Moule partiu do pressuposto que apenas a religiosidade é fonte de moralidade, mas, no caso chinês, a fonte está no estudo 学 e nos ritos 礼. Veremos mais sobre isso em Gu Hongming, no capítulo seguinte.

wényán) em comum, todas prerrogativas com a qual se adquirir a posição elevada de um letrado e administrar o império, garantindo a ordem sob o Céu.

O missionário, de origem estrangeira e sob proteção de canhoneira, ameaçou essa ordem e tomou para si certas funções que tradicionalmente pertenciam à classe letrada: fundaram orfanatos, escolas e universidades, onde ensinavam uma moral exógena e uma religião estrangeira legalizada à força. O cristianismo era ainda lembrado com receio por oficiais que o associavam à Rebelião Taiping, cujo líder tomou para si uma versão achinesada da religião cristã como referência anti-confuciana. Enquanto era esperado da classe letrada chinesa que desse assistência à população em épocas de calamidade, os missionários organizavam ações de caridade em zonas atingidas por secas e enchentes. Enquanto o oficial letrado deveria se ocupar da governança, da gestão administrativa e de questões judiciais, os missionários poderiam se intrometer nas leis e políticas públicas com a cláusula de extraterritorialidade e forçar seus interesses, inclusive livrando convertidos ao cristianismo de julgamentos locais. E quanto aos valores sociais e práticas culturais, o requisito de muitos missionários para que se pusesse fim à prática de reverência aos antepassados foi uma afronta à ordem social chinesa, princípio básico para o estabelecimento da harmonia que tanto faltava naquele período. Afronta também à organização familiar tradicional, atingindo os pilares de restrição de gênero do confucianismo com a inclusão de mulheres nas escolas (o caminho ao oficialato era restritivamente masculino) e em outros espaços predominantemente frequentados por homens.

Dito isso, não era de se esperar outra coisa senão que o maior rival do missionário estrangeiro fosse o letrado chinês, e vice-versa. Segundo Charles H. Denby, “Rebeliões chinesas não são repentinas. Elas são preparadas e organizadas com antecedência, com o completo conhecimento de que as autoridades locais não farão um esforço de verdade para suprimi-las.”³²⁷ Treze anos antes dessas palavras – e acerca de uma rebelião anticristã em Hubei, 1891 –, o missionário galês Griffith John escreveu que as autoridades ocidentais deveriam exigir do governo chinês a “[...] total supressão dessa classe da literatura. Se isso não for feito, então os anos por vir serão anos de sangue.”³²⁸

Os próprios missionários se engajaram em atividades seculares como forma de penetrar na vida cotidiana chinesa e angariar apoio da classe letrada, tudo com objetivo de facilitar a

³²⁷ DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 2. Op. cit., p. 71.

³²⁸ JOHN, Griffith. **The Cause of the Riots in the Yangtse Valley**: A “Complete Picture Gallery”. Hankou, 1891, p. 6. Disponibilizado pelo MIT Visualizing Cultures em: http://vcarchive.com/mitvc/cause_of_the_riots/

conversão do país. Segundo se acreditava, esse contato secular teria aberto a China ao mundo ocidental não apenas comercialmente, mas também mentalmente, e teria expandido os horizontes de um império até então autocentrado, permitindo assim as mudanças que estavam acontecendo. Em 1912, ao tratar do assunto, Arthur J. Brown afirmou que:

“Os chineses começaram a aprender que sua estrutura política não era necessariamente a melhor. Dentro em breve, as grandes ideias de justiça e de direitos do povo, subjacentes ao governo progressivo moderno, construíram seu caminho por todas as classes da sociedade, e a impaciência se desenvolveu contra abusos que havia muito sido meramente aceitos como inevitáveis.”³²⁹

De alguma forma, portanto, a Revolução que derrubou o império teria sido causada pela nova visão de mundo chinesa, mais aberta e crítica; ela, por sua vez, teria sido em parte fruto do trabalho educacional missionário. A estrutura política, não obstante, era aquela do governo imperial tal como os estrangeiros o compreendiam, como autocrático e não-representativo; o governo de mão de ferro da corte manchu e de seus oficiais – estes, membros da classe letrada. E, no entanto, eram estes letrados, Governadores-Gerais e de Província que estavam, a mando da corte, pondo em prática as reformas educacionais, com auxílio local de grandes famílias letradas.

Para Frederick Brown, os dez anos entre 1902 e 1912 atestaram uma mudança educacional sem precedentes na China. O autor mostrou uma tabela dessas escolas, onde disse que em 1902 havia 2.000 alunos chineses e em 1912 havia 500.000 alunos, com um crescimento substancial a partir de 1904, ano da Guerra Russo-Japonesa, dando-nos um aumento médio de 40.000 alunos por ano entre 1904-1911 e de 300.000 apenas entre 1911-1912.³³⁰ Todos, é claro, foram números fornecidos pelo autor, que não citou suas fontes. No entanto, do ponto de vista discursivo, os dados conferem força ao argumento e sua veracidade não importa tanto quanto a mensagem que quis passar, especialmente ao leitor que talvez não conhecesse do assunto. Seja como for, em um trabalho recente o sinólogo William T. Rowe estimou um número ainda maior: 4 mil escolas e 92 mil alunos em 1904 e 52 mil escolas e 1,5 milhão de alunos em 1909.³³¹

Ainda assim, Frederick Brown reconheceu que havia um número muito desproporcional entre a quantidade de novas escolas e os poucos professores capacitados para a empreitada almejada. Para ele, no entanto, o feito não deixou de ser positivo, pois facilitaria a recepção do

³²⁹ BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., p. 58.

³³⁰ BROWN, Frederick. **China's Dayspring after Thirty Years**. Op. cit., p. 209.

³³¹ ROWE, William T. **China's Last Empire: The Great Qing**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, p. 260.

missionário cristão e daqueles convertidos que frequentaram instituições de ensino missionárias, visto que eles é que teriam capacidade de ensinar nas novas escolas. Uma observação similar foi feita pelo jornalista Jean Rodès, que, diferentemente do que deixou a entender Frederick Brown, de fato visitou escolas e universidades em Ningbo e Beijing, onde percebeu que o ensino das ciências, tal como no novo currículo, muitas vezes não ocorria de fato, e que na prática o velho ensino de Confúcio permanecia sozinho.³³² Em uma palestra de 1910, no entanto, disse:

“Faz bem reconhecer que, em um tal país desmesuradamente grande, com a desordem governamental e a anarquia administrativa que o regem, não se pode fazer melhor. Em todo caso, se pudermos brincar sobre a abundância e a precisão desses relatórios, constituem-se, contudo, uma base séria sobre a qual se pode, pouco a pouco, edificar uma obra sólida, na medida em que se tiver os meios [de realizá-la].”³³³

Seja como for, uma coisa parecia certa aos observadores que talvez não compreendessem esses pormenores: aquilo que o missionário Griffith John, depois de cinquenta anos na China, chamou de “a abertura da mente de um grande povo.”³³⁴ Mais do que a abertura física ao comércio e à religião, cada vez mais escancarada pela força, e por ela influenciada, a abertura mental de um povo de “outra escala psicológica”, para citar novamente Jean Rodès, seria unicamente capaz de fazer progredir a China. Quando um missionário escrevia isso, estava pensando tanto no bem-estar da população como na conversão do povo chinês, duas questões inter-relacionadas: “A China de hoje está bem viva, e indo à escola novamente, e ela está fazendo isso voluntariamente, de bom grado, avidamente.” – explicou Griffith John, depois de falar que firmas ocidentais, ferrovias e telégrafos estavam se instalando no país sem que houvesse objeção do governo como outrora houve. Ele continuou: “Que oportunidade magnífica aquele grande império apresenta à Igreja Cristã esses dias!”³³⁵

A principal de todas as reformas, à qual todos os observadores se referiram, foi a proclamação de que haveria uma constituição e a reorganização da estrutura estatal chinesa de

³³² RODÈS, Jean. *La Transformation de La Chine*. RODÈS, Jean. et. al. **Les Questions actuelles de Politique étrangère en Asie**. Op. cit., p. 129. "Je ferai simplement remarquer que, dans presque tous les règlements des écoles, il est expressément noté que le professeur n'émettra jamais d'idées nouvelles venant de l'étranger et que l'on ne pourra jamais soutenir de doctrines hétérogènes. Il est évident — et cela revient en termes précis dans tous les règlements des diverses écoles, où il est dit aussi que l'on ne doit étudier que des philosophes qui se conforment aux idées rituelles — il est évident que ce n'est pas un encouragement à l'esprit critique ni à la pensée libre et que cela n'a aucun rapport avec notre enseignement, beaucoup plus éclectique, plus large et plus informé."

³³³ RODÈS, Jean. *La Transformation de La Chine*. RODÈS, Jean. et. al. **Les Questions actuelles de Politique étrangère en Asie**. Op. cit., p. 132.

³³⁴ JOHN, Griffith. *A Voice from China*. Londres: James Clarke & Co., 1907, p. 14.

³³⁵ Idem., p. 15.

forma representativa, após a Guerra Russo-Japonesa de 1904. No entanto, a proposta constitucional foi mais complexa do que muitos perceberam. Segundo o sinólogo japonês Chuzo Ichiko, o objetivo primordial da nova educação continuou muito similar à antiga: lealdade à dinastia, reverência a Confúcio e pensamento pragmático.³³⁶ Isso é algo que podemos ver refletido já no primeiro artigo da constituição, publicada em 1908:³³⁷

钦定宪法大纲
Compilação dos Princípios da Constituição

君上大权
O Governante é a autoridade suprema

一、大清皇帝统治大清帝国，万世一系，永永尊戴。
1. O imperador da Dinastia Qing governa o Império da Grande Pureza, por todas as Eras, perpetuamente honrado e respeitado.

A reforma constitucional foi uma das que foram incentivadas pela vitória japonesa contra a Rússia em 1904. Se a imagem do Japão havia sido engrandecida após a vitória contra a China em 1895, essa teve um impacto ainda mais forte para os ocidentais e chineses após 1905. No Brasil, por exemplo, um país que vinha adotando uma política pública de ‘branqueamento da raça’ através da importação de mão de obra europeia, a vitória japonesa sobre a Rússia elevou os nipônicos da categoria “mongoloide e amarela”, portanto, inferior, para uma categoria mais próxima da “branca”, permitindo a imigração japonesa ao Brasil em 1908.³³⁸ O Tratado Russo-Japonês foi assinado no começo de setembro de 1905. Durante a guerra, muitos foram os que defenderam a elaboração de uma constituição chinesa e em dezembro do mesmo ano uma comissão imperial foi organizada e chefiada por dois manchus, o Príncipe Zaize 载泽 (1868-1929) e o estadista da Bandeira Branca Duanfang 端方 (1861-1911), a ser enviada aos países

³³⁶ CHUZO Ichiko. Political and institutional reform, 1901-11. In: FAIRBANK, John K. & LIU, Kwang-Ching (Eds.) **The Cambridge History of China**. Volume 11: Late Ch'ing, 1800-1911, Part 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, p. 382.

³³⁷ 钦定宪法大纲 *Qīndìng xiànfǎ dàgāng* (1908) [Compilação dos Princípios da Constituição (1908)]. Acesso em: https://web.archive.org/web/20041102115950/http://www.chinalawedu.com/news/2004_6/28/1615518778.htm

³³⁸ Trabalhado em DEZEM, Rogério. **Matizes do “Amarelo”**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. John Pomfret notou também, acerca dos Estados Unidos, que os chineses nem sempre foram tidos como “amarelos”, tendo o próprio George Washington dito que, apesar de tudo, eles “eram ainda brancos”. Igualmente, John Pomfret percebeu como os japoneses, após a guerra de 1894, foram tidos como “um honorário ‘homem branco’ na Ásia” que logo evoluiria para se tornar caucasiano. POMFRET, John. **The Beautiful Country and the Middle Kingdom**. Op. cit., p.15 e pp. 91-92. Considerações “raciais”, portanto, não podem ser desvinculadas de suas relações de poder e de classe.

estrangeiros para estudar o sistema constitucional. Isso repercutiu no mundo, inclusive na imprensa brasileira:

“O que não lograra alcançar a propaganda do christianismo ou a acção de alguns theoreticos e precursores exaltados, conseguiu-o a guerra russo-japonesa. A transformação dos costumes e das idéas fundamentaes dos chins que, rotineiras, sempre se mantiveram seculos sem conta, operou-se à vista das victorias obtidas pela raça amarella sobre uma nação européa. Certo, no grosso da população ainda não penetraram as novas idéas; os constitucionalistas só se deparam nas grandes cidades, e, notadamente nas regiões onde mais fácil foi as doutrinas occidentaes chagarem [...]”³³⁹

Diversos autores, tanto na época como hoje, observaram isso como sendo apenas uma reação da China à vitória do modelo japonês contra o modelo russo. John K. Fairbank ressaltou que o melhor “argumento” para a adoção de uma constituição chinesa teria sido o fato de que a Rússia não tinha uma até ser derrotada.³⁴⁰ De fato, uma constituição foi elaborada pelo governo do Czar Nicolau II logo no ano seguinte, mas é preciso lembrar que houve outro contexto na Rússia daquele momento, que foi o da Revolução de 1905. Ademais, os chineses não foram meramente espectadores do conflito russo-japonês, como se estivessem a observar qual modelo seria o vitorioso (nomeadamente, autocracia ou constitucionalismo, na linguagem da época), pois os conflitos ocorreram na Manchúria e em mares compartilhados pelo império Qing, de forma que a China foi o palco da guerra, não o ator e muito menos a plateia. Portanto, do ponto de vista chinês, pode-se dizer que ambos os países estavam lutando para definir quem teria o direito de explorá-la, com a extração de recursos, instalação de indústrias e construção de ferrovias na Manchúria.³⁴¹

As razões da adoção da constituição nos países que visitaram e seus pontos positivos e negativos foram avaliados por Zaize e Duanfang. Em setembro de 1906, a comissão entregou seu relatório, que só foi publicado no ano seguinte. John K. Fairbank e Ssu-yü Teng traduziram um trecho do relatório:

³³⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Segunda-feira, 16 de janeiro de 1911. No 015. “A questão constitucional na China.” Acesso em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/1469 Note-se quão parecida é essa citação daquela de Charles Denby Jr., sobre a Guerra Sino-Japonesa.

³⁴⁰ FAIRBANK, John King. **The Great Chinese Revolution, 1800-1985**. Nova York: Harper & Row, 1987, p. 157.

³⁴¹ Isso foi notado pelos jornais da época. NEW YORK TIMES, Matéria de 6 de setembro de 1905 (um dia depois da assinatura do tratado de paz): “A notícia é que a exploração japonesa na Manchúria já começou, de fato, muito antes do início das negociações de paz. Tendo a possessão japonesa no sul da Manchúria sido perfeitamente assegurada pelas vitórias japonesas, os japoneses em casa naturalmente emigraram em busca de ‘oportunidades de negócio’ e até melhores chances na agricultura do que [aquelas que] deixam para trás.”

“Antes da promulgação da constituição o monarca detém todo poder nacional e todas as questões políticas da nação devem ser decididas por ele. Todavia, nenhuma grande mudança ocorre depois de promulgada a constituição. O monarca continua sendo o órgão mais superior do Estado, a constituição apenas delimitando as respectivas autoridades das diferentes divisões do governo. Portanto, o poder do monarca consiste não apenas naqueles escritos na constituição. O monarca exercita todos os poderes que concernem questões nacionais, mesmo se não estiverem escritos na constituição.”³⁴²

Os dois também disseram que algumas constituições acrescentaram dispositivos para delimitar as ações permitidas ao monarca, mas não recomendaram que o mesmo fosse feito pelo Grande Qing. No círculo da corte e entre seus principais funcionários, diferentes grupos políticos tentaram angariar ganhos diversos com as reformas institucionais. Como explicou Immanuel Hsü, a Imperatriz-Mãe Cixi viu na constituição uma forma de manter seu poder dinástico e apaziguar os ânimos públicos, muitos dos quais eram letrados cuja lealdade seria importante manter; os manchus viram uma oportunidade de tomar espaços políticos de importância das mãos de Governadores-Gerais e Governadores de Província chineses; enquanto os chineses esperavam, por outro lado, que a constituição lhes dar mais participação política em um império que, cada vez mais, julgavam alóctone.³⁴³

A virada entre os séculos XIX e XX marcou a ascensão do nacionalismo chinês, onde debates sobre Estado-nação, nações e patriotismo foram muito comuns entre reformistas radicais, estudantes no exterior e intelectuais exilados. O objetivo da dinastia foi, antes de tudo, o de se manter no poder. Depois, ordenar o império e, por fim, ou concomitantemente, expulsar os bárbaros estrangeiros. Pela forma como foi elaborada a manobra constitucional, as reformas do Grande Qing se aproximaram do que Benedict Anderson chamou de “nacionalismo oficial”, ou seja, aquele desenvolvido pelo centro do poder político como reação aos movimentos nacionais locais.³⁴⁴

³⁴² TENG, Ssu-yü & FAIRBANK, John K. **China's Response to the West: A Documentary Survey, 1839-1923**. 2ª Ed. Cambridge: Harvard University Press, [1954] 1979, p. 209. Doc. 52. A Report on Constitutional Governments Abroad, 1906.

³⁴³ HSÜ, Immanuel C. Y. **The Rise of Modern China**. Op. cit., p. 414.

³⁴⁴ Ver capítulo 5, “Imperialismo e nacionalismo oficial” em: ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. O sinólogo William T. Rowe reforça o argumento de que esse processo foi o da formação do Estado-nação chinês, acrescentando que o império Qing não esteve atrás, em sua elaboração nacional, dos países europeus. Foi, ademais, um processo mundial que percorreu os séculos XIX e parte do XX, ao menos até a Primeira Guerra Mundial para a Europa e a China (no continente americano, como explorou Benedict Anderson, o processo ocorreu mais cedo). ROWE, William T. **China's Last Empire: The Great Qing**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009, pp. 253-255.

Os jornais brasileiros, ainda que na maioria dos casos não tivessem um correspondente na China e que muitas vezes apenas reproduzissem matérias de jornais europeus ou americanos, escreveram sobre o que perceberam desse movimento que a China estava fazendo. Em uma matéria de 6 de janeiro de 1910 do *Diário de Pernambuco*, consta o seguinte, sobre os valores republicanos que diziam encontrar no candidato à presidência, o Marechal Hermes da Fonseca:

“A actual renascença da China, assombrando as chancellarias e os gabinetes europeus, não encontra explicação plausível senão no patriotismo de que se inspiraram os homens remodeladores de sua anachronica organização militar, politica e financeira. [...] O mesmo actual herdeiro do throno toma uma parte da iniciativa reformadora, de que nos dão noticias admirativas os principaes orgams da imprensa européa. E o certo é que o Colosso adormecido, o « homem doente do Oriente » na sentenciosa expressão dos sociologos occidentaes, avulta agora a olhos vistos com pasmo geral das falerias, alcandoradas no orgulho de uma civilização de longos seculos antecipada por elle proprio... Pois, meus senhores, só o Brasil não ressurgirá um dia na gloria indisputada de seu valor proprio? Mas, por que, Deus meu?”³⁴⁵

É curioso como a China foi utilizada, aqui, como um exemplo para o Brasil, outra nação em posição de subalternidade no sistema mundo ocidental. Alguns anos depois dessa publicação, em 20/01/1912, o mesmo jornal que se utilizou da China para exemplificar o bom caráter do candidato Hermes de Fonseca partia agora para o ataque ao já então presidente. Na época, o Brasil tentava adquirir uma frota bélica forte (esperava-se ser uma das maiores do mundo), porém havia muitos empecilhos, como um alto número de revoltosos na marinha. A matéria diz que: “Retrogradamos 60 anos”, isto é, à época da Regência do Império do Brasil, tempo de insegurança, conflitos internos e, principalmente, de incertezas quanto ao investimento externo estrangeiro.³⁴⁶

³⁴⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Quinta-feira, 6 de janeiro de 1910. “As Quintas”. Acesso pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/13

³⁴⁶ No contexto do fortalecimento militar e da ansiedade bélica que se formou em torno dos impérios coloniais, matéria do ano anterior, de 17/08/1911: “Era impossível que o Brazil, a mais vasta e populasa nação do continente americano deixasse passar despercebido a corrente de ideias e evolução que vem preocupando as nações cultas da Europa, como a França, a Allemanha e a Italia, onde predomina a tendência de uma organização militar forte e permanente, como fator seguro da ordem, da civilização e do progresso. Não só na Europa, como na Azia e no próprio continente americano, nós vemos, todos os dias, as nações mais cultas fazendo-se valer pelo brilho de suas armas e poder de seus canhões; o Japão e a China nas suas ultimas guerras firmaram o direito de potencia no mundo do Oriente; os Estados Unidos são agora mesmo uma nação prospera, e respeitável pelo desenvolvimento de sua marinha e poder de seus canhões; as republicas nossas visinhas, como o Perú, o Equador e o Chile cuidam igualmente da reorganização de seus exercitos, por que só assim poderão concorrer ao grande certamen da civilização do progresso.” DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Quinta-feira, 17 de agosto de 1911. No 226, p. 2, 2ª e 3ª colunas. Pode ser acessado em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/2370

Todavia, não foi exatamente o sentido econômico que foi ressaltado, mas sim o medo de que o ataque a esses interesses estrangeiros levasse o Brasil a uma situação de vulnerabilidade política tal como aquela enfrentada pelas semicolônias da Ásia, pois o país não estava devidamente equipado para se proteger. Assim está na matéria: “Que decepções para o patriotismo de s. exc. [Sua Excelência]! Atenuar a asperesa das scenas, tranquillisar os interesses ameaçados, *evitar que, como já se falou, surjam nas costas brasileiras as demonstrações navaes conhecidas pela Turquia e pela China!*”³⁴⁷

É importante ressaltar ainda que esses não foram casos isolados. Dois meses depois, em uma matéria de 24/03/1912, o *Diário de Pernambuco* escreveu sobre uma polêmica que ocorreu no contexto de uma greve de trabalhadores brasileiros na ferrovia pernambucana *Great Western*, com capital inglês. O governador do estado não achava que havia necessidade de violência para reprimir os manifestantes, mas o cônsul britânico ameaçou dizendo que, se a situação não fosse controlada até determinado horário, ele faria um pedido ao governo inglês para que tropas fossem enviadas a Pernambuco para proteger os súditos britânicos. Sobre essa mensagem do cônsul, a matéria do jornal constava que: “Era um ‘ultimatum’ em regra, dirigido pelo consul ao governador, supondo talvez que se encontrasse na China dos ‘boxers’, onde os estrangeiros eram massacrados.”³⁴⁸ O governador e o Presidente da República desconsideraram a mensagem, achando-a ofensiva à soberania nacional, e o cônsul foi retirado do Brasil sem que esquadra inglesa alguma fosse enviada.

Essa foi outra situação em que a China foi utilizada como exemplo tanto de violência como de interferência estrangeira para assuntos internos brasileiros. Nesse particular, muito parece ter sido escrito no contexto das ansiedades imperiais de um mundo dividido por potências coloniais ambiciosas e, no continente americano, da presença cada vez mais forte dos Estados Unidos, no mal sentido. Em 1895, os americanos venceram disputas de fronteira com os britânicos na América do Sul após invocarem veementemente a Doutrina Monroe. Igualmente, ao menos desde a anexação das Filipinas em 1898-1902, os EUA se tornaram um desses impérios coloniais – ainda que o discurso oficial tenha tentado disfarçar a expansão territorial, que também

³⁴⁷ Itálico meu. Diga-se de passagem, a Turquia e a China foram muito comparadas e referenciadas em conjunto como dois países “orientais” e “anacrônicos” que estavam em processo de “despertar” e “modernização”. DIÁRIO DE PERNAMBUCO Sabbado, 20 de janeiro de 1912. Nº 004. “Collaboração. Presidencias de hontem e de hoje II” Pode ser acessado em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/2767

³⁴⁸ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Segunda-feira, 24 de março de 1913. Nº 055. Pode ser acessado em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/3111

incluiu Porto Rico e Havaí, através da retórica da “tutela”. Diga-se de passagem, o discurso oficial japonês para sua expansão imperial não foi muito diferente.

Para os intelectuais brasileiros, perceptivos dessa situação mundial, a marinha voltou a tomar a proeminência que outrora teve a Armada Imperial na defesa da longa costa do país e de seus recursos naturais. Entretanto, foi um ciclo vicioso, especialmente porque outros países da América do Sul fizeram o mesmo como resposta um ao outro. A ansiedade não deixou de aparecer nos jornais e, nesse sentido, o *Diário de Pernambuco* lançou uma série chamada “A América Latina em Perigo” para retratar o conflito entre México e Estados Unidos. Na época, as querelas fronteiriças entre ambos os países – lembrando que havia uma revolução em andamento no México – levou a batalhas como a de Veracruz (abril de 1914), onde tropas americanas ocuparam a cidade portuária mexicana. Dito isso, “essa guerra actual não parte de um principio de equidade e de justiça e é mais um novo acto brutal dos yankees que se impõem pela força dos canhões e dos ‘dollars’.”³⁴⁹ Todavia, pouco a pouco, essas matérias perderam espaço para outra mais alarmante, que tomou as manchetes: “A Conflagração Européa: O Conflictio Austro-Sérvio”, ainda não intitulada de “grande guerra”.

No entanto, o que as páginas do *Diário de Pernambuco* curiosamente nos mostram é um Brasil ansioso e observador dos acontecimentos que mais lhe concernem em uma busca de impedir que seus interesses sejam engolidos pelas ambições das potências coloniais, especialmente a ameaça americana. A China, como um país que estava em alta pelo seu próprio processo revolucionário, serviu de exemplo para ilustrar uma preocupação interna do Brasil, dentre outras questões. Não que notícias novas, como o andamento das forças revolucionárias, não interessassem a imprensa por pura novidade, curiosidade e importância político-econômica.

Todavia, dificilmente um leitor, mesmo que recorrente, entenderia com exatidão o que estava ocorrendo naquele país. Parece-me também que os editores e jornalistas encarregados, eles próprios, não entendiam exatamente sobre o que escreviam. Afinal, mesmo nomes pessoais aparecem de forma confusa e uma pessoa poderia aparecer na matéria como se fosse duas, ou poderia mudar de nome em matérias de um dia para o outro – mesmo aqueles facilmente reconhecíveis, geralmente acompanhados de qualificadores como “líder revolucionário”. Dito isso, Sun Zhongshan aparece como Sunyatseu, Sunny-a-sen e Sun Yat-sen. O mesmo com Yuan

³⁴⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “PELA AMERICA LATINA”. Matéria de 13/06/1914, p. 2, 2ª coluna. Pode ser acessado em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/4526

Shikai, que aparece como Juanorrikay, Juanalikai e Iuanchikai, com qualificadores de “príncipe” e “general”. A cidade de Wuchang aparece como Wucheng, Muchang e como Província de Wuchang. É como um amálgama entre fontes jornalísticas americanas, inglesas e francesas, uma mistura de transcrições, de sons e de pura criatividade.

Além da reforma constitucional e da educação, a proibição de ópio foi a notícia que chamou mais atenção, descrita por Arthur E. Moule como “o maior levante da consciência da China” e “um milagre de [uma] reforma virtuosa”.³⁵⁰ Como missionário, ele participou da luta contra o “comércio imoral de ópio” e foi um crítico das guerras “duplamente deploráveis” que o legalizaram à força. Em 1890, por exemplo, Arthur E. Moule e Griffith John fizeram parte, em Shanghai, da conferência protestante que deu origem ao Comitê de Promoção das Sociedades Anti-Ópio, onde também atuaram como membros.³⁵¹

Ainda assim, um ano depois da formação do comitê, Griffith John escreveu que “ao fechamento da então chamada guerra do ópio, uma grande mudança foi feita para melhor.”³⁵² Como vimos, da mesma forma que se esperava que a expansão do cristianismo levasse indubitavelmente à expansão do comércio, o oposto também era acreditado. Por isso, “[...] o tratado de Tientsin [Tianjin, 1858] foi inteiramente satisfatório ao corpo missionário.”³⁵³ E ainda, se alguém deveria ser responsabilizado pelos conflitos, “Foi a agressão mandarim que trouxe as guerras.”³⁵⁴ Em *Vozes da China*, publicado dezesseis anos depois, em 1907, ele deixou mais claro o que quis dizer sobre a Guerra do Ópio ao explicar que:

“Eu menciono o missionário de então simplesmente porque, na providência de Deus, foi aquele tratado [de Nanjing, 1842] que fez possível a ele se estabelecer na China, e porque eu distingo naquele evento o dedo de Deus e um propósito divino que infinitamente transcende a saturação da China com ópio ou mesmo com a introdução de manufaturas britânicas.”³⁵⁵

Portanto, quando Griffith John escreveu isso ele tinha em mente que, na balança dos ganhos e perdas com as guerras, importava mais a conversão cristã, ou, em outras palavras, a vontade divina de espalhar a religião de Cristo, do que qualquer intenção humana por trás dos conflitos. A ele, no entanto, deveria parecer lógico: antes da Primeira Guerra do Ópio (1839-

³⁵⁰ MOULE, Arthur Evans. *The Chinese People*. Op. cit., pp. 160-161.

³⁵¹ LODWICK, Kathleen L. *Crusaders Against Opium*. Op. cit., p. 36.

³⁵² JOHN, Griffith. *The Cause of the Riots in the Yangtse Valley*. Op. cit., p. 10.

³⁵³ Idem., p. 11.

³⁵⁴ Idem., p. 10.

³⁵⁵ JOHN, Griffith. *A Voice from China*. Op. cit., pp. 12-13.

1942), Robert Morrison (1782-1834), primeiro protestante na China, levou sete anos para conseguir batizar um único chinês.³⁵⁶ Agora, seus números estavam nas centenas de milhares, um grande feito em comparação com a época de Morrison, ainda que ínfimo se comparado à população chinesa.

Não obstante, os missionários foram os mais beneficiados pelas guerras devido à proteção da canhoneira, ao poder jurídico garantido pela extraterritorialidade e à permissão de se instalar no interior, o que só promoveu ainda mais a antipatia dos letrados chineses. Ainda assim, como grupo, os missionários foram os que comemoraram com mais entusiasmo o Édito Imperial de setembro de 1906 que restringiu o consumo de ópio e proibiu o cultivo da papoula. A partir do livro *Cruzados Contra o Ópio* (1996), de Kathleen Lodwick, podemos resumir os dez principais comandos do édito em:³⁵⁷

- 1) Reduzir o cultivo da papoula até a sua erradicação;
- 2) Até erradicar, o governo deveria regulamentar o consumo de ópio dos chineses;
- 3) Redução gradual da droga permitida aos viciados até a superação do vício;
- 4) Fechamento de casas de ópio;
- 5) Até erradicar, o governo deveria registrar e regulamentar as casas de ópio;
- 6) Estudantes de medicina deveriam desenvolver medicamentos para tratar o vício;
- 7) Oficiais deveriam criar, expandir e auxiliar sociedades anti-ópio;
- 8) Oficiais e letrados deveriam enviar dados estatísticos sobre o andamento da supressão da droga e conduzir sua inspeção;
- 9) Oficiais do império viciados em ópio deveriam servir de exemplo e abandonar o vício em tempo reduzido (alguns chegaram a morrer cumprindo esse regulamento);
- 10) O Ministério das Relações Estrangeiras deveria firmar acordos com potências exportadoras de ópio para acabar com o comércio da droga.

A ambição não era pouca e o desafio foi muito grande. Sabemos como o Grande Qing foi forçado a aceitar a legalização do comércio de ópio após os tratados de 1860. Em 1839, por exemplo, o encarregado de lidar com os traficantes de ópio ocidentais, Lin Zexu 林则徐 (1785-1850), enviou uma carta à Rainha Vitória da Grã-Bretanha onde elencou a regra de ouro de Confúcio ao condenar que um reino fizesse ao outro aquilo que não desejava feito a si mesmo.³⁵⁸ Não à toa, diversas comunidades chinesas mundo afora possuem hoje uma estátua sua. Aos

³⁵⁶ COHEN, Paul. "Christian Missions and Their Impact to 1900." In: FAIRBANK, John K. & TWITCHETT, Denis (Orgs.) **The Cambridge History of China**. Volume 10: Late Ch'ing, 1800-1911, Part 1. Nova York: Cambridge University Press, 1978, p. 547.

³⁵⁷ LODWICK, Kathleen L. **Crusaders Against Opium**. Op. cit., pp. 117-121.

³⁵⁸ SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna**. Op. cit., pp. 162-163.

observadores ocidentais, no entanto, esse episódio não foi suficiente para os convencer de que a China rejeitava a droga. Também não o foi o fato de muitos chamarem o ópio importado de “lama estrangeira”; ou a pílula contra o vício, que continha morfina, um opioide, de “ópio de Jesus”. Talvez por essa descrença no desgosto chinês pelo ópio, acreditava-se que o Édito de 1906 teve influência estrangeira: teria sido o contato com ideias ocidentais, particularmente através do ensino missionário, que teria feito acordar o chinês ao problema imposto pelo ópio. Logo, o édito seria mais um exemplo de uma China que acordou do sono profundo da ignorância após a derrota dos boxers.

“Surpreendente, então, à própria beira da crença em um efeito milagroso da providência e do poder gracioso de Deus, é o aspecto atual das vastas províncias produtoras de ópio da China [...]. A papoula é arrancada, a venda de ópio nativo é proibida, as casas e palácios de ópio são fechados, sacrifícios de cachimbos e lâmpadas e aparelhos de fumar foram oferecidos em muitas cidades; fumar em particular é ilegal; o comércio indiano está tão paralisado que exige a pausa, pelo menos por um tempo, de todas as vendas atuais na Índia para o mercado chinês; e a China parece estar à vista da libertação completa dessa grande maldição, se ela for capaz de manter sua resolução com firmeza, e se a morfina e as bebidas destiladas estrangeiras e licores nativos em excesso não preencherem o feliz vácuo.”³⁵⁹

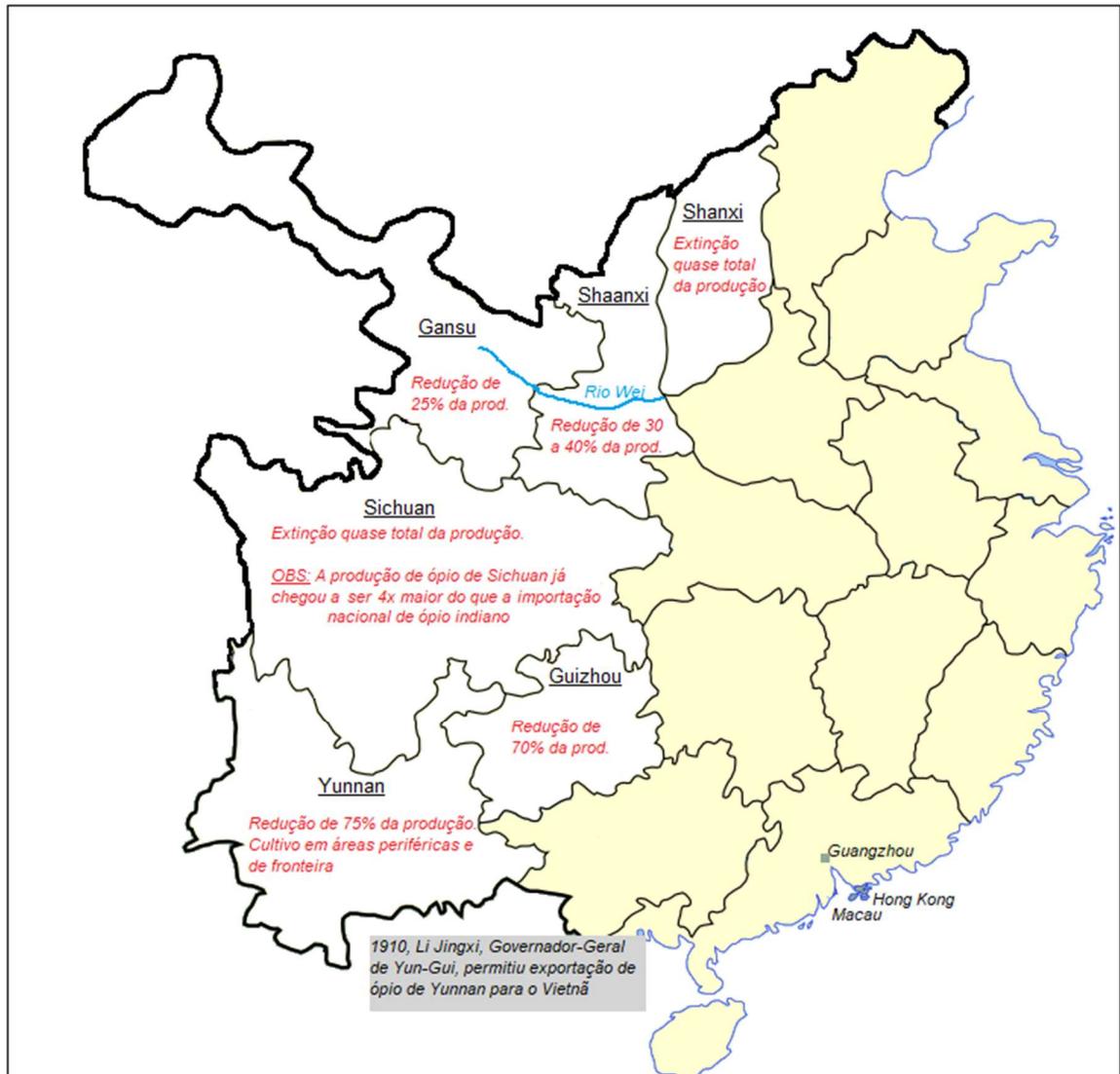
Diversas questões surgidas na citação merecem atenção, dentre elas: o sucesso da reforma, a diminuição da importação de ópio indiano e o perigo de novos vícios, particularmente em morfina e em bebidas alcoólicas. De início, vale a pena pontuar que a luta contra o ópio foi vista, no sentido da ‘China acordada’, como uma luta maior contra “as indulgências tradicionais” chinesas, isto é, especialmente a aposta, associada ao pecado da luxúria. Essa foi, por exemplo, a perspectiva pontuada por Arthur J. Brown.³⁶⁰ Associações de vícios pessoais com a situação nacional e suas relações com o ópio não eram estranhas ou desconhecidas, especialmente ao público americano, visto que obras de ficção estadunidenses frequentemente descreviam as *chinatowns* em contextos de pobreza, aposta, prostituição e ganância, todas sempre com a presença perversa do ópio. Arthur J. Brown ainda elencou o movimento de supressão ao ópio (e demais vícios) como um “esforço determinado de extirpar um mal que estava fazendo tanto para enfraquecer a fibra nacional e emascular o caráter nacional.”³⁶¹

³⁵⁹ MOULE, Arthur Evans. **The Chinese People**. Op. cit., pp. 393-394.

³⁶⁰ Citação da *The National Review* em: BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., pp. 149-150.

³⁶¹ BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., p. 149. Essa foi outra marca da contradição das imagens que se formulou sobre o chinês: ora retratado como o pobre coolie emascularado, ora como o vilão maquiavélico e sedutor.

Mapa 10. Investigação do cultivo de papoula por Sir. Alexander Hosie, 1910-11³⁶²



De forma geral, todos os observadores que trataram da questão do ópio concluíram, com mais ou menos ceticismo, que a reforma estava ocorrendo de forma bem-sucedida – algo cada vez mais evidente com a passagem dos anos. De fato, o sucesso estava tão próximo do horizonte que Arthur J. Brown lamentou não houver leis aplicadas com tanto rigor nos EUA, ao ressaltar que os americanos poderiam se inspirar nos chineses para a supressão do tráfico de licor.³⁶³ Jean

³⁶² Mapa feito com base nas informações apresentadas em LODWICK, Kathleen L. **Crusaders Against Opium**. Op. cit., pp. 150-160. Sir. Alexander Hosie (1853-1925) foi um diplomata escocês que serviu como cônsul britânico na China. Os focos de cultivo de papoula que mais destacou se encontravam no vale do Rio Wei, afluente do Rio Amarelo, especialmente na fronteira entre Gansu e Shaanxi. No auge, as províncias de Sichuan e Yunnan foram as maiores produtoras de ópio.

³⁶³ BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., p. 156.

Rodès também comentou que o ponto negativo da reforma chinesa foi, na verdade, externo, pois, comparativamente, não havia sido feito na Europa tanto quanto o esperado.³⁶⁴

Isso faz sentido no referente à décima resolução do Édito de 1906: negociar o fim do comércio com as potências exportadoras de ópio. Em 1907, o Grande Qing e a Grã-Bretanha, com maioria liberal no Parlamento, assinaram um acordo para a redução gradual do comércio da droga indiana até sua erradicação em 1917 (os dez anos em que o Édito de 1906, promulgado no ano seguinte, pretendia concluir seu objetivo interno). Esse acordo foi revisto em 1911 e 1913, pois muitos ingleses céticos – ou com maiores intenções políticas – argumentavam que a supressão da droga era uma desculpa chinesa para suplantarmos o ópio indiano pelo local – algo que, diga-se de passagem, já estava ocorrendo naturalmente.³⁶⁵ Uma expedição foi lançada para averiguar as condições da reforma (ver Mapa 10), sob o comando do antigo cônsul britânico Sir. Alexander Hosie, que visitou as províncias mais produtoras da droga em 1910-11 e constatou que os chineses, de fato, estavam exterminando o cultivo pelo país.

Outra das reformas chinesas – uma que continuou para além da República e foi uma das campanhas mais fortes dos intelectuais nacionalistas do Movimento Quatro de Maio de 1919 – foi a emancipação feminina e o fim dos casamentos forçados. O *Diário de Pernambuco* evidenciou isso em uma matéria de 13/05/1910, onde consta que “Um dos incidentes mais curiosos e mais característicos do despertar da China é a chamada greve matrimonial [...] uma verdadeira revolta contra o ‘casamento forçado’.”³⁶⁶ Percebe-se como a expressão “despertar da China” permeia no discurso sobre todas as reformas, mesmo essa que teve um cunho menos oficial e se aproximou mais do que poderia ser entendido como uma reforma de valores. Tal relação entre modernização e emancipação feminina (isto é, como entendida por um Ocidente bastante misógino) parece ter se transposto à realidade tal como observada. Este foi o caso de descrições como as do correspondente de guerra Frederick McCormick, quando esteve em um trem em direção sul, partindo de Beijing a Shandong, em janeiro de 1912: os homens chineses elegantes, bem-vestidos e com cigarro na mão a conversar com uma conterrânea:

³⁶⁴ RODÈS, Jean. La Transformation de La Chine. RODÈS, Jean. et. al. **Les Questions actuelles de Politique étrangère en Asie**. Op. cit., pp. 139-140.

³⁶⁵ Para se ter uma ideia, em 1906-7 a produção doméstica de ópio na China era cerca de sete vezes maior do que a de ópio indiano e seis vezes maior do que a soma da produção indiana, iraniana e otomana. Cerca de 40% do ópio chinês era produzido no Sichuan. Ver: United Nations, Office on Drugs and Crime, **2008 World Drug Report**, United Nations Publications, 2008, p. 180.

³⁶⁶ Diário de Pernambuco. Sexta-feira, 13 de maio de 1910. Nº 109. Pode ser acessado em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/459

“A mulher era um tanto bonita, era o centro da conversa, e suas respostas no fogo cruzado da inteligência dos homens eram instantâneas. Era algo que raramente ocorreria na China, onde não há relações indiscriminadas entre os sexos. Foi até mesmo uma violência a ideias estrangeiras de etiqueta, talvez a ideia da Jovem China respeitando o Ocidente e a coisa moderna.”³⁶⁷

Uma mulher moderna, não obstante, seria aquela que teria os pés livres. Assim como elas, também a China parecia reaprender a caminhar, desatando as faixas da estagnação que tanto a teriam atrapalhado.³⁶⁸ Todas essas reformas institucionais apontavam para uma direção: o progresso. Não foram todos que viram essas reformas como inteiramente positivas; por exemplo, Jean Rodès, o correspondente do jornal *Le Temps*, escreveu que: “Na realidade, para todos os tipos de assuntos importantes, esse movimento de transformação foi um trabalho de pura teoria e superfície.”³⁶⁹ No entanto, por bem ou por mal – e as fontes levam a crer que a maioria pensava que por bem –, era inegável que o Celeste Império estava em mutação. A visão teleológica ocidental, ao observar esses eventos *a posteriori*, concluiu que mudanças mais radicais nas fundações do império foram uma consequência indesviável do processo de modernização da China. Ela, afinal de contas, era a nação dos celestes, não dos invasores manchus.

4.4 A queda do império

Como vimos, uma parte considerável do nacionalismo chinês foi contra os manchus e em muitos casos as propostas levantadas contra os Qing não foram necessariamente republicanas. O processo que levou à queda do império nas mãos não de outra dinastia, nem ao parlamentarismo, mas sim ao republicanismo, foi complexo. Um ponto importante a se levar em consideração ocorreu no meio das reformas institucionais do primeiro decênio do século XX: em novembro de 1908, com um dia de diferença, a Imperatriz-Mãe Cixi e o Imperador Guangxu morreram. Até então, os reformistas alinhados a Kang Youwei, antigo idealizador da Reforma dos Cem Dias de 1898, dedicaram suas carreiras intelectual e política para restaurar o imperador em seu trono e dar continuidade às reformas institucionais. Com Guangxu morto, esse objetivo se esvaziou de sentido. As conexões políticas e a mão de ferro da Imperatriz-Mãe, com sua sagacidade administrativa de mais de três decênios no poder, também se esfacelou com sua morte. Zhang Zhidong, um grande estadista que se aliou ao falecido imperador durante a reforma de 1898 e que

³⁶⁷ McCORMICK, Frederick. **The Flowery Republic**. Op. cit., p. 212.

³⁶⁸ As Novas Políticas Qing tentaram em vão abolir a atadura dos pés em 1902.

³⁶⁹ RODÈS, Jean. **Le Céleste Empire Avant la Révolution**. Op. cit., pp. 21-22.

poderia ter auxiliado o novo governo com experiência e conexões, morreu no ano seguinte, em 1909. Inclusive, o correspondente de guerra Frederick McCormick, escrevendo em 1913, atribuiu à morte de Zhang Zhidong um dos eventos que marcou “a passagem da Velha China”.³⁷⁰

No mês seguinte, Puyi, uma criança de três anos, foi coroado Imperador Xuantong do Grande Qing (ver Figura 6). Com isso, o controle político passou para as mãos dos regentes Zaifeng, mais conhecido como Príncipe Chun, e Jingfen, ou Imperatriz Longyu, respectivamente pai e viúva do falecido imperador.³⁷¹ Como a lealdade partia muito da manutenção de relações pessoais, o Príncipe Chun tomou medidas para afastar os aliados do antigo governo.³⁷² Yuan Shikai, por exemplo, que ajudou a Imperatriz-Mãe em seu golpe contra o imperador em 1898, foi forçado a se exilar. Alguns Governadores-Gerais poderosos foram promovidos ao prestigioso Grande Conselho, o que na prática retirou seus poderes de comandar tropas, administrar o comércio, etc. No entanto, seus exércitos continuaram fiéis aos antigos comandantes, como aconteceu com Yuan Shikai e o Exército de Beiyang, no norte, principal força militar do império e herdeiro dos esforços reformistas de Li Hongzhang.

A lealdade pessoal entre soldados e oficiais fazia parte da dinâmica de relacionamentos (关系 *guānxi*) que havia no império. Foi essa dinâmica, acredito, que muitos observadores confundiram com pura e simples corrupção, ao que chamaram de *squeeze*, inglês para “espremer”, no sentido de espremer os outros para conseguir algum ganho financeiro.³⁷³ Por essa razão, os grandes estadistas eram tão perigosos para a corte imperial e, ao mesmo tempo, tão importantes. Foi por conta disso que o regente Príncipe Chun teve que chamar Yuan Shikai de volta do exílio quando estourou a Revolução de Outubro de 1911 em Wuchang, um dos antigos centros do exército de Zhang Zhidong. Além de ter tido seu posto restaurado, ele recebeu o cargo de

³⁷⁰ McCORMICK, Frederick. **The Flowery Republic**. Op. cit., p. 424.

³⁷¹ Mary Gaunt esteve no funeral da Imperatriz Longyu, falecida a 22 de fevereiro de 1913, quando esteve em Beijing. Dedicou o “Capítulo V: O Funeral de uma Imperatriz” de seu livro *Uma Mulher na China* (1914) a esse evento, que ocorreu na Cidade Proibida.

³⁷² Inclusive, discute-se a causa da morte de Guangxu, convenientemente um dia depois da Imperatriz-Mãe, visto que muitos aliados da falecida imperatriz que se opuseram ao imperador em 1898 teriam muito a perder sob seu governo.

³⁷³ Nenhum observador, dentre os que tive contato com suas obras, mencionaram o termo *guanxi* 关系, ainda que soubessem chinês e relatassem outros aspectos da cultura chinesa, como ‘face’ 面子. É notável o fato de que alguém que ficou por pouco tempo na China como Mary Gaunt e alguém que morou muito tempo na China como Charles Denby, e mesmo um francês como Jean Rodès, todos usarem o termo *squeeze*. Certamente, nesse aspecto, Mary Gaunt teve influência das pessoas com quem conversou e Jean Rodès de fato empregou o termo como está escrito, em inglês. Portanto, *squeeze* parecia ser um termo bem comum. Por quê? “Espremer” (榨取 *zhàqǔ*), no sentido de “explorar”, é um tanto diferente de “relacionamento” (关系 *guānxi*) e, pelas descrições, parece que o termo *squeeze* se associou a ambos, sem distinção. Todavia, mesmo “espremer”, nesse caso, não se encaixa perfeitamente na ideia que temos de corrupção. Na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, o termo aparece traduzido como “engolir”. Ver matéria de 18/01/1912 de título “Política na China”.

Primeiro Ministro e, posteriormente, o título de Marquês de Primeira Classe (一等侯 *yīděng hóu*). Isso porque os exércitos revolucionários do sul, armados e treinados sob o novo modelo militar, só poderiam ser detidos por uma força bélica de igual calibre, ou superior, e essa seria o Exército de Beiyang, mais leal a Yuan Shikai do que ao Príncipe.

Figura 6. Príncipe Chun com seu filho Pujie no colo e o imperador Puyi ao lado (1909)³⁷⁴



Em 1905, no Japão, em um encontro de intelectuais que chefiavam organizações anti-Qing, como a Sociedade para Reviver a China (兴中会 *xīngzhōnghuì*) e a Sociedade da Restauração (光复会 *guāngfùhuì*), foi organizada a Aliança das Sociedades [Revolucionárias] (同

³⁷⁴ Three-year-old Emperor of China, Pu Yi. Photograph. Retrieved from the Library of Congress, Acesso em: www.loc.gov/item/89710892/

盟会 *tóngméng huì*), que lançou as bases ideológicas do movimento republicano que veio a se beneficiar da Revolução de 1911 e aplicar suas propostas político-sociais. Várias dessas sociedades estiveram ativas na virada do século, algumas até aproveitaram a confusão política provocada pelas guerras dos boxers no norte para tentar realizar golpes no sul, como foi o caso de grupos ligados a Kang Youwei (restaurar o imperador), na província do Yunnan, e Sun Zhongshan (derrubar o império), na província de Guangdong.

Quando um novo imperador ascendia ao trono, recebia um nome imperial e o nome de uma Era (年号 *nián hào*) que representavam os objetivos almejados por aquele governo. Cada imperador poderia ter mais de um nome de Era associado aos diferentes momentos do seu governo, apesar de que a dinastia Qing optou por escolher um por monarca. Xuantong, proclamado em 1908, significou “Anúncio da Unificação”, ou “Amplio Controle”, o que reflete o objetivo da corte e os desafios do momento.³⁷⁵

O jornalista francês Jean Rodès foi um observador astuto que conseguiu enxergar para além das aparências e percebeu as manobras conservadoras da corte dentro do movimento reformista. Ainda que ele não acreditasse no sucesso de um movimento republicano³⁷⁶ (isso em 1910, antes da revolução), ele disse que: “É certo que todos os estudantes que retornam da Europa ou do Japão com ideias novas se chocam imediatamente com a política reacionária do governo e as formas anacrônicas da vida dos Celestes.”³⁷⁷ Celeste foi um termo muito utilizado para se referir aos chineses, como habitantes do Celeste Império. O curioso aqui não foi o uso do termo em si, que não lhe foi uma exceção, mas a ideia de que seria o contato com o estrangeiro que faria com que o chinês percebesse a sua discordância com o mundo moderno – o que implica um desejo de adequar-se, modernizar-se.

A luta foi primordialmente anti-Qing, mas não apenas porque se tratava de uma dinastia imperial. Diversos foram os movimentos de “restauração chinesa” (汉族 *hànzú*) contra os “bárbaros” manchus. “Opor-se aos Qing, Restaurar os Ming” (反清复明 *fǎnqīng fùmíng*) foi um slogan muito comum entre esses grupos. Por sua vez, a Sociedade para Reviver a China, chefiada

³⁷⁵ “Anúncio da Unificação”, tradução minha; “Amplio Controle”, tradução de Herbert A. Giles.

³⁷⁶ Ele conheceu Sun Zhongshan em Tonquim, em 1907. Sun expôs a ele seus planos de fundar uma república no Sul da China, no vale do Yangzi! Jean Rodès disse, sobre isso, que: “Eu pude constatar, depois, que ele se iludia.” RODÈS, Jean. *La Transformation de La Chine*. RODÈS, Jean. et. al. **Les Questions actuelle de Politique étrangère en Asie**. Op. cit., p. 143. Mais na frente, ele afirmou que a revolução só poderia ser bem-sucedida se houvesse condições oportunas para que o partido republicano, desunido, conseguisse atuar. (Idem., pp. 143-144)

³⁷⁷ RODÈS, Jean. *La Transformation de La Chine*. RODÈS, Jean. et. al. **Les Questions actuelle de Politique étrangère en Asie**. Op. cit., p. 142.

por Sun Zhongshan, tinha o slogan: “Expulsar os Bárbaros Tártaros do Norte, Restaurar a Nação Chinesa, Estabelecer um [Novo] Governo” (驱除鞑虏，恢复中华，创立合众政府 *qūchú dālǔ huīfù zhōnghuá chuànglì hézhòng zhèngfǔ*). O termo 鞑 *dá*, ou Tártaro, foi usado pejorativamente por muitos movimentos anti-Qing, como esse; manchu, em chinês, escreve-se 满族 *mǎnzú*.³⁷⁸

Nesse caso, a revolução de chineses contra uma dinastia imperial de manchus foi vista por observadores estrangeiros não apenas como algo previsível, como vimos, mas também como parte do processo de modernização no sentido do que Terry Eagleton explicou como sendo a relação engendradora entre etnia e Estado, na concepção de Estado-nação do século XIX. É interessante observar que alguns livros traziam a dinastia Qing como reinando uma série de países: China, Manchúria, Mongólia, Tibete e “Turquestão Chinês” (Xinjiang). Dessa forma, quando muitos observadores se diziam contrários à partição do território chinês pelas potências coloniais, eles muitas vezes se referiam a essa China, deixando de lado os demais territórios. Seria curioso observar como isso se replica hoje na mídia e na política externa das potências ocidentais, principalmente na questão do Tibete e, agora, no Xinjiang.

A China seria dos chineses. A Manchúria seria também, teoricamente, por essa lógica, dos manchus. Por isso, é interessante contrapormos a descrição dos manchus com a dos chineses. No caso destes, como vimos, poderiam ser subservientes, mas eram industriais; poderiam ser supersticiosos, mas eram refinados. Logo, observando-se superficialmente, havia uma contradição de valores bons e ruins para se referir ao chinês. O diferencial, nesse caso, é que praticamente somente termos negativos foram usados para os manchus, ainda que, curiosamente, a alguns foi reservado um parecer positivo, como a Imperatriz-Mãe Cixi e o imperador Guangxu. Mesmo membros do oficialato, grupo tão comumente criticado como um empecilho ao futuro da China (ver Figura 7), foram elogiados, como Li Hongzhang, Zhang Zhidong, Yuan Shikai e outros líderes proeminentes.³⁷⁹

Quando comparamos os termos utilizados para se referir à China e aos chineses antes e depois do estabelecimento da República temos uma ideia interessante da concepção teleológica ocidental. Devido a essa concepção, inclusive, percebe-se que mesmo as reformas imperiais

³⁷⁸ Inclusive, uma das possíveis origens do termo “mandarim” pode ter vindo de 满大人 *mǎndàrén*, ou, literalmente, “oficial manchu” (“grande homem”, ou 大人 *dàrén*, se referindo a um oficial 官员 *guānyuán*).

³⁷⁹ Quanto a esse grupo, é possível comparar a perspectiva mais aberta de Arthur J. Brown à de Charles H. Denby, onde o primeiro se referiu aos grandes mandarins como “cavalheiros” (gentlemen), enquanto o segundo usou esse adjetivo apenas para os que identificou como ocidentalizados. Tal leitura acaba se tornando perceptível nos dois volumes de *A China e Seu Povo*, especialmente quando o autor trata como *cavalheiro* os homens ocidentais independentemente da classe ou do caráter (por exemplo, transgressores).

foram mais associadas ao processo de estabelecimento da República do que ao dinamismo que havia no império.

Figura 7. “O mandarinato, absorvente e perverso...” (04/03/1912)³⁸⁰



Assim, ao império foram reservadas expressões como “conservadorismo fossilizado” (Arthur J. Brown/Mary Gaunt), “estável e duradouro” (Herbert Gowen), “Velha China”, “país estagnante”, “China pitoresca” e “império inerte”. Todas relacionadas, como vimos, à ideia de uma civilização parada no tempo passado. Percebia-se que o povo e o governo eram os determinantes dessa realidade, sendo aquele também influenciado por este, como vemos nas expressões: “país de trapaceiros”, “ausência de sentimento público [ou] espírito nacional”, “senso moral fraco”, “senso pacifista” (Jean Rodès), “desunião”, “corrupção”, “tirania”, “despotismo parental/patriarcal”, “feudalismo/absolutismo” (Frederick Brown), “medieval”, “trabalho braçal” (Charles H. Denby) e “inimigo da liberdade e do progresso” (Arthur J. Brown). Também

³⁸⁰ Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, matéria de 04/03/1912. Legenda da imagem: “O mandarinato, absorvente e perverso, locupetando de todas as forças vivas da China, levou por terra o Celeste Imperio, concorrendo para a implantação da Republica nessa grande nação asiatica.” Acesso: http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/29419

associado ao império estavam os clássicos confucianos, a rigidez das famílias em educar os filhos, o consumo de ópio e outros vícios.

À China Republicana, por sua vez, foram reservadas expressões como “ressurgimento de sua civilização” (Gazeta de Notícias, RJ, 16/02/1912), “desenvolvimento comercial”, “Nova China”, “China moderna”, “Babilônia moderna” (Mary Gaunt), “[tornando-se] uma potência mundial” (Arthur J. Brown). Quanto ao povo e ao governo, observa-se uma clara mudança: “constitucionalismo”, “novo espírito”, “unidade [povo/nação]”, “liberdade”, “democracia”³⁸¹, “conhecimento científico”, militarismo (Jean Rodès/Mary Gaunt) e “introdução de maquinário” (Arthur J. Brown). Esta última descrição é interessante na medida que foi criticado o fato dos chineses “optarem” por trabalho braçal ao invés de substituí-lo por maquinários, ainda que adotá-los fosse gerar desemprego. Nesse caso, questões sociais seriam secundárias à razão econômica e a China era vista como incapaz de enxergar os benefícios da “modernidade”. Por isso, é curioso a associação do maquinário à República, como contraposição ao atraso do Império.

Foi em 1º de janeiro de 1912 que Sun Zhongshan (Sun Yatsen) foi oficialmente proclamado Presidente Provisório da República da China, em Nanjing, uma vez que as forças revolucionárias tomaram a cidade. A eleição na verdade ocorreu sem sua presença em 29 de dezembro de 1911, mas o dia 1º foi escolhido como data oficial por ser mais auspicioso. O império Qing continuou existindo por pouco mais de um mês, enquanto as tropas do norte combateram as do sul e diversas províncias declararam independência e suporte aos republicanos. A 5 de janeiro de 1912, o presidente lançou o seguinte manifesto:

“Proclamamos agora a conseqüente derrubada do domínio despótico da Dinastia Manchu e o estabelecimento de uma república. A substituição em uma república por uma monarquia não é fruto de uma paixão transitória, mas o resultado natural de um desejo há muito acalentado de liberdade, contentamento e avanço. [...] Anterior à usurpação manchu do trono o território estava aberto às relações estrangeiras e existia tolerância religiosa [...]. Dominados por ignorância e egoísmo, os manchus fecharam o território ao mundo externo e mergulharam os chineses em um estado de ignorância mental calculado para operar inversamente aos seus talentos naturais, deste modo cometendo um crime contra a humanidade e as nações civilizadas que é quase impossível de expiar.”³⁸²

³⁸¹ É importante destacar que, apesar de não democrático, o governo imperial era entendido como funcionando sob alguns princípios democráticos característicos de governos parentais, tal como descritos em DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 2. Op. cit., pp. 6-7. Essa questão da “democracia” antes da República será tratada mais adiante, pois foi uma das contradições da interpretação que alguns observadores ocidentais tiveram sobre a sociedade chinesa que foi vinculada, não obstante, à questão do “refinamento chinês”.

³⁸² GILES, Herbert A. **China and the Manchus**. Cambridge: Cambridge University Press, 1912, pp. 129-131.

De certa forma, o discurso ocidental sobre a China talvez tenha aceito um pouco as atribuições pejorativas que os chineses anti-Qing lançaram ao longo do século XIX e XX – lembremos sempre dos Taipings, rebelião que se dizia cristã e contra os manchus estrangeiros. O fato de que o principal expoente do movimento republicano, Sun Zhongshan, era cristão e havia morado desde novo no exterior (Havaí), e lá estudado, contribuiu para a visão ocidental de que a República tinha grandes influências estrangeiras. No entanto, como explicou o sinólogo Paul Cohen, é preciso filtrarmos duas questões em relação ao que talvez consideremos influências ocidentais à China: a primeira é que o estrangeiro com o qual o chinês entrou mais em contato não foi um ocidental comum, mas uma pessoa excêntrica – nem todos se aventuravam para ir à China! A segunda é que a leitura das ideias ocidentais passou por lentes chinesas e mesmo antes, em larga medida, por lentes japonesas. Isso fez com que a aplicação de modelos entendidos como ocidentais, por parte do oficialato chinês, dificilmente pode ser concebida como puramente ocidental, senão como um hibridismo.³⁸³

Um exemplo vem do próprio termo para “revolução”, que em chinês escreve-se 革命 *gè míng*, literalmente “remover o mandato”, por si só uma releitura de um conceito pré-existente a partir de uma tradução japonesa do termo ocidental.³⁸⁴ Todavia, o termo esteve historicamente relacionado à derrubada de uma dinastia e sua substituição por outra, visto que os imperadores se legitimaram através do chamado Mandato Celeste (天命 *tiānmíng*), cuja revogação poderia levar à remoção do mandato, ou seja, 革命 *gè míng*. No caso dos eventos de 1912, um termo que muito apareceu nas descrições ocidentais foi “patriotismo”, que em chinês, por sua vez, escreve-se 爱国 *àiguó*, ou “amor pelo país”. O caractere tradicional de “amor” escreve-se 愛 *ài*, com o radical de “coração” (心 *xīn*) no centro. A legitimidade de manutenção e de queda de dinastias pode ser descrita, por ambos os lados a favor e contra na contenda pelo poder, como um embate de forças que se dizem representantes do “coração do povo”, ou da “vontade do povo”, escrito 人心 *rénxīn*. Estes eram termos interrelacionados na cultura política chinesa, onde era o Céu (天 *tiān*), através de anúncios naturais ou invasões estrangeiras e de demonstrações populares (人心 *rénxīn*), que removia um mandato (革命 *gè míng*) e transferia a legitimidade de governar a outro grupo. Este

³⁸³ COHEN, Paul A. **Discovering History in China**: American Historical Writing on the Recent Chinese Past. New York: Columbia University Press, 1984, pp. 12-16.

³⁸⁴ Ver CHEN JIANHUA. World revolution knocking at the heavenly gate: Kang Youwei and his use of *geming* in 1898. **Journal of Modern Chinese History**, Vol. 5, Issue 1, Junho de 2011, pp. 89-108.

grupo, agora instalado, viria, por sua vez, a trazer uma Grande União (大同 *dàtóng*) à China, inaugurando uma nova Era de Prosperidade.³⁸⁵

É importante termos em mente essas releituras para entendermos o quão autóctone foi o movimento chinês, inclusive conceitualmente, ainda que em diálogo com os desafios externos, e como aquilo que chamamos de modernidade ou modernização foi um fenômeno global, não simplesmente uma difusão de modelos de uma região (Europa ocidental) para o mundo. Essa relação curiosa entre os termos, seu entendimento (introjetado) e as práticas políticas do momento não pode ser desassociada das experiências históricas do povo chinês, que não deixaram de ter sido percebidas na época:

“E aqui tem uma coisa curiosa que vale perceber, uma coisa que possivelmente não aconteceria em nenhum outro lugar no mundo, mostrando quão irrevogavelmente a China se sente ligada ao passado. O Imperador Ming foi um chinês, e a República que acabou de derrubar a Dinastia Manchu é também chinesa, então, como marca de respeito, eles consertaram, de certa maneira, isso, a tumba do maior dos Imperadores Ming.”³⁸⁶

‘A China que sempre olha ao passado’ foi uma característica entendida como curiosa, porém também negativa, tal como observada por Mary Gaunt. Podemos enxergar retrospectivamente e, com uma visão de apreço histórico, anacronicamente talvez, entender esse processo com olhares mais positivos. Permite-nos entender momentos que, de outra forma, parecer-nos-ia anômalos, pois não se encaixam nos moldes ocidentais de um movimento revolucionário anti-imperial. Permite-nos enxergar a China mais do ponto de vista chinês, fugindo das lentes ocidentais que separam, em seu modelo pré-fabricado de entender o mundo, aquilo que os observadores da época de fato observaram e aquilo que já estava engendrado em seu entendimento daquele povo. Foi assim que a China parecia progredir ao mesmo tempo em que se apegava ao passado. Por isso, talvez, uma “Babilônia Moderna”, ou o que Mary Gaunt descreveu sobre o comportamento das pessoas no funeral da Imperatriz Longyu, em 1913: “Havia uma tal mistura do antigo e do descaradamente moderno.”³⁸⁷

³⁸⁵ Ainda que nos distanciemos no tempo, nos aproximando do século vigente, todas essas palavras e o sentido que carregam têm um peso simbólico muito vivo. Os quatro primeiros versos do hino de Taiwan, por exemplo, adotado nos anos 1920 pelo Partido Nacionalista, são: 三民主义 (Os Três Princípios do Povo), 五党所宗 (sigamos juntos), 以建民国 (para estabelecer uma República), 以进大同 (para alcançar a Grande União).

³⁸⁶ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 124. Trata-se da tumba de Zhudi 朱棣 (1360-1424), o Imperador Yongle 永乐, que transferiu a capital para Beijing, construiu a Cidade Proibida e lançou aos oceanos a frota de Zheng He.

³⁸⁷ Idem., p. 85.

Outros aspectos passaram também despercebidos. É prerrogativa de toda nova dinastia que se estabelece reorganizar o espaço e o tempo, estabilizando Tudo Sob o Céu (天下 *tiānxià*). Isso poderia ser feito ao se nomear as pessoas certas para os cargos certos;³⁸⁸ ao se reconstruir o que foi destruído, restaurar vegetações,³⁸⁹ renovar diques de rios, redistribuir terras e expandir as fronteiras; ao se padronizar a língua oficial e as medidas; ao se escrever a história da dinastia antecedente;³⁹⁰ e ao se estabelecer um novo calendário. Neste ponto, em contraposição ao tradicional uso do lunar, a República de Nanjing decidiu começar um calendário solar, sendo 1º de janeiro de 1912 a marca do primeiro ano da República.³⁹¹ Igualmente, poucos meses depois da fundação da República, o Ministério da Educação propôs uma padronização da “língua nacional” (国语 *guóyǔ*).³⁹² Reverências aos antepassados também foram feitas pelo Presidente Provisório

³⁸⁸ A 30 de outubro de 1911, a corte imperial reconheceu isso em um édito lançado em nome do imperador Xuantong: “Eu tenho reinado por três anos e sempre agi conscientemente dos interesses do povo, mas não empreguei as pessoas apropriadamente, não tenho habilidade política.” GILES, Herbert A. **China and the Manchus**. Op. cit., p. 125. A importância dos nomes está presente na tradição chinesa como um todo, mas um fragmento da passagem 13.3 dos *Analectos* serve de ilustração, onde consta: “O Homem Nobre talvez deva ter uma atitude de reserva com relação ao que não sabe: se os nomes não estão corretos, o falar não é fluente; se o falar não é fluente, os atos não se completam; se os atos não se completam, os Ritos e a Música não surgem; se os Ritos e a Música não surgem, as penas e as punições não alcançam sua justa medida; se as penas e punições não alcançam sua justa medida, o povo não sabe onde pôr os pés e as mãos. Portanto, o Homem Nobre, ao dar nome a algo, necessariamente deve ser capaz de comunica-lo a outra pessoa.” CONFÚCIO. **Os Analectos**. Op. cit., p. 389.

³⁸⁹ “WASHINGTON, 3 de Out.—A nova república da China tem incluído entre suas muitas reformas a serem realizadas o projeto de reflorestamento das vastas áreas que tem estado desnudadas por Eras.” THE NEW YORK TIMES. Matéria de 04/10/1913. China Restoring Forests. Republic Suffering Severely as Result of Stripping Woods. ProQuest Historical Newspapers: The New York Times, p. 19.

³⁹⁰ Essa foi uma prática comum. As próprias dinastias já escreviam suas histórias, ou *Registros* (实录 *shílù*). Os manchus não foram exceção e detinham, ao fim de seu longo reinado, uma vasta documentação sob *Os Registros das Sucessivas Eras do Grande Qing* (大清历朝实录 *dàqīng lìcháo shílù*). Geralmente, o que diferenciava a história escrita posteriormente era a identificação do momento em que a dinastia antecedente perdeu o Mandato, justificando a sua queda. Mais tarde, em 1914, o Departamento de História da Dinastia Qing (清史馆 *qīngshǐ guǎn*) foi estabelecido pelo governo republicano de Yuan Shikai para cumprir essa função. Como resultado, foi escrito o *Esboço Sobre a História da Dinastia Qing* (清史稿 *qīngshǐ gǎo*). Nesse caso, a compilação da história dos Qing pode ter tido intenções mais complexas por trás, pois, em finais do ano seguinte, Yuan Shikai eventualmente se proclamou imperador Hongxian 洪宪 do Império da China 中华帝国.

³⁹¹ Quando os taipings proclamaram o Reino Celestial da Grande Paz, também adotaram o calendário solar, com a exceção de que o dia em que a contagem começaria no dia em que foi adotado, de forma que 1º de janeiro do 1º ano equivalia a 4 de fevereiro de 1852. Nota-se também como a prática de divisão do tempo permaneceu em documentos oficiais republicanos. Por exemplo, no caso da Constituição Provisória, consta, no começo do documento: “Anúncio do dia onze do mês três do primeiro ano da República” (民国元年三月十一日公布 *mínguó yuánnián sānyuè shí gōngbù*). Ver: 中国第二历史档案馆, 北洋政府档, 国会, 中华民国临时约法, 1912-03-11. [Segundo Arquivo Histórico da China, Governo de Beiyang, Parlamento, Constituição Provisória da República da China, 11/03/1912]. Pode ser acessado em: <http://www.shac.net.cn:8081/shac/res/layouts/imageDetail.jsp?id=1>

³⁹² WAN DEFU. *The History of Language Planning and Reform in China: A Critical Perspective*. **Working Papers in Educational Linguistics**, Vol. 29, No 2, 2014, p. 73. A questão da escrita e da língua só de fato ganhou forças posteriormente, com intelectuais como Hu Shi e Lu Xun e movimentos como Nova Cultura e Quatro de Maio, que realizaram uma verdadeira revolução na simplificação, atualização, padronização e divulgação da língua chinesa.

Sun Zhongshan no túmulo dos imperadores Ming, próximo a Nanjing (ver Figura 8).³⁹³ Lá, ele teria dito: “Seu povo vem aqui hoje informar a Vossa Majestade da [nossa] vitória final [contra os invasores manchus].”³⁹⁴

Figura 8. Presidente Provisório Sun Zhongshan nas tumbas dos imperadores Ming³⁹⁵



Um novo calendário implica que há um novo ciclo ou uma nova Era. A noção cíclica – ou melhor, espiralada – da história está presente na cultura política chinesa e perpassa diversos de seus textos mais clássicos. Tomemos como exemplo *O Romance dos Três Reinos*, capítulo 1, quando a rebelião dos Turbantes Amarelos estava para lançar sua cruzada contra a dinastia Han,

³⁹³ Há mais de um túmulo Ming. De forma geral, divide-se entre os túmulos ao norte, onde Mary Gaunt esteve, e os túmulos ao sul, construídos em períodos referentes às capitais daquela dinastia, Nanjing e Beijing.

³⁹⁴ GILES, Herbert A. **China and the Manchus**. Op. cit., p. 139. O missionário inglês Arthur Evans Moule escreveu também, percebido à sua maneira, de como certas ideias ocidentais não poderiam ser simplesmente forçadas à realidade chinesa: “Consciente da ideia não-oriental e a-chinesa de uma República e temendo, talvez, as superstições ainda não totalmente erradicadas do olhar maligno dos Imperadores antigos da Dinastia Ming, a quem toda a China lamentou, suportou e esperou durante três séculos, e que tinha agora com os manchus expulsados de seus assentos pela República, o Dr. Sun Yat-sen [Sun Zhongshan], um cristão professado, e o principal conspirador na insurreição, ou melhor, o principal líder da Revolução bem-sucedida, vai às tumbas dos Imperadores Ming e os informa reverencialmente de sua traição, ou, de acordo com as ‘ideias Ocidentais’, de sua gloriosa Revolução.” MOULE, Arthur Evans. **The Chinese People**. Op. cit., p. 409. É curioso como não apenas a República, mas a própria ideia de “revolução”, tal como concebidas no ocidente, foi considerada como não pertencente ao imaginário chinês.

³⁹⁵ McCORMICK, Frederick. **The Flowery Republic**. Op. cit., p. 238. Fotografado pelo autor.

século II: “O céu azul está em declínio, logo o céu amarelo estará em ascensão. Com o começo de um novo ciclo, a prosperidade virá ao mundo.” A tradução “novo ciclo” não abarca o termo em chinês utilizado, 甲子 *jiǎzǐ*, que remete, por sua vez, ao primeiro ano do “Ciclo Sexagenário de Troncos e Galhos” (六十干支 *liùshí gānzhī*), uma forma muito antiga de organizar o calendário em ciclos de sessenta anos. Este calendário seria formado, por sua vez, pelos “[Dez] Troncos Celestes” (天干 *tiāngān*), que estariam associados aos dez dias da semana do calendário da dinastia Shang (segundo milênio a.C.), e pelos “[Doze] Galhos Terrestres” (地支 *dìzhī*), conectados aos doze meses e aos animais do zodíaco. Cada um desses teria relações a um dos cinco elementos chineses e ao *yinyang* 阴阳. Em chinês, a Revolução Republicana de 1911 é chamada de “Revolução do Quadragésimo-Oitavo Ano [do Ciclo Sexagenário]”, ou 辛亥革命 *xīnhài gé mìng*. Dito isso, 辛 *xīn* é o oitavo dos dez Troncos Celestes, associado ao elemento metal e ao ponto cardeal oeste, e 亥 *hài* é o décimo segundo Tronco Terrestre, ano do zodíaco do porco e do inverno. Curiosamente, na cosmologia chinesa dos cinco elementos (五行 *wǔxíng*) o metal é gerado pela terra, que foi o elemento escolhido pela dinastia Qing.

Igualmente, voltemo-nos a um dos textos mais autoritários da longa tradição chinesa: *O Livro das Mutações* (易经 *yìjīng*). A obra foi dividida em 64 hexagramas formados, cada qual, por uma série de três trigramas. Por sua vez, cada trígama é formado por uma elaboração entre as quatro manifestações do *yinyang*, ou o que Marcel Granet chamou de “pequeno yin” (*yang* em processo de se tornar *yin*), “grande yin” (*yin* completo), “pequeno yang” (*yin* em processo de se tornar *yang*), “grande yang” (*yang* completo). Como tudo no mundo, também o Estado, as instituições e a sociedade humana perpassam esse ciclo de mutações. No caso da República, prestemos atenção no hexagrama de número 24, cujo título é “Retorno” (復 *fù*). Ele é formado por dois trigramas de “grande yin” acima e um trígama de “pequeno yang” abaixo, o que significa o seguinte, segundo Richard Wilhelm:

“O ponto de mutação é sugerido pelo fato de que após as linhas obscuras [*yin* 阴] expulsarem do hexagrama as linhas luminosas [*yang* 阳] acima, uma outra linha luminosa surge novamente, embaixo. O tempo das trevas passou. O solstício de inverno traz a vitória da luz. Este hexagrama é atribuído ao décimo primeiro mês, o mês do solstício (dezembro-janeiro).”³⁹⁶

³⁹⁶ **I CHING:** O Livro das Mutações. Comentários e tradução ao alemão por Richard Wilhelm. Prefácio de Carl G. Jung. Tradução ao português de Alayde Mutzenbecher e Gustavo Alberto Corrêa Pinto. São Paulo: Pensamento, [1953] 2006, p. 91.

Seja como for, a República da China, proclamada em janeiro, queria ser vista – e tratada – como uma nação igual às demais. Este não era um império fundado sob um Mandato Celeste, mas uma república fundamentada, como pontuou John S. Gregory, no Mandato do Povo.³⁹⁷ Isso serve para demonstrar, à vista dos parágrafos anteriores, que ainda que possamos identificar continuidades no governo republicano, as rupturas não devem ser menosprezadas: e esse foi, de fato, um momento que assistiu a grandes e significativas rupturas. No manifesto republicano de janeiro de 1912, após denunciar todos os malfeitos realizados pela dinastia Qing contra o desenvolvimento chinês (vide: nação e povo), foi anunciado que: “Um remédio para esses males possibilitará a entrada da China na família das nações.”³⁹⁸ Disseram ainda que respeitariam todos os tratados assinados anteriormente e pagariam todos os empréstimos feitos à corte imperial, porém repudiariam qualquer novo tratado posterior à revolução. Afinal, o sistema de tratados foi um modelo de relacionamento internacional com a China que a colocou em uma posição de subalternidade, não igualdade.

Comumente associa-se à revolução de 1911 os “Três Princípios do Povo” (三民主义 *sānmín zhǔyì*), que eram: Consciência Nacional (民族 *mínzú*), voltada principalmente à consciência chinesa contra os manchus, Direitos do Povo (民权 *mínquán*), que seriam: iniciativa, referendo, eleição e revogação de mandatos, e Subsistência do Povo (民生 *mínshēng*), preocupada em reorganizar a agricultura e impedir a especulação fundiária.³⁹⁹ De acordo com Immanuel Hsü, a ideia era não a de realizar um governo baseado na divisão dos três poderes, mas sim um que tivesse cinco instâncias: executivo, legislativo, judiciário, supervisória e examinadora, onde estas últimas teriam funções similares àquelas do censor e do concurso público do império.⁴⁰⁰ Todavia, é bom lembrar que esses princípios foram aprimorados apenas por volta de 1924, em outro contexto revolucionário.

Por outro lado, os objetivos da Aliança das Sociedades Revolucionárias foram lançados na data de sua formação, 1905, em um manifesto apresentado por Sun Zhongshan, que proclamava: primeiro, expulsar os manchus; segundo, “restaurar nosso Estado nacional” (ou seja, colocar os han no controle do governo); terceiro, estabelecer uma república “baseada na

³⁹⁷ GREGORY, John S. *The West and China since 1500*. Op. cit., p. 132.

³⁹⁸ Citado em: GILES, Herbert A. *China and the Manchus*. Op. cit., p. 132.

³⁹⁹ HSÜ, Immanuel C. Y. *The Rise of Modern China*. Op. cit., p. 159. CHESNEAUX, Jean; BASTIDE, Marianne; BERGÈRE, Marie-Claire. *China from the Opium Wars to the 1911 Revolution*. Op. cit., p. 367.

⁴⁰⁰ HSÜ, Immanuel C. Y. *The Rise of Modern China*. Op. cit., p. 159.

igualdade”; quarto, equalizar as propriedades rurais e desmontar monopólios.⁴⁰¹ Este último fazia parte do que Sun Zhongshan chamou de 国民革命 *guómín géming*, ou “revolução nacional do povo”, como parte de seu projeto de não meramente expulsar os manchus, mas “também mudar a forma de governo e os meios de vida do povo.”⁴⁰² Este aspecto talvez possa ser identificado na entrevista que ele prestou ao sociólogo francês Fernand Farjanel (?-1918), que esteve na China durante a revolução. Segundo o autor, seu entrevistado estava convicto de que “o atual regime de propriedade” euro-americano era insustentável e levaria a futuras revoluções sociais, donde o entrevistador constatou que:

“Sem dúvidas, o doutor [Sun Zhongshan] tinha certas ideias socialistas; ele não queria que um industrialismo desregulado se introduzisse em seu país para ali criar um proletariado urbano e provocar uma revolução social no futuro, onde ele estima males mais terríveis do que os de uma revolução política; sem dúvidas também, ele queria que o novo regime de propriedade, proveniente da revolução, não criasse um direito absoluto para o proprietário, e que a mais valia existente do desenvolvimento econômico geral beneficiasse o coletivo.”⁴⁰³

No entanto, talvez sequer possamos dizer que essas eram as bases ideológicas do movimento revolucionário como um todo, pois havia rivalidades territoriais gritantes – e mesmo rivalidades políticas dentro do próprio grupo republicano. A República da China (ver Mapa 11), proclamada em Nanjing, competia ainda com os republicanos de Wuchang, que começaram a revolução em outubro de 1911, com outro grupo republicano em Shanghai, chefiado pelo antigo diplomata Wu Tingfang, com governadores de províncias independentes que se comprometeram com a República apenas em nome, e principalmente com o norte imperial, sob controle do Primeiro Ministro e Comandante-em-Chefe do Exército de Beiyang, Yuan Shikai.⁴⁰⁴

⁴⁰¹ TENG, Ssu-yü & FAIRBANK, John K. **China's Response to the West**. Op. cit., Documento 56, pp. 227-228.

⁴⁰² Idem., p. 227. Ele inclusive evocou as máximas da Revolução Francesa: igualdade, liberdade e fraternidade. Wu Tingfang foi outro que associou o movimento chinês à independência dos EUA e à Revolução Francesa.

⁴⁰³ FARJENEL, Fernand. **A Travers la Révolution Chinoise**: Mes Séjours dans le Sud et dans le Nord, L'Évolution des moeurs, Entretiens avec les chefs des partis, L'emprunt inconstitutionnel – Le coup d'État. 3^a Ed. Paris: Librairie Plon, 1914, pp. 277-278. Sobre o socialismo, ademais, uma matéria de 05/04/1912 do *The New York Times*, replicando uma entrevista que Sun Zhongshan deu ao *The Daily Telegraph*, informou que ele teria dito que “a política futura da República será na direção do Socialismo.” *New York Times* (1857-1922); Apr 5, 1912; ProQuest Historical Newspapers: The New York Times, pg. 4.

⁴⁰⁴ Uma forma de unificar esses grupos diversos, mesmo que superficialmente, foi integrá-los no governo: Li Yuanhong, chefe dos revolucionários de Wuchang, assumiu como Vice-Presidente Provisório; Wu Tingfang, da junta de Shanghai, assumiu como Ministro da Justiça; etc.

Mapa 11. Expansão do Movimento Revolucionário (outubro e novembro de 1911)⁴⁰⁵



Portanto, foi inevitável que o império perdesse, pouco a pouco, o que restava de um governo centralizado. A Mongólia Exterior e o Tibete (Xizang 西藏), aproveitando a instabilidade política, declararam-se formalmente independentes da China em 11 de janeiro de 1913, respectivamente sob influência russa e inglesa.⁴⁰⁶ Os japoneses também tentaram expandir

⁴⁰⁵ Mapa baseado em uma tabela presente em: CHESNEAUX, Jean; BASTIDE, Marianne; BERGÈRE, Marie-Claire. **China from the Opium Wars to the 1911 Revolution**. Op. cit., p. 372. Detalhes também podem ser encontrados em HSU, Immanuel C. Y. **The Rise of Modern China**. Op. cit., pp. 468-469. Ma Anliang herdou o governo em Xining, a partir de onde exercia influência na província de Gansu e em Qinghai, depois da morte de seu pai, Ma Zhan'ao, em 1886. Ma Anliang veio a falecer em 1918 e foi o *de facto* governador dessa região. Ver: LIPMAN, Jonathan N. Ethnicity and Politics in Republican China: The Ma Family Warlords of Gansu. **Modern China**, Vol. 10, No. 3 (Jul., 1984), pp. 295-296. Yang Zengxin estabeleceu seu domínio no Xinjiang durante a revolução de 1911. Ver: GARNAUT, Anthony. From Yunnan to Xinjiang: Governor Yang Zengxin and his Dungan Generals. **Etudes Orientales**, n° 25 (1º semestre de 2008), p. 96.

⁴⁰⁶ Já no começo de 1913, o correspondente de guerra Frederick McCormick escreveu sobre uma conversa com um chinês a caminho da China pela transiberiana: “Também soube dele que as notícias da ascensão dos mongóis em Uрга não tinham chegado a Manchuli [Manzhouli 滿洲里, cidade próxima à fronteira entre a então província de Heilongjiang, a Rússia e a Mongólia]. No entanto, os dignitários mongóis faziam viagens frequentes para o 'grande

sua esfera de influência na Manchúria, provavelmente com vistas a uma integração futura. Essa questão levou a um choque de interesses com a Rússia, que figurou nos jornais por um tempo e permitiu que países sem zonas de influência explícitas, como os Estados Unidos, tentassem intervir diplomaticamente com vistas a garantir interesses comerciais.

Por um certo tempo, acreditou-se no Ocidente que a China ficaria dividida entre dois grupos políticos: uma monarquia parlamentar no norte e uma república constitucional no sul.⁴⁰⁷ As pressões continuaram crescendo contra a corte, agora partindo dos oficiais do Exército de Beiyang. A regente, então Imperatriz Longyu – o Príncipe Chun fora afastado –, anunciou, em nome do Imperador Xuantong e após muitas negociações, a abdicação e o fim do Grande Qing em 12 de fevereiro de 1912. Yuan Shikai, que teve um grande papel nesse processo, tornou-se o Presidente Provisório da República da China (10 de março), assumindo o lugar de Sun Zhongshan, que resignou (1º de abril) para garantir a unidade nacional, como prometido.⁴⁰⁸

“A vontade da Providência [leia-se: do Céu] é clara e a vontade do povo é evidente. Como poderia eu, por causa da glória e da honra de uma família, frustrar o desejo de milhões? Por conseguinte, eu (a Imperatriz Viúva), com o Imperador, decido que a forma de governo da China deverá ser uma República Constitucional, para conformar com o desejo de todos dentro do Império e para agir em harmonia com os sábios antigos, que consideravam o trono como uma herança pública.”⁴⁰⁹

Inicialmente, a capital deveria ser mantida em Nanjing, longe do centro de poder do Exército de Beiyang, a constituição deveria ser respeitada (foi promulgada provisoriamente para conter Yuan Shikai em 11/03/1912) e novas eleições deveriam ser feitas para o executivo e o legislativo dentro de seis meses. Na prática, a capital foi deslocada para Beijing e o militarismo

oficial russo' em Harbin.” McCORMICK, Frederick. **The Flowery Republic**. Op. cit., p. 10. Ver localização de Urga no Mapa 11. De fato, uma delegação mongol foi enviada a Ha'erbin (ou Harbin) e a São Petersburgo, de onde saiu o Tratado Russo-Mongol, assinado a 3 de novembro de 1912. A data de 11 de janeiro de 1913 foi acordada entre os governos da Mongólia e do Tibete. No caso mongol, o consenso foi alcançado no Acordo Russo-Chinês assinado a 5 de novembro de 1913. As negociações com os tibetanos ocorreram por intermédio da Grã-Bretanha. O Tibete só veio a ser reintegrado à China em 1950 e a Mongólia Exterior permanece independente.

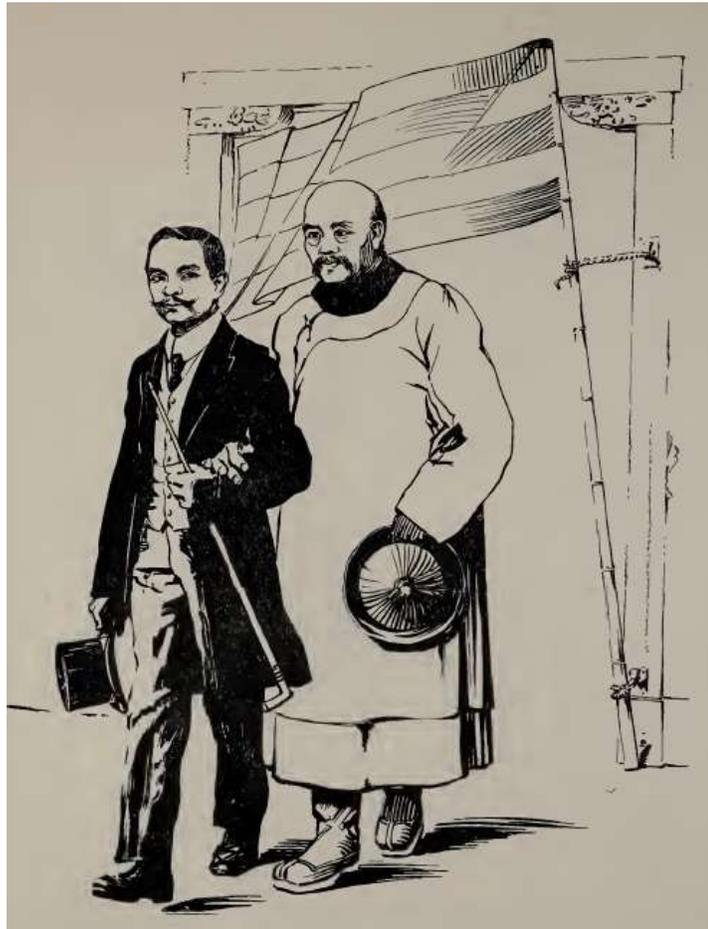
⁴⁰⁷ THE NEW YORK TIMES. New York Times (1857-1922); Jan 9, 1912; ProQuest Historical Newspapers, p. 12. “TWO CHINAS”: “Se uma república decentemente republicana e uma monarquia realmente constitucional puderem se estabelecer, talvez não seja impossível manter uma ordem razoável e relações pacíficas e amigáveis entre elas. Uma condição indispensável seria o livre comércio entre ambas [...]” Arthur Judson Brown mencionou a mesma coisa. BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., p. 174.

⁴⁰⁸ Para ser mais exato, Sun Zhongshan resignou do cargo de Presidente Provisório em 14 de fevereiro, mas como as negociações continuaram, o seu gabinete, com ele incluso, somente resignou em 1º de abril. A Assembleia Legislativa de Nanjing foi transferida para Beijing dois dias depois.

⁴⁰⁹ Primeiro dos três éditos de 12 de fevereiro de 1912, citado em: GOWEN, Herbert. **An Outline History of China**. Part II. Op. cit., p. 187.

tomou conta do governo; os rivais políticos de Yuan foram eliminados e ele foi eleito, em 1913, o Primeiro Presidente da República da China. Diversos grupos se separaram da Aliança das Sociedades Revolucionárias e novos partidos políticos foram elaborados, como o Partido Nacionalista (国民党 *guómíndǎng*), em dezembro de 1912, que viria a disputar a hegemonia política com os comunistas nos anos 1940, e seus rivais, o Partido Progressista (进步党 *jìnbùdǎng*), que apoiavam o governo de Yuan Shikai.

Figura 9. “Bravo!” (24 de fevereiro de 1912)⁴¹⁰



Sun Zhongshan à esquerda, vestido de trajes ocidentais. Yuan Shikai à direita, vestido como oficial do império e segurando o chapéu de mandarim. Atrás, a "bandeira arco-íris" da República.

A bandeira revolucionária (ver Figura 9), também chamada de “Bandeira Arco-íris”, era formada por cinco cores associadas aos cinco elementos da tradição chinesa, em ordem, de cima para baixo: vermelho, amarelo, azul, branco e preto. Na tradição chinesa, o simbolismo dessas

⁴¹⁰ VALDAR et. al. **The History of China for 1912 in 52 Cartoons**. With Explanatory Notes in English and Chinese. Shanghai: “The National Review”, s.d. [1913], s.p.

cinco cores e elementos fundamentava a ordem imperial, particularmente uma nova ordem que se estabelecia em detrimento da anterior. Cada elemento, por sua vez, teria a capacidade de gerar ou destruir outros. A dinastia Ming, por exemplo, teve para si a cor vermelha e o elemento Fogo 火 que, como tal, teria o poder de destruir o Metal 金 e gerar a Terra 土. Portanto, não foi estranho que a dinastia manchu que a sucedeu, inicialmente chamada Império Dourado Posterior 后金国 em alusão a uma outra dinastia manchu do século XII, decidiu alterar seu nome para Império da Grande Pureza 大清帝国, pois o primeiro tomava para si a cor branca e o elemento Metal, enquanto o segundo representava a cor amarela, associada ao elemento Terra.⁴¹¹

Todavia, no caso republicano, as cinco cores da bandeira representavam algo mais: as principais cinco etnias, ou nacionalidades, que compunham o antigo império e a nova república. Em ordem, associados às cores, figuravam: os han, os manchus, os mongóis, os hui e os tibetanos. Nota-se como os chineses han foram representados pela cor vermelha, que foi a mesma utilizada pelos Ming, enquanto os manchus pela amarela, a dos Qing. Percebe-se também que foi feita uma associação territorial a esses grupos: os chineses como habitantes da “China Própria”, os manchus da Manchúria, os mongóis da Mongólia, os hui do Xinjiang e os tibetanos do Tibete. Estava longe da lógica do Estado-nação de “cada povo com sua nação” e mais próximo, de certa forma, ao modelo imperial de administração. Isso não deve ser visto como uma corrente antiprogressista; muito pelo contrário, serve como um exemplo de que não há um modelo específico, senão práticas e opções que melhor condizem com uma determinada situação. No entanto, foi também herdeiro da Nova Política Qing e de uma tentativa de associar todo o território político à China: todos seriam chineses independentemente da etnia.

Seja como for, pode-se dizer que Yuan Shikai, a partir do momento que ascendeu à presidência e até sua morte alguns anos depois, presidiu tanto quanto reinou a China: dissolveu o Parlamento nos primeiros meses de 1914 e alterou a constituição para lhe conferir os poderes máximos do que consideraríamos prerrogativas do executivo, legislativo, judiciário e de comandante militar.⁴¹² Ou seja, uma ditadura. De fato, em entrevista ao *The New York Times*, o jornalista britânico John Otway Percy Bland (1863-1945) teria dito: “Apenas um nome foi

⁴¹¹ Sobre os diferentes elementos e cores adotados pelas múltiplas dinastias chinesas, ver: GAO JINGYI. Official Colours of Chinese Regimes: A Panchronic Philological Study with Historical Accounts of China. **TRAMES**, Vol. 16 (66/61), Nº 3, 2012, pp. 237–285

⁴¹² SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna: Quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 282. Além disso, o termo da presidência foi alterado para 10 anos, sem restrição de reeleições. Ver HSÜ, Immanuel C. Y. **The Rise of Modern China**. Op. cit., p. 479.

alterado. A China continua a ser dominada exatamente pelas mesmas forças que [a] dominavam antes da mudança.”⁴¹³ Discursos como esse em 1912 foram incomuns. Por outro lado, Yuan Shikai era famoso desde antes da queda do império por sua perspectiva reformista (diga-se, modernizadora) e sua aproximação com ocidentais. Esses fatores permearam também o seu governo, que foi marcado pelo emprego de estrangeiros na administração pública e pela decisão de dar continuidade às reformas da Nova Política Qing. No começo de 1912, por exemplo, o correspondente de guerra americano Frederick McCormick publicou um artigo onde escreveu:

“A China é a nação de maior massa no mundo em um estado de mudança e progresso, possui as bases e expectativas visíveis para se tornar uma potência de primeira classe; [e] fornece não apenas o mais importante exemplo de um esforço feito por um governo representativo, mas a tentativa mais importante na história do homem.”⁴¹⁴

Ele também foi um exímio e experiente estadista que procurou apoio das potências estrangeiras. Nesse caso, foi marcado por um contexto mais delicado. Se a situação com o imperialismo estrangeiro já estava difícil para o império Qing, o estabelecimento de um novo governo dificultou ainda mais a condição de subalternidade do país. Apesar dos manifestos em que a China tentou se colocar como uma nação moderna de igual categoria às ocidentais, o fenômeno da revolução criou um novo mecanismo de extorsão: o reconhecimento do novo governo. Nascida no primeiro dia de 1912, oficialmente unificada em março do mesmo ano, a República da China demorou a ser reconhecida. Isso porque o financiamento estrangeiro se tornou necessário para o funcionamento das instituições governamentais, principalmente o pagamento do Exército de Beiyang, de forma que a aceitação do novo governo se tornou um mecanismo de barganha por concessões político-econômicas.

Em finais de 1912, o major e cirurgião militar americano Louis Livingston Seaman participou de uma conferência na Universidade de Clark, onde defendeu que os EUA deveriam reconhecer o novo governo chinês. Observador *in loco* durante o conflito russo-japonês, ele começou pronunciando que “O problema do Oriente é o problema do século XX e hoje a China é

⁴¹³ THE NEW YORK TIMES. Matéria de 18/11/1912. “Assers China isn't Really a Republic”. p. 4. Vale ressaltar que ele, escritor de muitas obras sobre a China e conhecido pelas siglas ‘J.O.P. Bland’, forjou dados em um livro que publicou após o Movimento Boxer, segundo Robert Bickers. BICKERS, Robert. **The Scramble for China**. Op. cit., p. 356.

⁴¹⁴ McCORMICK, Frederick. The Open Door. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 39, 1912, p. 58.

a sua chave.”⁴¹⁵ Em um linguajar comum para a época, mas duplamente carregado de sentido por conta de sua profissão, Louis Livingston defendeu o caráter pacífico em que se deu a revolução e a influência do ocidente:

“Foi uma evolução ao invés de revolução, [onde] o mais potente dos fatores foi aquele da paz, não da guerra. Foram os resultados do comércio com nações ocidentais, a importação de invenções modernas, ferrovias, telégrafos, jornais; o trabalho de missionários cristãos, escolas e faculdades por eles estabelecidas; mas, acima de tudo, a influência de estudantes chineses que foram educados em universidades estrangeiras, e que carregaram de volta a sua terra nativa os altos ideais do governo ocidental.”⁴¹⁶

O autor, ademais, utilizou-se do reconhecimento da República do Brasil em 1890 como referência para defender que a República da China deveria também ser reconhecida. Segundo ele, a China pagaria os empréstimos se fosse dada a ela a oportunidade, pois o chinês era honesto e o reconhecimento os incentivaria a continuar suas reformas. Nessa época, um consórcio de bancos conhecidos inicialmente como Os Bancos das Seis Potências negociou os termos do empréstimo que o governo de Yuan Shikai necessitava para começar a funcionar apropriadamente – no mínimo, garantindo o pagamento dos oficiais e soldados do Exército de Beiyang, sustentação de seu governo.⁴¹⁷ Herbert Gowen parece ter reconhecido esse mesmo problema quando disse que “A grande fraqueza da República até agora tem sido financeira, ao invés de política.”⁴¹⁸

Os EUA foram a primeira potência dos tratados a reconhecer o novo governo, tendo-o feito a 2 de maio de 1913; a Grã-Bretanha só depois que Yuan Shikai cedeu o Tibete e a Rússia fez o mesmo com a Mongólia, enquanto o Japão só reconheceu após a garantia de concessões

⁴¹⁵ SEAMAN, Louis Livingston. **The Recognition of the Chinese Republic**. Adress of Major Louis Livingston Seaman, M.D., A.B., LL.B., F.R.G.S., delivered at The Conference on Recent Developments in China, Held at Clark University, Worcester, November 13th, 1912. Nova York, 1912, p. 2. Não era algo incomum dentre os estudiosos ou interessados na China. Vimos semelhante discurso em Charles Denby Jr. Arthur Judson Brown também citou a seguinte fala de John Hay, Secretário de Estado dos EUA: “The political storm-centre of the world has shifted steadily eastward from the Balkans, from Constantinople, from the Persian Gulf, from India, to China; and whoever understands that Empire and its people has a key to world-politics for the next five centuries.” BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., p. 192.

⁴¹⁶ SEAMAN, Louis Livingston. **The Recognition of the Chinese Republic**. Op. cit., pp. 4-5.

⁴¹⁷ Isso não deve ser menosprezado. Nesse momento delicado da história chinesa, as relações pessoais entre o comandante e os comandados definiam as fidelidades políticas e elas eram motivadas, em grande parte, pela segurança econômica. Ademais, houve resistência contra o governo de Yuan, particularmente a partir de 1913, tanto no Sul da China, com cliques republicanos separatistas, como no Norte, com a Rebelião de Bai Lang (1913-1914) da qual Mary Gaunt falou.

⁴¹⁸ GOWEN, Herbert. **An Outline History of China**. Part II. Op. cit., p. 196.

ferroviárias na Manchúria.⁴¹⁹ Antes de todos, no entanto, quando a Assembleia Nacional da China abriu a primeira sessão em 8 de abril de 1913, o Brasil, o Peru e outros países latino-americanos reconheceram o novo governo chinês.⁴²⁰ Louis L. Seaman, que palestrou antes desses reconhecimentos, pôde, no entanto, observar a política britânica e russa, ao que chamou de *squeeze*, uma forma interessante de inverter o uso de um termo que pejorativamente foi utilizado para descrever práticas chinesas associadas a corrupção e extorsão. “Assim, parece que a vivisseção do homem doente do Extremo Oriente pode prosseguir imprudentemente, sem consideração dos interesses do paciente sob o bisturi.”⁴²¹

Isso parece mais claro quando vemos que, além dessas concessões, o governo de Yuan Shikai alienou parte do que ainda restava das receitas do Estado como garantia do empréstimo ao consórcio de bancos. Um desses sacrifícios foi o importante monopólio de sal, que passou para mãos estrangeiras. De acordo com Charles Denby Jr., as receitas do comércio de sal na China, ultrapassaram as da alfândega e arrecadaram cerca de USD \$29 milhões no ano de 1914.⁴²² Digasse de passagem, a alfândega chinesa estava também sob mãos estrangeiras, particularmente britânicas, desde 1860. Ele ainda escreveu que estava em andamento a negociação de um empréstimo americano onde os credores tentavam adquirir, como garantia, o controle sobre a taxa de terra da China.⁴²³

Fernand Farjenel, professor sociólogo francês, foi um dos poucos que pontuou a contradição de tais práticas com um dos objetivos centrais do estabelecimento da República: a

⁴¹⁹ SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna**. Op. cit., p. 282. Isso não quer dizer que os Estados Unidos também não tenham tirado as suas vantagens. Com a aliança entre Japão e Grã-Bretanha e França e Rússia, o embaixador alemão em Washington, D.C., Johann Heinrich von Bernstorff (1862-1939), contactou o Secretário de Estado, Philander C. Knox (1853-1921), sobre informações confidenciais do governo americano acerca do andamento do movimento revolucionário chinês. A resposta: “uma política de estrita neutralidade”. Todavia, isso não impediu os americanos de angariar concessões ferroviárias e de intervir nos interesses russo-japoneses na Manchúria. As demais potências não viram essas atitudes mais agressivas com bons olhos. FULLER, Joseph V & DENNETT, Tyler (Eds.) **Papers Relating to the Foreign Relations of the United States**, With the Annual Message of the President Transmitted to Congress, December 3, 1912. Washington: United States Government Printing Office, 1919, Documentos 22-115.

⁴²⁰ WOODHEAD, Henry George Wandesforde & BELL, Henry Thurburn Montague. **The China Year Book**. Londres: George Routledge & Sons, 1914, p. 542.

⁴²¹ SEAMAN, Louis Livingston. **The Recognition of the Chinese Republic**. Op. cit., p. 13.

⁴²² DENBY JR., Charles. The National Debt of China - Its Origin and Its Security. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 68, novembro de 1916, p. 68.

⁴²³ Ibidem. As ambições do autor demonstram as projeções de seu país. Escrevendo em 1916 sobre o fato de que a China precisaria de dinheiro estrangeiro, mas que os países europeus em guerra não teriam como oferecer, Denby Jr. disse que essa seria uma oportunidade para os EUA: “Os Estados Unidos serão chamados para providenciar esses fundos. Será, então, o dever dos financiadores americanos considerar se emprestarão dinheiro aos europeus para permiti-los explorar os campos da China, ou se não seria mais sábio explorar aquele campo eles mesmos.” (p. 70).

independência chinesa do julgo estrangeiro, seja ele manchu, ocidental ou japonês. A imprensa francesa, segundo ele, negligenciou a inconstitucionalidade das concessões e os protestos do Parlamento, ao mesmo tempo em que não questionou que uso faria Yuan Shikai do novo financiamento.⁴²⁴ Assim como na imprensa americana, os observadores ocidentais que pontuaram a questão parecem tê-lo feito, em grande parte, do ponto de vista dos ganhos estrangeiros mais do que das perdas chinesas e, nesse sentido, tais concessões seriam um caminho para se alcançar o tão estimado progresso na China.

Para os Estados Unidos, a maior república dentre as potências estrangeiras, a escolha chinesa pelo republicanismo foi como um suporte ao seu modelo político.⁴²⁵ Em uma época de desorganização do Estado chinês durante a consolidação inicial da República, esse foi também um momento de oportunidade comercial aos americanos, que teriam mais a perder com a expansão das zonas de influência econômicas das demais potências. Ainda em maio de 1913, por exemplo, antes do reconhecimento britânico, o *The New York Times* publicou uma entrevista com o presidente chinês da Comissão de Proibição ao Ópio, em visita a Londres, onde ele teria dito: “Veja, [...] a América nos devolveu sua parte da indenização dos Boxers e ela nos tem dado reconhecimento. A Grã-Bretanha nos tem dado ópio. Você pode se perguntar que a América ganha, em nossos mercados em desenvolvimento, o que a Grã-Bretanha perde?”⁴²⁶ Essa perspectiva positiva da imprensa americana e alemã foi observada pelo jornalista Jean Rodès, que escreveu que elas se colocaram naturalmente como “amigas da China”.⁴²⁷ Os inimigos, também entendido sob o epíteto de “inimigo natural”, seriam os japoneses belicosos, os russos expansionistas e os ingleses imorais exportadores de ópio.⁴²⁸

Isso é particularmente interessante, pois, como vimos, em 1907 e 1911 foram firmados acordos entre o Grande Qing e o Império Britânico para facilitar o fim do ópio indiano na China. No entanto, a revolução de outubro e a desestabilidade política que se seguiu, mesmo após a

⁴²⁴ FARJENEL, Fernand. *A Travers la Révolution Chinoise*. Op. cit., p. 348.

⁴²⁵ Alguns observadores perceberam isso, como Arthur Judson Brown, que escreveu: “Todos os tronos no mundo estão enfraquecidos porque o povo chinês destronou um soberano e estabeleceu uma República [...]” BROWN, Arthur Judson. *The Chinese Revolution*. Op. cit., p. 185.

⁴²⁶ THE NEW YORK TIMES. Matéria de 13/05/1913. We Gain and England Loses: Resentment at British Opium Traffic. By Marconi Transatlantic Wireless Telegraph to The New York Times. ProQuest Historical Newspapers: The New York Times, p. 3.

⁴²⁷ RODÈS, Jean. *Le Céleste Empire Avant la Révolution*. Op. cit., p. 230.

⁴²⁸ Frederick McCormick chegou até a separar os amigos dos inimigos entre potências capitalistas (EUA, França, Alemanha e Grã-Bretanha, ainda que os franceses e os ingleses menos amigos), e as potências militares não-capitalistas. McCORMICK, Frederick. *The Flowery Republic*. Op. cit., p. 287. Sobre os japoneses, ele elaborou melhor: “O Japão não é uma nação capitalista, mas uma militarista que apoia na oportunidade.” (Idem., p. 326).

relativa união sob o governo de Yuan Shikai, alterou um pouco a campanha contra o ópio. Não que ela tenha cessado, já que sua aplicação era feita por governadores de província e estes continuaram sendo os mesmos em grande medida, mas muitos camponeses e arrendatários viram a oportunidade de voltar a cultivar a papoula como meio de subsistência. Seja como for, a campanha continuou relativamente bem-sucedida e após negociações em 1912-1913 o governo da Índia foi solicitado a parar de exportar ópio para a China. Muitas empresas britânicas visaram mover o ópio estocado nos portos chineses, estimado em £6 milhões, para o México, ou contrabandeá-los na China ou nos EUA.⁴²⁹

De fato, como sabemos, o comércio e o tráfico continuaram oficialmente ao menos até 1917, apesar das negociações e das campanhas do governo republicano. Seria curioso mapear para onde foi enviado todo o ópio que não mais encontrava tanto espaço na China. Apesar da diminuição do volume da droga exportado pelo Raj – e principalmente por causa da diminuição da produção interna chinesa –, o comércio não deixou de ser lucrativo, visto que a menor quantidade da droga em circulação, em contrapartida à grande demanda, fez seu preço subir consideravelmente. Nisto está, talvez, um dos cerne da questão apontada pelo *The New York Times* acima. Aliás, o mesmo jornal publicou, em 31/08/1913, sobre “A Guerra da China ao Ópio”, onde informou que “Em 1910-11 a receita líquida do Governo da Índia pela exportação de ópio foi de \$31.357.655, ou quase três vezes a quantia derivada daquela fonte em 1892-93 [...]”⁴³⁰ Segundo a matéria, os preços da droga subiram 250% “nos últimos anos”.

Ademais, o problema do vício estava longe de acabar, pois o consumo de outras drogas foi se estabelecendo mesmo antes da diminuição da produção e da importação de ópio, e certamente com mais força depois disso. Dentre esses, a morfina e o láudano, também opioides, foram umas das que mais ganharam espaço. Segundo Kathleen L. Lodwick, a Alfândega de Shanghai relatou um aumento de pouco mais de quatro vezes na quantidade de morfina que chegou em seu porto entre 1892 e 1897, onde foi avaliada em \$172.578 dólares mexicanos.⁴³¹ Parte dessas drogas foram utilizadas, ora como pílula e ora como seringa, no tratamento ao vício de ópio – ao que levavam ao vício em morfina, láudano, etc., quando não a outros problemas de

⁴²⁹ LODWICK, Kathleen L. **Crusaders Against Opium**. Op. cit., pp. 176-177.

⁴³⁰ THE NEW YORK TIMES. China's War on Opium. Matéria de 31/08/1913. ProQuest Historical Newspapers: The New York Times, p. 10.

⁴³¹ LODWICK, Kathleen L. **Crusaders Against Opium**. Op. cit., p. 134.

saúde advindos do mau uso das seringas. Jean Rodès, no entanto, escreveu sobre outra droga quando esteve na capital, uma que estava ficando cada vez mais popular:

“O uso de ópio diminuiu consideravelmente em Pequim [Beijing]. Alguns alegaram que o número de fumantes caiu 80 por cento. Por outro lado, um vício novo havia feito sua aparição: usa-se mais e mais o álcool. Encontrava-se frequentemente, na rua, aquilo que outrora jamais se via: os bêbados. As rixas, anteriormente desconhecidas, se multiplicaram.”⁴³²

Seria interessante comparar o peso do alcoolismo e de outras drogas na população chinesa desse período com o das sociedades indígenas nas colônias europeias e no continente americano. Afinal, em ambos os casos os mundos com os quais estavam acostumados foram completamente desestruturados: na China, também, e talvez principalmente, pelas muitas crises internas. Seja como for, o problema do álcool não foi unicamente enfrentado pela China ou pelos povos americanos, mas foi um fenômeno global e diversos países estudaram proibir ou regular o consumo de tais bebidas na época. A nível civil, ficou conhecido como Movimento da Temperança, sendo a temperança uma das virtudes cardinais que ressalta o autocontrole (i.e., o domínio da razão sobre o instinto) contra a luxúria e outros ‘prazeres’. Todavia, mesmo isso adquiriu um aspecto evolucionista e liberal da luta entre nações:

“O movimento de temperança é um dos maiores do nosso tempo – um movimento pelo qual as pessoas ganharão autoconfiança e autocontrole. A nação que for a primeira a se libertar dos efeitos injuriosos do álcool alcançará, portanto, uma vantagem marcante sobre outras nações na amigável, ainda que intensiva, luta pela existência.”⁴³³

O impacto da revolução atingiu também outras áreas, para além do ópio e da bolsa de valores de Londres. O *The New York Times* publicou, a 18 de fevereiro de 1912, uma entrevista que fez com um indiano chamado Rastom Rustomjee, dando-nos uma perspectiva interessante da classe dominante indiana – favorável ao domínio britânico – sobre a questão. “‘O levante chinês’, ele disse, ‘está fadado a terminar em sucesso, e está igualmente fadado a ter uma tremenda influência sobre a Índia. [...] O efeito sobre a Índia será simplesmente aquilo que pode ser

⁴³² RODÈS, Jean. *Le Céleste Empire Avant la Révolution*. Op. cit., p. 152.

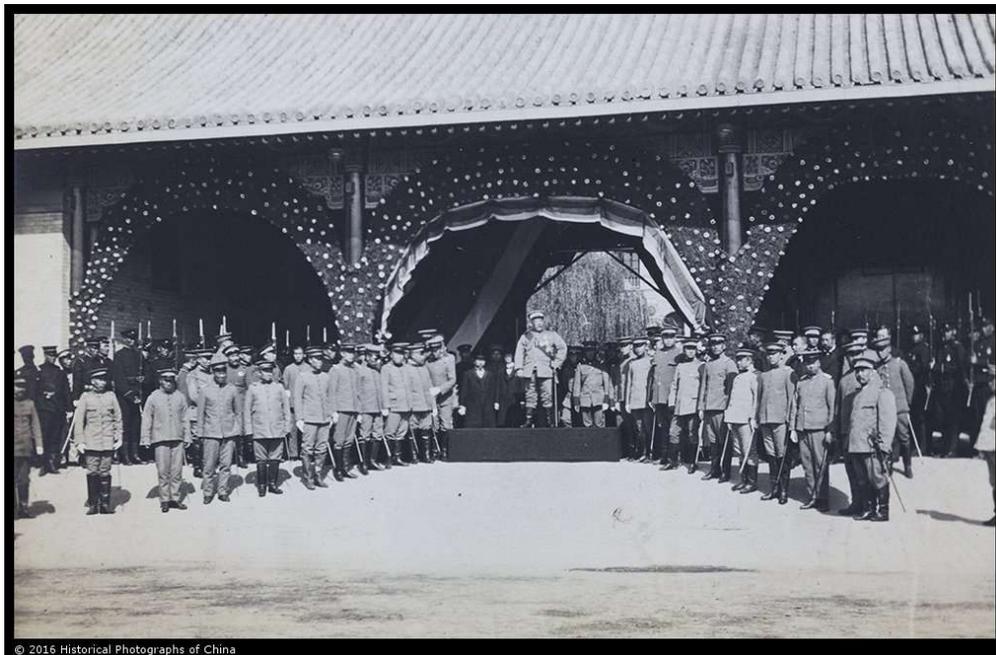
⁴³³ THE NEW YORK TIMES. The Kaiser Wants Germany to Give Up Its Beer. Matéria de 28/09/1913. ProQuest Historical Newspapers: The New York Times, p. SM9. A matéria inclusive fala sobre outras regiões do planeta. Sobre América Central e do Sul, diz que não havia movimento de temperança (e, logo, o álcool estava solto). Menciona o Rum brasileiro, forte e barato. Sobre a China, diz: “[...] na China tem havido sociedades da temperança nativas há anos em Hankow [Hankou], Nanquim [Nanjing], Cantão [Guangzhou], Foochow [Fuzhou], Pequim [Beijing], e outras cidades. É declarado que desde a guerra contra o ópio na China, os chineses parecem pretender substituir [pelo] whisky.”

expresso na única palavra ‘despertar.’”⁴³⁴ Entretanto, quando perguntado se os indianos estariam aptos para o autogoverno, ele respondeu que:

“Certamente não! Há muitas raças, pouquíssimos nativos letrados. Seria uma casa dividida contra si mesma. Por essa razão, eu acredito que a China não poderia, no presente dia, ser uma república bem-sucedida, mesmo admitindo a derrubada bem-sucedida dos manchus. O que a China deveria ter é uma democracia monárquica, exatamente como a Índia tem na [Grã-] Bretanha.”⁴³⁵

Arthur J. Brown também pareceu se posicionar de forma mais favorável à monarquia parlamentar. Separou o embate entre os dois modelos possíveis: o norte de Yuan Shikai, pró monarquia parlamentar, que “os amigos estrangeiros da China” acreditavam ser a melhor escolha porque o povo já estava acostumado, e a proposta republicana de Sun Zhongshan em outro polo.⁴³⁶ Por essa razão, seria curioso observarmos como foi interpretada pelos ocidentais a manobra de Yuan Shikai, em 1915, para se tornar imperador do novo Império da China, mas isso iria além do escopo desta pesquisa.

Figura 10. Pronunciamento de Yuan Shikai para oficiais do exército (c. 1912)⁴³⁷



© 2016 Historical Photographs of China

⁴³⁴ THE NEW YORK TIMES. “Chinese Uprising Bound to Succeed”, says Parsee Savant: Rston. Matéria de 18/02/1912. ProQuest Historical Newspapers: The New York Times, p. SM7.

⁴³⁵ Ibidem.

⁴³⁶ BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., pp. 173-174.

⁴³⁷ Historical Photographs of China. University of Bristol - Historical Photographs of China reference number: WC01-205. See WC01-204. William Cooper Collection. Acesso em: <https://www.hpcbristol.net/visual/wc01-205>

Seja como for, a 10 de março de 1912, Yuan Shikai se tornou o Presidente Provisório da República da China. Como vimos, os bancos estrangeiros esperaram pelas eleições presidenciais do ano seguinte para lançar os seus empréstimos, o que foi acordado a 28 de abril de 1913. Ao fim, Yuan Shikai foi eleito, especialmente após o assassinato, a 20 de março de 1913, de seu principal rival político, Song Jiaoren 宋教仁 (1882-1913), líder do recém-formado Partido Nacionalista. Diga-se de passagem, foi o mesmo ano em que se discutia as concessões aos estrangeiros e os acordos concernentes à Mongólia e ao Tibete, com fortes críticas na Assembleia. A partir de 12 de julho de 1913, diversas províncias declararam independência e uma resistência se formou no sul da China, inicialmente em Nanjing e Guangzhou, contra o chamado Governo de Beiyang de Yuan Shikai, cada vez mais ditatorial (ver Mapa 12).

Mapa 12. Rebelião contra o governo de Yuan Shikai (julho de 1913)⁴³⁸



⁴³⁸ Mapa feito com base principalmente em: WOODHEAD, Henry George Wandesforde & BELL, Henry Thurburn Montague. **The China Year Book**. Londres: George Routledge & Sons, 1914, p. 545; e HSÜ, Immanuel C. Y. **The Rise of Modern China**. Op. cit., p. 478.

Muitos, afinal, suspeitaram que o próprio Presidente foi o responsável por encomendar o assassinato de seu rival. O antigo Ministro das Finanças Xiong Xiling, com quem Mary Gaunt se encontrou em campanha contra os mongóis, recebeu o cargo de Primeiro Ministro e foi despachado para pôr fim ao movimento.⁴³⁹ Nanjing caiu a 1º de setembro de 1913 e, no mês seguinte, o parlamento de maioria nacionalista promulgou a Constituição Preliminar do Templo do Céu (天坛宪草 *tiāntán xiàncǎo*), que estabelecia mais prerrogativas ao gabinete de ministros para tentar limitar os poderes do presidente.⁴⁴⁰ Ela não apenas foi ignorada, como em 4 de novembro os membros do Partido Nacionalista – e simpatizantes – foram expulsos da Assembleia Nacional. Esse movimento de Yuan Shikai não foi ignorado pelos observadores, ainda que apareça explicitamente como golpe de estado apenas em alguns livros, como o do professor Fernand Farjanel.⁴⁴¹ Ele apresentou alguns dados que demonstram a dimensão do ataque à instituição: foram expulsos 370 deputados (de um total de 596) e 132 senadores (de um total de 274) e os comitês republicanos do país foram dissolvidos, sob pena de seus membros serem considerados traidores!⁴⁴²

Com participação de Sun Zhongshan, o movimento de resistência a Yuan pode ser identificado na imprensa da época como “[Segunda] Revolução Chinesa” ou “Rebelião Chinesa”. No fim das contas, fracassou. Mesmo assim, o governo de Yuan Shikai nunca chegou a, de fato, presidir sobre uma China unificada tal como outrora fez o Grande Qing. Na prática, sua autoridade foi lentamente diluindo nas mãos de generais e governadores locais que tinham capacidade de mobilizar forças militares. Frederick McCormick escreveu sobre isso em 1913, quando disse que o governo republicano, assim que estabelecido nas mãos de Yuan Shikai, teve que enfrentar “revolucionários saqueadores, não patriotas, pilhando [por toda] a terra.”⁴⁴³ Porém, mesmo com a grave crise política, as esperanças do Partido Nacionalista de expulsar Yuan e reorganizar o governo também foram por água abaixo e, em dezembro de 1913, Sun Zhongshan precisou se exilar no Japão.

Louis L. Seaman mencionou, de passagem, ao citar o Dr. George Morrison, correspondente do jornal londrino *Times*, que: “Aqueles que alegam que o Presidente Yuan está

⁴³⁹ SPENCE, Jonathan D. **The Gate of Heavenly Peace**. Op. cit., pp. 131-132.

⁴⁴⁰ HSŪ, Immanuel C. Y. **The Rise of Modern China**. Op. cit., pp. 478-479.

⁴⁴¹ Ver capítulos XVII e XVIII em FARJENEL, Fernand. **A Travers la Révolution Chinoise**. Op. cit.

⁴⁴² Idem., p. 370. Ver também HSŪ, Immanuel C. Y. **The Rise of Modern China**. Op. cit., p. 477.

⁴⁴³ MCCORMICK, Frederick. **The Flowery Republic**. Op. cit., pp. 424-425.

assumindo uma ditadura ignoram os fatos de sua carreira.”⁴⁴⁴ Ele não mencionou quais eram esses fatos, porém, algumas páginas antes, disse que Yuan Shikai era um dos líderes “do presente movimento” que ilustram “as nobres qualidades da [sua] raça”.⁴⁴⁵ Louis L. Seaman só esqueceu de dizer que o Dr. George Morrison era o conselheiro político de Yuan Shikai e, logo, muito provavelmente sua opinião não estaria livre de interesses pessoais. Esse foi, aliás, o mesmo Dr. Morrison que convidou Mary Gaunt a visitar a China. Por sua vez, Herbert H. Gowen, missionário e professor, deixou sua opinião em aberto, oferecendo mais de uma visão sobre Yuan Shikai. Disse que, para alguns, ele era a esperança da China, o meio termo entre o sonho da restauração Qing e os ideais radicais dos republicanos do sul (nomeadamente, o Partido Nacionalista). Por outro lado, Herbert Gowen mencionou que, para outros, ele era “um oportunista do tipo Oriental”, o “homem da hora” que “lidera a República, é a República”.⁴⁴⁶

Arthur E. Moule e Arthur J. Brown, dois missionários de países diferentes, também deram pareceres um tanto positivos sobre Yuan, especialmente por suas inclinações às instituições imperiais como mecanismos de estabilidade sociopolítica. Segundo o *The New York Times*, aquele era um governo que, apesar de provavelmente se tornar tão despótico e corrupto “quanto aquele dos manchus”, era, no entanto, um mal necessário – especialmente porque Yuan Shikai havia supostamente percebido que, para enriquecer pessoalmente, precisaria desenvolver a China. Em matéria de 27/07/1913, intitulada “O Progresso de Yuan Shih-Kai [Yuan Shikai]”, consta que: “Em termos éticos, [seu governo] não é motivo de congratulação, mas é provavelmente o melhor para a China e, indiretamente, para as demais nações.”⁴⁴⁷

No fim das contas, governo progressivo ou não, no sentido da velha escala teleológica eurocêntrica, ou mesmo do ponto de vista da empatia e da boa política pública, o que importou ao *The New York Times* parece ter sido a garantia dos investimentos e interesses futuros dos estrangeiros, e não o bem-estar da China. O mercado chinês, afinal de contas, estava em ascensão

⁴⁴⁴ SEAMAN, Louis Livingston. **The Recognition of the Chinese Republic**. Op. cit., p. 10.

⁴⁴⁵ Idem., p. 6.

⁴⁴⁶ GOWEN, Herbert H. **An Outline History of China**. Part II. Op. cit., pp. 201-202.

⁴⁴⁷ THE NEW YORK TIMES. Yuan Shih-Kai's Progress. Matéria de 02/07/1913. ProQuest Historical Newspapers: The New York Times, p. 8. No parágrafo seguinte: “YUAN SHIH-KAI [YUAN SHIKAI] é ambicioso tanto ao poder e ao dinheiro, mas ele parece perceber que ambos dinheiro e poder vêm apenas através de ordem e desenvolvimento na China, através de uma política comercial racional com as potências estrangeiras, e através da habilidade da China se defender contra agressão.”

e, junto a ele, crescia também os investimentos externos no país.⁴⁴⁸ Tendo isso em mente, assim escreveu o *The New York Times* em 02/07/1913 sobre o governo de Yuan Shikai:

“Ele professa acreditar em uma extensão constante de ferrovias e outras formas de transporte e comunicação; na segurança e no incentivo à produção e ao comércio; em um exército disciplinado sob controle central e na proteção das vidas e das propriedades de estrangeiros. Se ele os puder promover, os críticos externos não precisam se perturbar tanto com os meios especiais com os quais ele usa para preservar o seu domínio.”⁴⁴⁹

Já no *Diário de Pernambuco*, como um jornal de um país pouco envolvido no comércio chinês, quase não se encontra menções preocupadas com os investimentos estrangeiros na China. Ademais, a primeira menção a ‘ditadura’ encontrada foi de uma matéria de 02/07/1914, onde consta: “O onipotente ditador Yuan-chi-kai [Yuan Shikai] acaba de fazer a regulamentação da imprensa chinesa.”⁴⁵⁰ No entanto, a categorização “ditador” não deve confundir nosso julgamento, pois a matéria ressaltou que as medidas reguladoras de Yuan poderiam ser adotadas no Brasil, trazendo assim uma visão positiva de seu governo, apesar do epíteto. Foi outra situação em que a China foi utilizada como exemplo aos brasileiros, visto que se tratou de uma matéria sobre a utilidade da criação de um curso profissionalizante de jornalismo no Brasil.

O *Diário de Pernambuco* não foi o único jornal cujas questões internas predominaram. O *The New York Times* trouxe diversos casos similares quando tratou do sufrágio feminino. Como o movimento estava em alta no país e continuaria ainda por muitos decênios, muitas foram as matérias jornalísticas publicadas sobre o assunto. No contexto de uma China em mutação e reformas, a matéria de 23/03/1912 trouxe a seguinte informação: “As sufragistas falavam ontem – brincando, é claro, mas com uma leve nota [de verdade] em seu humor – de pegar um barco à

⁴⁴⁸ SABATTINI, Mario & SANTANGELO, Paolo. **Storia della Cina**. Dalle origini alla fondazione della Repubblica. Storia Universale, Vol. 26. Milão: RCS Quotidiani Spa, [1986] 2004, p. 563.

⁴⁴⁹ THE NEW YORK TIMES. Yuan Shih-Kai's Progress. Matéria de 02/07/1913. ProQuest Historical Newspapers: The New York Times, p. 8. É importante ressaltar ainda que, alguns meses depois, o *The New York Times* continuava a defender o governo de Yuan. Em uma matéria de 11/10/1913, intitulada “Presidente Yuan”, constava-se que: “A ‘eleição’ de YUAN SHIH-KAI [YUAN SHIKAI] como Presidente Constitucional da República da China é provavelmente a melhor coisa que poderia acontecer àquela nação conturbada. Sob a forma de uma democracia representativa, ela centraliza o poder executivo nas mãos de um homem forte que o venceu e o continuará mantendo através de intriga e violência, se necessário, bastante à moda do passado, com exceção do Imperador.” No parágrafo seguinte: “A primeira necessidade da China é ordem e YUAN tem demonstrado sua habilidade em suprimir rebeliões armadas.” THE NEW YORK TIMES. Matéria de 11/10/1913. President Yuan. ProQuest Historical Newspapers: The New York Times, p. 14.

⁴⁵⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Matéria de 02/07/1914. Quinta-feira, 2 de julho de 1914. No 150, coluna 5. Pode ser acessado em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/4683

China, onde as mulheres foram emancipadas antes do que as da América.”⁴⁵¹ No entanto, para algumas das entrevistadas, dentre elas a sufragista Harriot Stanton Blatch (1856-1940): “era um descrédito aos homens deste país que a China tenha sido a primeira a tomar essa posição em relação a suas mulheres.” Para outra, no entanto, o exemplo das chinesas advinha de sua participação armada na revolução. A formação de regimentos femininos durante a revolução (ver Figura 11) serviu como prova da capacidade das mulheres de servir aos interesses nacionais e atuar politicamente, justificando assim o direito de escolher representantes.

Figura 11. “O Exército das Mulheres em Ataque à Cidade de Nanjing” (1911)⁴⁵²



Legenda em chinês simplificado: Acima: “O Exército [Revolucionário] das Mulheres em Ataque à Cidade de Nanjing” (南京城攻击女国民军之奋斗 *gōngjī nǚguómínjūn zhī fèndòu*). À direita: “Figura [de nº] 19. Incidentes da Guerra entre China e [Império] Qing” (中清事变战争画其十九 *zhōngqīng shìbiàn zhànzhēng huàqí shíjiǔ*).

⁴⁵¹ THE NEW YORK TIMES. Matéria de 23/03/1912. Título: Suffragists Fell Like Going to China. New York Times (1857-1922); Mar 23, 1912; ProQuest Historical Newspapers: The New York Times pg. 13.

⁴⁵² MIYANO, T. Series: The Revolution War in China. No. 19. Lettering: The revolutionary womanly army attack on Nanking. 1911. Wellcome Library no. 581222i Acesso em: <https://wellcomelibrary.org/item/b15812224>

Tais passagens parecem, na verdade, pouco relacionadas à realidade chinesa. Ainda que grupos como a Sociedade de Defensores do Sufrágio Feminino (女子参政同志会 *nǚzǐ cānzhèng tóngzhì huì*) viessem atuando desde o começo da revolução em finais de 1911, o direito ao voto não chegou a ser oficializado e, a 7 de novembro de 1912, a Assembleia Nacional rejeitou formalmente o sufrágio feminino.⁴⁵³ Nenhum observador ou observadora ocidental, dentre os consultados para a realização desta dissertação, à exceção do *Anuário da China* (1914), mencionou o sufrágio feminino ou discutiu sobre sua possibilidade. Foi mais um caso em que foram negadas as reivindicações das mulheres que, no entanto, tiveram uma grande participação no movimento revolucionário. Por outro lado, como vimos, alguns descreveram as mulheres chinesas pós-1911 com um repentino ar de modernidade, como fez Frederick McCormick – indícios de um futuro ocidentalizado. Não que a China estivesse “atrasada” em relação ao resto do mundo: as mulheres só puderam votar em Portugal (com limitações) em 1931, no Brasil em 1932 e na França em 1945. Ademais, apesar da demanda do voto não ter sido atingida, outras foram alcançadas, como o banimento da atadura dos pés.⁴⁵⁴

Para além dessas questões, e da forma como diversos observadores ressaltaram o governo republicano como forte, militarizado e, principalmente, capaz de manter a ordem, outro fator que foi bastante apontado foi o do círculo de funcionários selecionados pelo presidente. Yuan Shikai, apesar de “um homem confuciano”, cercou-se de conselheiros estrangeiros (5 alemães, 3 britânicos, 3 franceses, 2 japoneses, 1 americano, 1 italiano, 1 belga e 1 dinamarquês) e de antigos alunos de missionários.⁴⁵⁵ Isso foi, aos observadores ocidentais, um indicativo do caminho ao qual a China poderia seguir: agora, acreditava-se, com mais liberdade do que nunca. Outro fator que se relaciona a essa linha de raciocínio foi o de que o “líder” da revolução republicana (tal como entendido pelos ocidentais), Sun Zhongshan, era cristão e foi educado em uma escola de missionários no Havaí. Entretanto, nada superou a chamada para orações feita pelo

⁴⁵³ WOODHEAD, Henry George Wandesforde & BELL, Henry Thurburn Montague. **The China Year Book**. Londres: George Routledge & Sons, 1914, p. 536. Nota de tradução: a palavra “defensoras” foi utilizada para se referir a 同志 *tóngzhì*, comumente traduzido como “camarada”. Visto que a expressão, na época, tinha significados diferentes àquele atribuído pelos comunistas, “defensoras” foi utilizado para abarcar o sentido de “[aqueles de] propósito compartilhado”.

⁴⁵⁴ DABAT, Christine. **Mulheres no Movimento Revolucionário Chinês (1839-1949)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 115.

⁴⁵⁵ Dados presentes em: WOODHEAD, Henry George Wandesforde & BELL, Henry Thurburn Montague. **The China Year Book**. Op. cit., p. 312.

governo chinês a 27 de abril de 1913, algo que foi comentado por observadores (em especial, missionários) e jornais.⁴⁵⁶

Figura 12. “A História pega sua caneta” (2 de novembro de 1912)⁴⁵⁷



O Departamento de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos foi um dos que percebeu rapidamente essa aparente nova posição do cristianismo e publicou, logo em janeiro de 1913, um pequeno livro com o depoimento de alguns missionários que estavam na

⁴⁵⁶ GOWEN, Herbert. *An Outline History of China*. Part II. Op. cit., pp. 200-201. 0084. O *Diário de Pernambuco* publicou sobre isso em matéria de 24/05/1913 (a partir de uma matéria de Londres de 30 de abril). Depois de tratar sobre política e religião de diversos países, em dois determinados parágrafos, menciona a China: “Outra Republica, a da China, decretou um dia de preces, ás quaes convidou as egrejas christãs, para que a Providencia a proteja e inspire o povo chinéz nas próximas eleições. A Republica Chinez, como se vê, não é athea como a Franceza ou mais violentamente ainda, a Portugueza. [...] Eu não estou inteiramente convencido da sinceridade religiosa dos dirigentes chinezes. Mas admiro sinceramente a sua sagacidade e o seu tino político. O christianismo ultimamente tem dado largos passos na China. E é dos christãos chinezes, embebidos das idéas occidentaes, educados em paizes christãos, ou, na China, por missionários christãos, catholicos e protestantes, que os governantes esperam apoio para o desenvolvimento da nova China em bases européas.” Assinada por Zeno. Pode ser acessado em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/3317

⁴⁵⁷ VALDAR et. al. *The History of China for 1912 in 52 Cartoons*. With Explanatory Notes in English and Chinese. Shanghai: “The National Review”, s.d. [1913], s.p.

China. Dentre os que escreveram estava Asher Raymond Kepler (1879-1942), que dedicou parte considerável de seus últimos quarenta anos de vida ao trabalho missionário na China, e George F. Fitch (1845-1923), que chegou ao império em 1870 como parte de uma família de missionários que atuou amplamente pelo Leste Asiático. O título da publicação já foi bastante sugestivo: *A Hora Decisiva do Cristianismo na China*. Em seu pequeno artigo, George F. Fitch foi enfático, dizendo que nunca antes houve uma oportunidade como aquela para o cristianismo na China e ressaltando, como outros fizeram, o fim da idolatria e a substituição de templos daoístas e budistas por escolas. Asher R. Kepler, por sua vez, traçou as origens da revolução chinesa à chegada do missionário Robert Morrison (1782-1834) da Sociedade Missionária de Londres, primeiro protestante (também presbiteriano) a chegar na China, antes até do que a Primeira Guerra do Ópio. Segundo ele, “Com as presentes oportunidades, e com as orações e o suporte da Igreja em casa, nós devemos colher uma abundante safra.”⁴⁵⁸

Documento 2. “Assinatura para a Campanha da China” (1913)

“CHINA CAMPAIGN SUBSCRIPTION”

In view of the emergency in China, and the unprecedented opportunity for Foreign Mission work in the Chinese Empire, I agree to give annually for the next three years, in addition to my regular gifts for Foreign Missions and the other Boards of the Church:

On or before each year
..... Dollars per annum.

Date 191

Signature

Address

Member of Church of

If any donor feels that he can make but one year's subscription at this time, he should cancel the phrases "annually for the next three years" and "per annum."
Pledges and gifts in payment of them should be sent direct to Mr. Dwight H. Day, Treas., 156 Fifth Ave., N. Y. City, who will credit such gifts to the proper church as indicated.
Pledges and gifts for the Women's Board of Foreign Missions, should be sent through the Treasurer of the Local Women's Foreign Missionary Society.

January 1, 1913 Form No. 1889

Seria interessante apontar que Arthur J. Brown, que já foi mencionado aqui, se tornou o secretário administrativo do Conselho Presbiteriano de Missões Estrangeiras, com sede em Nova

⁴⁵⁸ PREBYTERIAN CHURCH. *Christianity's Decisive Hour in China*. Nova York: The Board of Foreign Missions of the Presbyterian Church in the U.S.A., s.d. [1913], s.p. Itálico meu.

York, em 1895. As duas viagens que fez à China e ao Leste Asiático em 1901 e 1909, e que os renderam material para os livros que publicou, foram feitas em nome desse conselho. De alguma forma, acreditava-se que aquele era o momento da “colheita abundante” de almas e foi dessa forma que a “situação chinesa” foi tratada. Parecia a confirmação de um processo iniciado pelo “batismo de sangue” da igreja cristã durante o Movimento Boxer. Portanto, aquele também foi um momento oportuno para o aumento de doações às igrejas. Nos fundos do pequeno livro *A Hora Decisiva do Cristianismo na China*, por exemplo, havia um formulário para aqueles que desejassem doar para o esforço missionário (ver Documento 2).

Dessa forma, diversas perspectivas foram elaboradas em relação à República que se firmava, muitas das quais tentaram ser positivas. Algumas beiraram a neutralidade de suas conclusões. Frederick McCormick, que foi às pressas à China como corresponde de guerra, escreveu nas últimas páginas de seu livro que:

“Ao deixar a ‘República Florida’, meu pensamento fascinado é: O que a China fará quando olhar no espelho? Quando ela descobrir que o problema que a aflige não é manchu, mas chinês; quando ela não tiver outro lugar para olhar senão para ela mesma; não mais com um bode expiatório [isto é, os manchus] com o qual infligir seus próprios pecados; e quando seu antagonista, a Civilização e o mundo, não é um que ela pode acusar ou banir. Cedo ou tarde, ela deverá escolher ver seus pontos inalterados, seu casaco próximo à pele. E o que ela fará?”⁴⁵⁹

Essa citação sumariza muitos dos argumentos que utilizou ao longo de seu livro *A República Florida*, publicado em 1913 sobre sua experiência na China em 1911-12. Por exemplo, Frederick McCormick criticou o desprezo do antigo diplomata Wu Tingfang, então líder da Junta Republicana de Shanghai, aos manchus como aqueles responsáveis por estagnar a China.⁴⁶⁰ Segundo ele: “A História deve mostrar que a atmosfera chamada de Manchu por Wu Tingfang era, na verdade, Chinesa.”⁴⁶¹ McCormick acreditava que a verdadeira revolução ainda estava por vir; umas que trouxesse alívio à população ao reduzir as taxas, remodelar a economia, reflorestar,

⁴⁵⁹ McCORMICK, Frederick. **The Flowery Republic**. Op. cit., p. 429.

⁴⁶⁰ Beijing, como sede do governo imperial, seria marcada pela imutabilidade, dizia Wu Tingfang, ao qual Frederick McCormick respondeu que a culpa da situação de 400 milhões de chineses não poderia recair em 5 milhões de manchus: “porque [a imutável] Beijing era a própria China.” Idem., p. 234. Sobre sua opinião acerca de Wu Tingfang e os manchus, ver pp. 231-233. Esse é um interessante exemplo de Beijing como o espelho da China, tópico do capítulo anterior desta dissertação.

⁴⁶¹ Idem., p. 234. Arthur E. Moule, que criticou o governo manchu, também, no entanto, reconheceu que muitas das conquistas chinesas foram fruto do esforço dos dirigentes manchus, em suas *Novas Políticas*. MOULE, Arthur Evans. **The Chinese People**. Op. cit., pp. 160-161.

controlar os rios, unificar a língua e as medidas, acabar com a corrupção, criar meios de defender suas fronteiras e dar uma real participação política à população.⁴⁶²

Ainda assim, ele não descartou que houve progressos e que, apesar das dificuldades reais, era possível haver mudanças positivas. Frederick McCormick escreveu, no último parágrafo de seu livro, que: “O esforço da China é o maior que o homem jamais conheceu. [...] Porém, 400.000.000 de pessoas sóbrias, inteligentes, industriosas e combativas, eu acredito, serão capazes de acrescentar a maior de todas as contribuições à civilização.”⁴⁶³ Igualmente, esse papel futuro dos chineses de impactar o mundo não foi um elemento particular de suas impressões. Segundo Arthur J. Brown, a China caminhava lentamente por um processo de transição para chegar a um governo “do povo, pelo povo e para o povo.”⁴⁶⁴ Para ele: “[...] o fato permanece de que as forças operando na China hoje incluem os elementos vitais para a regeneração da sociedade humana.”⁴⁶⁵ Outros, como Arthur E. Moule, deixaram suas conclusões em aberto, temerosos quanto ao caminho que a China escolheria, ainda que esperassem pelo mais positivo:

“Um patriotismo (nunca completamente extinto ou desconhecido) está se aprofundando e se fortalecendo em todas as fileiras agora, e a China para os chineses não pareceria tão estranha, caso tivesse tomado a forma do grito de guerra que os T'ai-p'ing [Taiping] levantaram: ‘Abaixo a família imperial alienígena, acima a bandeira de uma dinastia chinesa.’ Todavia, que a China, coincidentemente com o ciúme e o desgosto da influência estrangeira e sua interferência e controle, fosse absorver precipitadamente a educação Ocidental e fosse colocar com pressa o boné vermelho do Republicanismo Ocidental parece tão estranho que, a não ser pelo nosso conhecimento e experiência do maravilhoso poder de coesão e de recuperação da China, e seu gênio para a assimilação e para acomodar sua ainda inalterada e inalterável teoria da natureza às mudanças desse mundo conturbado, nós deveríamos nos desesperar quanto ao seu futuro próximo e distante. Talvez julgemos com muita parcimônia a pureza dos motivos dos atuais líderes e governantes da China; e nós podemos melhor deixar sua história antiga no limiar de sua nova história, com a oração e a esperança de que, com governantes influenciados pelo temor a Deus, a grande China possa prosperar e que, com a ‘justiça exaltando a nação’, ela possa ser uma benção na terra.”⁴⁶⁶

De forma geral, eles pareceram concordar que a China teria, através também do cristianismo, um papel de grande influência global. De fato, é um pouco a repetição de algo que já vinha sendo defendido desde antes, e que Charles Denby, em 1904, resumiu em: “O mundo

⁴⁶² McCORMICK, Frederick. **The Flowery Republic**. Op. cit., p. 427.

⁴⁶³ McCORMICK, Frederick. **The Flowery Republic**. Op. cit., p. 430.

⁴⁶⁴ BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., p. 186.

⁴⁶⁵ *Ibidem*.

⁴⁶⁶ MOULE, Arthur Evans. **The Chinese People**. Op. cit., pp. 162-13.

ainda não descobriu nenhum plano para espalhar a civilização que é comparável à propagação do cristianismo.”⁴⁶⁷ Como Arthur E. Moule, Arthur J. Brown e Mary E. Gaunt escreveram, o papel futuro da China moderna, se positivo ou negativo, dependeria de se os valores cristãos conseguissem ser bem espalhados naquele país – afinal, a modernização implicava também fortes exércitos.⁴⁶⁸ Daí o medo de muitos missionários com o que consideravam ser o materialismo chinês. O próprio Arthur J. Brown, refletindo sobre os discursos acerca do Perigo Amarelo, contra-argumentou que, logicamente, assim como o Ocidente chegou na China, os chineses poderiam também alcançar o Ocidente, e que “[...] é bem sabido que o lutador mais perigoso é o homem forte, mas pacificamente disposto, que foi incitado ao desespero por insultos e injustiças de longa data.”⁴⁶⁹

Essa parece ter sido uma tensão presente na ponderação feita por vários autores sobre o papel futuro de uma China moderna no mundo, mesmo os que fizeram as observações mais positivas. É como se, por um breve momento de reflexão, o espelho da colonização e do imperialismo refletisse ao observador os horrores que sua civilização perpetrou no mundo e que poderiam se voltar contra ele, como na lei de Newton ou no código de Hamurabi, para citar uma outra alegoria babilônica. Não obstante, as últimas palavras do livro de Mary Gaunt foram:

“E quando aquele espírito animar não os poucos superintendentes, mas a massa do povo, quando ele chegar nos escravos trabalhadores e fizer deles homens, a nação será como os palácios e altares que eles construíram centenas de anos atrás, e o resto do mundo pode ficar de lado e admirar, e, talvez, temer.”⁴⁷⁰

⁴⁶⁷ DENBY, Charles H. **China and Her People**. Volume 1. Op. cit., pp. 179-180. Trecho completo da citação, no original: “À pergunta frequentemente repetida: É válido enviar professores estrangeiros para suplantam as velhas religiões pelo cristianismo? O escritor [Samuel W. Williams] responde que, como o budismo sem dúvidas exerce uma influência salutar na vida nacional da China, também a introdução do cristianismo vai agora instruir, aprimorar e elevar os budistas. A adoção do cristianismo significa ao chinês uma nova educação. Ele se torna mentalmente regenerado. Ele abandona superstições ultrapassadas e sem sentido. Seus poderes de raciocínio são acordados. Ele aprende a pensar. O mundo ainda não descobriu nenhum plano para espalhar a civilização que é comparável à propagação do cristianismo.” Também o Japão, como modelo do que a China poderia se tornar, entrou nessa narrativa: “Há progresso também em matérias mentais, morais e religiosas. Recentemente, vieram notícias do Japão que mil e quinhentos estudantes se tornaram cristãos. [...] Nossos próprios missionários estão colhendo uma safra. [...] O mundo pagão está se movendo.” DENBY, Charles H. **China and Her People**. Volume 2. Op. cit., p. 226.

⁴⁶⁸ Moralmente falando também. Por exemplo, para o lorde e missionário anglicano Rupert Ernest William Gascoyne-Cecil a modernização sem cristianismo levaria à prostituição e outros meios degradantes às condições das mulheres chinesas, como constatou que havia em Shanghai e outros portos dos tratados, enquanto uma modernização cristianizada traria melhores educações às mulheres e, em contrapartida, não desestruturaria as famílias chinesas. GASCOYNE-CECIL, William. **Changing China**. Op. cit., p. 121, 130, 133.

⁴⁶⁹ BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., pp. 186-187.

⁴⁷⁰ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., p. 390.

Assim a China, no ocaso de sua última dinastia, sofreu inúmeras interpretações. Assim seu povo foi descrito, qualificado e encaixado na visão de mundo ocidental. O movimento republicano e a subsequente instauração de uma República na China, o mais antigo dos impérios, tão admirada por sua longa história e, ao mesmo tempo, tão vilipendiada por sua tradição, marcou um ponto importante da percepção ocidental sobre o país. Foi, não obstante, o momento em que ela mais se aproximou do que poderia ser entendido como o progresso sociocultural em moldes euro-americanos e, talvez por esse mesmo motivo, um possível desafio ao mundo ocidental. Ainda assim, no entanto, foi capaz de se mostrar tão incompreensível a esses observadores. Resta-nos ver como os chineses responderam às descrições e às categorizações que os ocidentais fizeram deles e como se posicionaram frente a um mundo colonial que se esforçou para colocá-los em posição de subalternidade, tema do próximo capítulo.

5 “O CÉU NÃO TEM FAVORITOS”: A PALAVRA DOS CELESTES

“Quando se perde o Grande Caminho,
Surgem [as noções de] humanidade e dever;
Quando aparecem a inteligência e a sabedoria,
Surge a grande hipocrisia;
Quando os Seis Parentescos não estão em paz,
Surgem o amor filial e o carinho paterno;
Quando há desordem no império,
Surge [a necessidade d]o servo fiel.”

– *Dao De Jing* 道德经, capítulo 18*

Seria muita pretensão dizer que este capítulo abarca a opinião de todos os chineses da época. Trata-se de uma *seleção* de dois autores complementares e particularmente curiosos por suas origens, trajetórias e obras. O primeiro, Wu Tingfang 伍廷芳 (1842-1922), foi um diplomata plenipotenciário do Grande Qing em Washington, D.C. (cuja área de atuação incluiu também o Peru e a Espanha). Ele nasceu no último ano da Primeira Guerra do Ópio, 1842, na Malásia Britânica, em Singapura, mas logo mudou-se com a família para Guangzhou, no sul da China.⁴⁷¹ Como a área ficou logo ameaçada pelas grandes rebeliões dos anos 1850 e 1860, mudou-se para Hong Kong, então colônia inglesa. Ao longo de sua vida, teve tanto uma educação clássica chinesa como estudou em escola missionária americana e, por fim, formou-se em direito em Londres, vindo a atuar na área em Hong Kong. Mudou-se para Tianjin, no norte da China, apenas por volta dos anos 1870, onde foi funcionário de Li Hongzhang, o grande reformador. Além da função diplomática que exerceu entre 1896-1902 e 1908-1909, Wu Tingfang trabalhou na reforma judicial do império e foi brevemente Ministro da Justiça, Primeiro Ministro e Ministro das Relações Exteriores da República.⁴⁷² Neste cargo em particular, Frederick McCormick o descreveu, em 1913, como “a figura de destaque” da República e “uma ameaça material ao príncipe regente e ao governo imperial.”⁴⁷³

* Baseado nas traduções e comentários de Giorgio Sinedino e Wu Jyh Cherng. LAOZI. **Dao De Jing**: Escritura do Caminho e Escritura da Virtude com os comentários do Senhor às Margens do Rio. Tradução e notas de Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, 2016, pp. 141-145. LAO TSE. **Tao Te Ching**: O Livro do Caminho e da Virtude. Tradução e comentários de Wu Jyh Cherng. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, pp. 106-110.

⁴⁷¹ A localização exata é debatida, mas uma de suas biografias aponta argumentos para Singapura. Ver: POMERANTZ-ZHANG, Linda. **Wu Tingfang (1842-1922)**: Reform and Modernization in Modern Chinese History. Hong Kong: Hong Kong University Press, 1992, pp. 232 e 233.

⁴⁷² Linda Pomerantz-Zhang escreveu uma biografia sobre ele, de onde algumas informações complementares foram aqui retiradas, intitulada *Wu Tingfang (1842-1922): Reform and Modernization in Modern Chinese History* (1992).

⁴⁷³ MCCORMICK, Frederick. **The Flowery Republic**. Op. cit., p. 228.

Figura 13. “Wu Tingfang, ministro chinês” (1900)⁴⁷⁴



O segundo, Gu Hongming 辜鸿铭 (1857-1928), também nasceu na Malásia Britânica, de pai chinês, mas mãe local (a patrilinearidade garantiu sua nacionalidade chinesa). Diferentemente de Wu Tingfang, Gu Hongming teve um contato tardio com os clássicos e seus estudos foram feitos inicialmente na Escócia e na Alemanha. Só foi à China por volta dos anos 1880, onde trabalhou para Zhang Zhidong, o grande reformador do sul e principal rival de Li Hongzhang. Foi, não obstante, um grande intelectual, tendo domínio de chinês, alemão, francês, italiano, inglês, latim, grego e tâmil (língua do sul da Índia falada na região da Malásia em que nasceu). Não teve um posto público de tanta importância como Wu Tingfang, mas foi um grande tradutor e publicador, principalmente para leitores ocidentais, seu principal alvo.⁴⁷⁵

⁴⁷⁴ JOHNSTON, Francis Benjamin (Fotógrafo). **Wu-Ting-Fang, Chinese minister, in Washington, D.C.** Fotografado a 6 de dezembro de 1900. Acervo Digital da Library of Congress, Washington, D.C. Pode ser acessada em: <https://www.loc.gov/item/2001703934/>

⁴⁷⁵ Outras informações sobre Gu Hongming, além de uma análise sobre suas obras, podem ser encontradas no artigo de Gotelind Müller, intitulado *Gu Hongming (1857-1928) and China's Defence Against the Occident* (2013).

Ambos servem ao propósito do capítulo: dois intelectuais nascidos no exterior, mas cuja identidade foi chinesa, o que por si só já remexe à lógica da nacionalidade como território, particularmente forte na época. Ambos estudaram na Europa e tiveram grande contato com os clássicos chineses, conhecendo assim os dois lados do conhecimento que, naquele momento, aparentavam estar em conflito. Todavia, Wu Tingfang foi republicano e Gu Hongming monarquista. Esse choque de valores, que influenciou as obras de cada um, serve perfeitamente para fazer um contraste de ideias, mas cujas opiniões convergiram, no entanto, em um tema, direta ou indiretamente, que foi a defesa da China e dos chineses.

Por estas razões, este capítulo se subdivide a partir de categorias de pessoas, distribuída por assuntos que foram discutidos por ambos os autores. Isso significa que diversos outros fatores acabam sendo elucidados para destacar a contraposição de opiniões e seus pontos de convergência. Seguindo o objetivo geral dessa dissertação, o capítulo aborda a China e seus tipos de governo, dentre eles a república e os chineses, com um olhar crítico por parte dos dois observadores em sua comparação com os ocidentais. Assim, eles tiveram que lidar com o discurso estrangeiro ao mesmo tempo em que formaram um discurso próprio sobre o outro e sobre si, tendo em vista sua origem: uma simbiose interessante de diferentes observações.

5.1 Sobre a República da China

5.1.1 Wu Tingfang e o apreço pela liberdade

Tendo sido diplomata pelo Grande Qing nos Estados Unidos entre 1896-1902 e 1908-1909, Wu Tingfang pôde observar de perto a sociedade e a política norte-americanas. Sua experiência no país acabou lhe rendendo material para escrever um livro, publicado em 1914, cujo título foi *América: Através das Lentes de um Diplomata Oriental*. Em dezembro de 1911, o *The New York Times* publicou uma matéria sobre o livro, quando ainda estava sendo escrito.⁴⁷⁶ O título em chinês pode ser traduzido como *Memórias Sobre uma Investigação Acerca dos Estados Unidos* (美国视察记 *Měiguó shìchájì*). A obra foi dividida em uma dúzia de capítulos, cada qual tratando de um aspecto da sociedade americana, como modos, costumes, educação, etc.

Logo no primeiro capítulo, o autor começou com uma discussão política: “De um ponto de vista comercial, e pelo bem-estar do povo, não há muito o que escolher hoje entre uma

⁴⁷⁶ The New York Times (1857-1922); Dec 10, 1911; ProQuest Historical Newspapers: The New York Times pg. BR813. Matéria de título “Books and Authors”.

Monarquia Limitada e uma República.”⁴⁷⁷ Comparando a Inglaterra e os Estados Unidos, Wu Tingfang concluiu que ambas as sociedades possuíam igual grau de liberdade, mas que o modelo republicano ainda tinha algumas vantagens, como um custo de manutenção da burocracia administrativa comparativamente reduzido e mais oportunidades de ascensão social – ou, em suas palavras, meios de distinção para “homens ambiciosos”. Ao inserir essa discussão sobre modelos políticos, ele explicou a escolha da China:

“Pode ser pertinentemente perguntado por que a China se tornou uma República, já que, desde tempos imemoriais, ela teve uma forma de governo monárquica. A resposta é que as condições e circunstâncias da China são peculiares e diferentes daquelas prevalentes no Japão e em outros países. No Japão, é alegado que o Império foi fundado pelo primeiro imperador, Junmu Tenno [神武天皇 *Jinmu-tennō*], 660 a.C., e que a dinastia por ele fundada tem continuado desde então. É bem sabido que a família imperial chinesa é de origem manchu. A dinastia Ching [Qing] foi fundada em 1644 através de conquista, não de sucessão. Após a recente derrubada da dinastia manchu, foi muito difícil encontrar um chinês, por mais popular e capaz, que possuísse o direito legal de suceder ao trono. [...] Outro fato é o de que uma grande maioria das pessoas inteligentes da China estavam enojadas com o sistema de governo monárquico. Assim, veremos que, em prol da paz e do bem-estar da nação, não havia outro caminho para o povo a não ser dar um grande pulo e estabelecer a atual República.”⁴⁷⁸

Essa citação traz diversas questões interessantes. Ela serviu tanto aos observadores americanos que vieram a se indagar sobre a questão, como aos chineses que não apoiaram a República. O fato do império ter caído não deve nos fazer pensar que não houve outros movimentos contrários, ou outras propostas, ou mesmo grupos que buscaram uma restauração manchu. Kang Youwei foi um dos principais intelectuais contrários à república. Como um dos idealizadores da Reforma dos Cem Dias de 1898, ele formou a Sociedade de Proteção ao Imperador do Grande Qing (保救大清皇帝会 *bǎojiù dàqīng huángdì huì*), que se reconfigurou na Sociedade do Império Constitucional (帝国宪政会 *dìguó xiànzhèng huì*) depois da morte de Guangxu em 1908. Diversas pessoas ligadas à sociedade continuaram atuando mesmo depois da abdicação do imperador em 1912 e alguns chegaram a ingressar em partidos políticos, ou formá-

⁴⁷⁷ WU TINGFANG. *America: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat*. Traduzido por Alan R. Light. The Project Gutenberg E-Book, [1914] 1996, s.p., Chapter 1: The Importance of Names. Pode ser acessado em: <http://www.gutenberg.org/files/609/609-h/609-h.htm>

⁴⁷⁸ WU TINGFANG. *America: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat*. Op. cit., s.p., Chapter 3: American Government.

los, e atuar na Assembleia Nacional. Kang Youwei inclusive recusou um posto no governo de Yuan Shikai e acreditava pessoalmente que a China não estava pronta para uma democracia.⁴⁷⁹

Talvez Wu Tingfang estivesse pensando em pessoas como Kang Youwei quando escreveu esse trecho em particular. Aos que defendiam a continuação do império sob forma parlamentar, o modelo sempre fora o Japão. Foi este, não obstante, o principal exemplo das reformas de Guangxu em 1898 e da constituição idealizada pela corte Qing em 1906-7. Faz-nos pensar, de fato, em como teria sido esse momento em particular se a família imperial fosse han, ao invés de manchu. Todavia, o fato de Wu Tingfang escrever que “foi muito difícil encontrar um chinês, por mais popular e capaz, que possuísse o direito legal de suceder ao trono” implica que Yuan Shikai, ou mesmo Sun Zhongshan, estavam longe de ser um novo Filho do Céu. Nessas circunstâncias, o Japão não poderia ser um modelo para a China.

De fato, por que deveria sê-lo? Ao observar os EUA, Wu Tingfang constatou uma nação em rápido crescimento, tanto material como populacional, que parecia um exemplo melhor a ser emulado do que seu vizinho japonês. Ele elencou diversas causas da prosperidade americana para além da riqueza natural, da agricultura farta e do espírito de trabalho duro. No entanto, o principal fator parece ter sido a liberdade: “Todo homem se considera igual a qualquer outro e um jovem que é ambicioso não descansará até chegar no topo de sua profissão ou negócio.” Ele identificou outros tipos também, como liberdade religiosa. Nesse aspecto, segundo Wu Tingfang, os EUA estavam melhores do que a Inglaterra, onde os monarcas deveriam necessariamente pertencer à Igreja Anglicana. Ademais, segundo ele, quando um oriental que desconhece a liberdade pessoal por viver sob o julgo de um soberano todo-poderoso visita os EUA, “Pela primeira vez em sua vida ele sente que pode fazer o que bem desejar sem restrição, e que pode falar livremente com as pessoas sem medo.”

A democracia, através da qual floresceria a liberdade, seria capaz de fazer circular ideias e opiniões, o que estimularia, por sua vez, a criatividade e seria bom para o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, então, o que dizer das mulheres? Eram metade da população e, em contraposição à sujeição confuciana e à mutilação dos pés na China, em algumas regiões do globo elas poderiam viajar sozinhas e frequentar universidades (como Mary Gaunt, que foi uma das primeiras na Austrália), ainda que o mundo tenha continuado extremamente falocêntrico. Primeiramente, Wu Tingfang foi um defensor da “coeducação”, ou seja, de escolas mistas onde

⁴⁷⁹ SPENCE, Jonathan D. *The Gate of Heavenly Peace*. Op. cit., pp. 133-134.

houvesse o mesmo ensino a meninos e meninas, sem distinção, algo que criaria “mais simpatia entre os sexos”. Segundamente, o autor pôde observar que a mulher americana atuava em mais funções de trabalho do que a chinesa, contribuindo para o desenvolvimento da nação na medida em que havia o dobro de pessoas trabalhando, pensando e criando. Isso fazia com que as americanas fossem financeiramente independentes e tivessem maior coragem de se impor, o que contribuía, por sua vez, para formar uma sociedade mais igualitária. Ele constatou isso, por exemplo, quando tratou sobre a educação:

“É interessante observar, no entanto, que quando o número de instituições educacionais aumentou, o número de mulheres solteiras aumentou correspondentemente. É fácil explicar isso pelo fato de que um grande número de mulheres adquire sua própria subsistência ao ingressar no comércio e em profissões. À medida em que se tornam mais educadas, e são permitidas participar em muitos dos mesmos privilégios dos homens, é apenas natural que elas devam mostrar sua independência ao permanecerem solteiras. O mesmo ocorreria em qualquer outro país e nós podemos esperar uma situação similar na China, na medida em que maiores facilidades para instrução forem oferecidas às mulheres. Eu não me sinto alarmado por esse panorama [futuro]; certamente, eu daria as boas-vindas a isso se pudesse ver minhas conterrâneas atuando tão independente e ordenadamente como suas irmãs americanas.”⁴⁸⁰

Todavia, a sociedade americana não era totalmente exemplar e Wu Tingfang foi crítico de diversas questões que observou em sua estadia em Washington, D.C., como as vestimentas. Ele descreveu as roupas ocidentais como deselegantes, desconfortáveis e não práticas. Uma dessas roupas foi o espartilho (*corset* em francês), sobre o qual ele disse:

“Longe de se sentir confortável, deve ser muito inconveniente, uma espécie de penitência perpétua que é certamente prejudicial à saúde. Sinto-me confiante de que os médicos me apoiarão na convicção de que a taxa de mortalidade entre mulheres americanas seria menor se o espartilho e outros laços apertados fossem abolidos.”⁴⁸¹

O que há de mais curioso nessa observação de Wu Tingfang não é o peso de seu argumento, certamente verdadeiro quanto ao impacto na saúde das mulheres, mas uma ausência de menções à atadura dos pés das chinesas. Isso é algo que pode ser observado por todo o livro e foi um tópico certamente excluído de forma deliberada, pois sempre esteve em alta nos discursos de ocidentais e reformistas chineses como uma das mudanças necessárias para o desenvolvimento

⁴⁸⁰ WU TINGFANG. *America: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat*. Op. cit., s.p., Chapter 5: American Education.

⁴⁸¹ Idem., s.p., Chapter 10: American Costumes.

da China. Por outro lado, foi uma inversão de narrativa, isto é, apontar para um tipo de controle do corpo feminino *no Ocidente*, visto que o mesmo era feito por ocidentais para justificar o atraso da China tanto cultural como historicamente.

Uma vez, no entanto, estabelecido que a democracia foi para Wu Tingfang algo positivo, assim como a igualdade social e de gênero e as liberdades pessoais de expressão e devoção, um fator curioso é que ele traçou a origem da democracia à China antiga. Isso não era de todo estranho ao público ocidental. Charles H. Denby, o diplomata americano, escreveu sobre o assunto no primeiro volume de *China e Seu Povo* (1905), onde disse que:

“Não há um código escrito aplicado aos procedimentos civis. Nem há quaisquer séries de relatórios de casos. A administração da lei é modelada pelo caráter do governo. O governo é paternal. Ele é arbitrário, mas é baseado no consentimento do povo e é repleto de verificações que servem para o dar alguns dos elementos de uma democracia.”⁴⁸²

No volume seguinte, Charles Denby reforçou o mesmo ponto, porém de forma mais elaborada, quando disse: “Embora a China seja tão autocrática quanto a Rússia, muitos princípios de democracia entram no seu sistema de governo. O imperador é um déspota, mas ele é um déspota patriarcal. O chefe de toda aldeia a governa, mas seu governo é parental.”⁴⁸³ O que ele narrou em seu livro, e que talvez não tenha tido as chaves culturais para entendê-lo por completo, foi a junção entre 礼法 *lǐfǎ*, ou Lei Ritualística, e 法律 *fǎlǜ*, ou Estatuto Legal.⁴⁸⁴

Como explicou o professor Lin Peng da Universidade de Tsinghua (Qinghua), se a base da cultura ocidental é a lei, a base da cultura chinesa é o ritual.⁴⁸⁵ Por isso, o sociólogo Fei Xiaotong chamou a sociedade chinesa, particularmente a rural, de “sociedade sem litígio”.⁴⁸⁶ Segundo ele, a justiça prevalece com a aplicação do ritual, exercendo, portanto, uma *punição educativa*, na medida em que sua preocupação é moral, e não corretiva como a ocidental. Como o ritual é formado por uma longa tradição de práticas culturais, ele é passivo ser entendido e, logo,

⁴⁸² DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 1. Op. cit., p. 203.

⁴⁸³ DENBY, Charles. **China and Her People**. Volume 2. Op. cit., pp. 6-7. Segundo Nicholas Clifford, para a viajante britânica Isabella Bird (1831-1904) a China se comparava aos EUA tanto no serviço civil como nos princípios democráticos. CLIFFORD, Nicholas. “**A Truthful Impression of the Country**”. Op. cit., p. 58.

⁴⁸⁴ A distinção principal entre ritual (礼 *lǐ*) e lei (法 *fǎ*) reside no fato de que o primeiro é uma imposição interna ao indivíduo, enquanto a imposição do segundo é externa. A Lei Ritualística, no entanto, depende de terceiros e implica na correção educativa de um hábito cultural mal executado ou violado, enquanto o Estatuto Legal trata dos limites permitidos à sociedade e das punições de cada infração. Todavia, a fronteira que separa um e outro é incerta.

⁴⁸⁵ LIN PENG. 中国古代礼义文明 (China's Ancient Ritual Civilization). Curso online promovido pela Universidade de Tsinghua na plataforma Edx. Acesso: <https://www.edx.org/course/chinas-ancient-ritual-civilization>

⁴⁸⁶ FEI XIAOTONG. **From the Soil**. Op. cit., p.101.

não necessita ser escrito, diferentemente do Estatuto Legal, de influência legista, que implica leis escritas para nortear o povo e os ministros. Fei Xiaotong explicou que como os chineses já nasciam nesse contexto, o governo do ritual não poderia ser consensual e, logo, não seria democrático. Ao mesmo tempo, por deixar boa parte das comunidades se autogerirem a partir da Política da Não-Ação (无为政治 *wúwéi zhèngzhì*), de influência daoísta, não teria como ser ditatorial. Ele chamou a essa autogestão local e suas relações com a burocracia imperial de Governo dos Decanos (长老统治 *zhánglǎo tǒngzhì*), uma prática do meio rural que teria sido costumeiramente adotada, por vias confucianas, pelos ministros que orientavam o Trono do Dragão.⁴⁸⁷

Estabelecido esse contexto maior, voltemos a Wu Tingfang. Pensando na República e nos EUA, ele escreveu que:

“Princípios democráticos foram enunciados por filósofos chineses há tanto tempo quanto 4.500 anos, e de tempos em tempos vários imperadores e estadistas se esforçaram para aplica-los ao governo da China, mas esses princípios em seus mínimos detalhes têm sido bem exemplificados apenas pela sabedoria dos estadistas no Ocidente.”⁴⁸⁸

Logo, isso reforçaria o seu argumento anterior, ainda que não tenham sido diretamente conectados: a China seria uma República porque, primeiro, a dinastia era estrangeira, segundo, porque a democracia era positiva para o bem-estar do povo, e terceiro, o novo governo seria bem sucedido porque a democracia não era estranha à China, pois muitos dos princípios que a regem teriam sido criados pelos chineses. É bom ressaltar que uma Monarquia Parlamentar não seria, na visão de Wu Tingfang, contrária à democracia, mas ele identificou mais vantagens no republicanismo. Ao tratar sobre isso já no início de sua obra, tornou-se ponto pacífico no restante do livro. E foi enfático: “Como a China se tornou agora uma República, *não apenas em nome, mas de verdade*, será bom aos seus estadistas e políticos examinarem a constituição americana e estudarem o seu funcionamento.”⁴⁸⁹

Levando-se em consideração o tempo de escrita de um livro, sua edição e publicação, ele provavelmente o escreveu entre meados de 1912 e 1913, quando a República estava firmada nas mãos de Yuan Shikai, porém de futuro incerto. Como Wu Tingfang atuou nas negociações que

⁴⁸⁷ Idem., p. 119.

⁴⁸⁸ WU TINGFANG. *America: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat*. Op. cit., s.p., Chapter 3: American Government.

⁴⁸⁹ Itálico meu. Idem., s.p., Chapter 3: American Government.

impediram o alastramento da guerra civil iniciada pela revolução de 1911, ele só deve ter encontrado tempo para escrever depois de estabelecido o governo (os “anos afastados [da política]”, segundo sua biógrafa, e de grandes publicações). Como o reconhecimento da República da China apenas foi feito pelos americanos em maio de 1913, a primeira das potências a reconhece-la, certos aspectos do livro devem ser entendidos nesse contexto político de apelo. Por essa razão, entre outras, é importante que observemos com cuidado onde ele escreveu que a República da China existia “não apenas em nome, mas de verdade”. Logo, era importante defender a sua estabilidade:

“As leis da evolução têm estado em grande funcionamento na China e não há dúvida que será para um bom fim e, portanto, para o benefício de toda humanidade. A China é, agora, uma república infante, mas ela vai crescer em um jovem forte e saudável. Seu povo tem o mais gentil dos sentimentos para com o povo da república sênior do outro lado do Pacífico.”⁴⁹⁰

A expectativa foi de um futuro positivo, ao menos como colocado no livro (pessoalmente, no entanto, a desilusão perdurou durante o restante de sua vida, especialmente após Yuan Shikai se proclamar imperador em 1915).⁴⁹¹ Foi, não obstante, a mensagem que o autor quis passar: a república havia chegado para ficar. Ao mesmo tempo, o trecho nos permite observar a influência do evolucionismo no pensamento do autor, algo que não deixou de marcar os escritos de boa parte dos intelectuais chineses da virada do século.

5.1.2 Gu Hongming e a importância da lealdade

Enquanto Wu Tingfang enxergou algo de positivo na democracia, definindo-a como o tipo de governo que coloca a soberania no povo e que defende a liberdade e a igualdade, Gu Hongming a rechaçou pelo mesmo motivo. Ao defendê-la, Wu Tingfang contrariava o que convencionalmente chamamos de Confucianismo, terminologia ocidental para se referir à “[Grande] Escola dos Acadêmicos” (儒家 *rújiā*), com a qual se quer dizer a tradição letrada e suas referências culturais e literárias. Tomemos como exemplo “os três princípios” (ou relações), ou 三綱 *sāngāng* (geralmente associados a cinco virtudes e cinco elementos). Esses três princípios definem as principais relações do império, isto é, do soberano e os súditos, do pai e os filhos, e do marido e a esposa. O primeiro implica uma lealdade pautada pela hierarquia,

⁴⁹⁰ Ibidem.

⁴⁹¹ POMERANZ-ZHANG, Linda. **Wu Tingfang (1842-1922)**. Op. cit., p. 231.

enquanto o terceiro significa basicamente a sujeição da esposa ao marido (também hierárquica, mas cuja sujeição era tanto social como sexual). Nesse modelo, não há liberdade de expressão ou igualdade de gênero, como desejados por Wu Tingfang.

Logo, dizer que Gu Hongming teve uma opinião oposta à do diplomata chinês nesse quesito significa também dizer que ele era favorável aos aspectos mais conservadores da tradição. Isto é, ao menos como ele a interpretou. O livro que nos interessa aqui foi publicado em inglês em 1915, portanto já no começo da Grande Guerra, sob o título *O Espírito do Povo Chinês*. O título em chinês, por sua vez, foi 春秋大以 *chūnqiū dà yǐ*, que significa *O Grande Princípio [dos Anais] das Primaveras e Outonos*, remetendo aos *Analectos* de Confúcio. Gu Hongming traduziu esse princípio ao público ocidental como “honra e dever” e classificou a obra de Confúcio como “a Magna Carta da nação chinesa”.⁴⁹²

Importa-nos ver o Prefácio e o Apêndice do livro, primeira e última partes, opostas em posição e complementares em conteúdo, como um *yinyang* interno à lógica da obra de alguém tão apaixonado pela tradição. O título do Apêndice abarca bem o conteúdo de ambos: “A Religião do Culto à Multidão, ou a Guerra e o Caminho de Saída”. Essa foi uma crítica direta a um artigo do professor Goldsworthy Lowes Dickinson (1862-1932), da Universidade de Cambridge, publicado também em 1915, cujo título foi nada mais do que *A Guerra e o Caminho de Saída*. Para compreendermos sua crítica, devemos antes entender o texto do Professor Lowes Dickinson.

Gu Hongming escreveu esses trechos já no contexto da Grande Guerra e foi a partir dela que desenvolveu seus argumentos. A causa direta do conflito, segundo o autor, teria sido o que chamou de “culto ao poder” (*worship of might*) da Alemanha. Isto é, o militarismo, exemplificado pelo memorial ao Barão von Ketler erguido em Beijing após o Movimento Boxer, em homenagem ao diplomata assassinado em 1900, que também serviu como símbolo da potência do império colonial alemão.⁴⁹³ Todavia, seriam culpados apenas porque os alemães não tiveram a responsabilidade de administrar o poder, pois a origem desse culto teria sido nada mais, nada menos do que uma reação ao “culto à multidão” (*mob worship*) da Grã-Bretanha e do Ocidente.

O que significa, então, esse “culto à multidão”? Retornemos agora ao artigo de Lowes Dickinson, que resumiu “o caminho de saída” da guerra no seguinte parágrafo de sua conclusão:

⁴⁹² KU HUNG-MING. *The Spirit of the Chinese People*. With an Essay on “The War and the Way Out”. Beijing: Peking Daily News, 1915, pp. 41-42.

⁴⁹³ Idem., pp. 12 e 14-15.

“Deixe-o se perguntar sempre, quando houver conversa de Poder, de Prestígio, de Mercados, de Expansão, de qualquer outra baboseira do tipo, o que exatamente essas coisas significam em termos da vida dos homens e das mulheres. [...] Se ele perseverar nesse rumo [de questionamento], eu acredito que ele virá a concordar comigo que o mundo está sendo controlado por homens que são vítimas de uma mera ilusão; seja por defeito da mente, do coração ou da alma que firmou a ilusão sobre eles. Então, chegará ao ponto em que a ação para ele começa. Pois, deixe-o lembrar, o poder que os governantes têm é o poder da aquiescência dos governados, uma aquiescência quase sempre puramente passiva. Esse consentimento passivo da parte dele deve parar. Ele é um soldado ativo agora na causa da paz.”⁴⁹⁴

Para Lowes Dickinson, então, a existência da guerra beneficiava apenas uma classe social, ou melhor, que essa classe acreditava erroneamente que iria, de alguma forma, se beneficiar do conflito. Tal ilusão advinha de sua forma ultrapassada, aristocrática talvez, mas certamente desassociada da realidade popular e de seu bem-estar. Isso fica claro com o uso de palavras como “*shibboleths*”, traduzido aqui, por falta de opções melhores em português, como “baboseira”. A expressão em inglês, no entanto, é muito abrangente, sendo definida pelo Dicionário Oxford como: “Um costume, princípio ou crença que distingue uma classe ou grupo de pessoas em particular, especialmente um de longa data considerado obsoleto ou não mais importante.” Logo, o artigo é um apelo à população, às massas e ao povo: entre outras palavras, à democracia.

É isso que Gu Hongming chamou de “culto à multidão”, pois em nenhum lugar Lowes Dickinson usou essa expressão e, no entanto, Gu Hongming escreveu que ele teria dito: “Mande chamar a multidão” – ou seja, referenciando justamente o apelo ao cidadão comum como soldado da paz.⁴⁹⁵ A democracia, o poder popular, por assim dizer, não foi vista como positiva por ele. Na medida em que Lowes Dickinson criticou o que chamou de “consentimento passivo [ao governante e suas guerras]”, Gu Hongming pediu justamente por esse consentimento:

“Olhe para a China antes dessa Revolução. Havia mais liberdade entre o povo chinês, – nenhum padre, policial, taxa municipal ou imposto de renda para incomodá-los – mais liberdade entre os chineses do que entre qualquer outro povo no mundo; e por quê? Porque o povo chinês antes dessa Revolução se comportava; sabia como se comportar; sabia como se comportar como *bons cidadãos*.”⁴⁹⁶

⁴⁹⁴ DICKINSON, G. Lowes. **The War and the Way Out**. 2ª Ed. Londres: The Chancery Lane Press, s.d. [1915], pp. 45-46.

⁴⁹⁵ KU HUNG-MING. **The Spirit of the Chinese People**. Op. cit., pp. IX-X.

⁴⁹⁶ Idem., pp. 7-8.

Como opção, ele defendeu o ritual (礼 *lǐ*) como o regulador social perfeito, traduzindo o termo como “lei do cavalheiro” (*gentleman*), ou decoro, para o público ocidental. Para reforçar o argumento, citou Wolfgang von Goethe: “[Há dois poderes pacíficos no mundo: o Correto (ou o que é Certo; também traduzido como Justiça: Gu Hongming usou 正义 *zhèngyì*) e o Decoro (rito, etiqueta, escrito por ele como 礼法 *lǐfǎ*)].”⁴⁹⁷ O Correto e o Decoro seriam a essência da “Religião da Boa Cidadania” que Confúcio teria dado aos chineses: especialmente o Decoro, segundo ele, uma contraposição que fez à “Religião do Culto à Multidão” do Ocidente.⁴⁹⁸ Ao trazer uma forma de governo estrangeira e de cunho “popular”, a República da China teria descaracterizado a nação e lançado os meios para a anarquia:

“Mas agora depois dessa Revolução há menos liberdade na China, e por quê? Porque o chinês destrançado moderno e atualizado, os estudantes retornados aprenderam com o povo da Europa e da América, aprenderam com a multidão europeia em Shanghai como *se comportar mal*; se comportar não como bons cidadãos, mas como uma *multidão* – uma multidão encorajada, mimada e cultuada pelos diplomatas britânicos e pelo Inspetor Geral britânico da Alfândega em Pequim [Beijing].”⁴⁹⁹

Tal anarquia causada pelo “Culto à Multidão” seria associada, não coincidentemente, com os interesses imperiais estrangeiros. (Ao menos nesse trecho, já que em outros ele defendeu os governantes e diplomatas como contraposição à multidão). Afinal, não seria esse mesmo desejo de expansão que estava causando a Grande Guerra? Dito isso, colocou-se totalmente contra o republicanismo e as mudanças que ocorriam na China. Percebemos as críticas que fez à “modernidade” no tom irônico que utilizou para se referir aos “destrançados”, referência aos revolucionários que cortavam suas tranças, símbolo de sujeição à dinastia manchu, como sinal de liberdade do julgo dos Qing.

Apenas conformação aos ritos, ou melhor, ao pacote completo da tradição – o que chamou de “Religião da Boa Cidadania” –, traria estabilidade ao mundo. As duas principais características desse modelo seriam, não curiosamente, a lealdade do homem ao soberano e a submissão da mulher ao homem. Neste caso, totalmente de acordo com as práticas em voga em meados do Grande Qing, estavam As Três Obediências (ou Sujeições), 三从 *sāncóng*, sobre as quais Gu Hongming escreveu o seguinte:

⁴⁹⁷ Comentários acrescentados em parêntese e chinês simplificado com *pinyin*. Idem., p. 16.

⁴⁹⁸ Ibidem.

⁴⁹⁹ KU HUNG-MING. *The Spirit of the Chinese People*. Op. cit., pp. 7-8.

“Isso quer dizer, quando uma mulher está solteira, ela deve viver pelo seu pai (在家从父 *zàijiā cóngfù*); quando casada, ela deve viver pelo marido (出嫁从夫 *chūjià cóngfū*); e, quando viúva, ela deve viver pelos filhos (夫死从子 *fūsi cóngzǐ*). De fato, o principal fim de uma mulher na China não é viver para si mesma, ou para a sociedade; não é ser uma reformadora ou ser presidente da Sociedade de Pés Naturais para mulheres; não é viver nem como santa ou fazer algo de bom para o mundo; o principal fim de uma mulher na China é viver como uma boa filha, uma boa esposa e uma boa mãe.”⁵⁰⁰

Tendo isso em mente, ele escreveu que a mulher chinesa seguiria um outro tipo de modelo, chamado por ele de “Religião da Abnegação.”⁵⁰¹ Seu posicionamento foi bastante claro: não apenas contra quaisquer formas de liberdade moderna ou mecanismos de representação política, mas inclusive a favor da atadura dos pés e da concubinação. Vale ressaltar, como fez Gotelind Müller, que o conservadorismo confuciano de Gu Hongming sequer acompanhou o de outros grandes intelectuais como Kang Youwei, um dos idealizadores da Reforma dos Cem Dias de 1898, pois este havia ressignificado Confúcio como um defensor das reformas e um atualizador da tradição aos desafios do tempo presente. (O autor, no entanto, esteve longe de ter sido ignorante sobre essa questão e colocou Kang Youwei e o reformador manchu Duanfang em um polo oposto a Confúcio, como se fossem ‘falsos confucianos’).⁵⁰²

Contudo, ele não foi o único a pensar que a China não se adequaria à democracia, ou ao republicanismo. Ao observar as *chinatowns* americanas, Liang Qichao, o antigo discípulo de Kang Youwei, concluiu que:

“Nós podemos aceitar apenas despotismo e não conseguimos desfrutar da liberdade [...]. Quando olho todas as sociedades no mundo, nenhuma é mais desordenada do que a comunidade chinesa de São Francisco. Por quê? A resposta é liberdade. O caráter do chinês na China não é superior ao daqueles de São Francisco, mas em casa eles são governados por oficiais e restritos por pais e irmãos mais velhos.”⁵⁰³

Ele continuou o raciocínio, dizendo que “Se nós adotarmos um sistema de governo democrático agora, seria nada menos do que cometer suicídio nacional.”⁵⁰⁴ Liang Qichao

⁵⁰⁰ Idem., pp. 78-79. Caracteres chineses alterados para a versão simplificada com *pinyin*.

⁵⁰¹ Idem., p. 100.

⁵⁰² KU HUNG-MING. **The Spirit of the Chinese People** Op. cit., pp. 115-118. Lembrando que Duanfang foi um dos ministros enviados pelo governo Qing para estudar o governo constitucional estrangeiro em 1906. Quando a revolução começou em Wuchang, ele era o Governador-Geral de Huguang em Hankou, na outra margem do rio Yangzi, e foi morto pelos revolucionários.

⁵⁰³ Liang Qichao, *The Power and Threat of America*, 1903, citado em ARKUSH, R. David & LEE, Leo O (Eds.) **Land Without Ghosts**. Op. cit., p. 92.

⁵⁰⁴ Idem., p. 93.

descreveu ainda as inúmeras falhas dos chineses frente às virtudes ocidentais, uma crítica ao “caráter nacional” tal como se viu com muita força nos movimentos Nova Cultura (1915) e Quatro de Maio (1919), com participação de grandes intelectuais chineses como Lu Xun, o pai da literatura moderna, e Chen Duxiu, um dos fundadores do Partido Comunista da China. Seu exemplo serve para mostrar que as opiniões se assemelhavam em alguns aspectos, mas diferenciavam-se em outros: como o fato de que Liang Qichao foi um defensor do constitucionalismo e depois das instituições partidárias republicanas.

De fato, enquanto até mesmo os mais leais às instituições imperiais, como o próprio Kang Youwei e Liang Qichao (nesse momento), se posicionaram abertamente à favor do estabelecimento de uma constituição, Gu Hongming a rechaçou.⁵⁰⁵ A Guerra Russo-Japonesa de 1905, colocada por muitos ocidentais como um marco que influenciou a China e a Rússia a se modernizarem e adotar uma constituição, foi vista por ele com tons diferentes. O conflito teria quase feito sucumbir o Japão ao “pânico da multidão”, que considerou como advindo dos “estudos ocidentais”. A Rússia não teve a mesma sorte, pois sua derrota teria permitido o surgimento de protestos e, alas, a constituição.⁵⁰⁶

Por essa e outras, o público alvo de Gu Hongming foi ocidental: os chineses não o liam tanto quanto os estrangeiros! Isso, não obstante, não minimiza a defesa que fez ao que interpretou como sendo “o espírito do povo chinês” e muito menos rebaixa a relevância de sua opinião. Justamente por ter sido lido por muitos ocidentais, assim como foram os escritos de Wu Tingfang, ele aponta para a miscelânea de possibilidades, interpretações e, talvez o mais curioso aqui, para a dinâmica discursiva presente nas relações de poder entre o Ocidente e a China. Afinal, se, como Nicholas Clifford argumentou, a relação observador-observado é uma via de mão dupla, também o discurso, sua ordem e verdade, está sendo constantemente negociado e desafiado, com o outro e consigo.⁵⁰⁷ E mesmo onde há a presença de um discurso dominante – aquela gama de fórmulas soltas que aparecem nos mais diversos discursos –, há sempre os momentos de estresse e os pontos de mutação, e esses merecem algum destaque.

⁵⁰⁵ Devemos levar em consideração que o texto de Liang Qichao aqui mencionado foi publicado em 1903. Por volta de 1912, ele atuou no Partido Progressista (进步党 *jìnbùdǎng*), em suporte ao Presidente Yuan Shikai e contra o Partido Nacionalista, onde chegou a ser ministro e trabalhou no Conselho de Estado. O fato de ter sido contrário à ascensão de Yuan Shikai como imperador em 1915 demonstra que, entre seus escritos de 1903 e a revolução de 1911, suas ideias políticas mudaram bastante. SPENCE, Jonathan D. **The Gate of Heavenly Peace**. Op. cit., pp. 131-132.

⁵⁰⁶ KU HUNG-MING. **The Spirit of the Chinese People** Op. cit., pp. 160-161.

⁵⁰⁷ CLIFFORD, Nicholas. “A Truthful Impression of the Country”. Op. cit., p. 15.

5.2 Sobre incompreensão

5.2.1 Gu Hongming e os supostos ‘especialistas da China’

A crítica de Gu Hongming à incompreensão formada sobre a China foi bem mais direta. Nas primeiras páginas de seu livro, ele escreveu que as principais características do povo chinês eram: profundidade, amplitude, simplicidade e delicadeza.⁵⁰⁸ Narrou então as razões da incompreensão: os americanos teriam amplitude e simplicidade, mas não profundidade; os ingleses teriam simplicidade e profundidade, mas não amplitude; os alemães teriam amplitude e profundidade, mas não simplicidade; enquanto os franceses não teriam a principal delas, que seria a delicadeza.⁵⁰⁹ Essas falhas tornavam os ocidentais incapazes de compreender “o verdadeiro chinês”, pois a diferença os impedia de ter empatia ou de pensar como o outro.

Figura 14. Retrato de Gu Hongming (c. 1914)⁵¹⁰



⁵⁰⁸ KU HUNG-MING. *The Spirit of the Chinese People*. Op. cit., pp. 2-4.

⁵⁰⁹ Idem., p. 3.

⁵¹⁰ Mitchell Library, State Library of New South Wales, Papers of George Ernest Morrison. Item 27, File 11: Ku Hung Ming. PX*D 156, vol. 2, File: FL544723. Acesso em: archival.sl.nsw.gov.au/Details/archive/110339079

Nos capítulos 6 e 7, escritos inicialmente em 1884, Gu Hongming foi mais específico. Nesse caso, ele criticou aqueles que se consideraram eruditos (宿儒 *sùrú*), no sentido da tradição chinesa, como sinólogos, missionários e outros autoproclamados “especialistas da China” (中国通 *zhōngguótōng*). No capítulo 6, ele tratou em especial de James Legge, o já mencionado missionário escocês que traduziu os clássicos chineses. Sobre sua tradução, talvez a mais amplamente lida por falantes de língua inglesa na época, Gu Hongming escreveu o seguinte: “Agora sentimos que a terminologia empregada pelo Dr. Legge é dura, grosseira, inadequada e, em alguns lugares, quase descaracterizada.”⁵¹¹ Ele sequer possuía, segundo o autor, bagagem cultural suficiente para compreender os textos que traduziu. Sobre a produção feita por intelectuais como ele, Gu Hongming escreveu que: “[...] muitos livros importantes foram escritos sobre a China: alguns, é verdade, de grande importância escolástica; mas nenhum, acreditamos, mostram que os estudos chineses tenham atingido um ponto de virada importante.”⁵¹²

Logo, a primeira barreira ao estudante ocidental que quisesse, de fato, ter uma boa compreensão sobre a China seria a língua. Todavia, ela não bastaria por si só: a relevância da língua estaria em sua capacidade de permitir acesso às bases conceituais do pensamento chinês, pois tais “ideias e noções primárias” faltariam ao estrangeiro que nasceu em uma cultura de origem e desenvolvimento diferentes.⁵¹³ Logo, ela seria uma ferramenta para se chegar ao conhecimento, através do qual se poderia alcançar o entendimento. Isso é verdade também hoje, como apontou Jean François Billeter, na medida em que a China continua uma incógnita a muitos especialistas que, apesar do domínio da língua, não possuem as ‘chaves culturais’ para de fato compreender as particularidades do país e seu povo.⁵¹⁴

A segunda barreira seria ir além das divisões ocidentais dos saberes: “Nós temos dito que a literatura chinesa deve ser estudada como um todo conectado.”⁵¹⁵ Segundo ele, esse teria sido o erro de Herbert Giles, um dos autores mencionados ao longo da dissertação e um dos idealizadores do modelo de transcrição fonético do mandarim ao inglês, o Wade-Giles. A crítica foi feita mais contundentemente no capítulo ironicamente intitulado de “Um Grande Sinólogo”,

⁵¹¹ KU HUNG-MING. *The Spirit of the Chinese People*. Op. cit., p. 134.

⁵¹² Idem., pp. 134-135.

⁵¹³ Idem., p. 140.

⁵¹⁴ Ver BILLETTER, Jean François. Um sinólogo frente à China. Reflexões atuais e inatuais. *Cadernos de História UFPE*, Nº 12, Vol. 12: Aspectos de História da Ásia, pp. 8-17, Jan-Dez, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/237259>

⁵¹⁵ KU HUNG-MING. *The Spirit of the Chinese People*. Op. cit., p. 143.

onde Gu Hongming escreveu que Herbert Giles não conseguiu entender o verdadeiro sentido de Confúcio porque, diferentemente de como faziam os próprios intelectuais chineses, ele considerou os textos clássicos como desconectados um do outro.⁵¹⁶

Como vimos no caso dos simbolismos e na herança cultural da República da China, os saberes só fazem sentido quando vistos de forma interconectada. O nome de uma dinastia, por exemplo, esteve associado a um elemento, a um animal, a um ano do calendário, a uma cor, a uma estação do ano, a um número, etc. Essas ‘chaves culturais’, digamos assim, ou esses “emblemas”, para citar Marcel Granet, estiveram – e estão – claros aos intelectuais chineses.⁵¹⁷ Eles foram usados por todos os grupos em todos os níveis e permeiam as obras mais fundamentais do pensamento chinês da mesma forma que, digamos, os conceitos greco-romanos e cristãos permeiam as bases de nosso pensamento ocidental. Por isso, por exemplo, mesmo sem o saber, o ocidental acaba sendo aristotélico, enquanto o chinês é confuciano. A questão é como fazer um aristotélico se aproximar mentalmente do universo confuciano sem interpretá-lo aristotelicamente.

Não obstante, a terceira barreira seria justamente adquirir o conhecimento das práticas culturais propriamente chinesas e suas manifestações sociais (onde, como vimos, a língua seria uma ferramenta útil). Porém, como fazê-lo? Segundo Gu Hongming:

“as instituições sociais, as maneiras e os costumes de um povo não crescem, como cogumelos, em uma [única] noite, mas são desenvolvidos e moldados no que eles são ao longo de muitos séculos. [...] Sem um conhecimento sobre a sua história, portanto, não será possível formar nenhum julgamento correto sobre as instituições sociais de um povo.”⁵¹⁸

Ao falar sobre a importância da história, ele aproveitou para criticar outra autoridade da época no assunto: o missionário, historiador e linguista americano Samuel Wells Williams (1812-1884), referência de Charles Denby e de muitos outros estudiosos da China. Suas obras seriam, segundo Gu Hongming, inúteis ao estudioso e enganosas ao grande público.⁵¹⁹

⁵¹⁶ Idem., pp. 120-124.

⁵¹⁷ A ideia por trás do termo “emblema” pressupõe que não podemos chamar tais chaves culturais de “conceitos”, pois não são termos analíticos discutidos racionalmente e testados empiricamente para facilitar a compreensão da realidade. Antes, o emblema seria como a própria realidade, de forma que não se discute sobre ele, entende-se. É um pouco o que Fei Xiaotong disse em relação aos ritos, de que não se trata de algo que se aprende lendo, mas vivenciando. Ou seja, enquanto o conceito parte do ser para a realidade, o emblema parte da realidade para o ser. O primeiro observa de fora, enquanto o segundo participa de dentro.

⁵¹⁸ KU HUNG-MING. *The Spirit of the Chinese People*. Op. cit., pp. 144-145.

⁵¹⁹ Idem., p. 145.

Tais críticas de mais de um século serve-nos, por sua vez, para ressaltar o papel do historiador sinólogo no tempo presente. Por exemplo, para entender o papel do Estado – cuja concepção chinesa difere da nossa versão iluminista –, sua relação com as empresas privadas – “público-privado” pode ter a mesma nomenclatura, mas funciona de forma diferente –, posicionamentos e projetos políticos, ou mesmo a velha dúvida dualista do Ocidente “capitalismo ou comunismo”, não basta conhecer *apenas* a língua. Sem, no mínimo, história, sociologia e filosofia chinesas, a China nos é incompreensível. Nesse sentido, ela continua sendo e a crítica de Gu Hongming ainda é pertinente.

O problema mais forte a permear as aproximações com a China seria justamente o eurocentrismo, tanto na época como hoje. O capítulo 4 de Gu Hongming foi o mais crítico a isso, ainda que não tenha utilizado o termo, visto que se originou no período de descolonização dos anos 1960. Iniciou-o com a seguinte epígrafe (novamente, de Goethe): “O Filisteu não apenas ignora todas as condições da vida que não são a sua, mas também exige que o resto da humanidade se conforme com sua maneira de existir.”⁵²⁰ Aqui, seu principal alvo foi o missionário americano Arthur Henderson Smith (1845-1932), cuja obra *Características Chinesas*, publicada em 1890, serviu como base teórica para muitos dos observadores ocidentais aqui mencionados.⁵²¹

O título do capítulo é “John Smith na China”, onde John Smith seria a pessoa, na Europa, que reforça as suas crenças como se fosse uma verdade absoluta ao ler apenas textos que afirmem aquilo em que o leitor já acreditava previamente (o que, diga-se de passagem, não é estranho à atualidade).⁵²² Logo, juntando público-alvo e escritor, Gu Hongming afirmou o seguinte: “John Smith na China quer muito ser uma pessoa superior ao chinês e o Rev. Arthur Smith escreve um livro para provar conclusivamente que ele, John Smith, é um pároco muito superior ao chinês.”⁵²³ A expressão “pároco” (*parson*) não é a única que remete a religiosidade; Gu Hongming tratou da obra de Arthur Smith como se fosse uma Bíblia para aqueles que já se achavam superiores aos chineses. Posteriormente, ele passou a definir o que chamou de “O Catecismo dos Ideais Anglo-Saxões” sob o formato de perguntas e respostas:

⁵²⁰ Idem., p. 111.

⁵²¹ SMITH, Arthur Henderson. **Chinese Characteristics**. Shanghai: The “North China Herald” Office, 1890. Sem tradução ao português. A obra teve muitas edições (em 1894, já estava na quinta!) e continuou sendo impresso.

⁵²² Talvez uma crítica à forma como muitos ocidentais se referiam ao chinês como John Chinaman nos EUA ou mesmo João Chim no Brasil.

⁵²³ KU HUNG-MING. **The Spirit of the Chinese People**. Op. cit., p. 111.

- “1. – Qual é a principal finalidade do homem?
A principal finalidade do homem é glorificar o Império Britânico.
2. – Você acredita em Deus?
Sim, quando vou à igreja.
3. – Em que você acredita quando não está na igreja?
Eu acredito em interesses – no que vai pagar.
4. – O que é justificação pela fé?
Acreditar em cada um por si.
5. – O que é justificação pelo trabalho?
Colocar dinheiro no bolso.
6. – O que é o Paraíso?
Paraíso é poder morar na Rua Bubbling Well e dirigir victorias.
7. – O que é o Inferno?
Inferno é ser malsucedido.
8. – O que é um estado de perfeição humana?
O Serviço Alfandegário de Sir. Robert Hart na China.
9. – O que é blasfêmia?
Dizer que Sir. Robert Hart não é um grande homem de gênio.
10. – Qual é o pecado mais hediondo?
Obstruir o comércio britânico.
11. – Qual o propósito de Deus ter criado os quatrocentos milhões de chineses?
Para que os britânicos comercializem com eles.
12. – Que tipo de oração você usa quando reza?
Agradecemos-vos, Ó Senhor, por não sermos como são os russos perversos e os alemães brutais, que querem a partilha da China.
13. – Quem é o grande apóstolo dos ideais anglo-saxões na China?
O Dr. [George] Morrison, correspondente do *Times* em Peking [Beijing].”⁵²⁴

Esse, é bom lembrar, é o mesmo Dr. George Morrison que foi conselheiro do presidente Yuan Shikai, correspondente britânico e parente indireto de Mary Gaunt. Gu Hongming finalizou o capítulo dizendo que tais pessoas autointituladas superiores e que já tinham visões preconcebidas sobre os chineses muitas vezes se chocavam com a realidade, quando com ela se deparavam diretamente. Àqueles que mantinham uma visão exótica: “É, eu penso, ao crédito dos homens práticos entre os estrangeiros na China que eles possam descartar toda essa tolice sobre a verdadeira interioridade da mente oriental quando lidam na prática com o chinês.”⁵²⁵ Por fim, ele distinguiu esses dois ‘tipos’ de ocidentais entre aqueles que, apesar da incompreensão, como James Legge, sabiam apreciar a literatura chinesa e aqueles, como Arthur H. Smith, que só

⁵²⁴ KU HUNG-MING. *The Spirit of the Chinese People*. Op. cit., pp. 113-114. A Rua Bubbling Well é a atual Rua Nanjing Oeste, em Shanghai, onde ficava a Concessão Internacional. Em chinês, seu nome é Estrada do Templo [Budista] da Paz e da Tranquilidade (静安寺路 *jìng'ān sīlù*).

⁵²⁵ Idem., p. 118.

enxergavam aquilo que já estavam condicionados a ver: a inferioridade do outro e a superioridade de si.⁵²⁶

5.2.2 Wu Tingfang: julgamento e arrogância

Em uma palestra ministrada a 20 de novembro de 1900 nos Estados Unidos, onde estava como diplomata do Grande Qing, Wu Tingfang tentou esclarecer alguns problemas entre estrangeiros e chineses no contexto do Movimento Boxer. Por esse mesmo motivo, e pela delicadeza do assunto, precisou ser diplomático em sua exposição. O texto, publicado logo em seguida, nos traz informações interessantes que dialogam bem com as críticas de Gu Hongming.

Como vimos, diversos observadores ocidentais mantiveram o discurso de que a China esteve fechada ao comércio e ao cristianismo, o que justificaria a sua estagnação e as ‘guerras de abertura’. O caso da embaixada britânica do Lorde Macartney, enviada em 1792-3, que recebeu a recusa da corte do imperador Qianlong foi um dos exemplos mais mencionados para justificar a retórica da China ignorante parada no tempo. Tendo isso em mente, Wu Tingfang começou sua explicação ao inverter esse pressuposto ocidental: “Vemos que a China, em tempos antigo, não era indisposta a comercializar e se relacionar com o mundo externo.” Segundo ele, esses estrangeiros provenientes do “mundo externo” vieram da Ásia e viveram na China, adotando os costumes locais e recebendo o tratamento de um conterrâneo. Ele continuou: “Todos os relatos concordam que eles viveram pacificamente com os nativos. Por outro lado, os chineses nunca manifestaram mau-sentimento ou animosidade frente ao estrangeiro que por acaso estivesse dentro de seus portões.”⁵²⁷

Ele pareceu enfático ao mencionar esses três fatores: um, que os estrangeiros eram asiáticos e, portanto, não tão desconhecidos à China, o que facilitou sua aceitação; dois, que eles não se achavam superiores aos chineses, mas respeitavam seus costumes e até os adotavam; três, por esses fatores, o comércio floresceu entre chineses e estrangeiros. Em um artigo de 1910, intitulado *A Significância do Despertar da China*, Wu Tingfang foi além. Se, para muitos observadores ocidentais, o “isolamento” da China a havia paralisado culturalmente, isto é, até a chegada do Ocidente histórico que deu o sopro da vida e a pôs novamente em movimento, a narrativa aqui foi novamente invertida. Segundo ele, o povo chinês havia se voltado para dentro

⁵²⁶ Idem., pp. 115-118.

⁵²⁷ WU TINGFANG. The Causes of the Unpopularity of the Foreigner in China. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 17, 1901, p. 2.

por conta do patriotismo. Afinal, por que se preocupar com o externo quando o solo era rico e a nação era capaz de prover tudo o que fosse necessário? Diferentemente da narrativa ocidental, o impacto da “abertura” da China parece ter sido, na verdade, negativo (ainda que ele acreditasse na importância de mudanças institucionais inspiradas no Ocidente): “Ao longo do tempo eles se tornaram um povo patriótico, honesto e trabalhador. Se a nação não tivesse sido perturbada por influências externas, o povo teria continuado, até este dia, na mesma condição.”⁵²⁸

Afinal, como vimos, os chineses tiveram uma relação com o comércio diferente daquela aplicada pelo Ocidente. Isso não implica dizer que era menos importante ou pior: afinal, assim como a Índia, a China detinha uma parcela importante de participação no comércio mundial. A diferença maior, como apontou Kenneth Pomeranz, foi o fato de que o Estado chinês não interviu em outras nações através de empreendimentos comerciais armados – que, por sua vez, como a Companhia das Índias dos vários países europeus que a tinham, também eram monopólios.⁵²⁹ Tratou-se, portanto, de outra lógica de política econômica, demonizada pelos ocidentais na medida em que as relações de poder se reconfiguraram com as guerras do século XIX.

Reforçando seu argumento, Wu Tingfang, na palestra de 1900, mencionou um trecho do primeiro capítulo da principal obra atribuída a Confúcio: “Se amigos vêm de lugares distantes, isso também não é uma alegria?”⁵³⁰ Ao citá-lo, ele nada mais fez que reforçar uma tendência histórica milenar de tratar bem os estrangeiros e, logo, concluindo, como ele fez em seguida, que os chineses *originalmente* nunca se opuseram à vinda de estrangeiros ao seu país. Claramente, as condições não eram mais favoráveis. “A questão é: como essa mudança veio a acontecer?” Ele continuou:

“Para descobrirmos as causas, temos que voltar aos eventos que tomaram lugar no último meio século. Veremos que os estrangeiros do ocidente, apesar de em sua maioria homens honrosos, não pertenciam à mesma classe de pessoas com quem estávamos acostumados a lidar. Eles vieram à China com seus bens e mercados desejados. Eles diferiam em cor, em raça e em língua. Eles não adoram nossas maneiras e costumes. Tão cedo eles fizeram suas fortunas, deixaram de vez a China. Sob essas circunstâncias, foi natural que ocorressem

⁵²⁸ WU TINGFANG. The Significance of the Awakening of China. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 36, 1910, p. 26 e 28.

⁵²⁹ POMERANZ, Kenneth. **A Grande Divergência**. Op. cit., p. 292.

⁵³⁰ Analectos 1.1. WU TINGFANG. The Causes of the Unpopularity of the Foreigner in China. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**. Op. cit., p. 2. Tradução escolhida de: CONFÚCIO. **Os Analectos**. Op. cit., p. 2.

ocasionalmente dificuldades e disputas provenientes de mal-entendidos, o que, infelizmente, resultou em guerra.”⁵³¹

Ao destrinchar o argumento seguinte, podemos identificar em Wu Tingfang três categorias de exposição de suas ideias: a primeira foi tentar fazer o leitor se colocar no lugar do povo chinês; a segunda foi observar as práticas estrangeiras na China tendo em vista os interesses do povo chinês; a terceira foi observar o tratamento que os estrangeiros davam aos chineses. Já que o Movimento Boxer se voltou diretamente contra os chineses cristãos e as missões estrangeiras – afinal, como vimos com Paul Cohen, o movimento pode ser identificado como uma guerra religiosa –, Wu Tingfang comentou consideravelmente sobre o trabalho missionário.

“Quando pessoas desse caráter [, que não adotam costumes nem vestimentas chineses], em sua posição peculiar [como missionários], pregam uma doutrina estrangeira no interior [do império], publicamente condenando as tradições queridas da China, proclamando a reverência aos ancestrais e aos ídolos como sendo performances inúteis, e dizendo aos seus ouvintes que eles devem descartar tais práticas e abraçar a única e verdadeira religião, tal como eles a chamam, ou então serão condenados a um fogo eterno – coloque-se na posição do povo chinês e você não terá nenhuma dificuldade em entender seu sentimento sob tais circunstâncias! É desnatural que tais ações criem impressões desfavoráveis entre os nativos, com relação aos estrangeiros?”⁵³²

Na verdade, essa atitude não vinha apenas do missionário. Os ocidentais, segundo ele, traziam para si a antipatia do povo quando tratavam com desdém as “tradições queridas” dos chineses. Isso, no entanto, nada mais era do que o reflexo da arrogância imperial, conectada, por sua vez, à “virada racialista” que tomou o Ocidente ao longo século XIX. Por conta da proteção dos tratados, especialmente a extraterritorialidade:

“A consequência natural é que os estrangeiros formam um tipo de classe privilegiada com direitos e vantagens peculiares, que são negados aos nativos, e, por causa da liberdade do controle local, consideram-se seres superiores – mais como lordes do país, ao invés de estrangeiros em uma terra estranha.”⁵³³

Para além disso, Wu Tingfang falou de casos de violência direta. Vale lembrarmos que os coolies incorporaram, no discurso ocidental, os maiores pontos negativos reservados para o país.

“Se você for à China e ficar em qualquer um dos portos dos tratados, verá com frequência os coolies chineses espancados ou chutados nas ruas por estrangeiros,

⁵³¹ WU TINGFANG. The Causes of the Unpopularity of the Foreigner in China. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Op. cit., p. 3.

⁵³² Idem., pp. 6-7.

⁵³³ Idem., p. 8.

sem que houvesse a mínima provocação. O espancamento de coolies [carregadores] de cadeira e serviçais é um problema de ocorrência diária.”⁵³⁴

Na prática, a relação entre coolie e patrão talvez seja a que melhor represente as relações de poder entre ocidentais e chineses, pois nesse caso não se trata apenas de uma relação entre classes opostas, mas também entre colonizado e colonizador – isto é, no que diz respeito ao discurso, pois ainda que o ocidental da dita classe se portasse, por sua bagagem cultural, como colonizador, ele não o era de fato, assim como nem o chinês, coolie ou não, foi colonizado. Que as obras sobre a China exaltassem tanto os aspectos negativos ao tomar o coolie como exemplo, algo que, como vimos, Arthur J. Brown foi um dos críticos, reforça a ideia de que essa relação de poder, quando não percebida de fato como tal, foi ao menos retratada assim.

Ao falar a uma audiência americana no contexto dos boxers, um movimento violento para com os estrangeiros dos tratados e coisas relacionadas a eles, Wu Tingfang lembrou que os boxers também atacaram seus conterrâneos e que o número de chineses “favoráveis ao estrangeiro” que morreram foi muito maior do que o de ocidentais.⁵³⁵ E, ainda assim, o Ocidente parecia culpar indistintamente a China e os chineses pela violência dos boxers. Sendo diplomático, Wu Tingfang colocou boa parte da culpa por essa hostilidade ocidental na imprensa estrangeira. Assim como fez Gu Hongming, ele também denunciou o Dr. George Morrison e o jornal *Times* por suas matérias mal-intencionadas e preconceituosas.⁵³⁶

Porém, o problema era muito maior do que apenas um único indivíduo, pois “[todos] os jornais estrangeiros na China levam um a acreditar que o governo chinês nada mais é do que uma fraude; que os oficiais são canalhas; que o povo é castigado por uma opressão assustadora.” Em uma crítica similar ao que é feito por muitos jornais de hoje, ele continuou seu argumento dizendo que “Parece que a política estabelecida é a de apanhar defeitos em tudo o que os chineses fazem e relutar até o mínimo de justiça que lhes é direito.”⁵³⁷

Tendo pontuado todas essas questões, Wu Tingfang mencionou então de alguns pontos que os estrangeiros poderiam mudar para melhorar seu relacionamento com a China: um, ter mais consideração pelos costumes chineses, pois o diferente não necessariamente é negativo, afinal, “Os meios estrangeiros nem sempre são os melhores”.⁵³⁸ Dois, os chineses merecem o mesmo

⁵³⁴ Idem., pp. 8-9.

⁵³⁵ Idem., p. 10.

⁵³⁶ Idem., pp. 10-11.

⁵³⁷ Idem., p. 10.

⁵³⁸ Idem., pp. 12-13.

tratamento de respeito e igualdade que europeus e americanos – e isso também no que diz respeito à questão da imigração. Três, a imprensa estrangeira na China deveria elogiar ou criticar de forma justa. Quatro, os missionários, como porta-estandartes da imagem ocidental no interior do império, deveriam focar em missões médicas, não catequéticas. Por fim, “estrangeiros na China não devem nos julgar de acordo com seus próprios padrões.”⁵³⁹

Quase dez anos depois, em *A Significância do Despertar da China*, Wu Tingfang escreveu sobre outros pontos de desentendimento. Em um contexto completamente diferente, aquele das Novas Políticas Qing, antes, claro, da queda do império, a sensação parecia ser de grande positividade quanto ao futuro da nação: “[...] sinto-me confiante de que em alguns anos a China não mais será chamada ‘o homem doente do Extremo Oriente’, mas se tornará uma nação moderna como seu grande vizinho, o Japão.”⁵⁴⁰ Sobre um dos pontos já discutidos no capítulo anterior, Wu Tingfang descartou a possibilidade de um “Perigo Amarelo” proveniente dessa futura China moderna. Afinal, perguntou-se, no livro que publicou em 1914, qual seria a vantagem de conquistar mais territórios, levando-se em consideração o custo de manutenção da ordem, a necessidade do uso da força, do soldado e da repressão?

“Tudo isso, eu devo dizer, de passagem, é oposto ao nosso código confuciano, que baseia tudo na razão e abomina a violência. [...] Temos ainda que ser convencidos de que bons resultados advêm do uso da espada e do canhão. Nações ocidentais não conhecem outra compulsão [senão esta].”⁵⁴¹

Essa citação é interessante por dois motivos: primeiro, porque mostra um ponto de convergência entre as opiniões dos dois intelectuais, na medida em que teria sido devido ao confucianismo que a China se moralizou e abnegou a guerra. Segundo, porque ao contrapor a China e o Ocidente, ele colocou a distinção em um “código confuciano” cuja base seria nada mais, nada menos do que a razão! No mínimo, fez o leitor-alvo se questionar: ‘se negar a guerra é ser racional e nós fazemos guerra, logo somos irracionais?’ Ironicamente, se partirmos desse ponto de vista, seria como ter usado da lógica dedutiva aristotélica contra um leitor aristotélico. Se a intenção foi, de fato, a de provocar a reflexão, então talvez possamos brincar e dizer que Wu Tingfang fez uso da velha tática de “usar o bárbaro para vencer o bárbaro”.

⁵³⁹ Idem., p. 14.

⁵⁴⁰ WU TINGFANG. The Significance of the Awakening of China. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**. Op. cit., p. 29.

⁵⁴¹ WU TINGFANG. **America**: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat. Op. cit., s.p., Chapter 12: America versus Chinese Civilization (Continued).

5.3 Sobre civilização

5.3.1 Gu Hongming e o chinês civilizador

Essa contraditória pacificidade chinesa, como observado pelos estrangeiros ora como virtude, ora como vício, não parecia nada mal em 1915. Na verdade, servia de um bom contraste à Guerra Mundial, que era, de fato, uma guerra civil europeia. O impacto do conflito no ocidente, como sabemos, foi vasto, inclusive na autopercepção das pessoas que assistiram, incrédulas, ao tão esperado progresso arruinar vidas e nações. Todavia, para além da autocrítica e da crise identitária da própria Europa, observadores externos também aguçaram seus olhares e escreveram suas interpretações sobre o ocorrido. Gu Hongming, nesse caso, foi um deles.

Como vimos, ele escreveu sobre o que considerou ser “o espírito do povo chinês”, algo que, segundo ele, poderia ensinar ao mundo ocidental como resolver os seus problemas – cuja manifestação mais óbvia era justamente a Grande Guerra. Todavia, suas causas seriam mais complexas, como o “culto ao poder” da Alemanha e o “culto à multidão” da Grã-Bretanha. Como Paul Cohen apontou, havia um receio entre alguns oficiais do império que a alternativa legista de fortalecer o Estado, ao invés de restaurá-lo, fosse, na verdade, subordinar todos os valores sociais ao desenvolvimento da riqueza e do poder.⁵⁴² Gu Hongming demonstrou um receio semelhante. Em seu caso, ele relacionou os cultos supracitados a valores específicos, de forma que o “culto à multidão” seria marcado pela covardia e o egoísmo (busca por interesses), que juntos formariam o “comercialismo”.⁵⁴³

Este seria, enfim, o verdadeiro problema do mundo e o causador da guerra. Igualmente, enquanto a ‘multidão’ levaria à anarquia, o ‘poder’ levaria ao militarismo. Para contê-los, seria preciso uma força moral capaz de pacificar as emoções das massas e simultaneamente substituir a força militar por outro regulador social. Logo, mantendo a imagem da China como um país pacífico e do confucianismo como contrário à guerra, Gu Hongming lançou a proposta de que a Europa tinha muito a aprender com os chineses.

Parecia claro que a guerra era um problema da falta de uma regulação social eficiente. Mas como a Europa fazia então para regular sua sociedade, mesmo que ineficientemente? No Ocidente, a natureza humana é tida como má – uma concepção errada, segundo Gu Hongming – e por isso a sociedade teria sido regulada primeiro pela Religião (temer a Deus) e depois pela Lei

⁵⁴² COHEN, Paul. **Discovering History in China**. Op. cit., p. 31.

⁵⁴³ KU HUNG-MING. **The Spirit of the Chinese People**. Op. cit., p. 18.

(temer a punição).⁵⁴⁴ A primeira opção trouxe consigo a classe dos padres e a segunda a classe dos policiais e soldados, todas negativas.⁵⁴⁵ O que a Europa precisava, segundo o autor, não era de padres ou de policiais, mas de decoro – o ritual (礼法 *lǐfǎ*) –, o que chamou de “Religião da Boa Cidadania”. Apenas isso seria capaz de trazer a paz. A passagem 2.3 dos *Analectos* trata dessa questão:

“O Mestre disse: ‘Caso o povo seja guiado pelo governo e [seu comportamento seja] uniformizado pelas punições, [ainda é possível que o povo] escape [das punições] e não tenha decoro. Caso o povo seja conduzido pela virtude e disciplinado pelos Ritos, não apenas terá decoro, mas também se tornará Correto [isto é, se submete à Ordem].’”⁵⁴⁶

Por essa razão, quando Gu Hongming criticou a chamada ao levante popular feita pelo professor Lowes Dickinson, ele deu o seguinte conselho à Europa: “Não chame de volta o padre e, pelo amor de Deus, não mande chamar a multidão, mas chame o chinês; *chame o verdadeiro chinês com sua Religião da boa cidadania e sua experiência de 2.500 anos de como viver em paz sem padre e sem soldado.*”⁵⁴⁷

Ao colocar a resposta nos ritos confucianos, ele basicamente defendeu algo que não tem forma específica: uma prática cultural introjetada ao longo de gerações. Ciente disso, ele diferenciou os ritos da razão, tal como entendida por filósofos europeus. Nesse caso, esta não serviria como um regulador moral, pois: “A razão, nosso poder de raciocínio por si só, não pode nos fazer ver a indefinível, viva, absoluta essência do certo e do errado, ou a justiça, a vida ou alma, assim falando, da justiça.”⁵⁴⁸ Isso porque o código moral seria algo intrinsecamente superior à racionalidade humana. Gu Hongming então citou as primeiras palavras do clássico daoísta do *Livro do Caminho e da Virtude* (道德经 *dàodéjīng*): “Os caminhos sobre o qual se

⁵⁴⁴ É bom ressaltar que “natureza” (性 *xìng*), não deve ser compreendida como “essência”, como é no Ocidente. 性 *xìng* está associado à predisposição de algo em sua origem, o que vai além de escolhas pessoais, mas nem por isso é algo redutível a uma essência. Se tomarmos Mêncio como exemplo, o ser humano é capaz de moralidade; logo, a moral faz parte de sua natureza e a sociedade deve nutri-la através da virtude, que pode ser cultivada, por sua vez, através do exemplo e da educação. Tal foi, não obstante, a leitura feita por Zhu Xi dos clássicos confucianismo, à qual Gu Hongming teve acesso. CHENG, Anne. **História do Pensamento Chinês**. Op. cit., p.581. VAN NORDEN, Byan. “Mencius.” In: ZALTA, Edward N. (Ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Edição de Inverno, 2014. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/win2014/entries/mencius/> Acesso em 04/06/2016.

⁵⁴⁵ KU HUNG-MING. **The Spirit of the Chinese People**. Op. cit., pp. V-VI.

⁵⁴⁶ CONFÚCIO. **Os Analectos**. Op. cit., p. 31. Ver comentários de Giorgio Sinedino sobre o conceito de Ordem (正 *zhèng*) nos *Analectos* a partir da leitura de Zhu Xi (p. 33).

⁵⁴⁷ KU HUNG-MING. **The Spirit of the Chinese People**. Op. cit., pp. IX-X.

⁵⁴⁸ Idem., p. 52.

pode discorrer não são o Caminho Permanente”.⁵⁴⁹ Todavia, nesse caso, ele substituiu “caminho” (道 *dào*), por “código moral”.

Essa religião – que Gu Hongming fez questão de diferenciar do tipo europeu – ensinava a pessoa a ser um bom cidadão, antes de ser uma boa pessoa. Ademais, o confucianismo teria inculcado ainda outras qualidades, como a lealdade e a honra. Logo, seria a absoluta lealdade do súdito ao soberano que estabeleceria o funcionamento ordenado das coisas, mas seria a honra, como elemento regulador interno ao indivíduo, que traria o equilíbrio social. Enquanto a “obrigação divina de lealdade” ensinada por Confúcio garantiu a imortalidade da nação, o culto aos ancestrais garantiu a imortalidade da raça *na* nação.⁵⁵⁰ Por não serem internalizados, o medo a Deus e as leis europeias seriam insuficientes para criar uma imortalidade similar do povo ou da nação no ocidente. Por esse motivo, adotar a civilização confuciana seria, para Gu Hongming, o único caminho de impedir a iminente destruição da civilização europeia.

Isso é muito importante. Primeiro, porque ideias evolucionistas culturais associadas ao liberalismo britânico fizeram com que houvesse uma série de preocupações em torno da “luta pela sobrevivência” das nações. Tal luta, como supostamente seria no mundo animal a partir de ideias distorcidas sobre adaptação e evolução biológica, poderia levar à extinção de uma raça ou de uma nação. Ao dizer que a nação chinesa era imortal, mas denunciar que a europeia estava caminhando para a extinção, Gu Hongming inverteu o tom da narrativa. De fato, ele criticou diretamente o argumento de que os chineses teriam um “desenvolvimento reprimido” ao dizer que, por virtude do “código moral”, eles seriam na verdade eternamente jovens.⁵⁵¹ (No entanto, pontuou que em muitos aspectos, como na matemática, o chinês mantinha algumas “características primitivas”, o que faria o “estudante estrangeiro superficial” tomar conclusões precipitadas e errôneas.)⁵⁵² Ao leitor ocidental talvez parecesse estranho, não fosse a Grande Guerra. Tamanha crença ele tinha no *corpus* literário chinês que escreveu que poderia salvar os europeus em conflito: “patriotas” que “lutam com instintos de animais selvagens” poderiam ser transformados em “pessoas pacíficas, gentis e civis” através do contato com a “literatura que pode civilizar a humanidade.”⁵⁵³

⁵⁴⁹ LAOZI. **Dao De Jing**: Escritura do Caminho e Escritura da Virtude com os comentários do Senhor às Margens do Rio. Tradução e notas de Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, 2016, p. 5.

⁵⁵⁰ KU HUNG-MING. **The Spirit of the Chinese People**. Op. cit., p. 43.

⁵⁵¹ Idem., pp. 13-14.

⁵⁵² Idem., pp. 10-11.

⁵⁵³ Idem., pp. 103-104 e 106.

Segundo, porque mesmo a China estando em posição periférica no sistema mundo ocidental, ele nem por isso deixou de defender que eram os chineses que deveriam servir de exemplo aos ocidentais, não o contrário.

“Em suma, o que eu quero chamar a atenção do povo da Europa e da América, justamente no momento em que a civilização parece estar ameaçada de falência, é de que há, até o momento, uma imensurável e inimaginável ferramenta da civilização aqui na China. A ferramenta da civilização não é o comércio, a ferrovia, a riqueza mineral, ouro, prata, ferro ou carvão nesse país. A ferramenta da civilização do mundo hoje, eu quero dizer aqui, é o chinês – *o intocado e verdadeiro chinês com sua Religião da boa cidadania.*”⁵⁵⁴

No entanto, e quanto a outras descrições de observadores ocidentais sobre os chineses como escravos, sobre os terríveis odores das cidades e sua péssima infraestrutura? Segundo Gu Hongming, com seus valores comunitários e pacificadores, os ritos fizeram dos chineses um povo de grande compaixão. Essa questão pode ser exemplificada por uma menção sobre “um amigo meu escocês da Alfândega”, onde o servente chinês que mente e espreme (*squeeze*) dinheiro de seu patrão para aposta-lo transformou-se, quando o patrão adoeceu, na pessoa mais leal e devota à sua cura, tal como “ele não poderia [sequer] ter esperado do amigo mais íntimo”.⁵⁵⁵ Tão grande seria, de fato, a compaixão chinesa, que essa “vida de emoção ou afetividade humana” tê-los-ia tornado insensíveis a aspectos secundários como o mau-cheiro, o desejo de refinamento e outros desconfortos físicos associados ao corpo e ao ambiente.⁵⁵⁶ Em meio às críticas, apenas uma civilização imortal onde coração e razão trabalham em conjunto teria capacidade de ignorar tais superficialidades externas.⁵⁵⁷

Portanto, não era o progresso material que deveria ser almejado, mas os valores morais confucianos do “verdadeiro chinês”. Nesse sentido, ainda que tenha quebrado com a dicotomia “nova China/velha China”, ele, não obstante, diferenciou o “novo chinês”, que viu com negatividade, do “verdadeiro chinês”. Por isso, sua crítica ao Ocidente foi também uma crítica à República da China, por ser um tipo de governo baseado não na tradição, mas em um modelo estrangeiro cuja incapacidade de trazer resultados positivos estava sendo demonstrada pela Grande Guerra. Segundo ele, valeria muito mais à pena se os “mandarins progressivos” gastassem suas energias estudando Confúcio, ao invés de viajando ao Ocidente. De outra forma,

⁵⁵⁴ Idem., pp. 8-9.

⁵⁵⁵ Idem., p. 7.

⁵⁵⁶ Idem., p. 6.

⁵⁵⁷ Idem., p. 12.

“nada além de caos, miséria e sofrimento virá do presente movimento reformista na China.”⁵⁵⁸ Se esse movimento se tornasse exitoso, então a Religião do Culto à Multidão, ou “o presente pesadelo de uma república na China” poderia tomar conta do país.⁵⁵⁹

O confucianismo que fazia a ordem funcionar na sociedade levou Gu Hongming a classificá-lo como Religião de Estado. Ao lançá-lo como proposta, ele fez uma outra crítica ao Ocidente; uma que certamente atçou os mais raivosos evolucionistas culturais e uma que, ademais, aproximou-o tanto da cultura política chinesa:

“Um Estado como vemos hoje na Europa e na América modernas, onde os homens e as mulheres não têm uma verdadeira concepção de vida civil, – tal Estado com todos os seus parlamentos e maquinário de governança pode ser chamado, se quiser, – uma grande Preocupação Comercial, ou, como de fato é, em tempos de guerra, uma gangue de salteadores e piratas, – mas não um Estado.”⁵⁶⁰

Ao acusar essa “falsa concepção de Estado como um empreendimento comercial” como a causa da Grande Guerra, Gu Hongming concluiu: “Em suma, sem uma verdadeira concepção de vida civil não pode haver um verdadeiro Estado e sem um verdadeiro Estado como pode haver civilização?”⁵⁶¹

Como vimos, ele elencou as duas características principais do “Grande Princípio” (大以 *dàyǐ*) ensinado por Confúcio como lealdade e honra. Isso, não obstante, esteve diretamente associado ao problema da nova república chinesa como modelo fruto de uma falsa concepção de Estado, pois na Europa a natureza humana era entendida como má, como visto acima. Por essa razão, por exemplo, precisavam ora de padres, ora de policiais e soldados para regular a sociedade: religião e lei. Tal tipo de governo seria baseado em uma fraude pelo simples fato de que aqueles no topo, como presidentes e magistrados, demandarem honra e lealdade dos que estão abaixo (no caso, os policiais e soldados), supostamente para o bem da sociedade, mas na prática por interesse pessoal, pois os próprios líderes não seriam honrosos ou leais.⁵⁶² Logo, o policial perceberia que o melhor para a sua família seria se tornar um revolucionário ou um anarquista em busca de melhoria e, assim, a honra que havia se esvai. Esse tipo de característica da república a faria ter um “direito diabólico de governar”, tornando sua política algo imoral.

⁵⁵⁸ Idem., p. 125.

⁵⁵⁹ Idem., pp. 164-165.

⁵⁶⁰ Idem., pp. 91-93.

⁵⁶¹ Ibidem.

⁵⁶² Idem., pp. 32-33.

Segundo Gu Hongming, a honra, a lealdade e a obrigação eram elementos reguladores associados aos ritos que teriam feito da China uma sociedade não violenta, não belicosa e sem necessidade de policial ou de soldado. Seria uma sociedade autorregulada, de certa forma, por uma tradição moralizadora introjetada em cada chinês. Por essa razão, segundo ele, Mêncio (370-289 a.C.) teria dito que os anarquistas ficaram com medo quando Confúcio escreveu os *Analectos*.⁵⁶³ É importante ressaltar, no entanto, a elasticidade das traduções empregadas por ele, na medida em que Mêncio falou de “bandido”, não de “anarquista”, e “bandido”, afinal de contas, era todo aquele grupo que se voltava contra a ordem estabelecida pelo Mandato do Céu (de tal forma que toda nova dinastia que falhou em se estabelecer foi categorizada como tal, mesmo os taipings no século XIX). Foi uma forma de acusar indiretamente os republicanos de anarquistas, ou rebeldes, que nada trariam de bem ao país senão desordem.

Assim, Gu Hongming clamou por uma ordem reguladora da sociedade baseada nos ritos confucianos e na honra e na lealdade (como harmonizadoras da desigualdade) implícitas na hierarquia tradicional, onde constava também a submissão das mulheres e a ordem imperial. Isso não estaria condizente com o modelo republicano de influência estrangeira, de forma que era preciso rasgar a constituição para se ter paz e adotar, em seu lugar, o “código de honra” de Confúcio.⁵⁶⁴ Todavia, ele defendeu isso como um modelo para o mundo seguir, concluindo que a civilização ocidental estava enfrentando o seu eminente fim e posicionando a China em um lugar de destaque (um completo contraste ao discurso estrangeiro sobre ela).

5.3.2 Wu Tingfang: “civilização americana x civilização chinesa”

Seriam os ocidentais, de fato, tão “altamente civilizados” como eles se diziam? Wu Tingfang se questionou, ponderando se o Ocidente deveria realmente ser um modelo de civilização para a China. “Algumas de suas políticas não foram tais que podem ser caracterizadas apenas como ações tortuosas e egoístas que os povos menos civilizados não as teriam [sequer] imaginado?”⁵⁶⁵ Dito isso, ele e Gu Hongming pensaram de forma semelhante: não bastava o progresso material para qualificar um povo como civilizado. Afinal, constatou Wu Tingfang, ainda que o Ocidente tenha se desenvolvido materialmente, eles nem por isso viviam mais ou

⁵⁶³ Idem., p. 35.

⁵⁶⁴ Idem., p. 157.

⁵⁶⁵ WU TINGFANG. **America**: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat. Op. cit., s.p., Chapter 11: America versus Chinese Civilization.

melhor que os outros povos. Na verdade, mesmo com toda riqueza, conforto e bens materiais dos americanos, os chineses ainda eram mais felizes do que eles.⁵⁶⁶ Isso deveria significar alguma coisa.

Em sua palestra de 1910, também tratou disso: o desenvolvimento técnico do Ocidente era digno de admiração; todavia, tinham muito o que aprender com os chineses e a estabilidade de sua civilização de milhares de anos. A chave estava, segundo ele, na Filialidade (*filial piety*), ou 孝 *xiào*, um dos pilares confucianos.⁵⁶⁷ Essa relação entre moral e política, presente também em Gu Hongming, é uma demonstração clara do peso da longa tradição chinesa em seu pensamento. Isso, por exemplo, pode ser elucidado pela passagem 2.21 dos *Analectos*:

“Alguém perguntou a Kongzi [Confúcio]: ‘Por que o senhor não faz política?’ O Mestre disse: ‘Os *Documentos* falam sobre a Filialidade: Se alguém for Filial [para com os seus pais] e Amical para com seus irmãos, [tais virtudes] se transmitirão à política. Se isso também é fazer política, por que se teria de entrar para a política?’”⁵⁶⁸

Gu Hongming, quando tratou sobre ‘religião’ como regulador social, escreveu o seguinte: “A Religião da Igreja, o Cristianismo, diz: – ‘Se quiser temer a Deus e obedecê-lo, deve primeiro amar a Cristo’. A Religião de Estado de Confúcio, ou Confucianismo, diz: – ‘Se quiser honrar o Imperador e ser leal a ele, deve primeiro amar ao seu pai e à sua mãe.’”⁵⁶⁹ Wu Tingfang também foi bem contundente, pois, ao dizer que o mundo se tornaria um lugar melhor se os ocidentais também estudassem “nosso caráter e hábito morais e nossas instituições”⁵⁷⁰, ele criticou a imoralidade muitas vezes presente no materialismo ocidental, algo facilmente observado no que chamou de “[a] febre do Encouraçado”.⁵⁷¹ Uma tal denúncia à superficialidade do desenvolvimento material, ou, na verdade, o problema de tomar esse materialismo como medida de avaliação social, pode ser interpretada pela passagem 2.7 dos *Analectos*:

“Ziyou perguntou sobre a Filialidade. O Mestre disse: ‘A pessoa Filial de hoje em dia quer dizer [apenas alguém] que pode cuidar [dos pais]. Mesmo cães e

⁵⁶⁶ Idem., s.p., Chapter 12: America versus Chinese Civilization (Continued).

⁵⁶⁷ WU TINGFANG. The Significance of the Awakening of China. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Op. cit., p. 30. O neologismo “filialidade” foi adotado por Giorgio Sinedino em sua tradução dos *Analectos*.

⁵⁶⁸ CONFÚCIO. **Os Analectos**. Op. cit., p. 58. Com *Os Documentos*, trata-se do clássico 书经 *shūjīng*.

⁵⁶⁹ KU HUNG-MING. **The Spirit of the Chinese People**. Op. cit., p. 69.

⁵⁷⁰ WU TINGFANG. The Significance of the Awakening of China. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Op. cit., p. 30.

⁵⁷¹ Por encouraçado, refiro-me a *dreadnought*. WU TINGFANG. **America: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat**. Op. cit., s.p., Chapter 2: American Prosperity.

cavalos também conseguem alimentar [seus pais]. Se não houver Respeito, como se diferenciar [homens e animais]?”⁵⁷²

Se associarmos os problemas da Europa da época aos daqueles enfrentados pela geração de Confúcio, como de fato o fez Gu Hongming, logo fica claro que a China ainda tinha muito a ensinar ao Ocidente, por mais caótica que estivesse sua situação social e política. Afinal, o caos pode ser ordenado pelas pessoas certas, mas sem pessoas certas, como organizá-lo? Ao observar o materialismo americano, Wu Tingfang pontuou a grande influência do dinheiro naquela sociedade. Ainda que, por um lado, isso fosse sinal do bem-estar socioeconômico do país, algo que os chineses deveriam tentar emular, o excesso era problemático e não traria felicidade ou conforto: “O amor deles por dinheiro os deixa quase sem tempo para comer, beber ou dormir; andando ou dormindo, eles não pensam em outra coisa [senão dinheiro].”⁵⁷³

Uma de suas observações quanto à questão financeira foi sobre a formação de trustes, isto é, a união de muitas empresas para dominar um mercado ao se criar um monopólio (algo que contrariava o discurso liberal pregado por ocidentais na China em todos os sentidos). No entanto, ele optou por não comentar sobre a questão por falta de conhecimento sobre o assunto. Por sua vez, Liang Qichao, em viagem aos Estados Unidos em 1903, não segurou sua caneta para escrever sobre “Esse monstro [que] nasceu em Nova York”; o “único soberano do mundo do século vinte.”⁵⁷⁴ Suas conclusões não foram nada positivas: “De agora em diante, trustes domésticos crescerão em trustes internacionais e a nação mais severamente vitimizada certamente será a China.”⁵⁷⁵ Afinal, diferentemente do discurso, o Ocidente não foi estranho a monopólios e foi justamente nas mãos de um, a Companhia Britânica das Índias Orientais que o ópio foi contrabandeado ao Grande Qing. Logo, ao que parece, o desenvolvimento tecnológico e material, quando acompanhado de uma política imoral, representava um problema ao mundo e, particularmente naquele contexto, aos chineses. Como vimos, essa também foi uma das preocupações de missionários como Arthur J. Brown e Arthur E. Moule para o futuro da China. De qualquer forma, o problema do monopólio não deixou de figurar entre os chineses e durante o

⁵⁷² CONFÚCIO. *Os Analectos*. Op. cit., p. 38.

⁵⁷³ WU TINGFANG. *America: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat*. Op. cit., s.p., Chapter 11: America versus Chinese Civilization.

⁵⁷⁴ Liang Qichao, *The Power and Threat of America*, 1903, citado em ARKUSH, R. David & LEE, Leo O (Eds.) *Land Without Ghosts*. Op. cit., p. 88.

⁵⁷⁵ Idem., p. 89.

primeiro ano da República muitos panfletos, desenhos e quadrinhos continham termos associando o sucesso do movimento republicano ao “fim do monopólio” estrangeiro.⁵⁷⁶

Para além disso, Wu Tingfang demonstrou ter tido uma visão de mundo bastante curiosa, mas nem por isso exclusivamente sua. Kang Youwei, por exemplo, imaginou um mundo repleto de nações como parte de uma etapa evolutiva global que levaria à formação de uma *única* nação no mundo. Isso não viria a acontecer por causa de conquista bélica, como na ansiedade imperial da “sobrevivência do mais forte”, mas devido a uma simbiose cultural entre todos os povos. Wu Tingfang, por sua vez, também imaginou um mundo onde o Oriente aprenderia os aspectos tecnológicos e científicos do Ocidente, enquanto este aprenderia a moral e as virtudes orientais. Através dessa simbiose, o mundo inteiro se tornaria um lugar melhor: um mundo sem guerras, sem colonização e sem a necessidade da “febre do encouraçado”, onde reinaria o bem-estar social ocidental e a paz providenciada pela moral oriental.

Sua ideia de civilização, por sua vez, foi menos global. Isso é particularmente curioso, uma vez que, como vimos com James Blaut, o eurocentrismo parte do pressuposto de que a civilização, a história e o desenvolvimento são essencialmente europeus (ou melhor, de uma parte da Europa Ocidental) e foram difundidos de lá para o mundo através da colonização, do comércio, da religião ou até mesmo das missões da ONU e do FMI. Wu Tingfang então escreveu:

“É tão frequentemente esquecido que a civilização, como a religião, originalmente veio do Oriente. Muito antes da Europa e da América serem civilizadas, de fato enquanto ainda estavam em um estado de barbarismo, havia nações no Oriente, incluindo a China, superiores a eles em conduta, em educação e em governo; [que] possuíam uma literatura igual a nenhuma [outra nação] e artes e ciências completamente desconhecidas no Ocidente. Autopreservação e interesse próprio agitam todos os homens e então os povos do Oriente gradualmente se mudaram para o Ocidente, levando consigo o seu conhecimento. Os povos do Ocidente que entraram em contato próximo com eles aprenderam [sobre] a sua civilização. Essa fusão entre Oriente e Ocidente foi o começo da civilização Ocidental.”⁵⁷⁷

Assim, ele concluiu que da mesma forma que o aprendiz superou o mestre, este também pode vir a aprender com seu antigo pupilo para, senão superá-lo, ao menos igualá-lo. Na verdade, talvez mais do que isso, como chegou a mencionar em outra passagem: “Às vezes, sou quase

⁵⁷⁶ Ver: VALDAR et. al. **The History of China for 1912 in 52 Cartoons**. With Explanatory Notes in English and Chinese. Shanghai: “The National Review”, s.d. [1913].

⁵⁷⁷ WU TINGFANG. **America**: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat. Op. cit., s.p., Chapter 11: America versus Chinese Civilization.

tentado a dizer que a Ásia terá que civilizar o Ocidente novamente.”⁵⁷⁸ Isso foi escrito no trecho em que falou sobre “a exclusão de amarelos”. Nesse caso, é bom lembrar que Wu Tingfang foi diplomata nos Estados Unidos e, como tal, teve que lidar com a política de exclusão de mão de obra chinesa e as negociações de tratados sobre essa questão, após os americanos terem quebrado com cláusulas anteriormente estabelecidas e promulgado leis internas de forma unilateral.

“O resultado é que as raças de cor colocam a moralidade no lugar que os brancos, mais pragmáticos, conferem às proposições econômicas. Nós pensamos, enquanto contemplamos o Ocidente, que os povos brancos não entendem o conforto porque eles não têm tempo para desfrutar do contentamento; ELES medem a vida pela acumulação, NÓS pela moralidade. Laços familiares são mais fortes entre as assim chamadas raças coloridas do que entre as mais irresponsáveis raças brancas; conseqüentemente o sentido social é mais apurado nos primeiros e muito sofrimento individual é evitado. Temos nossos vícios, mas eles não são peculiares aos EUA; e, ao menos, nós temos o mérito de sermos facilmente governados. Onde quer que haja colônias chinesas, o veredito geral é: ‘Os chineses fazem bons cidadãos.’”⁵⁷⁹

Ao relacionar a religiosidade oriental com a boa cidadania dos chineses, o argumento se aproxima daquele defendido por Gu Hongming, ainda que estivessem falando de conceitos distintos de religião. Todavia, a citação nos mostra que seu ponto de vista não foi meramente político, isto é, relacionado exclusivamente à questão da exclusão de mão de obra chinesa nos Estados Unidos, mas fez parte de sua visão de mundo; um tal mundo onde “o Céu não tem favoritos”, onde não há superioridade racial ou lei natural que justifique “a loucura das nações ocidentais por adicionar a seus territórios”. O que justificaria a guerra e a ambição, senão a falta de moral e uma paixão pela potência? Afinal, o comércio não funcionaria perfeitamente sem a necessidade de expansão territorial? A menos que o comércio não fosse o motivo, mas a fachada, o véu que esconde as reais intenções. Sob sua concepção, a civilização nem poderia ser geograficamente (pre)determinada, nem culturalmente fixa, e muito menos poderia ser medida pelo desenvolvimento material. O que, então?

Ao responder essa pergunta, Wu Tingfang expôs também sua concepção de tempo e a simbiose que acreditou que existiria, no futuro, entre Ocidente e Oriente:

“Felicidade é o produto da liberalidade, da inteligência e do serviço aos outros, e o reflexo da felicidade é a saúde. Minha opinião é a de que o povo que possuir

⁵⁷⁸ Ibidem.

⁵⁷⁹ WU TINGFANG. **America**: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat. Op. cit., s.p., Chapter 12: America versus Chinese Civilization (Continued).

essas boas qualidades em maior grau é o mais civilizado. Agora, civilização [...] nasceu no Oriente e viajou ao sentido Oeste. A lei da natureza é espiraliforme e da mesma forma que a civilização Oriental ensinou o povo do Ocidente, também a civilização Ocidental, que é baseada nos princípios nativos do Oriente, retornará à sua fonte original. Nenhuma nação pode agora permanecer fechada em si mesma sem interação com outras nações; o Oriente e o Ocidente não podem mais existir separados ou distantes [um do outro].”⁵⁸⁰

Se trouxermos a reflexão ao tempo presente, essa última parte parece ponto pacífico em nosso mundo globalizado. Também serve para refletirmos, no mínimo, sobre quais fatores elencamos como sinais de desenvolvimento, o que implica em seu conceito. Porém, ao dizer que “o Oriente e o Ocidente não podem mais existir separados”, Wu Tingfang inevitavelmente inverteu a acusação ao acusador: na Era da China aberta, seria o Ocidente que estava se fechando aos chineses ao impedir sua imigração e agir com hostilidade.

5.4 Conclusão do capítulo

Esse capítulo propôs inverter o observador, mas não meramente *pro forma*, como se fosse apenas “para dizer que existe”, nem muito menos com intuito de simplificar e reduzir as condições internas da China da época. Para parafrasear o sinólogo americano Paul A. Cohen, a sinologia deve estar atenta a não reduzir a história chinesa a uma ação ou reação ao desafio ocidental. O contexto interno de um país que, lembremos, não foi formalmente colonizado – ainda que isso não o impediu de receber um tratamento de estatuto colonial –, deve ser suscitado sempre que possível, pois sem o contexto interno nada faz sentido. De fato, o cuidado com o contexto interno do outro reflete uma preocupação com a alteridade que mesmo hoje pode fazer diferença nas relações internacionais. No mínimo, impede-nos de tirar conclusões precipitadas.

Por exemplo, o fato de Yuan Shikai ter recusado (de início) os títulos que o regente, Príncipe Chun, o ofereceu para que comandasse o exército contra a insurreição republicana pode ter parecido a muitos observadores ocidentais como uma evasão às tentações do poder, característica de sua integridade moral patriótica. Todavia, para a história da China e suas referências socioculturais, isso não era nada incomum: recusar é nada mais do que uma etapa essencial para se chegar, de forma correta e legítima, à aceitação. Afinal, não teria Cao Pi 曹丕 (187-223) recusado o trono do último imperador Han três vezes, como comandava a tradição? Essa não é a única referência ao Período dos Três Reinos que podemos fazer: o próprio Herbert

⁵⁸⁰ Ibidem.

Gowen, como vimos, demonstrou não ter percebido a associação simbólica entre o general chinês que mencionou em seu livro e Zhuge Liang, um dos rivais de Cao Pi. Aos chineses, todavia, esses simbolismos certamente são evidentes. Logo, servem-nos de exemplo de que, como pontuou Gu Hongming, a China nos seria incompreensível, tanto hoje como ontem, desde a universidade até o mercado, sem um conhecimento básico de sua história, sociologia e filosofia.

Entretanto, nem por isso nossa perspectiva estrangeira deve ser menosprezada. A latino-americana permite contribuir aos estudos chineses ao observar, de fora, o encontro entre esses “dois lados da experiência humana”, para citar novamente Simon Leys. O distanciamento geográfico nos ajuda a não se sentir pertencente a nenhum dos dois lados, mas tentar entendê-los em diálogo. Isso porque trata-se, de fato, de um diálogo, e parecer-nos-ia um mapeamento incompleto elucidar algumas perspectivas ocidentais sem mostrar as chinesas.

Portanto, interessou ver não a forma como os chineses reagiram ao desafio ocidental, que de fato foi um desafio, mas principalmente como foi que eles enxergaram a si e ao seu país em um contexto de tamanha desolação. Afinal, para além das inúmeras questões internas, esse foi um mundo que os rebaixou constantemente, sob rédeas coloniais, a uma categoria inferior na política internacional, nos jornais, nos livros e na arte. Esse talvez seja um questionamento bastante pertinente a ser feito para um hemisfério sul que está há tantos séculos em posição subalterna no sistema mundo desde o momento em que foi integrado a ele. Inclusive, pode-se chama-la de identidade, e uma tal que é marcada por um sentimento de inferioridade frente ao hemisfério norte e que está hoje introjetada em muitos dos habitantes do hemisfério sul como se fosse uma realidade inerente, por vezes quase genética, mas certamente cultural, de toda a região.

Por essa razão, e não apenas pela poeticidade que o termo carrega consigo, o subtítulo deste capítulo é “a palavra dos Celestes”. Como habitantes do “País Celestial”, muitos foram os estrangeiros que se referiram aos chineses dessa forma, ironicamente ou não. Todavia, o termo carrega consigo uma gama de interpretações derivadas possíveis. “Celeste” significa que há uma origem no céu, ou acima dele, um céu que pode ser descrito em maiúsculo, ou minúsculo, remetendo a algo supernatural e poderoso, ou simplesmente a algo que vem de cima. Ademais, por origem, não necessariamente implica dizer que lá reside, mas que de lá veio, de forma que um anjo caído, por exemplo, também seria um celeste, ainda que seu estatuto mágico e superior – ou exótico – tenha sido reduzido pela queda. Apenas em um tipo de mitologia tal como o

eurocentrismo, onde há certamente um molde bíblico do “povo escolhido por Deus”, a queda do outro seria natural e definitiva. Cabe à interpretação do observador.

Apesar da instabilidade da China da época e de seu contexto no sistema internacional, a perspectiva histórica holística dos chineses os impediu de enxergar essa queda como irreversível. Se o poeta Du Fu 杜甫 escreveu, no século VIII: “O império [está] esfacelado, restam montanhas e rios”, o mesmo poderia ter sido dito em tantos outros séculos, dentre eles o dezenove. Não se trata, portanto, da perspectiva histórica de uma nação subalterna em busca de seguir a linha teleológica do desenvolvimento, ou de um país que se vê como o ápice sociocultural humano por estar adiantado nesse único caminho linear progressivo de desenvolvimento. Como na analogia feita por André Gunder-Frank, a história não deve ser reduzida entre os países que viajam no trem e aqueles que esperam por sua vez na estação.

Para os chineses, trata-se, como tratou-se, da junção de uma perspectiva cíclica e linear, mas não necessariamente progressiva, – ou seja, em espiral – onde: “É dito que [Tudo] Sob o Céu, [após um] longo período de divisão, tende [necessariamente] a se unir, [e após um] longo período unido, tende [necessariamente] a se dividir.” (话说天下大势，分久必合，合久必分 *huàshuō tiānxià dàshì, fēnjiǔ bìhé, héjiǔ bìfēn*).⁵⁸¹ Sob tal perspectiva, certamente não há uma nação ou um povo que possa se reivindicar como escolhido ou culturalmente superior: onde se procura por essência, dever-se-ia procurar por história. Afinal, para citar Wu Tingfang: “o Céu não tem favoritos”.⁵⁸² Dentro dessa visão de mundo, figurou-se a República e seus processos revolucionários. Tal parece ter sido a perspectiva desses dois autores, como certamente a foi a de muitos outros intelectuais chineses.

⁵⁸¹ Tradução baseada em: Chinese Text Project, 三国演义 - Romance of the Three Kingdoms, “Chapter 1. 宴桃园豪杰三结义，斩黄巾英雄首立功 - Three Heroes Swear Brotherhood In The Peach Garden; One Victory Shatters The Rebels In Battlegrounds.” 2º Parágrafo. Pode ser acessado em: <https://ctext.org/sanguo-yanyi/ch1/ens>

⁵⁸² Mesmo Gu Hongming, que descreveu o “chinês verdadeiro” como a salvação do mundo moderno e da civilização ocidental, não deu aos chineses o caráter de “povo escolhido”, mas sim que sua condição civilizacional seria advinda de muitos acidentes e de muita, muita sorte.

6 CONCLUSÃO

*“Cada geração colhe o que a anterior plantou.” –
Provérbio Chinês*

*“A China, apesar das tradições multi-seculares das poderosas dynastias que o governaram, se transforma, no principio deste século, em republica. Diante dessa ultima étape de democracia, quem ousará duvidar que será breve o tempo que empregará no caminho que lhe resta percorrer? A democracia invade e domina o planeta, tanto no occidente como no oriente, tanto nos paizes novos e vigorosos da America como nas antigas e entorpecidas raças das profundezas da Asia.” –
Diário de Pernambuco, 30/06/1914*

*“É dito que o Imperador Kang hsi [Kangxi] construiu um junco de mármore no terreno do palácio de Pequim [Beijing] com a crença de que ele sempre seria um símbolo de perpetuidade e continuação da dinastia Manchu. A questão nos lábios de todos os interessados no futuro da China deve necessariamente ser: [Será que] o Navio da República vai aguentar?”
– Herbert H. Gowen*

Tentou-se mostrar aqui como diversos observadores ocidentais de origens e interesses diferentes conceberam o período entre 1901 e 1912 como parte de um processo histórico maior em que a China, outrora estagnada e supersticiosa, tornava-se cada dia mais moderna e dinâmica. Os discursos elaborados pelos observadores ocidentais aqui elencados e publicados em seus livros, cartas e jornais figuram como parte representativa de grupos específicos de pessoas que viajaram, viveram e/ou escreveram sobre a China. Representam, ademais, uma seleção, e não devem ser universalizados ou homogeneizados. Por esse motivo, “discursos” encontra-se no plural, para remeter a essa diversidade não apenas de pessoas, mas de interpretações. No entanto, apesar de seletos, não deixam de ser representantes de um universo mais vasto do pensamento ocidental.

As obras escritas antes da queda do império obviamente não refletiram essa mesma concepção. No entanto, não deixaram de demonstrar, de uma forma ou de outra, que a China parecia caminhar em um firme progresso modernizador cuja consequência poderia ser a queda dos manchus e a cristianização do império. Houve também a percepção de periodizações maiores. Parecia ponto-pacífico, especialmente aos britânicos e americanos, que o processo de mutação da

China havia começado com os primeiros missionários protestantes. O correspondente de guerra Frederick McCormick, por exemplo, começou sua linha do tempo chinesa no ano de 1838, não por conta da Guerra do Ópio do ano seguinte, mas devido à abertura das primeiras escolas cristãs.⁵⁸³ O período iniciado após o Movimento Boxer de 1900, portanto, teria feito parte de um contexto maior, mas suficientemente característico para ser identificado pelos observadores da época como particularmente importante.

Quando a República se reconfigurou nas mãos de Yuan Shikai em março de 1912, após um acordo entre os governos do sul e do norte, a China havia se tornado, para utilizar a expressão de Ernest P. Young, uma “confederação de províncias”.⁵⁸⁴ Em muitos casos, governadores do império mantiveram seus postos, com uma leve mudança de nomenclatura e um ambíguo reconhecimento do governo central.⁵⁸⁵ Em documentações mais técnicas, como o *Anuário da China* (1914), eles aparecem como “tu-tu”, ou 都督 *dūdū*, o que implica que houve uma extensão de seus poderes, pois trata-se de um título militar e civil: um governador-general, atribuição outrora pertencente apenas aos poucos e notáveis Governadores-Gerais (总督 *zōngdū*) dos últimos decênios do império.⁵⁸⁶ As grandes famílias locais de letrados – diversificadas entre antigos concursados públicos, mercadores e proprietários de terras – não apenas continuaram exercendo sua influência, mas até a estenderam com mais autonomia provincial.

Todavia, o termo demonstra também outra mudança: das dezoito províncias da China Própria, doze eram administradas por militares de carreira.⁵⁸⁷ Ocorreu então a inversão da hierarquia social tal como idealizada pela tradição chinesa, com a adição de uma quinta classe: os soldados. Estes passaram a exercer cada vez mais influência nas assembleias provinciais e nacional. Mary Gaunt foi uma das que percebeu essa dinâmica de poder entre governo central e líderes militares quando conheceu, em 1913, “o general tártaro Hsiung Hsi Ling [Xiong Xiling].”⁵⁸⁸ No entanto, para a maioria dos observadores empolgados com a ideia da revolução e

⁵⁸³ McCORMICK, William. **The Flowery Republic**. Op. cit., p. ix.

⁵⁸⁴ YOUNG, Ernest P. Politics in the aftermath of revolution: the era of Yuan Shih-k'ai, 1912-16. In: FAIRBANK, John K. **The Cambridge History of China**. Volume 12, Republican China 1912-1949, Part 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 213.

⁵⁸⁵ Lu Xun, considerado o pai da literatura moderna chinesa, criticou isso em sua novela *A Verdadeira História de A-Q* (1924).

⁵⁸⁶ Li Yuanhong 黎元洪 (1864-1928) foi o Vice-Presidente Provisório em 1912 e portador do título de Grande Governador-General (大都督 *dà dūdū*). É curioso que, com tantas referências ao *Período dos Três Reinos*, um dos mais famosos grandes governadores-generais tenha sido justamente Zhou Yu 周瑜 (175-210).

⁵⁸⁷ YOUNG, Ernest P. Politics in the aftermath of revolution: the era of Yuan Shih-k'ai, 1912-16. Op. cit., p. 214.

⁵⁸⁸ GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Op. cit., pp. 277-278.

seu futuro, tais detalhes passaram largamente despercebidos. O modelo teleológico euro-americano, nesses casos, suplantou as particularidades locais ao simplificar a situação: “com rapidez alarmante, ela [a China] saiu do feudalismo para o absolutismo e depois para o constitucionalismo.”⁵⁸⁹

Como vimos, o Pacífico foi retratado como um novo centro do teatro das nações. E, no entanto, a título de comparação, o peso comercial da região era muito mais fraco do que o comércio euro-americano (à exceção do Japão). É difícil dizer, como também perceberam Nicholas Clifford e Jeffrey Dupée em seus respectivos estudos, se os aspectos positivos das obras, quanto ao futuro da China, de fato remetem ao que o autor acreditava. No ocaso da última dinastia, com as reformas da Nova Política Qing, e no começo da República muito foi dito sobre “a China e o seu papel na história humana”, para citar o antropólogo Alexander Francis Chamberlain (1865–1914).⁵⁹⁰ Afinal, os contrastes positivos e o toque exótico são capazes de cativar o leitor. Tal ideia de uma China com mais presença no mundo, e cujo futuro da humanidade seria, por isso, uma incógnita, parece ter feito parte de muitos desses escritos.

E, apesar dessa súbita importância geopolítica, contradições outrora presentes em obras do século XIX aparecem com similar estigma em alguns desses escritos que foram contemporâneos à República. Isso pode ser resumido pela alegoria do missionário Arthur J. Brown: a China seria uma pedra onde, em sua fenda, plantou-se a semente do progresso (vide o cristianismo), indicando que o processo de ‘desestagnação nacional’ não estava ainda concluído.⁵⁹¹ Assim, vimos como as reformas e a revolução se refletiram na população e nas cidades: o trem que derruba a muralha, a mulher moderna no vagão, o patriotismo recém-nascido, a atualização do sistema político; e, no entanto, o cerimonial desnecessário, o odor insuportável, a miséria impiedosa.

Os jornais, por sua vez, refletiram uma dinâmica diferente. O *The New York Times* demonstrou que sua preocupação maior, além de situar o leitor nos acontecimentos mais relevantes do movimento revolucionário chinês, foi com os interesses econômicos estrangeiros na China. Como os Estados Unidos eram uma das potências dos tratados, tal preocupação faz sentido quando observamos o contexto geopolítico maior da época. No entanto, o *Diário de*

⁵⁸⁹ BROWN, Frederick. **China’s Dayspring After Thirty Years**. Op. cit., p. 9.

⁵⁹⁰ CHAMBERLAIN, Alexander Francis. China and her Rôle in Human History. Address delivered at the Conference of the Chinese Students’ Alliance, Princeton University, August 26, 1911. **The Journal of Race Development**, vol. 2, janeiro de 1912.

⁵⁹¹ BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Op. cit., pp. 99-100.

Pernambuco fez o mesmo ao converter as notícias chinesas em alusões, alertas ou ensinamentos para o Brasil. Em um momento, os chineses figuram como “bárbaros [...] como os indígenas do Congo”, como contraposição a uma América Latina forte; em outros, a China aparece como “um paiz encantador” e uma “potência no mundo do Oriente”.

Fontes brasileiras como o *Diário de Pernambuco* foram, até o momento, apenas timidamente investigadas por pesquisadores interessados na China. Um estudo maior de suas informações pode contribuir enormemente para a sinologia. Estudos existem especialmente sobre a dinâmica migratória e têm sido feitos por niponólogos e sinólogos, como a pesquisa pioneira de Victor Hugo Luna Peres, particularmente sobre a Região Sudeste e em meados do século XIX. Todavia, seria interessante observar contextos diferentes para se realizar um panorama melhor das matérias brasileiras acerca da China. O *Diário de Pernambuco* é um bom exemplo, sendo o jornal mais antigo em circulação na América Latina (criado em 1825) e relativamente distante do foco da migração chinesa ao Brasil. Compará-lo com jornais de alta tiragem do Rio de Janeiro, centro político na época, e São Paulo, centro financeiro, talvez gerasse uma confluência de dados interessante entre interesses nacionais e particularidades locais. Os respaldos de tais estudos podem evidenciar os processos históricos que diferenciam ou igualam a forma como o hemisfério sul interpreta a China, em contraposição à experiência do hemisfério norte. Tais documentos locais trazem, assim, um impacto internacional mais amplo.

Outra dinâmica não observada aqui foi a relação entre China e Turquia. Entre 1908-1913, os turcos promulgaram uma constituição e reduziram drasticamente o poder dos sultões, algo que foi comparado à constituição das Novas Políticas Qing e, posteriormente, à instalação da República, virtualmente no mesmo período (1907-1912). Diversos autores citaram os países como exemplos de um processo maior, algo como ‘o avanço da democracia no mundo’, e muitas ilustrações foram feitas para representá-los juntos. A dinâmica entre esses e outros países, como Portugal, que se tornou uma república em 1910, talvez possa elucidar melhor como esse processo do “despertar da China” dialogou em escala global com outros contextos, saindo um pouco da escala nacional.⁵⁹² Esse tipo de cruzamento de fontes também pode ser útil para se fazer uma prosopografia desses autores e estabelecer suas redes de contatos pessoais e institucionais, visto que muitos se citaram, conviveram entre si ou referenciaram os mesmos livros (Samuel Williams,

⁵⁹² A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro inclusive se referiu à Revolução de 10 outubro de 1911 na China como “um outro cinco de outubro de Portugal.” De fato, até os meses ajudam na associação. Ver matéria de 31/12/1911 assinada por F. de Serpa Pimental. Acesso: http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/28870

James Legge e Arthur Smith entre os mais mencionados). Além das missões, havia 2.328 firmas estrangeiras na China em 1913, concentradas nos principais portos, dentre as quais uma era brasileira e 44 portuguesas.⁵⁹³

Ademais, os discursos e as impressões de ocidentais sobre a China não foram estáticos. Em relato de uma segunda viagem, publicado em 1919, Mary Gaunt, outrora positiva de que a China seria capaz de se libertar da pressão estrangeira, havia passado a acreditar que ela ficaria melhor sob essa ocupação, especialmente a britânica.⁵⁹⁴ Herbert Gowen, que se posicionou de forma neutra em 1912, publicou uma segunda edição de seu livro sobre a China em 1916, onde acrescentou, sobre a revolução chinesa, que: “As sementes, no entanto, já haviam sido semeadas, destinadas a produzir dentro em pouco uma colheita preciosa de males.”⁵⁹⁵ Logo, para além da prosopografia, seria interessante ver como esses discursos se reconfiguraram quando a situação política da república se tornou cada vez mais insustentável, a ponto do presidente Yuan Shikai se declarar imperador em 1915 e jogar o país no caos dos Senhores da Guerra (1916-1928).

Essa dissertação buscou preencher uma lacuna deixada pela historiografia no que se refere aos anos próximos à proclamação da República da China partindo de uma perspectiva discursiva. Isso foi feito para tentar entender como o movimento chinês foi concebido e narrado por diferentes autores de vários países e como ele – e o processo que o precedeu – influenciou a percepção das localidades e do povo em geral. Igualmente, como contraste, pois toda ação de observação implica uma rede de trocas, também se mostrou o lado chinês e como o mesmo processo revolucionário foi entendido de forma contrastante por alguns de seus intelectuais que concordaram, no entanto, em posicionar a China em uma categoria diferenciada daquela relegada a ela pelas potências coloniais. Por fim, podemos evidenciar também, através do estudo desses processos discursivos, que as relações sino-ocidentais trazem, historicamente, mais do que apenas um problema de alteridade: ela carrega consigo um claro desafio epistemológico.

⁵⁹³ Destaco ambos os países por sua aproximação diplomática no período, onde Portugal pode ter operado como um intermediário, principalmente a partir de Macau, entre o Brasil e a China. Dados de WOODHEAD, Henry George Wandesforde & BELL, Henry Thurburn Montague. **The China Year Book**. Londres: George Routledge & Sons, 1914, p. 655.

⁵⁹⁴ CLIFFORD, Nicholas. “A Truthful Impression of the Country”. Op. cit., p. 30.

⁵⁹⁵ GOWEN, Herbert Henry. **An Outline History of China**. 2ª Ed. revisada e ampliada. Boston: Sherman, French & Company, 1916, p. 360.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Relexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. 2ª Ed. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, David L. **Imperialism and Idealism**: American Diplomats in China, 1861-1898. Bloomington: Indiana University Press, 1985.
- ARKUSH, R. David & LEE, Leo O. (Eds.) **Land Without Ghosts**: Chinese Impressions of America from the Mid-Nineteenth Century to the Present. Los Angeles: University of California Press, 1989.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova Reunião**: 23 livros de poesia. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BARRENTO, António Eduardo Hawthorne. Going Modern: The tourist experience at the seaside and hill resorts in late Qing and Republican China. **Modern Asian Studies**, Cambridge University Press, 2017, pp. 1-45.
- BARRENTO, António Eduardo Hawthorne. The nationalization of the hardship of travel in China, 1895-1949: Progress, hygiene and national concern. In: BAUMLER, Alain (Ed.) **Routledge Handbook of Revolutionary China**. 1ª Ed. Nova York: Routledge, 2019.
- BARROS, José D'Assunção. "Sobre o uso de conceitos nas ciências humanas e sociais – uma contribuição ao ensino de Metodologia". **Iniciação: Revista Eletrônica de Iniciação Científica**, Vol. 1, Nº 2, agosto de 2011, pp. 30-45.
- BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BAYS, Daniel H. **A New History of Christianity in China**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.
- BIANCO, Lucien. **Origins of the Chinese Revolution**. Londres: Oxford University Press, 1971.
- BICKERS, Robert. **The Scramble for China**: Foreign Devils in the Qing Empire, 1832-1914. Londres: Penguin Books, 2012.
- BILLETER, Jean François. **Chine Trois Fois Muette**: Essai sur l'histoire contemporaine et la Chine. 2ª Ed. Paris: Éditions Allia, 2007.
- BILLETER, Jean François. Um sinólogo frente à China. Reflexões atuais e inatuais. **Cadernos de História UFPE**, Nº 12, Vol. 12: Aspectos de História da Ásia, pp. 8-17, Jan-Dez, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/237259>
- BLAUT, James. **The Colonizer's Model of the World**: Geographical Diffusionism and Eurocentric History. Nova York: The Guilford Press, 1993.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, [1949] 2001.

- BOUCHERON, Patrick & DELALANDE, Nicolas (Eds.) **Por uma História-Mundo**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- BOWLER, Peter J. **The Invention of Progress: The Victorians and the Past**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- BROWN, Arthur Judson. **New Forces in Old China: Un Unwelcome but Inevitable Awakening**. Nova York: Fleming H. Revell Company, 1904.
- BROWN, Arthur Judson. **The Chinese Revolution**. Nova York: Student Volunteer Movement for Foreign Missions, 1912.
- BROWN, Arthur Judson. **Memoirs of a Centenarian**. Editado por William N. Wysham. Nova York: World Horizons, Inc., 1957.
- BROWN, Frederick. **China's Dayspring After Thirty Years**. Londres: Murray and Evenden, Ltd., s/d [c. 1912-1914?].
- BUENO, André. Por que precisamos de China e Índia? In: BUENO, André & DURÃO, Gustavo (Eds.) **Novos Olhares para os Antigos: Interpretações da Antiguidade no Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Sobre Ontens, 2018.
- BUENO, André. O problema de se falar sobre 'Oriente' no Brasil. In: BUENO, André et. al. **Mais Orientes**. Edição Especial. Rio de Janeiro: Sobre Ontens, 2017.
- BUENO, André. **O Problema do Pensamento Chinês no Brasil**. Rio de Janeiro: Sobre Ontens, 2017.
- BURBANK, Jane & COOPER, Frederick. Um mundo de impérios. In: BOUCHERON, Patrick & DELALANDE, Nicolas. **Por uma História-Mundo**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- BURGESS JR., Douglas R. **Engines of Empire: Steamships and the Victorian Imagination**. Stanford: Stanford University Press, 2016.
- CALMELS, Norbert (Org.) **Journal D'Élie Delpal: Missionnaire en Chine**. Avignon: Maison Aubanel Père, 1965.
- CHAMBERLAIN, Alexander F. China and Her Rôle in Human History. Address delivered at the Conference of the Chinese Students' Alliance, Princeton University, August 26, 1911. **The Journal of Race Development**, Vol. 2, janeiro de 1912, pp. 323-342.
- CHANG CHIH TUNG. **China's Only Hope: An Appeal**. Endorsed by the Emperor. Traduzido por Samuel I. Woodbridge. Introdução de Griffith John. Nova York: Fleming H. Revell Company, [1898] 1900.
- CHINA INLAND MISSION. **China's Millions**. North American Edition. Philadelphia & Toronto: China Inland Mission, 1912.
- CLIFFORD, Nicholas R. **"A Truthful Impression of the Country": British and American Travel Writing in China, 1880-1949**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2001.

COHEN, Paul A. Christian Missions and Their Impact to 1900. In: FAIRBANK, John K. & TWITCHETT, Denis (Orgs.) **The Cambridge History of China**. Volume 10: Late Ch'ing, 1800-1911, Part 1. Nova York: Cambridge University Press, 1978.

COHEN, Paul A. **Discovering History in China**: American Historical Writing on the Recent Chinese Past. New York: Columbia University Press, 1984.

COHEN, Paul A. Boxers, Christians, and the gods: The Boxer conflict of 1900 as a religious war. In: COHEN, Paul A. **China Unbound**: Evolving perspectives on the Chinese past. Londres: RoutledgeCurzon, 2003.

COHEN, Paul A. Remembering and forgetting national humiliation in twentieth-century China. In: COHEN, Paul A. **China Unbound**: Evolving perspectives on the Chinese past. Londres: RoutledgeCurzon, 2003.

COLQUHOUN, Archibald Ross. China in Transformation and the War. **North American Review**, Vol. 179, N° DLXXII, julho de 1904, pp. 1-12.

CONFÚCIO. **Os Analectos**. Tradução, comentários e notas de Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CONGER, Sarah Pike. **Old China and Young America**. Chicago: F.G. Browne & Co., 1913.

COSTA LIMA, Marcos. Impacts of Chinese economy and its global geopolitics: after the slowdown. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, vol. 7, n. 2, agosto de 2019, pp. 21-41.

COUSIN, Justine. Les marins extra-européens, un personnel indispensable pour les compagnies maritimes impériales britanniques (1849-1950). **Chronique D'Histoire Maritime**. N° 82, junho de 2017.

CHAKRABARTI, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. 1ª Ed. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHEN JIANHUA. World revolution knocking at the heavenly gate: Kang Youwei and his use of geming in 1898. **Journal of Modern Chinese History**, Vol. 5, Issue 1, Junho de 2011, pp. 89-108.

CHENG, Anne. **História do Pensamento Chinês**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHESNEAUX, Jean. **L'Asie Orientale aux XIXe et XXe Siècles**. 1ª Ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.

CHESNEAUX, Jean; BASTID, Marianne; BERGÈRE, Marie-Claire. **China from the Opium Wars to the 1911 Revolution**. Nova York: Pantheon Books, 1976.

CHESNEAUX, Jean; BASTID, Marianne; BERGÈRE, Marie-Claire. **China from the 1911 Revolution to Liberation**. Nova York: Pantheon Books, 1977.

CHUZO Ichiko. Political and institutional reform, 1901-11. In: FAIRBANK, John K. & LIU, Kwang-Ching (Eds.) **The Cambridge History of China**. Volume 11: Late Ch'ing, 1800-1911, Part 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

CROXTON, Derek. The Peace of Westphalia of 1648 and the Origins of Sovereignty. **The International History Review**, Vol. 21, No 3, 1999, pp. 569-591.

DABAT, Christine Rufino. **Mulheres no Movimento Revolucionário Chinês (1839-1949)**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

DAWSON, Raymond. **El Camaléon Chino**: Análisis de los conceptos europeos de la civilización china. Madri: Alianza Editorial, 1970.

DENBY, Charles. **China and Her People**: Being the Observations, Reminiscences, and Conclusions of an American Diplomat. 2 Volumes. Boston: L. C. Page & Company, 1905.

DENBY JR., Charles. America's Opportunity in Asia. **The North American Review**, Vol. 166, No. 494, janeiro de 1898, pp. 32-39.

DENBY JR., Charles. The National Debt of China - Its Origin and Its Security. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 68, novembro de 1916, pp. 55-70.

DEZEM, Rogério. **Matizes do “Amarelo”**: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DUPÉE, Jeffrey N. **British Travel Writers in China**: Writing Home to a British Public, 1890-1914. Lewiston: The Edwin Mellen Press, 2004.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2ª Ed. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ÉTIEMBLE, René. **L’Europe Chinoise**. Volume II, De la sinophilie à la sinophobie. Paris: Gallimard, 1989.

FAIRBANK, John K. & LIU KWANG-CHING (Eds.) **The Cambridge History of China**. Volume 11, Late Ch’ing, 1800-1911, Part 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

FAIRBANK, John K. **The Cambridge History of China**. Volume 12, Republican China 1912-1949, Part 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

FAIRBANK, John K. **The Great Chinese Revolution, 1800-1985**. Nova York: Harper & Row, 1987.

FAIRBANK, John K. & GOLDMAN, Merle. **China**: uma nova história. Porto Alegre: L&PM, 2006.

FEI XIAOTONG. **From the Soil**: The Foundations of Chinese Society. Traduzido por Gary G. Hamilton e Wang Zheng. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, [1947] 1992.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, [1930] 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 20ª Ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Beata Neves. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2002.

FORMAN, Ross G. Peking Plots: Fictionalizing the Boxer Rebellion of 1900. **Victorian Literature and Culture**. Cambridge University Press, 1999.

FUKUZAWA YUKICHI. **An Outline of a Theory of Civilization**. Traduzido do japonês por David A. Dilworth e G. Cameron Hurst III. Introdução de Inoki Takenori. Nova York: Columbia University Press, [1875] 2008.

FULLER, Joseph V & DENNETT, Tyler (Eds.) **Papers Relating to the Foreign Relations of the United States**, With the Annual Message of the President Transmitted to Congress, December 3, 1912. Washington: United States Government Printing Office, 1919.

GARNAUT, Anthony. From Yunnan to Xinjiang: Governor Yang Zengxin and his Dungan Generals. **Études Orientales**, nº 25 (1º semestre 2008), pp. 93-125.

GASCOYNE-CECIL, Lord William. **Changing China**. Com assistência de Lady Florence Cecil. Nova York: D. Appleton and Company, 1912.

GASSTER, Michael. The republican revolutionary movement. FAIRBANK, John K. & LIU KWANG-CHING (Eds.) **The Cambridge History of China**. Volume 11, Late Ch'ing, 1800-1911, Part 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

GAUNT, Mary. **A Woman in China**. Londres: T. Werner Laurie Ltd., s./d. [c. 1914].

GERNET, Jacques. **O Mundo Chinês**. 2 Volumes. Lisboa: Cosmos, 1975.

GILES, Herbert A. **China and the Manchus**. Cambridge: Cambridge University Press, 1912.

GOODY, Jack. **O roubo da história**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GOTELIND, Muler. **Gu Hongming (1857-1928) and China's Defence Against the Occident**. Heidelberg: University of Heidelberg, 2013.

GOWEN, Herbert Henry. **An Outline History of China**. Part I: From the Earliest Times to the Manchu Conquest A. D. 1644. Boston: Sherman, French & Company, 1913.

GOWEN, Herbert Henry. **An Outline History of China**. Part II: From the Manchu Conquest to the Recognition of the Republic, A. D. 1913. Boston: Sherman, French & Company, 1913.

GOWEN, Herbert Henry. **An Outline History of China**. 2ª Ed. revisada e ampliada. Boston: Sherman, French & Company, 1916.

GRANET, Marcel. **O Pensamento Chinês**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, [1934] 1997.

GREGORY, John S. **The West and China since 1500**. Nova York: Palgrave, 2002.

GUHA, Ranahit. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Traducción castellana de Gloria Cano. Prólogo de Josep Fontana. Barcelona: Crítica, 2002.

GUO WU. New Qing History: Dispute, Dialog, and Influence. **The Chinese Historical Review**, Vol. 23, Nº 1, 2016, pp. 47-69.

HARRIS, Lane J. **The Peking Gazette: A Reader in Nineteenth-Century Chinese History**. Leiden: Brill, 2018.

HAWKINS, Mike. **Social Darwinism in European and American thought, 1860-1945: Nature as model and nature as threat**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HICKMAN, Bronwen. **Mary Gaunt - a biography**. Dissertação de Mestrado. Melbourne: Victoria University of Technology, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios, 1875-1914**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, [1988] 2017.

HOWARD, Richard C. The Chinese Reform Movement of the 1890's: A Symposium. **The Journal of Asian Studies**, Vol. 29, Nº 1, Novembro de 1969, pp. 7-14.

HUCKER, Charles O. **A Dictionary of Official Titles in Imperial China**. Edição de Taiwan. Taipei: Southern Materials Center, 1985.

HSÜ, Immanuel C. Y. **The Rise of Modern China**. 6ª Ed. Oxford: Oxford University Press, [1970], 2000.

HUNT, Michael H. **The Making of a Special Relationship: The United States and China to 1914**. Nova York: Columbia University Press, 1983.

I CHING: O livro das mutações. Tradução para o alemão de Richard Wilhelm. Prefácio de C. G. Jung. Tradução para o português de Alayde Mutzenbecher e Gustavo Alberto Corrêa Pinto. São Paulo: Pensamento, [1984] 2006.

JOHN, Griffith. **The Cause of the Riots in the Yangtse Valley**: A "Complete Picture Gallery". Hankou, 1891, p. 6. Disponibilizado pelo MIT Visualizing Cultures em: http://vcarchive.com/mitvc/cause_of_the_riots/

JOHN, Griffith. **A Voice from China**. Londres: James Clarke & Co., 1907.

KAWAKAMI KIYOSHI. The Awakening of China. **The North American Review**, Vol. 183, 1906, pp. 647-658.

KU HUNG-MING. **The Spirit of the Chinese People**. With an Essay on "The War and the Way Out". Beijing: The Peking Daily News, 1915.

LAOZI. **Dao De Jing**: Escritura do Caminho e Escritura da Virtude com os comentários do Senhor às Margens do Rio. Tradução de Giorgio Sinedino. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LEE, Leo Ou-fan. **Shanghai Modern**. Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

LÉVY, André. **Novas cartas edificantes e curiosas do Extremo Ocidente por viajantes chineses na Belle Époque, 1866-1906**. São Paulo: Círculo do Livro, [1986] s.d.

LIPMAN, Jonathan N. Ethnicity and Politics in Republican China: The Ma Family Warlords of Gansu. **Modern China**, Vol. 10, No. 3 (Jul., 1984), pp. 285-316.

LODWICK, Kathleen L. **Crusaders Against Opium: Protestant Missionaries in China, 1874-1917**. Lexington: The University Press of Kentucky, 2009.

LU XUN. **Selected Works**. 4 Volumes. Traduzido por Yang Xianyi e Gladys Yang. Beijing: Foreign Language Press, 1980.

McCORMICK, Frederick. The Open Door. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 39, janeiro de 1912, pp. 56-60.

McCORMICK, Frederick. Japan, America, and the Chinese Revolution. **The Journal of Race Development**, Vol. 3, julho de 1912, pp. 43-53.

McCORMICK, Frederick. **The Flowery Republic**. Nova York: D. Appleton and Company, 1913.

MESKILL, John (Ed.) **The Pattern of Chinese History: Cycles, Development, or Stagnation?** Boston: D.C. Heath and Company, 1965.

MINTZ, Sidney. Aturando Substâncias Duradouras, Testando Teorias Desafiadoras: a Região do Caribe como Oikoumenê. In: MINTZ, Sidney. **O Poder Amargo do Açúcar: Produtores escravizados, consumidores proletarizados**. 2a Ed. Traduzido e organizado por Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010, pp. 67-108.

MINTZ, Sidney. Era o Escravo de Plantação um Proletário? In: MINTZ, Sidney. **O Poder Amargo do Açúcar: Produtores escravizados, consumidores proletarizados**. 2a Ed. Traduzido e organizado por Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010, pp. 239-268.

MOULE, Arthur Evans. **Half a Century in China: Recollections and Observations**. Londres: Hodder and Stoughton, s.d. [c. 1911].

MOULE, Arthur Evans. **The Chinese People: A Handbook on China**. Londres: Society for Promoting Christian Knowledge, 1914.

MUNGELLO, David E. **The Great Encounter of China and the West, 1500-1800**. 3ª Ed. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. 12ª Ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PERES, Victor Hugo Luna. **Os “Chins” nas Sociedades Tropicais de Plantação: Estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de trabalho e vida no Brasil (1814-1878)**. Dissertação de Mestrado em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PERES, Victor Hugo Luna. “Os Chins no Brasil e suas histórias. Os ‘Proletários do Celeste Império’ na Babel Tropical: As experiências de trabalhadores chineses no Brasil, 1850-1870”. In: **Leste Vermelho: revista de estudos críticos asiáticos**. Vol. 4, Nº 2, dezembro de 2017, pp. 86-123.

PERES, Victor Hugo Luna. “As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha do Japão e da China: fundação e atuação nos conflitos regionais de fins do século XIX e início do XX”. In: **Cadernos de História UFPE**. Nº 12, Vol. 12: Aspectos da História da Ásia, jan-dez 2017, pp. 229-260.

POMERANZ, Kenneth. **A Grande Divergência: A China, a Europa e a Construção da Economia Mundial Moderna**. Lisboa: Edições 70, p. 2013.

POMERANTZ-ZHANG, Linda. **Wu Tingfang (1842-1922): Reform and Modernization in Modern Chinese History**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 1992.

POMFRET, John. **The Beautiful Country and the Middle Kingdom: America and China, 1776 to the Present**. Nova York: Henry Holt and Company, 2016.

PREBYTERIAN CHURCH. The Present China. **China Series**, Nº 4. Nova York: The Board of Foreign Missions of the Presbyterian Church in the U.S.A, 1913.

PREBYTERIAN CHURCH. **Christianity’s Decisive Hour in China**. Nova York: The Board of Foreign Missions of the Presbyterian Church in the U.S.A., s.d. [1913].

REID, Gilbert. **Can China Save Herself? A Series of Papers on Chinese Affairs**. Shanghai: Reprinted from “The National Review”, 1915.

ROBIN, Régine. **História e Lingüística**. Tradução de Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977.

RODÈS, Jean. La Transformation de La Chine. Conférence de M. Jean Rodes, rédacteur au « Temps », chargé de missions en Chine, par la Société de Géographie de Paris. (10 fev. 1909). In: RODÈS, Jean. et. al. **Les Questions actuelle de Politique étrangère en Asie**. Conférences organisées à la Société des anciens élèves de l’École libre des Sciences Politiques. Paris: Félix Alcan, 1910.

RODÈS, Jean. Dix Ans de Politique Chinoise. **Le Céleste Empire avant la Révolution**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1914.

ROWE, William T. **China’s Last Empire: The Great Qing**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

SABATTINI, Mario & SANTANGELO, Paolo. **Storia della Cina**. Dalle origini alla fondazione della Repubblica. Storia Universale, Vol. 26. Milão: RCS Quotidiani Spa, [1986] 2004.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Renata C. Nobrega & DABAT, Christine R. A Civilização Acompanha as Locomotivas: A implementação da rede ferroviária no Brasil e na China 1852-1912. **Leste Vermelho: Revista de Estudos Críticos Asiáticos**, Vol. 3, Nº 1, janeiro de 2017, pp. 453-509.

SEAMAN, Louis Livingston. **The Recognition of the Chinese Republic**. Adress of Major Louis Livingston Seaman, M.D., A.B., LL.B., F.R.G.S., delivered at The Conference on Recent Developments in China, Held at Clark University, Worcester, November 13th, 1912. Nova York, 1912.

- SILVA, Joyce Helena Ferreira da. **A Nova Dependência: Um Estudo das Relações Contemporâneas entre Brasil e China (2000-2012)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- SINGARAVÉLOU, Pierre. **Tianjin Cosmopolis: Une autre histoire de la mondialisation**. Paris: Éditions du Seuil, 2017.
- SPENCE, Jonathan D. **The Gate of Heavenly Peace: The Chinese and Their Revolution, 1895-1980**. Nova York: Penguin Books, 1982.
- SPENCE, Jonathan D. **Chinese Roundabout: Essays on History and Culture**. Nova York: W.W. Norton & Company, 1993.
- SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna: Quatro Séculos de História**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SPENCE, Jonathan D. **The Chan's Great Continent: China in Western Minds**. Nova York: W.W. Norton & Company, 1998.
- SPENCE, Jonathan D. **Manual da Traição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SPENCE, Jonathan D. **O Retorno à Montanha do Dragão: Memórias de Zhang Dai, um dos últimos membros da dinastia Ming**. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- SPEKTOR, Matias & NEDAL, Dani (Orgs.) **O que a China quer?** Rio de Janeiro: Editora FVG, 2010.
- SUNDAY SCHOOL. **Five-Minute Missionary Exercises for the Sunday School, for Use in the Foreign Mission Campaign**. January and February, 1913.
- TENG, Ssu-yü & FAIRBANK, John K. **China's Response to the West: A Documentary Survey, 1839-1923**. 2ª Ed. Cambridge: Harvard University Press, [1954] 1979.
- THE MARITIME CUSTOMS. China. III - Miscellaneous Series: N° 30. **Treaties, Conventions, Etc., Between China and Foreign States**. Volume 1. Russia, International Protocol, Great Britain, United States of America, France, Import Tariff Agreement. 2ª Ed. Shanghai: Statistical Department of the Inspectorate General of Customs, 1917.
- VALDAR et. al. **The History of China for 1912 in 52 Cartoons**. With Explanatory Notes in English and Chinese. Shanghai: "The National Review", s.d. [1913].
- WAN DEFU. The History of Language Planning and Reform in China: A Critical Perspective. **Working Papers in Educational Linguistics**, Vol. 29, No 2, 2014, pp. 65-79.
- WILLIAMS, Samuel W. **Chinese Immigration**. A Paper Read before the Social Science Association, at Saratoga, September 10, 1879. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1879.
- WONG, Young-Tsu. Revisionism Reconsidered: Kang Youwei and the Reform Movement of 1898. **The Journal of Asian Studies**, Vol. 51, No 3, Agosto de 1992, pp. 513-544.
- WOODHEAD, Henry George Wandesforde & BELL, Henry Thurburn Montague. **The China Year Book**. Londres: George Routledge & Sons, 1914.

WU TINGFANG. Mutual Helpfulness between China and the United States. **North American Review**, Vol. 171, Nº DXXIV, julho de 1900, pp. 1-13.

WU TINGFANG. The Causes of the Unpopularity of the Foreigner in China. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 17, 1901, pp. 1-14.

WU TINGFANG. The Significance of the Awakening of China. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 36, 1910, pp. 27-31.

WU TINGFANG. **America**: Through the Spectacles of an Oriental Diplomat. Edição E-Book. Project Gutenberg: [1914] 1996. Pode ser acessado em: <https://www.gutenberg.org/files/609/609-h/609-h.htm>

YOUNG, Ernest P. Politics in the aftermath of revolution: the era of Yuan Shih-k'ai, 1912-16. In: FAIRBANK, John K. **The Cambridge History of China**. Volume 12, Republican China 1912-1949, Part 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

Arquivos

Gallica, Bibliothèque Nationale de France, Paris, França. Acesso: <https://gallica.bnf.fr/>

Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil. Acesso: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Internet Archive: Digital Library. Acesso: <https://archive.org/>

Library of Congress, James Madison Memorial, Washington, D.C., Estados Unidos da América.

MIT Visualizing Cultures, Massachusetts Institute of Technology. Acesso: <https://visualizingcultures.mit.edu/home/index.html>

Office of the Historian, U.S. Department of State, Bureau of Public Affairs. Acesso: <https://history.state.gov/>

Jornais

Diário de Pernambuco

Gazeta de Notícias (RJ)

The New York Times